

[PRODUTO 2] DIAGNÓSTICO PARA
O PLANO ESTRATÉGICO
NATAL - UMA METRÓPOLE EM FORMAÇÃO



VOLUME 2
RELATÓRIO TEMÁTICO DA DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

SUMÁRIO

1. Dinâmica econômica | 5

1.1.Introdução | 5

1.2.Situação Atual | 6

1.3.Tendências Econômicas Relevantes | 26

1.4.Condições Adicionais sobre a Dimensão Econômica | 44

2. Dinâmica do turismo | 47

3. Dinâmica imobiliária | 69

3.1.Introdução | 69

3.2.Os Investimentos Estrangeiros
e o Setor Turístico e Imobiliário | 71

3.3.O Setor da Construção Civil e sua Relação
com o Mercado Imobiliário | 79

3.4.Empreendimentos Imobiliários na Região Metropolitana | 84

4. Dinâmica da economia rural | 103

4.1.Agricultura | 103

4.2.Pecuária | 118

4.3.Pesca | 136

5. Dinâmica demográfica | 139

5.1.Introdução | 139

5.2.Distribuição Espacial e Crescimento populacional | 140

5.3.Componentes Demográficos: Fecundidade,
Mortalidade e Migração. | 146

5.4.Distribuição por Sexo e índice
de envelhecimento da população | 161

5.5.Aspectos Socioeconômicos: Educação, Renda e Trabalho | 166

5.6.População segundo Cor e Raça | 177

5.7.Movimento Pendular | 178

5.8.Considerações Finais | 182

6. Condições sociais | 185

6.1.Introdução | 185

6.2.Dinâmica Demográfica | 186

6.3.Renda e Pobreza da População | 191

6.4.Educação | 190

6.5.Saúde | 199

6.6.Habitação e Saneamento | 204

6.7.Considerações Adicionais sobre a Dimensão Social | 208

Bibliografia | 217

Equipe | 221

1 DINÂMICA ECONÔMICA

1.1. Introdução

Esta parte do documento referente ao diagnóstico da Região Metropolitana de Natal trata dos aspectos econômicos, considerando a referida região em seu conjunto, descendo, em algumas oportunidades ao exame a nível municipal.

As constatações aqui apresentadas representam uma primeira aproximação com as questões fundamentais que deverão, no futuro, influir na definição de políticas econômicas, sociais e de ordenamento territorial que integram o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Natal 2020.

A Região Metropolitana de Natal abrigava, em 2005, cerca de 1,2 milhão de pessoas nos nove municípios que a constitui, dos quais cerca de 779 mil pessoas, ou seja, 61,7% residiam em Natal, de acordo com a estimativa mais recente do IBGE. Nesta região, o seu produto bruto interno equivalia, em 2003, a cerca de R\$ 6,8 bilhões, dos quais, R\$ 4,8 bilhões foram produzido pelas atividades econômicas localizadas na capital do Estado.

Como se verá, esta Região Metropolitana vem passando por significativas transformações nas últimas décadas, com uma presença marcante, da perspectiva econômica e demográfica, no Estado e no Nordeste e desenvolvimento um processo de conurbação entre os municípios que integram a região, sob a liderança de Natal. Conhecer a estrutura desta região, seu dinamismo econômico e seus problemas e potencialidade representa passo relevante no estabelecimento de políticas adequadas que considere as diversas dimensões dessa realidade complexa que é hoje a Região Metropolitana de Natal (RMN).

Será abordada, inicialmente, a dimensão econômica, de modo estático, considerando a situação atual da RMN, em seguida serão examinados os aspectos considerados mais relevantes dinamismo da atividade produtiva e das mudanças que dele decorrem.

1.2 Situação Atual

Estrutura macroeconômica. O que caracteriza a economia da Região Metropolitana de Natal é o grande peso que na sua estrutura produtiva têm as atividades terciárias, constituídas pelo comércio - varejista e atacadista - e pelas atividades dos serviços, compreendidas tanto pelos serviços privados como pelos públicos. De fato, este conjunto de atividades alcançava, em 2003, aproximadamente 55% do Valor Acionado Bruto (VAB), pouco mais da metade do total da Região Metropolitana. Outra parte relevante está constituída pelas atividades industriais, formadas pelos importantes segmentos da extrativa mineral, da indústria de transformação, da construção civil e dos serviços industriais de utilizada pública (gás, energia e água). Este setor industrial, no referido ano, alcançava 43% do VAB. O restante da economia, representando 2% em 2003 estava constituído pelas atividades agropecuárias, que englobam a agricultura, a pecuária e a atividade extrativa vegetal.

Este estrutura produtiva da Região Metropolitana de Natal não é muito diferente da estrutura da economia estadual, salvo pelo maior peso relativo do terciário e a menor proporção do setor agropecuário, conforme pode ser observado no Gráfico 1.

O que caracteriza, também, a Região Metropolitana de Natal e a maior parte dos aglomerados urbanos brasileiros, é a presença - no interior da economia e disseminados em, praticamente, todos os segmentos produtivos - de dois subconjuntos muito diferenciados de atividades, seja da perspectiva dos processos produtivos, seja das relações de trabalho: o subconjunto (ou setor) formal e o subconjunto ou (setor) informal. No primeiro prevalecem relações de trabalho institucionalizadas, caracterizadas por cobertura no que se refere à legislação do trabalho e previdenciária, enquanto que o segundo se caracteriza não só pela ausência de cobertura trabalhista e previdenciária nas relações de trabalho, como pela predominância de atividades que adotam processos produtivos caracterizados pelo reduzido nível de produtividade elaboração de bens e serviços. Não se trata de duas economias separadas com circuitos produtivos

distintos, mas de atividades diferenciadas pelas características antes apresentadas e que estão presentes, na maioria dos casos, no interior das mesmas cadeias e arranjos produtivos, integrados de forma complementar. Isto é patente na cadeia produtiva de turismo e lazer, na do comércio varejista, na construção civil e na indústria de transformação, entre outras, como se verá.

Distribuição espacial. Outro aspecto relevante da estrutura produtiva da Região Metropolitana de Natal diz respeito à distribuição do Valor Adicionado Bruto entre os municípios que integram a região. O que se constata é, em 2003, uma grande concentração da atividade produtiva em Natal (68,7%), diferenciando-se, neste particular, dos demais municípios, conforme mostra a Tabela 1. Vale registrar que o Município de Parnamirim, cuja participação mais se aproxima da de Natal, registra um percentual de apenas 11,6%. A concentração dos serviços públicos, do comércio atacadista e varejista, dos serviços privados e públicos de educação e saúde, do sistema financeiro, além da própria atividade industrial (construção civil e indústria de transformação e serviços industriais de utilidade pública) definem esta situação hegemônica de Natal, da perspectiva econômica.

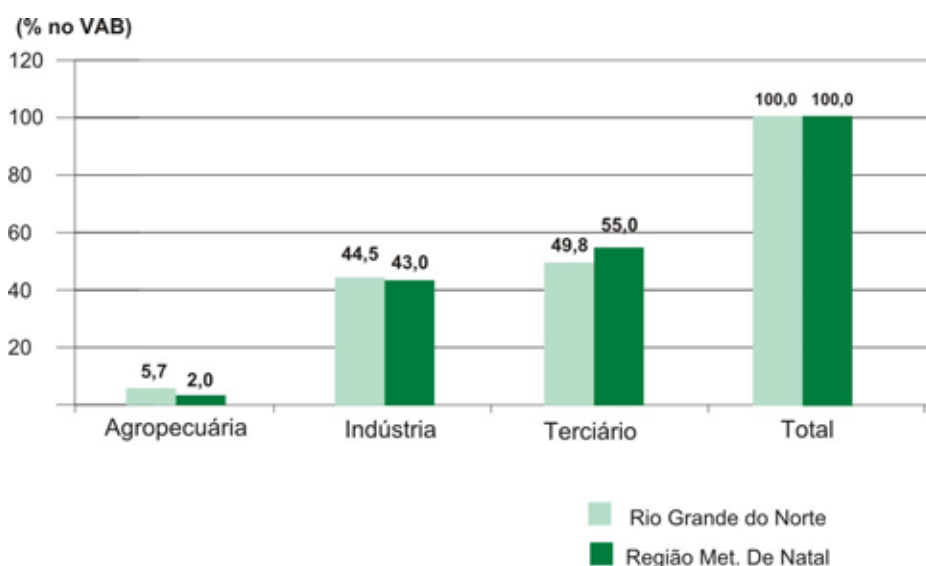


Gráfico 1
Rio Grande do Norte e Região Metropolitana de Natal - Estrutura Produtiva 2003
Fonte: IBGE – Contas Regionais

Região	2003 - Valores em R\$				2003 - Valores em (%)			
	Total	Agropecu.	Indústr.	Serviços	Total	Agropecu.	Indúst.	Serviços
Região Metr. de Natal	5.903.719	119.174	2.537.421	3.247.124	100,0	100,0	100,0	100,0
Ceará-Mirim	166.534	22.160	39.503	104.872	2,8	18,6	1,6	3,2
Extremoz	116.853	9.301	55.098	52.454	2,0	7,8	2,2	1,6
Macaíba	292.103	12.429	168.333	111.341	4,9	10,4	6,6	3,4
Monte Alegre	38.774	1.359	10.079	27.336	0,7	1,1	0,4	0,8
Natal	4.056.846	15.798	1.685.890	2.355.158	68,7	13,3	66,4	72,5
Nisia Floresta	66.040	14.221	15.528	36.292	1,1	11,9	0,6	1,1
Parnamirim	685.653	26.013	309.758	349.883	11,6	21,8	12,2	10,8
São Gonçalo do Amarante	388.227	7.603	228.488	152.135	6,6	6,4	9,0	4,7
São José de Mipibu	92.689	10.290	24.744	57.655	1,6	8,6	1,0	1,8

Tabela 1
**Região Metropolitana
de Natal - Valor
Agregado Bruto
- 2003**

Fonte: IBGE -
Contas Regionais

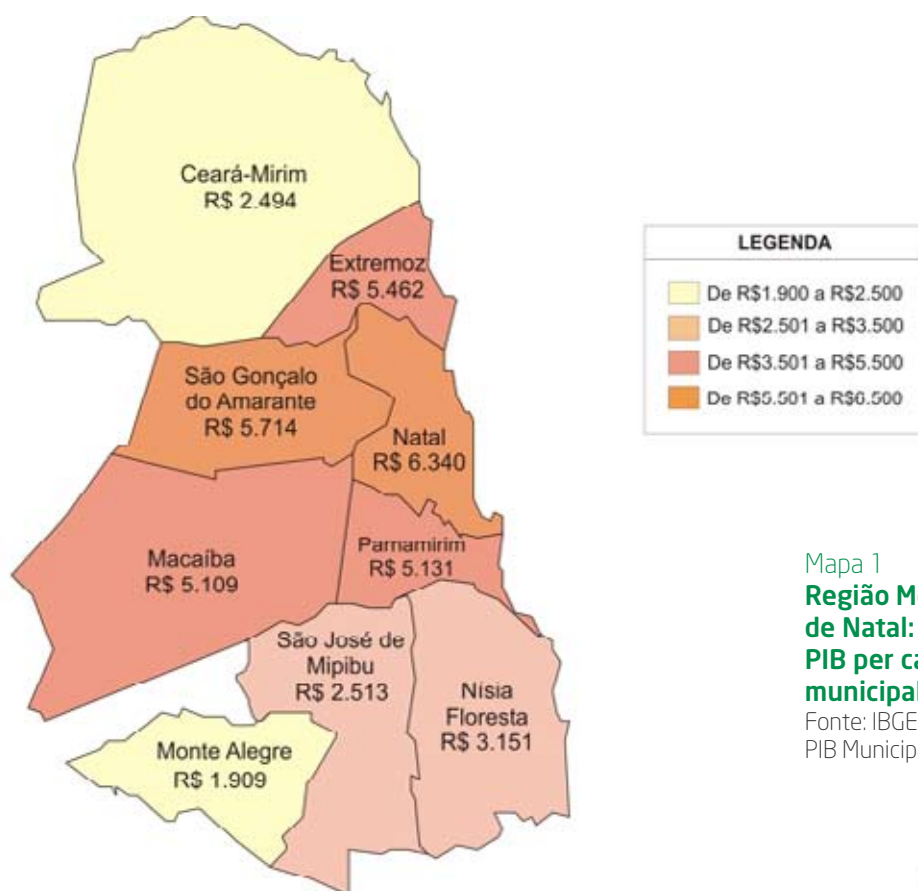
8

Chama a atenção o fato de que a maior concentração no município de Natal ocorre nas atividades dos serviços (incluídos nestes o comércio), quando então é alcançado, aproximadamente, 72,5%, explicado pelo peso da administração pública (sobretudo estadual e federal) e pela grande concentração comercial, tanto do comércio atacadista como varejista. No que se refere à indústria, a sua concentração em Natal (66,4%) é compensada pela presença dessa atividade em Parnamirim (12,2%), em São Gonçalo do Amarante (9%) e em Macaíba (6,6%). Embora a agropecuária esteja mais presente fora dos limites do município de Natal - sobretudo em Parnamirim (21,8%) e Ceará-Mirim (18,6%) - no município da capital alcançava, ainda, 13,3% em 2003. Há, portanto, excetuando para a agropecuária, um predomínio econômico de Natal, na Região Metropolitana, o que explica sua dimensão demográfica e sua importância na geração de emprego, como se verá.

PIB per capita. Para melhor compreender a estrutura da metrópole, é importante conhecer a distribuição, segundo os municípios que a integram, do Produto Interno Bruto, por habitante, no último ano para o qual se tem estimativa dessa variável.

No Mapa 1 são apresentadas as informações importantes a este respeito. O PIB por habitante da metrópole, em 2003 alcançava R\$ 5.614 e somente foi superada pelo PIB per capita de Natal (R\$ 6.340)

e São Gonçalo do Amarante (R\$ 5.714). É importante considerar que os municípios limítrofes com Natal, como Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, e Parnamirim registram valores do PIB por habitante próximos ao da capital. Enquanto os demais - Ceará-Mirim, Monte Alegre, São José do Mipibu e Nísia Floresta - registram valores bem menores que o valor médio da Região Metropolitana.



Mapa 1
Região Metropolitana de Natal: PIB per capita municipal - 2003
Fonte: IBGE – PIB Municipal

As cadeias e os arranjos produtivos. É importante destacar que o peso da Região Metropolitana na economia estadual - cerca de 49,5% do PIB e 46,5% do Valor Adicionado Bruto, em 2003 - se traduz, também, na presença na metrópole de importantes cadeias e arranjos produtivos que têm uma influência marcante no dinamismo da atividade produtiva no Estado. Entre estes, cabe destacar:

-
- (i) o complexo das atividades voltadas para **turismo e lazer**,
 - (ii) do **comércio** com destaque para o **varejo moderno** e para o **comércio exterior**,
 - (iii) a indústria da **construção civil** articulada às **atividades imobiliárias**,
 - (iv) a cadeia produtiva formada pela **atividade pesqueira**,
 - (v) à indústria de transformação com destaque para os arranjos produtivos constituídos pela indústria **têxtil e de confecções** e para o de **alimentos e bebidas**,
 - (vi) o complexo de serviços voltados para a **educação e saúde**, tanto público como privado, com destaque, recentemente, para os serviços de saúde e educação mercantis.

Apesar de não se dispor de análises e informações atualizadas sobre tais cadeias e arranjos produtivos na Região Metropolitana de Natal, informações relevantes permitem que sejam apresentados alguns indicadores da dimensão e significado dessas atividades produtivas.

Turismo e lazer. No que se refere ao turismo e lazer, vale destacar que para o conjunto do Estado, levantamentos da SETUR estima que em 2005 o número de turistas teria sido de 2,1 milhões de pessoas, dos quais 1,75 milhão de nacionais e 345 mil estrangeiros, com predominância de portugueses, espanhóis e holandeses. A presença desse contingente de visitantes teria gerado, na estimativa da referida instituições, cerca de US\$ 571,9 milhões, dos quais cerca de US\$ 361,2 milhões atribuídos aos nacionais e o restante aos visitantes estrangeiros¹. Para que se tenha um referencial da presença da Região Metropolitana de Natal como destino desses fluxos, vale destacar que no ano de 2003, dos 593 meios de hospedagem, cerca de 40,8% localizavam em municípios da Região Metropolitana. Tais percentuais registram valores maiores quando a comparação é feita com unidades habitacionais e com leitos. Neste último caso, cerca de 65% dos leitos de hotéis, pensões e alojamentos localizavam-se na metrópole

¹ Para o total do Estado, em 2005, estima-se a referida fonte, que existiriam 652 meios de hospedagem, com 14.993 UH's - quartos e 42,3 mil leitos. Levantamentos oficiais relevam, além disso, que se encontram em andamento 100 novo empreendimentos hoteleiros de grande e médio porte que deverão entrar em funcionamento nos próximos 5 anos. Com a conclusão estima-se que deverão aumentar a oferta de mais 15 mil quartos e 30 mil leitos. Governo do Estado do Rio Grande do Norte - Secretaria do Estado do Turismo. Informações sobre a Evolução do Turismo no Estado do Rio Grande do Norte de 2002 a 2005. Natal, Janeiro de 2006.

Municípios e Estado	Meios de Hosp.	Unid. Habitac.	Leitos
Ceará - Mirim	10	93	270
Extremoz	24	430	1.510
Macaíba	2	29	89
Natal	179	7.162	20.234
Nisia Floresta	12	121	462
Parnamirim	13	269	831
S. José do Mipibu	2	35	95
R. Metropolitana	242	8.139	23.491
R. G. do Norte	593	12.412	36.114
(%) Reg. Met/RN	40,8	65,6	65,0

Tabela 2
Rio Grande do Norte e Região Metropolitana de Natal: Meios de Hospedagem e Leitos - 2003

Fonte: Anuário Estatístico - SETUR

Uma perspectiva mais abrangente da cadeia produtiva das atividades de turismo e lazer, embora não inclua todos os seus elos, pode ser obtida a partir das informações do Ministério do Trabalho e Emprego, com base na RAIS, para 2005. As atividades para as quais podem ser obtidas as informações mais relevantes abrangem os empregos formais fornecidos pelos: (i) estabelecimentos hoteleiros, (ii) outros tipos de alojamento, (iii) restaurante e bares, (iv) agências de viagens e organizadores de viagem. Vale destacar que dos 1,65 mil estabelecimentos existentes no Rio Grande do Norte, nestes elos da cadeia, cerca de 1,2 mil localizam-se n Região Metropolitana de Natal, sendo que 1,0 mil estão no município de Natal. No que se refere ao emprego formal, do total de 14,8 mil empregos formais gerados em 2005, no Estado, cerca de 11,9 mil foram gerados nos municípios metropolitanos, dos quais 10,9 mil no município de Natal. Na Tabela 3 são apresentadas as informações sobre o emprego formal relativas a alguns elos da cadeia produtiva do turismo e lazer no Rio Grande do Norte e na sua metrópole, para 2005².

O que se destaca nas informações da Tabela 3 é a importância da Região Metropolitana de Natal no total do emprego formal do Estado, nas atividades de turismo e lazer, ao concentrar cerca de 80,4% do total do emprego nos elos considerados. Esta grande concentração se repete nos diversos segmentos produtivos, com destaque para o de agências de viagens, no qual o emprego formal da metrópole alcança cerca de 94,2%. Outro aspecto que chama, também, a atenção é o da concentração dos empregos na capital do Estado. De fato, em

² Vale destacar que somente as unidades formais que apresentaram suas declarações anuais ao Ministério do Trabalho (RAIS) foram consideradas nas informações da tabela. Os dados não captam os empregos informais, que são, sem dúvida, significativos em alguns dos elos da cadeia. Além disso, é importante ressaltar que alguns elos, como os vinculados ao sistema de transporte, diversões e comércio não foram levados em conta. Convém ressaltar, ainda, que o proprietário ou sócio da unidade produtiva não é considerado no levantamento realizado pela RAIS.

Natal, está concentrada a quase totalidade dos empregos nos estabelecimentos hoteleiros, nos outros tipos de alojamento, nos restaurantes e bares, nas lanchonetes e similares e nas agências de viagens.

Regiões	Estabelecimentos hoteleiros	Outros tipos de alojamento	Restaurantes e bares	Lanchonetes e similares	Agências de viagens e organizadores de viagem	Total
Rio Grande do Norte	6.224	685	5.498	1.914	498	14.819
Região Metropolitana	4.807	495	4.485	1.654	469	11.910
Ceara Mirim	7	4	58	0	4	73
Parnamirim	189	19	292	61	12	573
Extremoz	29	17	42	8	0	96
Macaíba	10	6	38	0	0	54
Monte Alegre	0	0	0	0	0	0
Natal	4.482	437	3.942	1.585	453	10.899
Nísia Floresta	30	9	88	0	0	127
São Gonçalo do Amarante	47	0	0	0	0	47
São Jose de Mipibu	13	3	25	0	0	41

Tabela 3
Rio Grande do Norte e Região Metropolitana de Natal: Empregos Formais em alguns Elos da Cadeia Produtiva do Turismo e Lazer - 2005
 Fonte: MTE - RAIS

12

É importante lembrar que a cadeia produtiva de turismo compreende além dos elos destacados na tabela, o sistema de transporte, de serviços de diversão, os fornecedores de bens e serviços para as unidades de alojamento e alimentação, os serviços de publicidade, as entidades públicas de apoio ao turismo, além de parte relevante de comércio voltada para o fluxo de visitantes estrangeiros e nacionais.

Chama a atenção o fato de que vem ocorrendo nos últimos anos um intenso processo de articulação da cadeia de turismo e lazer, sobretudo a sua parte voltada para o visitante estrangeiro, com a cadeia produtiva da construção civil, financiada pelo capital imobiliário estrangeiro.

Comércio, varejo moderno e comércio exportador. A dimensão do conjunto de atividades comerciais da Região Metropolitana de Natal pode ser avaliada considerando-se que ela estava constituída,

em 2003 por 15,4 mil unidades locais (estabelecimentos) de acordo com levantamento do IBGE (CEMPRE). O referido número representava cerca de 51,7% do total das unidades existentes no Estado e ocupavam 55,8 mil pessoas (64,3% do total do Rio Grande do Norte) e pagava, em 2003, o equivalente a R\$ 192,3 milhões, ou seja, aproximadamente, 74,3% da massa salarial paga pelo comércio norte-rio-grandense.

O Gráfico 2 mostra os dados a esse respeito, comparando os valores da Região Metropolitana de Natal com o total do Estado. Vale observar que os percentuais aumentam quando se passa da comparação com as unidades locais, para emprego e deste para a massa salarial, mostrando não só a maior dimensão dos estabelecimentos (por número de pessoas ocupadas formalmente) da região metropolitana com os maiores salários pagos.

O que importa considerar é que o comércio varejista da Região Metropolitana de Natal não somente tem uma grande dimensão no contexto estadual, como possui estrutura e processos de trabalho muito diferenciados do restante das regiões, que qualifica o conjunto desses estabelecimentos como *varejo moderno*: supermercado, hipermercado, shopping center, mini-shopping e galeria, lojas de departamento, lojas de conveniência, mega-lojas e outros. A presença desses estabelecimentos tem, na malha urbana, uma importância muito grande na dinâmica das cidades.

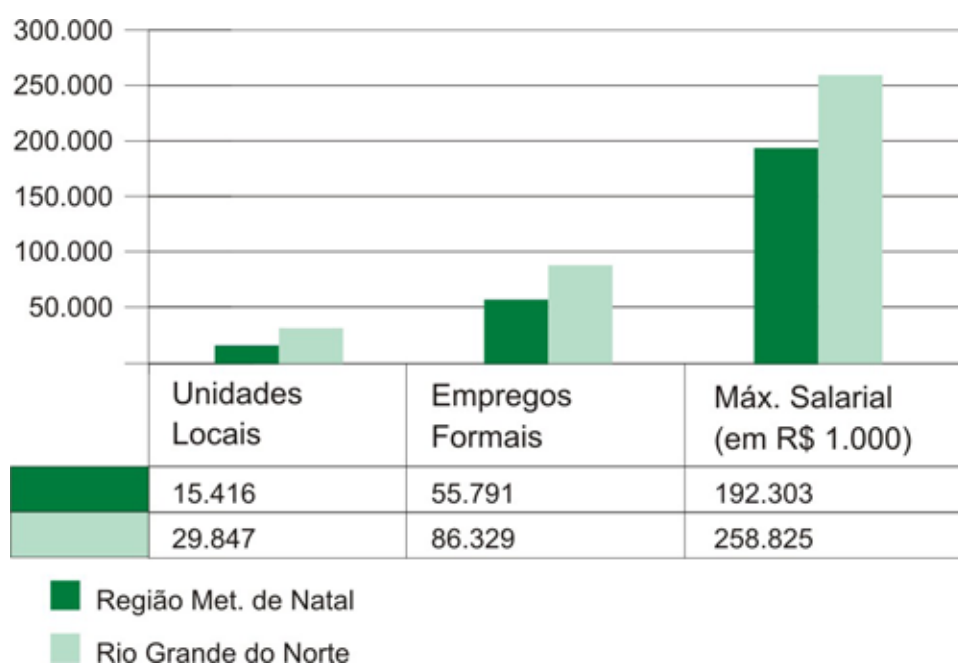


Gráfico 2
Região Metropolitana e Rio Grande do Norte: Empregos Formais e massa Salarial nas Atividades Comerciais - 2003
 Fonte: IBGE - CEMPRE

Para que se tenha uma idéia da importância desse segmento moderno do comércio vale lembrar que de acordo com o levantamento do Ministério do Trabalho em Emprego (RAIS), em 2005, existiam na Região Metropolitana de Natal, cerca de 7 estabelecimentos classificados como hipermercados (14 no Rio Grande do Norte), 98 supermercados (266 no Estado), 88 lojas de conveniência (123 no total) e 66 lojas especializadas (87 no total do Estado). Isto significa dizer que do total destes estabelecimentos considerados como integrantes do varejo moderno cerca de 259 (contra 491), ou seja, 52,7% localizavam-se na Região Metropolitana de Natal. A proporção de pessoas empregadas na metrópole, nos referidos estabelecimentos, é bem maior, conforma as informações da Tabela 4.

De fato, do total do emprego formal vinculado às atividades que podem ser consideradas do varejo moderno, cerca de 77% foi gerado na Região Metropolitana. Essa participação é maior quando se considera o emprego em hipermercado (91,3%) e em lojas especializadas (86,3%). Fica patente, quando se examina o interior da Região Metropolitana de Natal, o grande peso da capital do Estado que gera a quase totalidade do emprego formal nos tipos de estabelecimentos considerados.

Tabela 4
Rio Grande do Norte e Região Metropolitana de Natal: Emprego Formal no Varejo Moderno - 2005
Fonte: MTE - RAIS

Região	Hipermercados	Supermercados	Lojas de conveniência	Lojas não especializadas	Total
Rio Grande do Norte	1.710	5.312	620	877	8.519
Natal Metrópole	1.562	3.759	482	757	6.560
Ceara Mirim	0	63	11	0	74
Parnamirim	5	378	39	34	456
Extremoz	0	5	0	0	5
Macaíba	0	85	11	1	97
Monte Alegre	0	18	0	0	18
Natal	1.557	3.135	421	714	5.827
Nisia Floresta	0	0	0	1	1
São Gonçalo do Amarante	0	41	0	7	48
São José de Mipibu	0	34	0	0	34

Além do comércio voltado para o mercado interno do Estado ou do País, é importante destacar o desempenho recente da atividade exportadora do Rio Grande do Norte e a presença que tal atividade tem no interior da estrutura produtiva metropolitana. De fato, comparando-se os dez anos que vão de 1993 a 2003 constata-se que, em dólar corrente, as exportações norte-rio-grandenses passaram de US\$ 81,3 milhões no primeiro ano para US\$ 310,4 milhões, um crescimento de 14,3% ao ano. Este incremento ocorreu em relação a camarões, peixes e lagostas, além de frutas in natura e secas e congeladas e do óleo bruto. Desse dinamismo resultou que o Estado que, nos anos 80, ocupava o sexto lugar entre os exportadores nordestinos, passou para a quarta posição, sendo superado em 2004, pela Bahia, Maranhão e Ceará. O importante a ressaltar é que do total das exportações estaduais, em 2004, de acordo com o MDIC/SECEX, 71,1% das exportações e 87,9% das importações foram realizadas por empresas com domicílio fiscal na Região Metropolitana, notadamente, no município de Natal. Macaíba e Parnamirim registram uma pequena participação. Isto significa dizer que parte significativa dos impactos desse dinamismo alcançou, certamente, a estrutura produtiva da metrópole. Além disso, vale considerar, ainda, que de acordo com a mesma fonte, das 31 maiores empresas exportadoras do Estado, em 2004, cerca de 13 delas localizavam-se em municípios metropolitanos.

15

Atividade pesqueira. A atividade pesqueira do Rio Grande do Norte, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (IBAMA-CEPEME), alcançou em 2004 cerca de 16,5 mil toneladas e registrou, entre 2000 e 2004, um crescimento anual de 9,1%. Desta produção, estimada em toneladas para os 25 municípios litorâneos, em 2004, os municípios da Região Metropolitana de Natal, abrangem 39,2% do total, com Natal alcançado cerca de 32,9%. Além dos avanços quantitativos é importante destacar as profundas mudanças que estão ocorrendo no interior dessa cadeia produtiva a partir dos equipamentos utilizados, da infra-estrutura e dos novos tipos de produção.

Vale o destacar, para que se tenha uma idéia, da importância relativa da Região Metropolitana de Natal a participação dos municípios metropolitanos, em 2004, na produção de alguns tipos de pescado marítimo e estuarino no Estado (Tabela 5).

Região e Municípios	Agulhão	Albacora	Camarão	Lagosta	Peixe Voador	Sardinha	Caico
Ceará - Mirim	0,1	1,8	5,4	92,6	-	11,9	34,2
Extremoz	1,4	8,1	2,1	71,2	-	8,4	37,5
Natal	1.386,5	2.314,0	59,9	47,7	89,3	8,3	286,5
Parnamirim	0,1	1,8	1,5	13,4	0,5	5,1	19,4
Nísia Floresta	0,9	1,9	83,9	23,3	4,7	0,1	8,3
R. Metropolitana	1.389,0	2.327,6	152,8	248,2	94,5	33,8	385,9
R. G. do Norte	1.413,0	2.602,0	601,0	1.336,0	1.288,0	1.439,0	1.638,0
(%) Reg. Met/RN	98,3	89,5	25,4	18,6	7,3	2,3	23,6

Tabela 5
Rio Grande do Norte e Região Metropolitana de Natal - Produção de Pescado Marítimo e Estuarino - 2004 (Tipos selecionados) (toneladas)

Fonte: MMA - CEPENE

16

As informações da tabela mostram que em relação a importantes atividades da pesca estadual, a Região Metropolitana registra uma participação significativa. No que se refere ao agulhão, por exemplo, a quase totalidade (98,3%) foi produzida na metrópole, em particular em Natal. O mesmo pode ser dito a respeito da albacora, em relação à qual a Região Metropolitana registra 89,5% do que foi produzido. Embora apresente percentual menor, a produção de camarões, os municípios da metrópole registravam, em 2004, cerca de 25,4%, com uma presença marcante dos municípios de Natal e Nísia Floresta. Para que se tenha uma idéia da importância econômica dessa atividade, vale considerar que o valor da produção do pescado desembarcado no Estado alcançou R\$ 84,5 milhões, em 2004, sendo que a participação dos municípios metropolitanos alcançou R\$ 28,9 milhões, ou seja 34,2 % do total.

Um arranjo produtivo que teve um crescimento muito intenso no Estado do Rio Grande do Norte, inclusive na Região Metropolitana de Natal foi o da criação de camarões. Quando se considera, por exemplo, o valor das exportações, percebe-se que se em 1999 as exportações de camarões, do Estado, alcançaram apenas US\$ 1,6 milhão, em 2003 alcançava US\$ 71,1 milhões e em 2004 a cifra de US\$ 82,6 milhões. As condições naturais da Estado, notadamente, temperatura média anual de 27°C, salinidade adequada, insolação elevada, água rica em alimentos proveniente dos manguezais constituíram um suporte fundamental na consolidação dessa nova e importante atividade. Pesquisa realizada em 2003 mostrou que, considerando-se os elos dos arranjos produtivos do camarão marinho cultivado (laboratório de larvas, fazenda de engorda e centros de processamento, diretamente ligado ao mercado interno e externo) estavam presente no Estado

cerca de 11 laboratórios com a produção de 6.700 milhões de pós-larvas, 280 produtores ocupando 3.591 hectares e 3 centros de processamento³. Seguindo os parâmetros da pesquisa da UFPE - 3,7 empregos diretos e indiretos por hectare ocupado -, considerando a utilização, no processo produtivo de 3.591 hectares, teriam sido gerados, até 2003, direta e indiretamente, cerca de 13,3 mil empregos. Documento do IDEMA⁴ projeta que a produção de camarões ocuparia, no Rio Grande do Norte, em 2005, 10 mil hectares. Com ¼ da produção de camarões do Estado, conforme Tabela 5, não resta dúvida que parte significativa dos impactos desse arranjo produtivo repercute nos municípios da metrópole.

Construção civil e atividades imobiliárias. A cadeia da construção civil tem um papel fundamental na economia do Rio Grande do Norte e, em particular, na da Região Metropolitana de Natal. Para que se tenha uma idéia do seu peso na economia estadual é suficiente assinalar que o Valor Adicionado Bruto do segmento da construção civil somado ao das atividades imobiliárias e alugueis corresponde a 18,2% do total do Valor Adicionado da economia norte-rio-grandense em 2003, o que equivaleria um total de R\$ 2.312 milhões. Este conjunto de atividades está concentrado, em parte considerável, na Região Metropolitana de Natal conforme pode ser percebido através de alguns indicadores. Com base nas informações da RAIS para 2005, apresentadas na Tabela 6, pode-se ter uma idéia do significado e importância de alguns elos da cadeia da construção civil e das atividades imobiliárias exercidas no Estado e na Região Metropolitana em 2005.

³ Sampaio, Yoni e Couto, Elcio. Geração de Empregos Diretos e Indiretos na Cadeia Produtiva do Camarão Marinho Cultivado. UFPE - Departamento de Economia. Recife. 2003.

⁴ Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Secretaria do Planejamento e das Finanças. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. Perfil do Estado do Rio Grande do Norte. Natal. 2002.

Tabela 6
Rio Grande do Norte e Região Metropolitana - Construção Civil e Atividades Imobiliárias - 2005
Fonte: MTE - RAIS

Estado, Região e Municípios	Estabelecimentos		Empregos Formais		Total Estabelecimentos	Total dos Empregos Formais
	Const. Civil	Ativ. Imobiliárias	Const. Civil	Ativ. Imobiliárias		
Rio Grande do Norte	1.779	1.008	19.939	5.490	2.787	25.429
Região Metropolitana	1.212	930	13.784	4.990	2.142	18.774
Ceará Mirim	8	5	48	10	13	58
Parnamirim	197	89	987	301	286	1.288
Extremoz	11	7	120	13	18	133
Macaíba	24	2	96	0	26	96
Monte Alegre	1	0	0	0	1	0
Natal	937	806	12.121	4.620	1.743	16.741
Nísia Floresta	16	20	131	42	36	173
São Gonçalo do Amarante	10	1	14	4	11	18
São Jose de Mipibu	8	0	267	0	8	267

Do total dos estabelecimentos da construção civil, no Estado, cerca de 68,1% estavam localizados nos municípios da metrópole. Percentual maior é encontrado quando se consideram os estabelecimentos vinculados às atividades imobiliárias (92,3%). Vale observar, também, que no que se refere ao nível de emprego formal, a Região Metropolitana detém percentual significativo: 69,1% dos empregos formais na construção e 90,9% no que se refere às atividades imobiliárias. São valores que sem dúvida mostram o significado que tem para o Estado, em seu conjunto, essas atividades concentradas em grande parte na Região Metropolitana. Fica mais uma vez patente, no interior da metrópole o peso que tem o município de Natal que, de fato, define a importância que a Região Metropolitana tem, neste particular, na economia norte-rio-grandense.

Levantamentos realizados junto ao IDEMA e secretarias municipais mostram a presença de 175 empreendimentos imobiliários em localidades litorâneas e 264 em localidades não litorâneas. Nos dois tipos de empreendimentos há um predomínio do município de Natal e uma presença importante de Parnamirim. Essas são, de fato, as áreas mais dinâmicas da perspectiva dos empreendimentos imobiliários, nos quais predominam as iniciativas voltadas para unidades residenciais, sobretudo apartamentos, e loteamentos e condomínios horizontais.

18

Vale registrar que o referido levantamento mostrou que desde 2000 é crescente o número de investidores que realizam empreendimentos na área de turismo e imobiliário, num processo de associação das cadeias de turismo e lazer com a da construção civil e atividades imobiliárias. O capital estrangeiro para os empreendimentos tem sua origem na Espanha, Portugal e países do Norte da Europa e se voltam, sobretudo, para resorts, condomínios em áreas de praia e hotéis.

Indústria de transformação: têxtil-confecções e alimentos-bebidas. Como já se assinalou, do total da indústria do Rio Grande do Norte, cerca de 44,9% estão localizados na Região Metropolitana de Natal. Percentual maior que este é percentual encontrado quando se considera a indústria de transformação e, sobretudo, no interior desta, do complexo formado pela indústria têxtil e de confecções e pelo arranjo produtivo que tem como núcleo a indústria de produtos alimentares e a de bebidas.

A Tabela 7 mostra, sobretudo quando se considera o nível de emprego formal, a grande concentração desses segmentos, representativos de dois importantes arranjos produtivos - o de alimentos e bebidas, de um lado, e o de têxtil e confecções, de outro - na Região

Metropolitana. Na verdade, no que se refere, por exemplo, à indústria de alimentos e bebidas, o emprego formal na Região Metropolitana alcançava, em 2005, cerca de 54,5% do total do Estado. O percentual do emprego formal da indústria têxtil e na indústria de confecções é bem maior. Em 2005 localizavam-se na indústria têxtil metropolitana cerca de 89,6% do emprego formal e, aproximadamente, 80,6% do emprego formal na indústria de confecções. Isto significa dizer que parte relevante do que se poderia considerar o núcleo dos arranjos produtivos da indústria de alimentos e bebidas e da indústria têxtil e de confecções localiza-se na Região Metropolitana de Natal.

As informações da Tabela 7 mostram uma realidade diferente da que foi assinalada anteriormente para alguns segmentos produtivos analisados, para os quais se constatou uma grande concentração do emprego e dos estabelecimentos em Natal. Nestes segmentos da indústria o que se percebe é a presença de outros municípios, sobretudo na geração de empregos industrial formal. Assim, além do município de Natal, marcam presença os municípios de Macaíba, na indústria de alimentos e na têxtil, e o de Parnamirim nos mesmos segmentos. A presença de São Gonçalo do Amarante é destacada quando se considera o nível de emprego formal na indústria têxtil, que alcança, cerca de 30,3% do emprego têxtil formal na Região Metropolitana e 27,1% do mesmo tipo de emprego no total do Estado. Na indústria de confecções, é marcante a presença de Natal no total do emprego gerado por esse segmento: 87% do emprego formal da Região Metropolitana e cerca de 70,4%.

Tabela 7
Rio Grande do Norte e Região Metropolitana de Natal: Estabelecimentos e Empregos Formais em Segmentos Selecionados da Indústria de Transformação - 2005

Fonte: MTE - RAIS

Estado, Região e Municípios	Estabelecimentos			Empregos Formais		
	Alim. & Beb.	Têxtil	Confecção	Alim & Beb.	Têxtil	Confecção
Rio Grande do Norte	645	142	337	11.538	9.961	10.751
Região Metropolitana	337	59	199	6.282	8.930	8.662
Ceara Mirim	12	1	7	706	27	41
Parnamirim	52	17	22	1.000	1.626	622
Extremoz	7	0	1	93	0	5
Macaiba	31	7	4	1.740	2.060	213
Monte Alegre	2	2	1	15	9	37
Natal	207	24	158	2.399	2.505	7.572
Nisia Floresta	5	0	1	20	0	26
São Gonçalo do Amarante	16	8	0	204	2.703	0
São Jose de Mipibu	5	0	5	105	0	146

Saúde e educação mercantis. Um conjunto importante de serviços que tem marcada presença na Região Metropolitana de Natal é da educação e saúde mercantis.

Na Tabela 8 são apresentados alguns aspectos relevantes desse conjunto de atividades que, certamente, constituem os núcleos de arranjos produtivos complexos que abrangem um grande número de unidades produtoras de bens e serviços que estão integradas aos referidos núcleos. No que se refere à educação, ao lado do núcleo constituído pelos serviços de educação formal (pré-escolar, fundamental, média, superior e pós-graduação), e dos cursos de especialização (idiomas, arte e música, pré-vestibular, informática, etc.) é importante considerar os elos constituídos pelas instituições financeiras, sistemas de transporte escolar, entidades de formação de professores e outras atividades que servem de suporte ao funcionamento desse complexo. O mesmo pode-se afirmar a respeito da saúde. Seu complexo núcleo de atividades (hospitais, clínicas, laboratórios, centros de diagnóstico) conta, para seu pleno funcionamento, como elos relevantes constituídos por entidades de financiamento, pelos compradores dos serviços (empresas, planos de saúde, SUS, particulares), pelas agências governamentais de regulação, pelos fornecedores de equipamentos, pelos produtores de medicamentos e pelos serviços, pelas escolas e instituições que forma o pessoal especializado, além de outros. As informações apresentadas na Tabela 8 abrangem apenas a parte mais relevante dos núcleos desses importantes serviços.

20

Estado e Região	Estabelecimento	Emprego
Rio Grande do Norte	2.004	24.144
Educação	700	14.440
Saúde	1.304	9.704
Região Metropolitana	1.423	17.721
Educação	509	10.226
Saúde	914	7.495
Ceará Mirim	11	130
Educação	5	118
Saúde	6	12
Parnamirim	94	745
Educação	64	654
Saúde	30	91
Extremoz	5	19
Educação	4	17
Saúde	1	2

Tabela 8
Rio Grande do Norte e Região Metropolitana: Estabelecimentos e Empregos Formais - 2005

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS)

Macaíba	21	149
Educação	15	134
Saúde	6	15
Monte Alegre	1	1
Educação	-	-
Saúde	1	1
Natal	1.269	16.454
Educação	406	9.127
Saúde	863	7.327
Nisia Floresta	2	7
Educação	2	7
Saúde	-	-
S. G. do Amarante	13	108
Educação	10	100
Saúde	3	8
S. Miguel do Mipibu	7	105
Educação	3	69
Saúde	4	36

Vale registrar que, de acordo com as informações da RAIS, dos 2004 estabelecimentos registrados, no Rio Grande do Norte, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e vinculados aos serviços de educação e saúde mercantis, cerca de 1.423, em 2005, localizavam-se em na Região Metropolitana de Natal, ou seja, 71%. Percentual maior é o encontrado para o total do emprego formal gerado; 73,4%, resultantes da relação dos 17,4 mil empregos registrados na metrópole contra 24,1 mil no total do Estado. Vale mais uma vez ressaltar a grande concentração dos estabelecimentos de saúde e educação mercantis no município de Natal, conforme mostra a Tabela 8. De fato, do total dos estabelecimentos desses serviços na Região Metropolitana, cerca de 89,2% e do total do emprego, aproximadamente, 92,8%. É, portanto, mínima a disseminação desses serviços nos demais municípios metropolitanos, até 2005. Não resta dúvida que a presença desses núcleos dos arranjos produtivos em Natal, determinam, em grande parte, a localização, também na capital do Estado, dos elos complementares constituídos por unidades produtoras de bens e serviços.

Situação do mercado de trabalho. O que se pode assinalar a respeito do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Natal? Infelizmente as informações disponíveis referem-se, em relação ao emprego total (formal e informal), ao ano de 2000. Nesta data, a economia metropolitana ocupava cerca de 388,6 mil pessoas, em sua maior parte nas atividades terciárias (comércio e serviços) que alcançava 73,8% do total dos ocupados. Em segundo lugar aparece como

maior empregador o conjunto de atividades industriais, constituído pela indústria extrativa mineral, indústria de transformação, pela construção civil e pelos serviços industriais de utilidade pública, com cerca de 19,7% do total. Essas informações, juntamente com as referentes ao Produto e Valor Adicionado, mostram a natureza de uma economia centrada no terciário, na metrópole estadual.

Variáveis	Pessoas	(%)
População Economicamente Ativa (PEA)	474.541	
População Ocupada (POC)	388.556	100,0
Agropecuária	22.212	5,7
Indústria	76.374	19,7
Serviços	286.769	73,8
Atividades mal definidas	3.201	0,8
Pessoas Desocupadas (PEA-POC)	85.985	
Taxas de Desocupação (Desocup/PEA)		18,1

Tabela 9
Região Metropolitana
de Natal - 2000
Mercado de Trabalho

Fonte dos dados básicos:
IBGE – Censo de 2000

22

Não obstante os avanços ocorridos na economia norte-rio-grandense e na sua metrópole, os dados mostram que as atividades produtivas metropolitanas deixaram fora do mercado de trabalho aproximadamente de 86 mil pessoas, o que equivalia, na época, a 18,1% do total da população economicamente ativa (PEA), o que representa uma taxa de desocupação significativa (Tabela 9).

Como era de se esperar, parcela importante das pessoas ocupadas na Região Metropolitana residem no município de Natal. Em 2000 estavam concentradas em Natal cerca de 67,2% do total da população ocupada, 18,4% na agropecuária, 61,5% dos ocupados na indústria e cerca de 72,6% dos que trabalhavam nos serviços (comércio e serviços propriamente ditos) (Tabela 10).

Especificação	Total	Agropecu.	Indústria	Serviços
Em termos absolutos				
Rio Grande do Norte	911.958	205.125	155.519	542.455
Região Metropolitana de Natal	388.556	22.212	76.374	286.769
Ceará Mirim	16.712	4.085	2.841	9.511
Extremoz	5.561	1.039	1.251	3.207
Macaíba	17.175	3.525	4.704	8.870
Monte Alegre	4.588	1.451	864	2.219
Natal	261.172	4.093	46.950	208.282
Nisia Floresta	5.993	1.921	883	3.151
Parnamirim	45.203	1.367	10.355	32.722
S. G. do Amarante	21.898	2.020	6.682	13.126
São José de Mipibu	10.254	2.711	1.844	5.681
Em termos relativos				
Região Metropolitana de Natal	100,0	100,0	100,0	100,0
Ceará Mirim	4,3	18,4	3,7	3,3
Extremoz	1,4	4,7	1,6	1,1
Macaíba	4,4	15,9	6,2	3,1
Monte Alegre	1,2	6,5	1,1	0,8
Natal	67,2	18,4	61,5	72,6
Nisia Floresta	1,5	8,6	1,2	1,1
Parnamirim	11,6	6,2	13,6	11,4
S. G. do Amarante	5,6	9,1	8,7	4,6
São José de Mipibu	2,6	12,2	2,4	2,0

Tabela 10
Rio Grande do Norte e Região Metropolitana de Natal: População Ocupada Segundo Setores Produtivos e Municípios - 2000

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Observação: foram incluídos no total, os que trabalhavam em atividades mal definidas.

A questão da informalidade. Outro aspecto importante que as informações sobre o mercado de trabalho mostram para a Região Metropolitana de Natal é o grande percentual de pessoas que, embora exerçam alguma atividade produtiva, trabalham sem cobertura da legislação trabalhista ou previdenciária, isto é, informalmente. Para que se tenha uma idéia do nível de informalidade das relações de trabalho na metrópole são apresentados, a seguir, dois conjuntos de informações: (i) um primeiro refere-se à distribuição da ocupação informal segundo os *setores* produtivos e, (ii) um segundo, através do corte da informalidade referido aos *municípios* que integram a Região Metropolitana. Na Tabela 11 é apresentada a distribuição da informalidade das pessoas ocupadas, segundo os setores e segmentos produtivos.

Setores Produtivos	Absolutos	Relativos (%)	Grau de informalidade
Total	166.763	100,0	42,9
Agropecuária	17.914	10,7	80,7
Indústria	32.251	19,3	42,2
Extrativa	665	0,4	38,7
Transformação	14.676	8,8	33,2
Serv. Ind. Utilidade Púb.	348	0,2	17,7
Construção Civil	16.562	9,9	58,0
Terciário	115.226	69,1	40,2
Comércio e reparação	41.746	25,0	53,0
Serviços	73.480	44,1	48,8

Tabela 11
Região Metropolitana: Pessoas Ocupadas Informalmente - 2000

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censo Demográfico 2000
 Observação: O grau de informalidade mede a relação entre a população ocupada informal e a total, em percentuais.

24

Das 388,6 mil pessoas ocupadas na Região Metropolitana de Natal em 2000, cerca de 166,8 mil, ou seja, 42,9% do total, exerciam atividades produtivas informalmente, sem carteira de trabalho assinada ou sem cobertura previdenciária. Desse total de pessoas ocupadas informalmente, aproximadamente, 69,1% estavam concentrados nas atividades terciárias, constituídas por comércio e serviços, que alcançava, em termos absolutos, cerca de 115,2 mil pessoas. O comércio, de uma parte e os serviços, sobretudo as pessoas e os constituídos por serviços domésticos, de outra parte, abrigavam a parte da relevante da informalidade na metrópole norte-rio-grandense. Nas atividades industriais, vale o destaque para a informalidade captada na indústria de transformação e na construção civil, juntas, registravam, em termos absolutos, em 2000, cerca de 31,2 mil pessoas, ou 18,7%.

Observando os setores e segmentos produtivos da perspectiva do grau de informalidade - e na da sua participação no total do informal - o que se percebe, como era de se esperar, que a informalidade mais intensa ocorre nas atividades agropecuárias. De fato, de cada 10 pessoas ocupadas nessas atividades, cerca de 8 possui relações informais. Em segundo lugar, em termos de grau de informalidade se destacam, na Região Metropolitana, as atividades da indústria

de construção civil. Cerca de 58% dos ocupados na construção não possuíam cobertura trabalhista nem previdenciária. Parcela importante dos que trabalhavam no comércio e reparação (53%) tinham relações informações de trabalho.

Se, do ponto de vista do número absoluto de pessoas ocupadas informalmente, a maior parcela estava concentradas nas atividades terciárias, da perspectiva do nível de informalidade (% da ocupação informal em relação ao total de emprego), a maior intensidade ou grau desse tipo de relação de trabalho era encontrada na agropecuária, na construção civil e, no interior do terciário, nas atividades comerciais.

Embora o grau de informalidade seja distinto, segundo os setores e segmentos produtivos, as pessoas ocupadas informalmente estão presentes em todos os segmentos da classificação adotada na Tabela 11. Isto significa dizer que, provavelmente, as cadeias e arranjos produtivos metropolitanos, mesmo os que se apresentam modernos e elevado grau de produtividade, podem ter no interior de alguns elos a presença de contingentes informais de trabalhadores. O caso do turismo e lazer, da construção civil e das atividades imobiliárias, da indústria de alimentos e bebidas e da indústria têxtil e confecções, além de outros integram, além do trabalhador formal o informal.

Levando-se em conta a localização geográfica do informal, de acordo com os municípios que constituem a Região Metropolitana o que se constata é que, dada a dimensão demográfica de Natal, neste município localizavam-se cerca de 61,3% do total das pessoas ocupadas informalmente na metrópole (Tabela 12). Em seguida aparece Parnamirim com 11,4% e São Gonçalo do Amarante com 6,1%. Da perspectiva da maior intensidade do grau de informalidade (última coluna da Tabela 12), é em Natal que as informações registra a menor intensidade (39,2% do total dos empregos são informais). A maior é registrada em Nísia Floresta, no qual cerca 63,4% da população ocupada encontrava-se, em 2000, submetida a relação de informalidade. Note-se que a maior parte dos municípios de menor porte apresentam um grau de informalidade entre 59% e pouco mais de 60%.

Região e Municípios	Absolutos	Relativos (%)	Grau de informalidade
Reg. Metropolitana de Natal	166.763	100,0	42,9
Ceará - Mirim	9.978	6,0	59,7
Extremoz	3.329	2,0	59,9
Macaíba	9.317	5,6	54,2
Monte Alegre	2.788	1,7	60,8
Natal	102.307	61,3	39,2
Nisia Floresta	3.799	2,3	63,4
Parnamirim	19.009	11,4	42,1
S. G. do Amarante	10.123	6,1	46,2
São José de Mipibu	6.113	3,7	59,6

Tabela 12
Região Metropolitana de Natal: População Ocupada Informalmente Segundo os Municípios - 2000

Fonte dos dados básicos:
 IBGE – Censo Demográfico 2000

O que os dados sugerem é que os avanços ocorridos e a consolidação de importantes cadeias ou arranjos produtivos não foram, até 2000, suficientes para absorver parcela importante da força de trabalho metropolitano e para formalizar, substancialmente, as relações de trabalho da população ocupada. Este aspecto será examinado mais adiante.

26

1.3 Tendências Econômicas Relevantes.

As considerações que seguem procuram explicitar as tendências econômicas mais relevantes da Região Metropolitana de Natal. Num primeiro momento trata de examinar os aspectos macros, considerando-se o dinamismo mais geral da economia e a distribuição espacial da atividade produtiva no contexto estadual e no interior da metrópole. E num segundo momento, explicitando do dinamismo de alguns elos das cadeias e arranjos produtivos considerados relevantes para a economia metropolitana.

Tendências macroeconômicas. As informações disponíveis sobre a evolução do Rio Grande do Norte, de 1985 a 2003, medida com base no Valor Adicionado Bruto, mostram que a o Estado cresceu a uma taxa anual de 3,5%, registrando o maior crescimento entre os estados nordestinos, no período. Trata-se, vale ressaltar, de uma fase de reduzido crescimento da economia nacional e regional que, influenciou, fortemente, nas unidades da Federação localizadas no Nordeste.

Embora os indicadores para a Região Metropolitana de Natal não permitam um acompanhamento de perto da sua evolução, da mesma maneira que para a economia estadual, não resta dúvida que a metrópole não só acompanhou o crescimento do Rio Grande do Norte, em seu conjunto, como foi, certamente, um dos determinantes do seu dinamismo. Através do surgimento e consolidação das cadeias ou arranjos produtivos anteriormente assinalados - de turismo e lazer, da construção civil e atividades imobiliárias, do comércio com destaque para o varejo moderno e para o comércio exterior, da indústria de transformação com destaque para têxtil-confeções e para alimentos e bebidas, dos serviços mercantis de saúde e educação, além de outros - a metrópole comandada por Natal pode crescer e modernizar a sua estrutura urbana nas últimas décadas.

As informações oficiais sobre o Produto Interno Bruto (PIB) mostram que ocorreu, de 1999 a 2003, desaceleração da economia estadual e da metropolitana, que, tudo indica, foi superada nos dois últimos anos, segundo alguns indicadores. De fato, o primeiro aspecto - de desaceleração - é confirmado pela estimativa do PIB estadual que registrou entre 1999 e 2003 uma expansão anual de 2,6%, enquanto que o da Região Metropolitana de Natal cresceu a uma taxa de 1,5% ao ano, neste mesmo período⁵. Não obstante este fato, dados mais recente do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS) sobre emprego formal, um indicador relevante, dada a sua cobertura da economia formal do Estado e da Região Metropolitana, mostra que de 2003 a 2005 a taxa anual de crescimento do emprego nos estabelecimentos formais foi de 7,8% e a da Região Metropolitana de Natal de 7,7%,

⁵ Ressalte-se que 2003 foi o pior ano, em termos de crescimento econômico do País, da atual administração.

Essas taxas significativas foram impulsionadas, entre 2003 e 2005, no Estado do Rio Grande do Norte, pelo crescimento do emprego formal na indústria total (9,8% ao ano), com destaque para a construção civil que se expandiu a 16,4% ao ano. No que se refere ao setor terciário, vale o destaque para o comércio (12,3%), os serviços de alojamento e alimentação bem representativos das atividades de turismo e lazer (13%) e das atividades imobiliárias que inclui aluguéis e serviços prestados às empresas (13%).

A Região Metropolitana de Natal tem o dinamismo do emprego formal explicado pelos mesmos segmentos que foram os maiores responsáveis pelo crescimento do emprego no Rio Grande do Norte: a indústria total (9,5% ao ano) com destaque para a construção civil (16,8%), o terciário (7,6%), com a ocorrência de uma expansão

significativa no comércio (12%), nos serviços de alojamento e alimentação (11,7%), e nas atividades imobiliárias (19,3%).

As atividades agropecuárias, inclusive a pesca, registram taxas negativas tanto para o Rio Grande do Norte quanto para a Região Metropolitana, com relação ao emprego formal, nesta fase mais recente (2003-2005).

Em síntese, os dados disponíveis sinalizam para o fato de que a economia da Região Metropolitana, seguindo os passos da economia estadual, depois de uma fase de desaceleração que correspondeu a período de 1999 a 2003, apresentou uma recuperação, mais recentemente (2003/2005), impulsionado pelos segmentos que estão constituindo, na economia metropolitana, as cadeias produtivas mais dinâmicas.

Tendências da distribuição espacial da atividade produtiva. No que se refere à distribuição espacial da atividade produtiva, as informações disponíveis confirmam que, embora de pouca relevância, vem ocorrendo um processo de descentralização que favorece as regiões do interior, nas quais está se consolidando a moderna agricultura irrigada (no entorno de Mossoró e Açu) e a indústria extrativa mineral nas proximidades de Guamaré e Macau. Alguns indicadores sinalizam nesta direção: (i) a estimativa do Produto Interno Bruto mostra que em 1999 a Região Metropolitana de Natal detinha cerca de 51,8% do total estadual e passa, em 2003, a registrar participação um pouco menor (49,3%); (ii) no que se refere ao Valor Adicionado Bruto, para os mesmos anos, a perda da importância da metrópole é um pouco maior no contexto estadual: de 49,3% para 46,5%; (iii) quando se leva em conta o emprego formal de todas as atividades, a participação da Região Metropolitana passa de 67,1%, em 2000, para 63,6% em 2005. Há, portanto um processo de desconcentração em curso que reduz a grande hegemonia econômica da Região Metropolitana, no entanto, numa dimensão ainda reduzida.

No que se refere à distribuição da atividade produtiva no interior da Região Metropolitana, as informações, tanto do Valor Adicionado Bruto como as referentes ao emprego formal, mostram que existe um processo de descentralização ainda muito incipiente que, de modo algum, compromete a grande hegemonia econômica que o município de Natal tem na metrópole. Note-se na **Tabela 11** que a maioria dos municípios menores ganham, tanto no Valor Adicionado como no emprego formal enquanto que o município de Natal registra uma pequena perda.

Região Metropolitana E Municípios	Valor Adicionado		Emprego Formal	
	1999	2003	2000	2005
Região Metropolitana	100,0	100,0	100,0	100,0
Ceará Mirim	2,5	2,8	1,8	1,5
Parnamirim	10,2	11,6	6,3	6,5
Extremoz	1,7	2,0	0,4	0,4
Macaíba	4,3	4,9	1,4	3,0
Monte Alegre	0,6	0,7	0,5	0,7
Natal	70,0	68,7	84,6	83,1
Nisia Floresta	1,0	1,1	0,4	0,5
São Gonçalo do Amarante	8,3	6,6	4,1	2,9
São José do Mipibu	1,4	1,6	0,6	1,3

Tabela 11
Região Metropolitana
de Natal:
Participação dos
Municípios no
Valor Adicionado e
no Emprego Formal
- 1999 - 2005 (%).

Fonte dos dados básicos:
IBGE - Contas Regionais e
M.T.E (RAIS)

É importante ressaltar que o período considerando para as variáveis selecionadas é muito curto para se captar tendências bem definidas. Não obstante são incontestes os indícios de um processo em curso, que, no entanto, não beneficia todos os municípios de menor porte. São Gonçalo do Amarante, por exemplo, registra uma perda tanto em relação ao Valor Adicionado quanto no que se refere ao emprego formal.

Um detalhamento dessa análise permite que sejam apreendidos aspectos de grande relevância nesse processo de descentralização espacial, considerando-se os estabelecimentos registrados no Ministério do Trabalho e Emprego e do emprego formal.

O que se faz a seguir analisar o desempenho recente do número de empregos e estabelecimentos (empresas) formais dos principais segmentos econômicos da Região Metropolitana de Natal.

Nessa análise foram consideradas as informações referentes aos anos de 2000 a 2005 dos seguintes segmentos: (i) **turismo e lazer**, representados pelos estabelecimentos hoteleiros, outros alojamentos e albergues, restaurantes, bares e lanchonetes, além dos serviços das agências de viagem e organizadores de viagem; (ii) o **varejo moderno** compreendendo o comércio varejista em hipermercados, supermercados, lojas de conveniência e lojas de produtos não especializados, inclusive lojas de departamento; (iii) a **construção civil** e atividades imobiliárias; (iv) a indústria **têxtil e de confecções** que compreende o beneficiamento de fibras têxteis, fiação e tecelagem assim como a confecção de vestuário e acessórios, preparação de couro e fabricação de calçados; (v) **indústria de alimentos e bebidas**; (vi) **aqüicultura** que compreende a pesca de peixes, crustáceos, moluscos e outros animais aquáticos, além do cultivo desses animais e dos serviços diretamente relacionados.

A **Tabela 12** apresenta inicialmente os dados referentes ao percentual do número de estabelecimentos de acordo com os segmentos produtivos para o ano de 2005, ou seja, demonstrando a quantidade de empresas que se encontravam formalmente estabelecidas naquele ano. Os dados foram tabulados considerando o Estado como um todo, a Região Metropolitana de Natal e os municípios que a compõe. Quando se examina o número de estabelecimentos nos três grandes setores econômicos percebe-se uma expressiva concentração da indústria (56,4%) e dos serviços (64,5%) na Região Metropolitana de Natal e uma participação menor dos estabelecimentos voltados para a agropecuária e pesca (39,8%), ou seja, mais de 60% dos estabelecimentos formais localizam-se no interior do Estado.

É importante ressaltar que a concentração observada no número de estabelecimentos no setor industrial é proveniente da maior presença da indústria de transformação e da construção na Região Metropolitana, já que a indústria extrativa localiza-se em maior peso no interior do Estado.

Essa concentração também é verificada quando se analisa, isoladamente, a Região Metropolitana de Natal. Neste caso, o município de Natal concentra 71,2% dos estabelecimentos industriais localizados na metrópole, 84,2% dos estabelecimentos do setor de serviços e 32,9% dos estabelecimentos voltados para a produção agropecuária e de pesca. Chama atenção nesse último setor a participação dos municípios de Ceará Mirim com 14,1% e Macaíba, Nísia Floresta e São José do Mipibu em torno de 10,0%.

Vale salientar que quando esses setores econômicos são examinados a partir de informações do ano de 2000 (**Tabela 13**), percebe-se que a concentração do número de estabelecimentos na Região Metropolitana, assim como, no Município de Natal foi, anteriormente, superior aos percentuais encontrados para 2005. No ano 2000 a participação da Região Metropolitana de Natal na quantidade de estabelecimentos do setor industrial era de aproximadamente 60% dos quais cerca de 75% localizavam-se em Natal, quando se analisa o interior da metrópole. Esse fato repete-se quando se examina o setor de serviços, ou seja, em 2000 a participação no número de estabelecimentos da Região Metropolitana era de cerca de 68% e em Natal alcançou aproximadamente 87%.

Ao se examinar na perspectiva do número de empregos formais (**Tabela 14**) verifica-se que a concentração na RMN é ainda mais elevada no setor industrial e de serviços quando comparada ao número de

estabelecimentos. Na indústria, em 2005, aproximadamente 59,7% dos empregos formais do Rio Grande do Norte estavam localizados na Região Metropolitana, com maior intensidade na indústria de transformação, produção e distribuição de eletricidade, gás e água e na construção. No setor de serviços a participação do emprego formal em 2005 na Região Metropolitana era de cerca de 67,4%. No que se refere ao setor agropecuário e de pesca a participação da metrópole é bastante reduzida representando cerca de 16,5%, ou seja, 83,5% dos empregos formais localizam-se no interior do Estado.

Quando a análise se restringe aos percentuais da distribuição do número de empregos formais dos municípios da Região Metropolitana, Natal aparece com uma participação de cerca de 65,6% dos empregos industriais e 87,4% dos empregos no setor de serviços. Com relação ao emprego da agropecuária e da pesca a participação de Natal é de aproximadamente 40%, com destaque para os municípios de Ceará Mirim e de São José do Mipibu que participam respectivamente com 17,7% e 10,4% dos empregos nesse setor.

Ainda no que se refere ao emprego formal, repete-se aqui a mesma situação analisada anteriormente nos estabelecimentos. Quando as informações são coletadas para o ano de 2000 (**Tabela 15**) verifica-se uma concentração ainda maior na Região Metropolitana. Em 2000 a participação da Região Metropolitana de Natal no emprego formal do setor industrial e de serviços era de aproximadamente 66% e 71% respectivamente. Vale salientar que essa mesma desconcentração, ainda que incipiente quando são comparados os anos de 2000 e 2005, não foi verificada no setor industrial, considerando-se apenas os municípios da Região Metropolitana, ou seja, nesse caso, em 2000, Natal aparece com uma participação no número de empregos inferior ao que registrou em 2005. A indústria de Natal participava com cerca de 62% dos empregos, percentual menor do que o registrado em 2005. Nesse sentido, chama a atenção a perda de participação dos municípios de São Gonçalo do Amarante e de Parnamirim que em 2000 participavam com 14% e 13,8% dos empregos industriais da metrópole e em 2005 apresentaram participações de 7,8% e 11,7% respectivamente.

No que diz respeito ao setor de serviços uma leve desconcentração é percebida, já que em 2000 a participação de Natal era de cerca de 90% naquele ano. Essa pequena desconcentração repercutiu em praticamente todos os outros municípios da RMN.

Atividades econômicas	Rio Grande do Norte		Natal		Ceará		Pernambuco		Paraná		Rio de Janeiro		São Paulo		São José do Rio Preto	
	100,0	63,6	100,0	16,5	1,0	4,1	0,3	1,9	0,4	0,3	1,9	0,3	52,9	0,3	1,9	0,8
Total	100,0	63,6	100,0	16,5	1,0	4,1	0,3	1,9	0,4	0,3	1,9	0,3	52,9	0,3	1,9	0,8
Agricultura e pesca	100,0	16,5	100,0	16,5	2,9	1,3	0,4	1,0	0,3	0,4	1,0	0,3	6,6	1,3	1,1	1,7
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	100,0	13,3	100,0	13,3	3,3	1,6	0,2	1,0	0,3	0,2	1,0	0,3	3,8	0,6	0,5	2,0
Pesca	100,0	31,9	100,0	31,9	0,9	0,1	1,1	1,0	0,0	1,1	1,0	0,0	20,1	4,5	3,7	0,5
Indústria	100,0	59,7	100,0	59,7	1,3	7,0	0,3	5,9	0,1	0,3	5,9	0,1	39,2	0,3	4,6	1,0
Indústrias extrativas	100,0	8,7	100,0	8,7	0,6	1,2	0,0	1,7	0,0	0,0	1,7	0,0	4,0	0,0	1,1	0,0
Indústrias de transformação	100,0	61,5	100,0	61,5	1,7	8,7	0,2	8,8	0,1	0,2	8,8	0,1	33,9	0,1	7,0	1,0
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	100,0	68,1	100,0	68,1	2,7	1,7	1,6	0,6	0,1	1,6	0,6	0,1	59,4	0,2	1,5	0,2
Construção	100,0	69,1	100,0	69,1	0,2	5,0	0,6	0,5	0,0	0,6	0,5	0,0	60,8	0,7	0,1	1,3
Serviços	100,0	67,4	100,0	67,4	0,8	3,6	0,3	1,1	0,5	0,3	1,1	0,5	58,9	0,3	1,3	0,7
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	100,0	70,0	100,0	70,0	0,8	6,4	0,2	1,6	0,1	0,2	1,6	0,1	59,6	0,1	0,7	0,5
Alojamento e alimentação	100,0	80,5	100,0	80,5	0,5	4,1	0,6	0,6	0,0	0,6	0,6	0,0	72,1	0,8	1,6	0,3
Transporte, armazenagem e comunicações	100,0	84,1	100,0	84,1	0,7	9,9	0,0	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	70,9	0,4	1,7	0,2
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	100,0	75,7	100,0	75,7	0,7	1,4	0,0	0,5	0,2	0,0	0,5	0,2	72,2	0,0	0,4	0,3
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	100,0	64,8	100,0	64,8	0,0	2,7	0,1	0,5	3,0	0,1	0,5	3,0	57,1	0,1	0,1	1,1
Administração pública, defesa e seguridade social	100,0	62,2	100,0	62,2	1,0	2,2	0,3	1,1	0,4	0,3	1,1	0,4	54,0	0,4	1,8	0,9
Educação	100,0	70,8	100,0	70,8	0,8	4,5	0,1	0,9	0,0	0,1	0,9	0,0	63,2	0,0	0,7	0,5
Saúde e serviços sociais	100,0	75,2	100,0	75,2	0,1	1,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,3	0,0	73,3	0,0	0,1	0,3
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	100,0	84,6	100,0	84,6	0,3	5,5	0,2	1,3	0,0	0,2	1,3	0,0	76,2	0,1	0,7	0,2
Serviços domésticos	100,0	66,3	100,0	66,3	1,9	3,8	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	57,7	1,0	0,0	1,0

Tabela 12

Rio Grande do Norte e Natal Metr pole: N  de pessoas empregadas por setor de atividade - 2005 (participa o - ESTADO = 100)

Fonte: MTE - RAIS

Atividades econômicas	Rio Grande do Norte		Natal		Metrópole		Ceará		Pernambuco		Piauí		Maranhão		Paraná		Rio de Janeiro		São Paulo		Rio Grande do Sul	
	100,0	67,1	1,2	4,3	0,3	0,9	0,3	0,3	0,1	0,6	0,3	0,3	0,9	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4
Total	100,0	67,1	1,2	4,3	0,3	0,9	0,3	0,3	0,1	0,6	0,3	0,3	0,9	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4
Agopecuária e pesca	100,0	15,1	0,8	1,8	0,1	0,6	0,1	0,6	0,1	0,6	0,3	0,3	0,6	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	1,4
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	100,0	12,9	0,8	1,9	0,1	0,6	0,1	0,6	0,1	0,6	0,3	0,3	0,6	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	1,5
Pesca	100,0	49,5	0,0	0,3	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,0
Indústria	100,0	66,1	3,3	9,1	0,2	2,0	0,1	41,1	0,4	9,3	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Indústrias extrativas	100,0	16,4	1,4	11,6	0,0	1,0	0,0	1,8	0,0	0,7	0,0	0,0	0,7	0,0	0,7	0,0	0,0	0,7	0,0	0,7	0,0	0,0
Indústrias de transformação	100,0	68,2	4,6	10,5	0,2	2,3	0,2	35,7	0,4	13,6	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	100,0	67,3	3,3	0,7	0,9	0,0	0,1	60,1	0,1	1,8	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Construção	100,0	77,0	0,3	5,9	0,2	1,7	0,0	67,2	0,6	0,9	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Serviços	100,0	70,8	0,7	3,2	0,3	0,7	0,4	63,9	0,2	1,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	100,0	71,4	0,8	5,2	0,1	0,7	0,1	63,0	0,1	0,9	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Alojamento e alimentação	100,0	87,8	0,1	5,9	1,6	0,2	0,0	77,6	1,1	1,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Transporte, armazenagem e comunicações	100,0	88,6	0,6	6,1	1,0	0,1	0,0	79,5	0,4	0,7	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Intermediação financeira, seguros, previdenciária e serviços complementares	100,0	73,3	0,8	2,0	0,0	0,4	0,3	69,2	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados as empresas	100,0	65,5	0,1	7,0	0,4	0,0	2,0	54,1	0,1	1,1	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Administração pública, defesa e seguridade social	100,0	66,7	0,9	1,7	0,2	1,0	0,4	60,7	0,2	1,5	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Educação	100,0	73,2	0,7	2,5	0,0	0,3	0,0	68,6	0,0	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Saúde e serviços sociais	100,0	75,1	0,1	0,8	0,0	0,2	0,0	73,0	0,0	0,5	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	100,0	84,7	0,5	1,8	0,3	0,3	0,3	80,8	0,2	0,7	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Serviços domésticos	100,0	76,5	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	67,6	2,9	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Tabela 13

Rio Grande do Norte e Natal Metrôpole: Nº de pessoas empregadas por setor de atividade - 2000 (participação - ESTADO = 100)

Fonte: MTE - RAIS

Atividades econômicas	Natal		Ceará		Pernambuco		Rio Grande do Norte		Paraíba		Piauí		Tocantins	
	Metrópole	Mirim	Metrópole	Mirim	Extremoz	Macaíba	Monte Alegre	Natal	Nísia Floresta	São Gonçalo de Amarante	São José de Mipibu			
Total	100,0	1,5	100,0	1,5	6,5	0,4	3,0	83,1	0,5	2,9	1,3			
Agopecuária e pesca	100,0	17,7	100,0	17,7	7,9	2,3	5,9	40,0	7,9	6,4	10,4			
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	100,0	25,0	100,0	25,0	11,7	1,8	7,3	28,4	4,8	3,9	14,8			
Pesca	100,0	2,9	100,0	2,9	0,3	3,4	3,2	63,1	14,1	11,5	1,4			
Indústria	100,0	2,1	100,0	2,1	11,7	0,6	9,9	65,6	0,4	7,8	1,7			
Indústrias extrativas	100,0	7,5	100,0	7,5	14,4	0,0	20,0	45,7	0,0	12,5	0,0			
Indústrias de transformação	100,0	2,7	100,0	2,7	14,2	0,4	14,2	55,1	0,2	11,3	1,7			
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	100,0	4,0	100,0	4,0	2,5	2,4	0,9	87,2	0,3	2,2	0,3			
Construção	100,0	0,3	100,0	0,3	7,2	0,9	0,7	87,9	1,0	0,1	1,9			
Serviços	100,0	1,2	100,0	1,2	5,3	0,4	1,6	87,4	0,4	1,9	1,1			
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	100,0	1,1	100,0	1,1	9,1	0,2	2,3	85,1	0,2	1,0	0,8			
Alojamento e alimentação	100,0	0,6	100,0	0,6	5,0	0,8	0,8	89,5	1,0	1,9	0,3			
Transporte, armazenagem e comunicações	100,0	0,8	100,0	0,8	11,8	0,0	0,3	84,3	0,4	2,1	0,3			
Intermediação financeira, seguros, previdenciária e serviços relacionados	100,0	0,9	100,0	0,9	1,9	0,0	0,6	95,4	0,0	0,5	0,4			
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	100,0	0,1	100,0	0,1	4,2	0,1	0,7	88,1	0,2	0,1	1,7			
Administração pública, defesa e seguridade social	100,0	1,7	100,0	1,7	3,5	0,6	1,8	86,8	0,6	2,9	1,5			
Educação	100,0	1,2	100,0	1,2	6,4	0,2	1,3	89,3	0,1	1,0	0,7			
Saúde e serviços sociais	100,0	0,1	100,0	0,1	1,3	0,0	0,4	97,5	0,0	0,1	0,5			
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	100,0	0,4	100,0	0,4	6,5	0,2	1,5	90,1	0,1	0,9	0,3			
Serviços domésticos	100,0	2,9	100,0	2,9	5,8	0,0	0,0	87,0	1,4	0,0	1,4			

Tabela 14

Rio Grande do Norte e Natal Metrôpole: Nº de pessoas empregadas por setor de atividade - 2005 (participação - RMN = 100)

Fonte: MTE - RAIS

Atividades econômicas	Natal Metrópole	Ceará Mirim	Parnamirim	Extremoz	Macaíba	Monte Alegre	Natal	Nísia Floresta	São Gonçalo de Amarante	São José de Mipibu
Total	100,0	1,8	6,3	0,4	1,4	0,5	84,6	0,4	4,1	0,6
Agropecuária e pesca	100,0	5,2	12,0	0,7	4,0	1,7	59,0	5,7	2,2	9,4
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	100,0	6,5	14,8	0,9	4,9	2,1	51,2	5,4	2,4	11,7
Pesca	100,0	0,0	0,7	0,0	0,2	0,0	91,1	7,0	1,1	0,0
Indústria	100,0	5,0	13,8	0,3	3,0	0,2	62,2	0,6	14,0	0,8
Indústrias extrativas	100,0	8,3	70,7	0,0	6,0	0,0	10,7	0,0	4,3	0,0
Indústrias de transformacao	100,0	6,7	15,4	0,3	3,4	0,3	52,3	0,5	20,0	1,1
Producao e distribuicao de eletricidade, gas e agua	100,0	4,9	1,1	1,4	0,0	0,1	89,2	0,1	2,7	0,5
Construcao	100,0	0,4	7,6	0,3	2,2	0,0	87,3	0,8	1,2	0,2
Serviços	100,0	1,0	4,5	0,4	1,0	0,5	90,3	0,3	1,7	0,4
Comercio, reparacao de veiculos automotores, objetos pessoais e domesticos	100,0	1,1	7,3	0,1	1,0	0,1	88,2	0,2	1,3	0,7
Alojamento e alimentacao	100,0	0,1	6,7	1,8	0,2	0,0	88,3	1,2	1,5	0,2
Transporte, armazenagem e comunicacoes	100,0	0,7	6,9	1,2	0,1	0,0	89,7	0,4	0,8	0,2
Intermediacao financeira, seguros, prev. complementar e serv.relacionados	100,0	1,0	2,7	0,0	0,5	0,4	94,4	0,2	0,4	0,4
Atividades imobiliarias, alugueis e servicos prestados as empresas	100,0	0,1	10,7	0,5	0,0	3,1	82,7	0,2	1,8	0,9
Administracao publica, defesa e seguridade social	100,0	1,4	2,6	0,3	1,5	0,5	90,9	0,4	2,3	0,2
Educao	100,0	0,9	3,4	0,0	0,4	0,0	93,7	0,0	0,7	0,9
Saude e servicos sociais	100,0	0,2	1,1	0,0	0,3	0,0	97,3	0,0	0,7	0,4
Outros servicos coletivos, sociais e pessoais	100,0	0,5	2,1	0,3	0,4	0,0	95,4	0,2	0,8	0,3
Serviços domesticos	100,0	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	88,5	3,8	3,8	0,0

Tabela 15

Rio Grande do Norte e Natal Metrópole: Nº de pessoas empregadas por setor de atividade - 2000 (participação - RMN = 100)

Fonte: MTE - RAIS

Dinâmica setorial da economia metropolitana. A apreensão do dinamismo da economia metropolitana não pode ser feita através dos dados do Produto Interno Bruto ou de Valor Agregado Bruto, uma vez que as estimativas oficiais sobre os municipais não permitem uma desagregação, a não ser pelos grandes setores produtivos (agropecuária, indústria e serviços), e somente de 1999 até 2003. Por este razão optou-se pelas informações relativas ao emprego formal e ao número de estabelecimentos formais, coletados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS), para os anos 2000 a 2005.

Na **Tabela 16** são apresentadas as informações referentes ao crescimento do emprego formal na Região Metropolitana de Natal, comparando a sua dinâmica com a do Estado do Rio Grande do Norte.

Chama inicialmente a atenção o fato de que tanto a metrópole quando o Estado registraram um crescimento importante do emprego formal, com o Rio Grande do Norte (7,4% ao ano) registrando uma taxa um pouco maior que a da Região Metropolitana de Natal (6,2%). Vale ressaltar que este dinamismo, medido pelo emprego formal, foi disseminado em todos os setores e segmentos produtivos.

No caso da Região Metropolitana de Natal, as cadeias e arranjos produtivos anteriormente considerados, confirmam, na maior parte dos casos, tanto a sua importância econômica como seu dinamismo. Assim, começando pelo turismo e pelo lazer, na tabela representados, parcialmente, pelos serviços de *alojamento e alimentação*, observa-se que estas atividades registraram, no período 2000-2005, uma expansão anual de 8,2%, com o emprego passando do 8,3 mil para 12,3 mil e o número de estabelecimentos de 857 para 1.189. Esse dinamismo, que vem ocorrendo, certamente, há décadas, está associados ao conjunto de investimentos públicos e privados realizados em Natal e na zona litorânea de diversos municípios, inclusive fora da Região Metropolitana. Ressalte-se que o nível de emprego antes assinalado, não abrange nem os empregos formais de outros elos importantes (serviços de transporte, diversões, comércio voltados para o turismo) nem, tampouco, o grande número de empregos informais em serviços que servem de apoio ao núcleo da cadeia produtiva de turismo e lazer.

No que se refere ao complexo de atividades formadas pela *construção civil* e pelas *atividades imobiliárias*, o crescimento apresentado é também significativo, no período 2000-2005. A indústria de construção civil registrou uma expansão de 6,3% ao ano, quando se considera o nível do emprego formal, e as atividades imobiliárias e de

aluguéis (incluindo os serviços prestados às empresas) registraram uma expansão de 11,2% ao ano. Os dados da **Tabela 16** mostram, com clareza, ao lado da grande participação da Região Metropolitana de Natal no total do emprego formal na construção civil e nas atividades imobiliária, já anteriormente comentada, o seu dinamismo quanto ao emprego formal.

Atividades econômicas	Rio Grande do Norte - 2000	Rio Grande do Norte - 2005	Taxa Anual 2000/2005	Natal Metrópole - 2000	Natal Metrópole - 2005	Taxa Anual 2000/2005
Total	315.488	450.797	7,4	211.846	286.670	6,2
Agropecuária e pesca	15.529	21.562	6,8	2.344	3.564	8,7
Agropecuária	14.599	17.838	4,1	1.884	2.376	4,7
Pesca	930	3.724	32,0	460	1.188	20,9
Indústria	61.439	80.502	5,6	40.622	48.054	3,4
Indústria extrativa	4.779	6.017	4,7	784	521	(7,8)
Indústria de transformação	40.338	51.828	5,1	27.514	31.899	3,0
SIUP	2.510	2.718	1,6	1.690	1.850	1,8
Construção Civil	13.812	19.939	7,6	10.634	13.784	5,3
Serviços	238.520	348.733	7,9	168.880	235.052	6,8
Comércio e Reparação	41.681	68.772	10,5	29.777	48.146	10,1
Alojamento e alimentação	9.454	15.299	10,1	6.299	12.323	6,2
Transporte, armazenagem e comunicações	11.203	12.081	1,5	9.921	10.159	0,5
Intermediação financeira, prev.complementar	3.383	4.287	4,9	2.481	3.246	5,5
Atividades imobiliárias, aluguéis e serv às empresas	19.773	33.994	11,4	12.948	22.038	11,2
Administração pública, defesa e seguridade social	122.634	174.575	7,3	81.839	108.558	5,8
Educação	10.745	14.440	6,1	7.864	10.226	5,4
Saúde e serviços sociais	9.290	10.840	3,1	6.977	8.151	3,2
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	10.323	14.341	6,8	8.748	12.136	6,8
Serviços domésticos	34	104	25,1	26	69	21,6

Tabela 16
Rio Grande do Norte e Região Metropolitana de Natal - Crescimento do Emprego Formal -2000/2005

Fonte dos dados básicos; Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS)

O *comércio* (que inclui nessa classificação os serviços de reparação, com reduzida participação) também registra um crescimento significativo: 10,5% no Rio Grande do Norte e 10,1% na Região Metropolitana. Note-se que na metrópole, o nível do emprego passa, no comércio, de 29,7 mil pessoas em 2000 para 48,1 mil.

É importante considerar, também, a dinâmica dos serviços de educação e saúde mercantis, atividades que, como se assinalou, têm um poder enorme de irradiação em outros segmentos. Procurando separa, os serviços de saúde dos serviços sociais (como está na classificação da **Tabela 16**), o **Gráfico 4** apresenta informações relevantes sobre as taxas de crescimento anual dos estabelecimentos e do emprego formal nos serviços de educação e saúde.

Tanto na Região Metropolitana de Natal quanto no Estado, o crescimento, tanto dos estabelecimentos quanto dos empregos formais ocorrem nos serviços educacionais privados. Note-se que nestes últimos serviços, o crescimento entre 2000 e 2005 dos estabelecimentos foi de 7,7% na Região Metropolitana e 7,2% no Rio Grande do Norte. O emprego formal cresce menos (5,2% e 6,1%, respectivamente na metrópole e no Estado). Bem menor foi o avanço constatado em relação à expansão dos estabelecimentos e dos empregos formais no que se refere aos serviços de saúde privados.

38

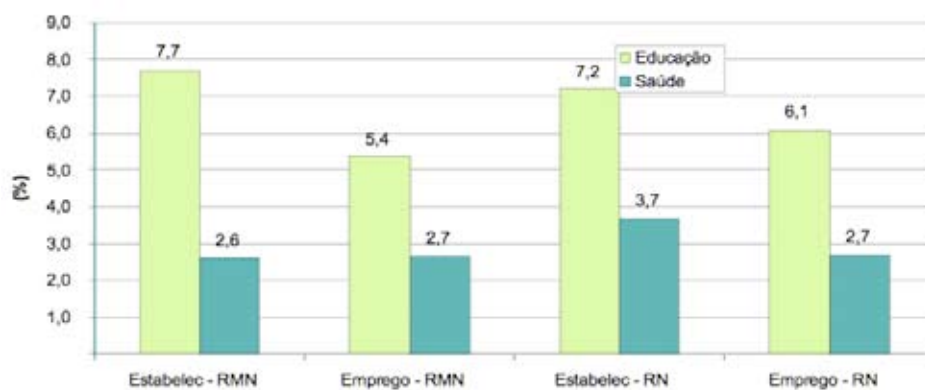


Gráfico 3
Rio Grande do Norte e Região Metropolitana de Natal - Taxa de crescimento anual dos estabelecimentos e dos empregos formais nos serviços de saúde e educação mercantis 2000-2005

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS

Com relação à *indústria de transformação*, as informações da **Tabela 16** mostram que ocorreu um crescimento de 3% ao ano no emprego formal, na Região Metropolitana e de 5,1% no Rio Grande do Norte, entre 2000 e 2005. Centrando a análise nos segmentos relevantes que constituem o núcleo dos arranjos produtivos de indústria de alimentos

e bebidas, de um lado, e da têxtil e confecções, de outro, observa-se que ocorreram mudanças relevantes na dinâmica dos referidos segmentos, da perspectiva da sua distribuição no espaço metropolitano.

Começando pela indústria de *alimentos e bebidas*, vale ressaltar que o crescimento do emprego formal foi reduzido, na comparação com o que ocorreu com a maioria dos setores e segmentos produtivos entre 2000 e 2005, tanto no Estado (1,7% ao ano) como na Região Metropolitana (1,5% ao ano). Além disso, deve-se ressaltar o seu comportamento muito desigual entre os municípios metropolitanos, que registram ou declínio ou aumento, por vezes significativo, do emprego formal. De fato, conforme está assinalado na **Tabela 17**, ocorreu declínio do emprego formal, no período considerado, no Ceará Mirim, em Natal e em São Gonçalo do Amarante. Em termos relativos, o maior declínio do emprego na indústria de alimentos e bebidas ocorreu em São Gonçalo do Amarante que registrou um taxa negativa anual de -15,4%, o que implicou na redução a menos da metade do emprego formal existentes em 2000. No sentido contrário, de expansão do emprego formal, cabe fazer referência ao crescimento significativo apresentado por Macaíba, com os nível de ocupação formal da indústria de alimentos e bebidas passado de 197 para 1740 empregos (crescimento anual de 54,6%). De qualquer forma com seus 6,3 mil empregos formais e 337 estabelecimentos, essa atividade industrial que se articula com outros segmentos produtivos no interior do Estado e da Região Metropolitana, mantém uma posição de destaque na indústria de transformação norte-rio-grandense.

Tabela 17
Rio Grande do Norte e Região Metropolitana: Emprego Formal em Segmentos Industriais 2000-2005

Fonte dos dados básicos: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS

39

Estado e Região Metropolitana	Alim. & bebida		Têxtil		Confecções		Taxas Anuais		
	2000	2005	2000	2005	2000	2005	Al & b.	Têxtil	Conf.
Rio Grande do Norte	10.597	11.538	10.597	9.961	5.095	10.751	1,7	(1,2)	16,1
Região Metropolitana	5.843	6.282	5.843	8.930	4.019	8.662	1,5	8,9	16,6
Ceará Mirim	1.633	706	1.633	27	164	41	(15,4)	(56,0)	(24,2)
Parnamirim	917	1.000	917	1.626	498	622	1,7	12,1	4,5
Extremoz	37	93	37	0	28	5	20,2		(29,1)
Macaíba	197	1.740	197	2.060	59	213	54,6	59,9	29,3
Monte Alegre	15	15	15	9	66	37	-	(9,7)	(10,9)
Natal	2.600	2.399	2.600	2.505	2.770	7.572	(1,6)	(0,7)	22,3
Nisia Floresta	11	20	11	0	79	26	12,7		(19,9)
S. G. do Amarante	422	204	422	2.703	203	0	(13,5)	45,0	
S. J. do Mipibu	11	105	11	0	152	146	57,0		(0,8)

O conjunto formado pela *indústria têxtil* e de *confeccões* passou, também, por importantes reajustes no interior da economia estadual. Da perspectiva do emprego formal, enquanto a têxtil, no Estado reduz seu nível de ocupação formal, a de confeccões o amplia significativamente. Na Região Metropolitana, ocorre o aumento do emprego formal nos dois segmentos que registram taxas significativas de crescimento: a têxtil com 8,9% ao ano e a de confeccões com 16,6% ao ano.

Ao lado do peso ou importância relativa do terciário, a Região Metropolitana de Natal mantém uma presença marcante na indústria e abriga, no seu interior, dois importantes arranjos produtivos industriais, constituídos pela indústria de alimentos e bebidas e pela indústria têxtil e de confeccões. Como se constatou, não obstante as mudanças ocorridas no Estado e no País (abertura comercial, política monetária e fiscal restritivas) a economia industrial metropolitana – no que se refere, sobretudo aos dois arranjos produtivos citados – avançou e consolidou importantes empreendimentos industriais, aumentando, entre 2000 e 2005 o nível de empregos formais.

Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano. As informações oficiais mais recentes sobre o nível de emprego total (formal e informal) da Região Metropolitana de Natal alcançam até o ano de 2000, não permitindo, portanto, que se avance nesta fase mais recente (2000-2005), na qual os dados sobre o emprego formal, captado pelo Ministério do Trabalho (RAIS) mostram um grande dinamismo.

O que os dados mostram é que de 1991 a 2000 a população ocupada metropolitana, incluída a que desenvolve o seu trabalho nas atividades formais e informais de todos os segmentos produtivos, cresceu a uma taxa de 2,8%, passando de 302,9 mil, em 1991, para 388,6 mil, em 2000, induzida, em grande parte, pelo emprego gerado nas atividades terciárias. As informações da **Tabela 18** mostram os aspectos mais relevantes dessa trajetória.

População Ocupada	Valores Absolutos		Valores Relativos		Taxa
	1991	2000	1991	2000	1991/2000
Total	302.880	388.556	100,0	100,0	2,8
Agropecuária	22.284	22.212	7,4	5,7	(0,0)
Indústria	70.539	76.374	23,3	19,7	0,9
Extrativa	4.428	1.720	1,5	0,4	(10,0)
Transformação	38.486	44.141	12,7	11,4	1,5
Serv. Indust. Ut. Pub	5.726	1.963	1,9	0,5	(11,2)
Construção Civil	21.899	28.550	7,2	7,3	3,0
Terciário	209.331	286.769	69,1	73,8	3,6
Comercio e Reparação	58.074	78.693	19,2	20,3	3,4
Serviços	93.053	150.453	30,7	38,7	5,5
Administração Pública	58.204	57.623	19,2	14,8	(0,1)
Atividades Mal Definidas	726	3.201	0,2	0,8	17,9

Tabela 18
Região Metropolitana
de Natal -
População Ocupada -
1991 -2000

Fonte: IBGE - Censos
de 1991 e 2000

Note-se que contrariamente às tendências que foram detectadas para o emprego formal industrial, posterior a 2000, os dados para o emprego industrial total mostram um crescimento muito reduzido entre 1991 e 2000 (0,9%), com um declínio acentuado da ocupação total na indústria extrativa mineral, nos serviços industriais de utilidade pública e uma expansão muito reduzida do emprego na indústria de transformação.

Desse reduzido dinamismo da ocupação, associado a um crescimento pouco significativo da economia estadual (e certamente da metropolitana) - embora o Rio Grande do Norte, como se fez referência, tenha crescido, entre 1985 a 2003, a uma taxa de 3,5% ao ano, a maior taxa entre os estados nordestinos - resultou um alto grau de informalidade da ocupação, mostrada na **Tabela 19**. Essa informalidade não apenas abrange um percentual significativo da população ocupada, com registra um pequeno aumento, com o decorrer dos anos.

De fato, para o conjunto do emprego metropolitano, o grau de informalidade (relação percentual entre a população ocupada classificada como informal e a população ocupada total) passou, entre 1991 e 2000, de 40,6% para 42,9%. Em termos absolutos, significa o aumento do contingente informal de 122,9 mil pessoas, em 1991, para 166,7 mil em 2000.

Deve-se ressaltar que mesmo no município de Natal, ocorreu o aumento da informalidade, onde as cifras passaram de 35,8% para 39,2%. Chama a atenção o alto grau de informalidade da maior parte dos municípios de menor porte, comparativamente à situação encontrada na capital, com destaque para Ceará Mirim, Extremoz, Monte Alegre, Nísia Floresta e São José do Mipibu.

Pessoas Ocupadas	1991			2000			Grau de Inf.	
	Total	Formal	Informal	Total	Formal	Informal	1991	2000
Região Metropolitana	302.880	179.968	122.912	388.556	221.793	166.763	40,6	42,9
Ceará Mirim	14.758	6.743	8.015	16.712	6.734	9.978	54,3	59,7
Extremoz	4.123	1.415	2.708	5.561	2.232	3.329	65,7	59,9
Macaíba	13.333	5.655	7.678	17.175	7.858	9.317	57,6	54,2
Monte Alegre	4.200	1.034	3.166	4.588	1.800	2.788	75,4	60,8
Natal	219.104	140.567	78.537	261.172	158.865	102.307	35,8	39,2
Nisia Floresta	4.615	1.207	3.408	5.993	2.194	3.799	73,8	63,4
Parnamirim	20.537	12.979	7.558	45.203	26.194	19.009	36,8	42,1
São Gonçalo do Amarante	13.924	7.466	6.458	21.898	11.775	10.123	46,4	46,2
São José do Mipibu	8.286	2.902	5.384	10.254	4.141	6.113	65,0	59,6

42

Tabela 19
Região Metropolitana de Natal: Grau de Informalidade das Pessoas Ocupadas - 1991 - 2000 (Informalidade Rural e Urbana)

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos de 1991 e 2000

Como se fez referência, não existem informações sobre a totalidade do emprego metropolitano (formal e informal) após o ano de 2000. Não obstante este fato, as informações anteriormente comentadas sobre o emprego formal mostram uma realidade caracterizada pelo dinamismo bem maior do mercado de trabalho, apesar do seu caráter parcial uma vez que compreende apenas os trabalhadores inseridos nas unidades de produção formais. O que os dados sugerem é que no período mais recente (2000 a 2005), as taxas de crescimento do emprego formal são significativas. Este fato certamente deu lugar não só a uma redução do desemprego constatado para 2000, como a um processo de formalização após o referido ano.

O **Gráfico 5** construído a partir das informações constantes na **Tabela 16** permite que se tenha uma idéia mais precisa deste dinamismo recente, ao estabelecer a comparação com entre o crescimento do emprego formal (RAIS) entre 2000 e 2005 e do emprego total (Censos) que inclui o formal e informal, entre 1991 e 2000.

Em relação a todos os setores produtivos, as taxas de crescimento do emprego formal são superiores às emprego total, vigentes em fase anterior. As informações apontam na direção de um processo de recuperação do mercado de trabalho na metrópole, posteriormente a 2000 e, pelo grande dinamismo do emprego formal, entre 2000 e 2005, um provável processo de formalização das relações de trabalho. Esta última afirmativa baseia-se no fato de que dificilmente, na Região Metropolitana de Natal, o emprego total (formal e informal) possa alcançar taxas globais de expansão superiores a 6,2% ao ano.

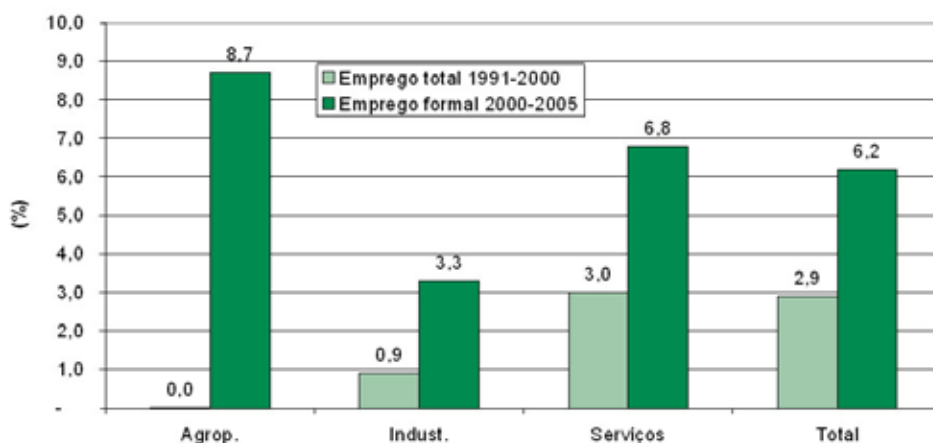


Tabela 19
Região Metropolitana de Natal: Comparação das taxas anuais de crescimento do emprego total e do emprego formal em diferentes períodos: 1991-2000 e 2000-2005

Fonte dos dados básicos: IBGE – Censos Demográficos (emprego total) e Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS) (emprego formal)

1.4. Considerações Adicionais sobre a Dimensão Econômica

As informações disponíveis mostram que a Região Metropolitana de Natal, nesta fase mais recente, registrou, segundo as informações dos agregados econômicos, um reduzido crescimento entre 1999 e 2003. Não obstante este fato, outras informações, com as taxas do emprego formal, apontam na direção de uma recuperação que se prolongou até, pelos menos, 2005.

Na trajetória de mais longo prazo, tanto o Rio Grande do Norte como a Região Metropolitana, vêm construindo e consolidando importantes arranjos ou cadeias produtivas que diferencial o Estado, na sua evolução, do comportamento mais geral dos estados nordestinos que, de 1985 a 2003, registraram crescimento menor que o do Rio Grande do Norte.

No que se refere à Região Metropolitana de Natal, que tem, ainda, um peso relevante na economia estadual e, certamente, tem a capacidade de influir significativamente no dinamismo do Estado, foram consolidados nas últimas décadas a cadeia produtiva do turismo e lazer, a da construção civil e atividades imobiliárias, os arranjos associados aos serviços mercantis de educação e saúde, a indústria de transformação voltada para produção de alimentos e bebidas, além do complexo industrial de pólo e confecções. A estes, somem-se, ainda, as atividades comerciais, com destaque para o varejo moderno e para o comércio exterior, em relação ao qual as grandes empresas exportadoras localizam-se na capital. Há que considerar, também, a atividade pesqueira em relação à qual a participação dos municípios metropolitanos e os investimentos previstos para a consolidação desse arranjo produtivo, reservam um destaque para a metrópole comandada por Natal.

Embora o peso econômico da Região seja da maior relevância na economia estadual, está em curso, embora timidamente, um processo de descentralização da atividade produtiva, em razão, sobretudo, do dinamismo que vem ocorrendo no interior do Estado das atividades da moderna agricultura irrigada, vinculada à fruticultura, e da presença marcante da indústria extrativa mineral estimulada, em grande parte, pelos investimentos da Petrobrás.

No interior da Região Metropolitana também se constata um processo, também incipiente, de descentralização econômica, em favor dos municípios de menor porte, em detrimento do município

da capital. Não obstante esta constatação, a hegemonia de Natal no contexto metropolitana é marcante, notadamente no que se refere à localização das atividades terciárias, informais e modernas, no interior da capital.

As informações disponíveis mostram que, não obstante o surgimento e a consolidação de importantes arranjos e cadeias produtivas, têm uma presença marcante, no mercado de trabalho metropolitano, as relações informais de trabalho. Os dados censitários, válidos para o período 1991 e 2000 mostram não só a grande presença como o aumento do grau de informalidade. Não obstante este fato, nos anos recentes, as informações sobre a evolução do emprego formal apontam na direção de um avanço importante da formalidade das relações de produção que podem ter dado lugar à reversão do processo anteriormente detectado.

Embora este tema deva ser aprofundado posteriormente, é importante mencionar que a consolidação das cadeias e arranjos produtivos que hoje comandam a vida econômica da metrópole exige que avanços substanciais de novos investimentos, notadamente, na infra-estrutura econômica e social sejam realizados, não só no sentido de atender uma demanda insatisfeita já existente, como uma necessidade futura decorrente dos projetos em elaboração e negociação, para vários dos arranjos ou cadeias produtivas. Ao lado disso, não se pode deixar de considerar a grande competição existente não só entre os estados nordestinos mas num contexto mais geral (nacional e internacional) que exige a permanente busca de eficiência que se traduz num contínuo processo de ampliação e modernização das atividades que hoje definem o dinamismo da economia metropolitana.

2 DINÂMICA DO TURISMO NA METRÓPOLE

A atividade turística no Rio Grande do Norte e, particularmente na Região Metropolitana de Natal, tem se apresentado desde a última década do século XX como uma das mais importantes atividades econômicas. Isto porque, para que o turismo possa apresentar resultados satisfatório faz-se mister que um conjunto de atividade se desenvolvam no seu entorno constituindo assim, o que denominamos de cadeia produtiva. (figura 1)

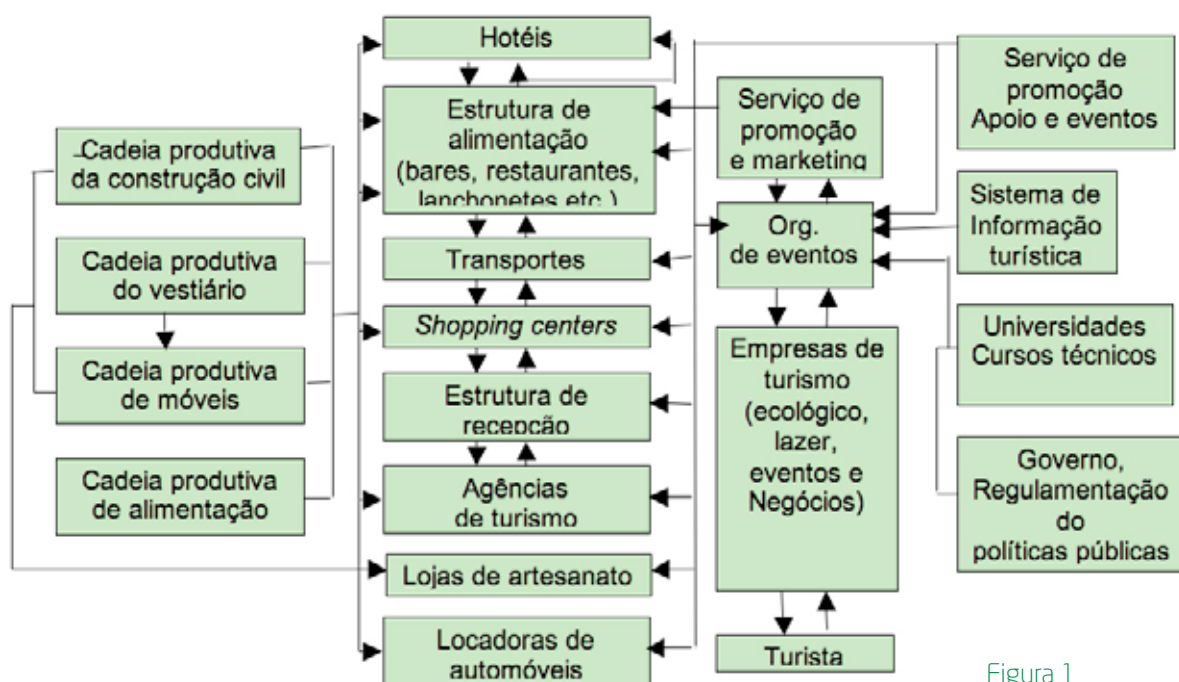


Figura 1
Cadeia produtiva do turismo

Fazendo a leitura da figura podemos perceber que são muitas as atividades que se articulam e interagem com o turismo. Porém, a nossa análise será limitada àquelas que de uma forma mais direta encontram-se vinculadas a essa atividade, sendo, portanto, totalmente dependente do turismo para que possa se reproduzir.

A década de 1980 representa um importante marco para o turismo no Rio Grande do Norte, tendo em vista, a implantação de projetos como o Parque das Dunas/Via Costeira que deu o subsídio inicial, do ponto de vista da infra-estrutura, para a instalação dos equipamentos mais representativos dessa atividade, como os meios de hospedagem e alimentação. A partir desse momento, evidente se tornou a preocupação com a atividade turística por parte do Estado, principalmente, porque essa atividade acontecia de forma bastante pontual, de modo que não assumia os contornos que atualmente a mesma detém.

Mesmo assim, convém ressaltarmos aqui, de forma resumida, alguns marcos importantes na história do fazer turístico no Rio Grande do Norte, sendo estes inerentes ao espaço de Natal, uma vez que o interior do Estado estava voltado para uma economia agrária, ou indústria extrativa.

48

Portanto, Natal como capital do Estado foi o 1º território onde a atividade turística vai se desenvolver, de modo que já na década de 1920, entra na rota dos vôos internacionais, isto porque Parnamirim servia de campo de pouso para os aviões comerciais com destino a Argentina. A partir de então, considerando que tal fato ocorria constantemente, emerge então a idéia da construção de um hotel já que por algumas vezes, os apartamentos de luxo do Hospital Miguel Castro, hoje o Hospital universitário Onofre Lopes servia de hospedagem para as pessoas que necessitavam pernoitar em Natal. Dessa idéia surge em 1939 o Grande Hotel; localizado na Ribeira, que até 1960 se constituiu no único Hotel de Natal.

Embora a nossa preocupação central seja com o desenvolvimento do turismo no âmbito da Região Metropolitana de Natal, alguns dados a serem trabalhados se remeterão ao Estado como um todo. Isto porque, na realidade falar de turismo na perspectiva de sua produção espacial, significa analisar essa atividade na cidade do Natal, visto a centralização que aí pode ser constatada. Os demais espaços, exceto Pipa, são complementares, sendo somente pontos de visita ou de passagem. Isso significa que há uma forte concentração em Natal de equipamentos e serviços, articulados ao turismo, o que faz de Natal a maior referência espacial dessa atividade.

O turismo no Rio Grande do Norte mesmo ainda não tendo adquirido a dimensão do turismo existente em outros territórios, tem demonstrado um crescimento significativo. Esse crescimento é decorrente, principalmente de processo de massificação do turismo tipo sol e mar que privilegia as paisagens litorâneas e suas belezas naturais como praias, dunas, falésias, lagoas que passam a ser comercializados e, portanto passam a ser os produtos turísticos a serem consumidos.

Desde os anos de 1990, que o Nordeste vem se apresentando como um dos destinos mais procurados do território brasileiro pelos turistas, tanto nacionais como estrangeiros. Atualmente, no contexto nordestino, o Rio Grande do Norte se apresenta como segundo destino dentro dessa proposta de turismo sol e mar, perdendo apenas para o Ceará.

Esse despertar turístico do Rio Grande do Norte passou a ocorrer após a implementação do projeto Parque das Dunas-Via Costeira e, posteriormente, com os projetos Rota do Sol e PRODETUR.

Na realidade é a partir da implementação do Projeto Pólo Costa das Dunas, projeto financiado pelo PRODETUR que o Rio Grande do Norte passa a apresentar uma maior dinamicidade da atividade turística uma vez que houve um aumento significativo da entrada de turista no Estado, passando de 161.920 para mais de um milhão de turistas.

No contexto desse crescimento turístico, vale destacar o aumento significativo que vem tendo o turismo internacional como nos mostram os dados da **tabela 20**.

ANOS	MESES												Total		
	Jan.	fev.	mar.	abr.	maio	jun.	jul.	ago.	set.	out.	nov.	dez.			
1995	261	159	211	-	-	641	1.344	-	-	-	-	-	-	-	2.616
1996	-	206	-	-	-	-	858	-	-	-	-	-	252	-	1.316
1997	905	746	751	55	-	-	1.030	-	-	-	-	-	304	-	3.791
1998	872	454	450	349	38	4	-	143	167	446	624	607	-	-	4.154
1999	500	800	929	611	319	321	474	960	736	1.234	2.113	1.940	-	-	10.937
2000	2.993	2.265	1.897	1.128	213	318	378	974	621	858	3.534	3.494	-	-	18.573
2001	4.023	3.540	2.943	816	4	9	768	1.037	1.076	1.002	1.772	2.947	-	-	19.937
2002	2.144	2.607	3.499	1.892	1.053	939	1.314	2.471	1.836	2.101	1.973	2.931	-	-	24.760
2003	1.972	1.557	3.817	3.666	1.018	1.176	4.775	6.459	5.312	6.064	7.199	7.886	-	-	50.901
2004	6.888	6.736	8.638	6.844	3.611	3.904	8.275	11.753	7.377	8.003	10.420	10.622	-	-	93.071
2005	10.670	10.299	14.535	6.786	5.582	6.039	11.438	12.132	8.196	9.222	13.106	14.478	-	-	122.483
2006	15.188	12.964	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.152

Tabela 20
Movimento de desembarque de passageiro internacional no Aeroporto de Natal

Fonte: INFRAERO.

A leitura dos dados nos permite afirmar que o segmento do turismo internacional tem apresentado um amplo crescimento, uma vez que em 1995 desembarcaram no Rio Grande do Norte somente 2.616 turistas estrangeiros. Em 2005, dez anos depois, esse número foi para 122.483 passageiros, segundo dados da INFRAERO.

Ainda fazendo a leitura da tabela, é possível perceber que até 2002, o aumento do turismo internacional no Rio Grande do Norte, acontecia de forma muito tímida. Porém a partir de então, os números apontam para um crescimento acelerado, de modo que a cada ano o número de turista aumenta quase ou mais que 100%. Trabalhando os anos de 2004 e 2005 percebemos um aumento de mais de 100%, uma vez que em 2004 entraram no Rio Grande do Norte cerca de 93.071 estrangeiros, ao passo que em 2005 a entrada de turistas internacionais foi de 122.483.

O turismo tem sido apontado como uma das atividades de maior dinamismo no Rio Grande do Norte. Os dados apresentados na **tabela 21** expressam esse crescimento. Como se pode ver pelos dados em 1980, antes da construção da via costeira, o fluxo de passageiro no Aeroporto Augusto Severo foi apenas de 161.920. No ano de 2005 esse número ultrapassa um milhão de passageiros.

Tabela 21
Embarque e desembarque de turistas no RN - 1980 -2005

Fonte: SETUR.

ANO	EMBARQUES	DESEMBARQUES	TOTAL	VARIÇÃO EM % RELATIVO A 1980
1980	81.759	80.161	161.920	-
1985	101.345	100.353	201.698	+24,56
1990	207.724	202.422	418.226	+158,29
1995	212.724	202.493	415.217	+156,43
2000	451.855	447.508	899.363	+ 455,43
2005	123.038	122.483	245.521	+151,63

Os dados referentes ao fluxo de entrada de hóspedes brasileiros e estrangeiros em 2000, nos mostram a relevância do turismo do tipo internacional com um dado de 11,7%. Os brasileiros apontam com um percentual da ordem de 88,3% da entrada de hóspedes em Natal, Parnamirim e Extremoz. (**tabela 22**)

Tabela 22
Fluxo de entrada de hóspedes brasileiros e estrangeiros (Natal, Parnamirim e Extremoz), 2000.

Fonte: SETUR-RN

ANO	BRASILEIROS		ESTRANGEIROS		TOTAL	
	Fluxo	%	Fluxo	%	Fluxo	%
2000	308.238	88,3	40.921	11,7	349.159	100,00

O número de passageiros embarcados e desembarcados no terminal rodoviário de Natal, também é expressivo, tendo em vista que no ano de 2000, a quantidade de passageiros embarcados no referido terminal, foi de 430.359 e de desembarcados, foi de 148.891 passageiros. (tabela 23)

Tabela 23
Passageiros embarcados e desembarcados no terminal rodoviário de Natal, 2000.

Fonte: STOP/RN.

ANO	PASSAGEIROS	
	Embarcados	Desembarcados
2000	430.359	148.891

O turismo, embora seja uma atividade bastante nova no âmbito da Região Metropolitana, pode ser apontada como aquela que mais tem promovido mudanças de ordem espacial. A cada dia que passa uma nova paisagem desponta, emergindo uma nova configuração espacial que incorpora elementos cada vez mais diferenciados buscando uma dinâmica socioeconômica e espacial, que possibilite uma maior satisfação àquele que procura Natal seja para passear, descansar ou fazer negócios, isto é o turista.

52

Tais mudanças se expressam por meio da implementação de investimentos públicos e privados que buscam incrementar cada vez mais a atividade. No RN esses investimentos têm sido efetuados, principalmente com recursos oriundos do PRODETUR, que financia o Projeto Pólo Costa das Dunas. Dentre os investimentos se destacam aqueles inerentes à infra-estrutura turística como pode ser visualizado no **gráfico 04**.

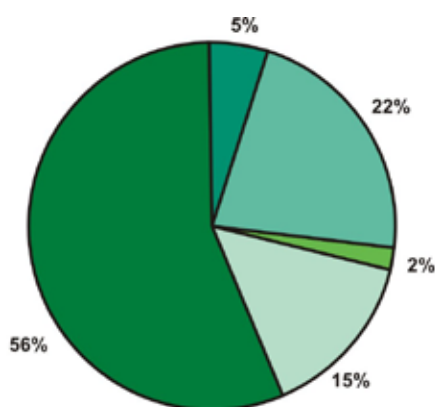
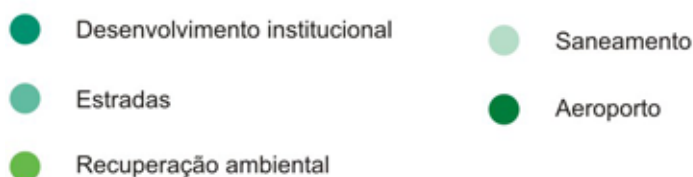


Gráfico 6
Investimentos do PRODETUR/RN, por componente.

Fonte: SETUR (apud FONSECA, 2004)



A ampliação/construção do aeroporto Augusto Severo, bem como o melhoramento das estradas podem ser apontados como os principais investimentos feitos no âmbito do PRODETUR, uma vez que eram dois aspectos negativos para a expansão dessa atividade. No entanto, caso o crescimento do turismo continue apresentando o mesmo ritmo dos últimos cinco anos, já nos próximos anos a capacidade receptiva do Aeroporto será insuficiente. Nos meses de alta estação, já são dados os primeiros sinais de saturação de sua capacidade. Isso implica em se pensar em novos investimentos no setor. O Aeroporto de São Gonçalo do Amarante pode ser uma saída.

Decorrente desse crescimento da atividade turística no Rio Grande do Norte também pode ser apontado o aumento significativo da infra-estrutura turística, de modo que atualmente essa, já é bastante considerada, principalmente quando o espaço de referência é a Região Metropolitana. (tabela 24)

Municípios	Meios de hospedagem		Unidades habitacionais		Equipamentos de alimentação		Agências de viagens	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará-Mirim	4	1,52	30	0,40	8	2,44	0	0,00
Extremoz	19	7,20	335	4,43	9	2,74	0	0,00
Natal	158	59,85	6.101	80,72	237	72,26	76	96,20
Parnamirim	11	4,17	228	3,02	15	4,57	1	1,27
Nísia Floresta	10	3,79	150	1,98	27	8,23	0	0,00
Tibau do Sul	62	23,48	714	9,45	32	9,76	2	2,53
Total	264	100	7.558	100	328	100	79	100

Municípios	Locadoras		Entretenimento	
	ABS	%	ABS	%
Ceará-Mirim	0	0,00	0	0,00
Extremoz	0	0,00	5	19,23
Natal	34	97,14	12	46,15
Parnamirim	0	0,00	5	19,23
Nísia Floresta	0	0,00	3	11,54
Tibau do Sul	1	2,86	1	3,85
Total	35	100	26	100

Tabela 24
Infra-estrutura turística nos municípios do PRODETUR/RN, 2000.

Fonte: CEFET/FACEX/ UFRN/UNP/BNB/SEBRAE-RN/SECTUR/SECTUR-RN

(apud FONSECA, 2004).

Mas o turismo tem apresentado um lado perverso, uma vez que os nossos turistas internacionais são provenientes em sua maioria da Europa, tem contribuído para o aumento excessivo do preço das mercadorias, e principalmente o preço do solo urbano, dada a especulação imobiliária e os inúmeros investimentos imobiliários que são, via de regra, quase que exclusivos para turistas. É o caso de diversos edifícios residenciais construídos no bairro de Ponta Negra, destinados para aqueles que querem fazer investimentos no Brasil. Desse modo, a segmentação e a segregação espacial estão cada vez mais presentes e se manifestam na impossibilidade de pessoas do lugar, detentora de baixa renda familiar, poderem concorrer com aqueles que aqui chegam.

Mas o turismo é apontado como uma atividade que gera emprego e renda. Os dados da **tabela 25** podem comprovar essa afirmação.

Tabela 25
Geração de emprego

Fonte: ABIH, BNB, SEBRAE, SECTUR, SETUR

ATIVIDADE / EMPREGOS GERADOS	NATAL	DEMAIS MUNICÍPIOS	TOTAL	GRANDE NATAL (Extremoz, Ceará-mirim, Macaíba, Natal, Parnamirim São Gonçalo do Amarante)
Agência de viagem e viagem de turismo	2967	85	3040	2963
Empregos fixos diretos	476	13	489	477
Empregos inderetos	2380	65	2445	2385
Empregos temporários diretos	101	5	106	101
Alimentação	17368	9815	27183	18777
Empregos fixos diretos	2859	1532	4391	3075
Empregos inderetos	14295	7660	21955	15375
Empregos temporários diretos	214	623	837	327

Entretenimento e lazer	1829	4740	6569	2809
Empregos fixos diretos	300	685	985	447
Empregos indiretos	1500	3425	4925	2235
Empregos temporários diretos	29	630	659	127
Meios de hospedagem	22683	9005	31688	24465
Empregos fixos diretos	3770	1452	5222	4059
Empregos indiretos	18850	7260	26110	20295
Empregos temporários diretos	63	293	356	111
Locadora de veículos	797	546	1343	803
Empregos fixos diretos	127	91	218	128
Empregos indiretos	635	455	1090	640
Empregos temporários diretos	35	0	35	35
TOTAL	45634	24189	69823	49817
Empregos fixos diretos	7532	3773	11305	8186
Empregos indiretos	37660	18865	56525	40930
Empregos temporários diretos	442	1551	1993	701

Mas, nem sempre o emprego formal acontece. O trabalho informal é muito presente na atividade turística. São inúmeras as atividades informais que se desenvolvem no âmbito do turismo. Essas atividades, se fazem presentes, principalmente nas áreas de praias, uma vez que essas são os principais pontos de visitação do turista que aqui chega. Dentre as atividades informais podemos destacar a produção artesanal, a comercialização de bijuterias, CDs e DVDs piratas, alimentos da terra, como a tapioca, a água de coco, e o famoso peixe com tapioca, marca registrada de todas as praias urbanas de Natal

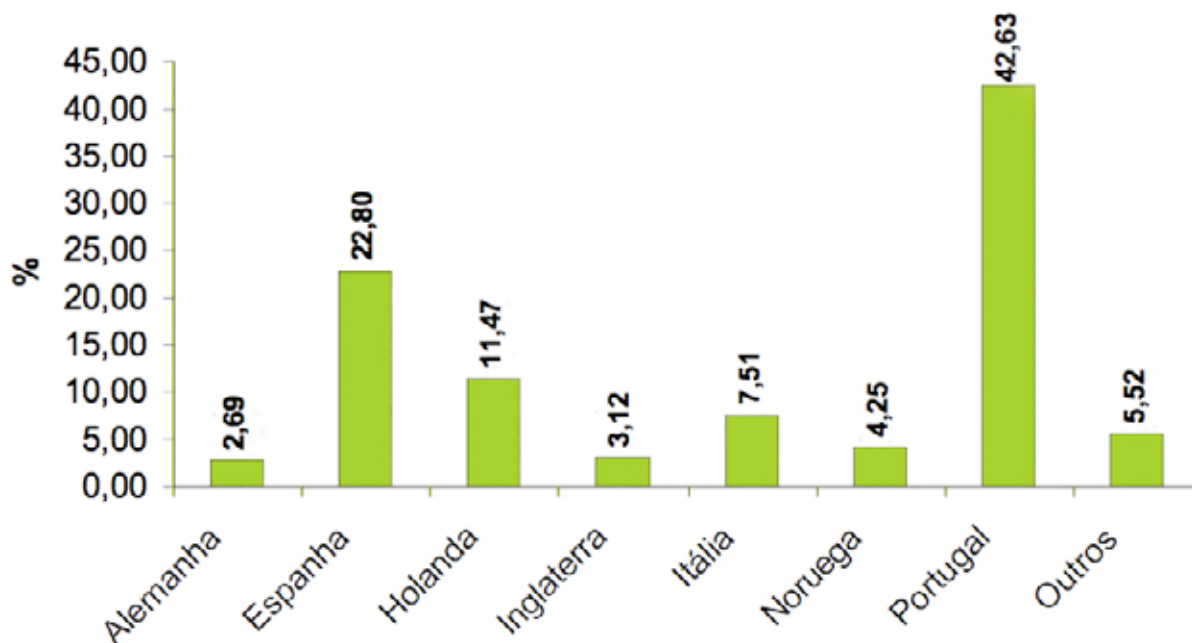
Recentemente o SEBRAE/RN realizou uma pesquisa sobre o turismo receptivo no rio Grande do Norte, cujo objetivo principal era construir um perfil do turista que vem para o Rio Grande do Norte. Para tal, foram considerados diversos aspectos, sendo alguns deles aqui apresentados por entendermos serem importantes, principalmente para as a oes de planejamento que venham ser efetuadas, visando o desenvolvimento e expansão desse setor.

O primeiro aspecto a ser considerado diz respeito   residência permanente do turista. Os dados apontam Portugal como o país de maior procedência de turista que vem para Natal, seguido da Espanha e logo depois a Holanda. **Gráfico 05.**

56

Gráfico 5
Residência permanente do turista, 2005.

Fonte: SEBRAE/RN, 2005.



O maior percentual de turistas que visitam o Rio Grande do Norte é do sexo masculino, 56,09%. Porém o contingente feminino não deixa de ser expressivo. No entanto, quando se trata da faixa etária podemos afirmar segundo os dados dos **gráficos 06 e 07** que o turista estrangeiro que vem para o Rio Grande do Norte encontra-se situado numa faixa etária intermediária em torno de 26-35 anos. Representando mais de um terço do total de turista que vem para o Rio Grande do Norte. Na realidade o turista do Rio Grande do Norte se caracteriza como aquele que busca produtos relacionados a novos entretenimentos, e não turistas que procuram desvendar culturas ou outros aspectos como grandes convenções científicas internacionais, uma vez que dada a precariedade e mesmo a inexistência de espaço específico, esse tipo de eventos no Rio Grande do Norte ainda é muito incipiente.

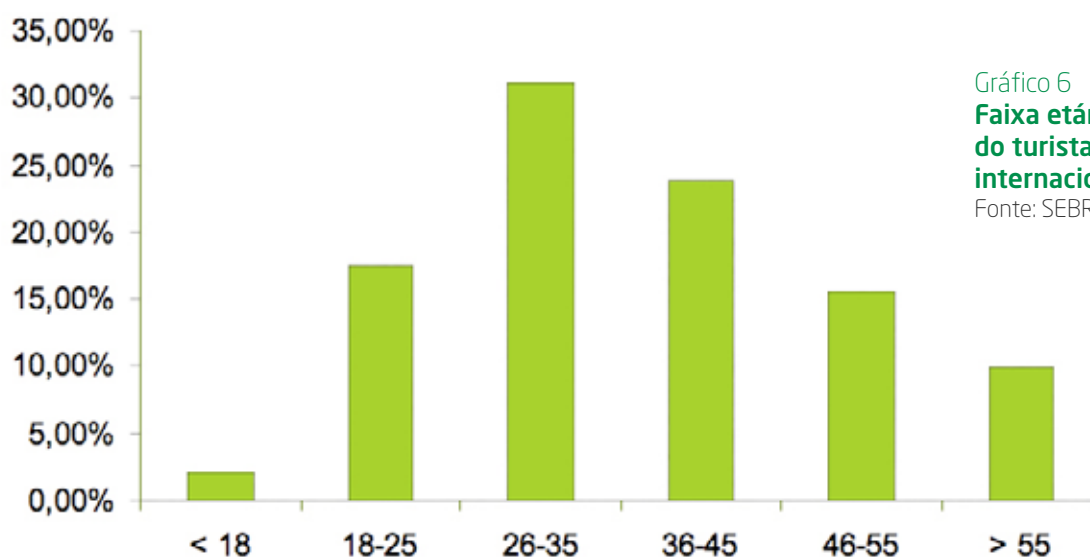


Gráfico 6
Faixa etária do turista internacional, 2005.
Fonte: SEBRAE/RN, 2005.

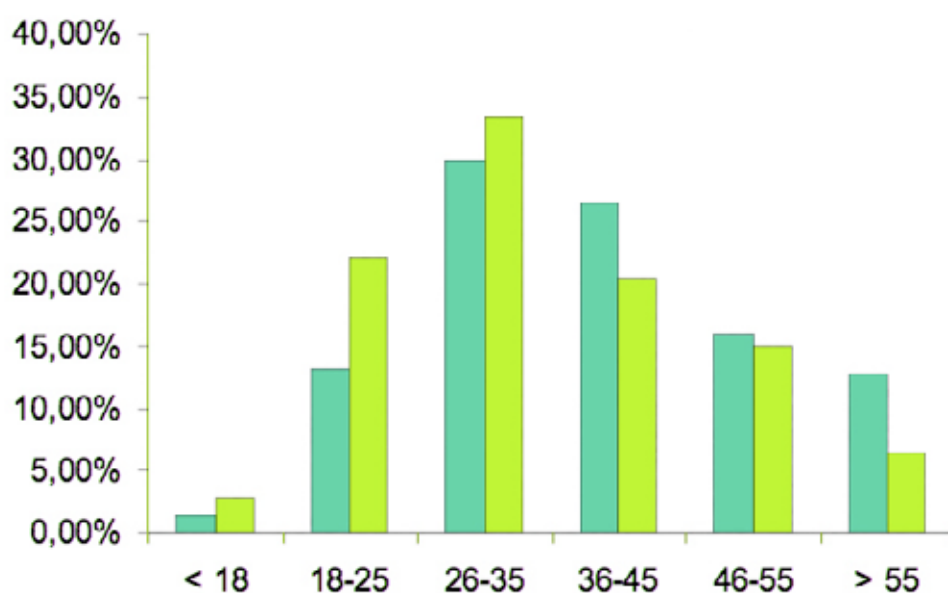


Gráfico 7
Faixa etária do turista internacional, por sexo, 2005.
Fonte: SEBRAE/RN, 2005.

O turismo sol e mar é o produto turístico básico de comercialização. Associado a esse binômio estão as falésias, dunas e lagoas e outros recursos naturais, Mas esse tipo de turismo tem sido, mundialmente falando um desencadeador do turismo sexual e da prostituição, sendo essa, inclusive um dos fatores negativos apontados pelo maior número percentual de turistas que visitam Natal 23,08%, seguido pela pobreza, com 20%, que também não agrada o turista estrangeiro e portanto motivos que atendem parcialmente ou não atendem as expectativas do turista ao visitar Natal. (tabela 26).

MOTIVOS	FREQÜÊNCIA	%
Prostituição elevada	15	23,08
Pobreza	13	20,00
Cidade desorganizada	6	9,23
Preços elevados	6	9,23
Estrutura física ruim	3	4,62
Cidade suja	3	4,62
Muitos Ambulantes	3	4,62
Praias sujas	2	3,08
Falta de atrações turísticas	2	3,08
Urbanismo ruim	2	3,08
Turismo mal aproveitado	2	3,08
Polícia corrupta	1	1,54
Achava que Ponta Negra era maior	1	1,54
Abuso ao estrangeiro	1	1,54
Falta hotel de qualidade	1	1,54
Não é destino para famílias	1	1,54
Não falam espanhol	1	1,54
Insegurança	1	1,54
Atendimento ruim do hotel	1	1,54
Total	65	100

Tabela 26
Motivos para atender parcialmente ou não atender as Expectativas quanto a visita à cidade do Natal/RN, 2005.
 Fonte: SEBRAE/RN

Nas áreas de turismo sol e mar o turismo sexual é sempre uma evidência. No Rio Grande do Norte, essa tem sido uma das questões preocupantes, uma vez que esse fato pode ser um passivo com altos comprometimentos para o futuro dessa atividade no Estado.

A permanência de dias dos turistas no lugar é algo a ser considerado, principalmente quando se pensa em planejamento de base territorial em Natal. Embora sofra uma variação, em média, a estadia do turista é considerável conforme mostra o **gráfico 8**.

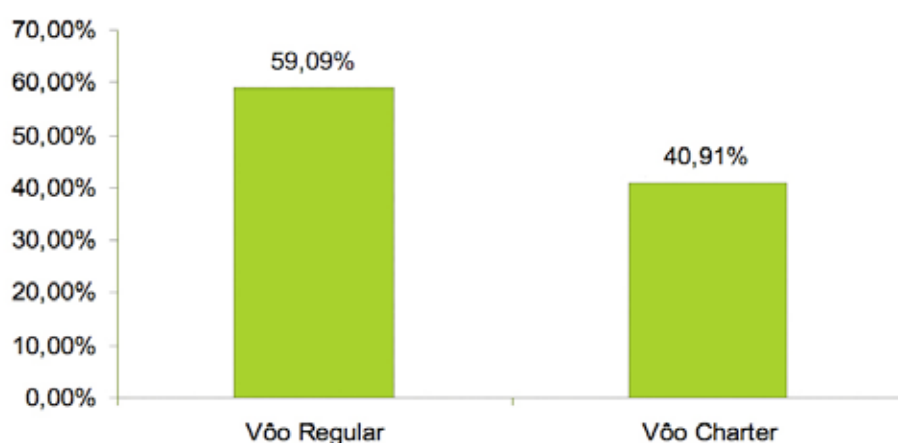


Gráfico 8
Média de permanência (dias), segundo o tipo de voo, 2005.

Fonte: SEBRAE/RN

59

Quanto ao meio de hospedagem utilizada pelo turista, o hotel e a pousada são os meios de mais utilização pelo turista em Natal. Ou seja, 82,48% dos turistas que vêm para o Rio Grande do Norte ficam hospedados em hotel ou pousada. Isso justifica o aumento considerável dos equipamentos de hospedagens que ocorreu no Rio Grande do Norte nesses últimos 10 anos.

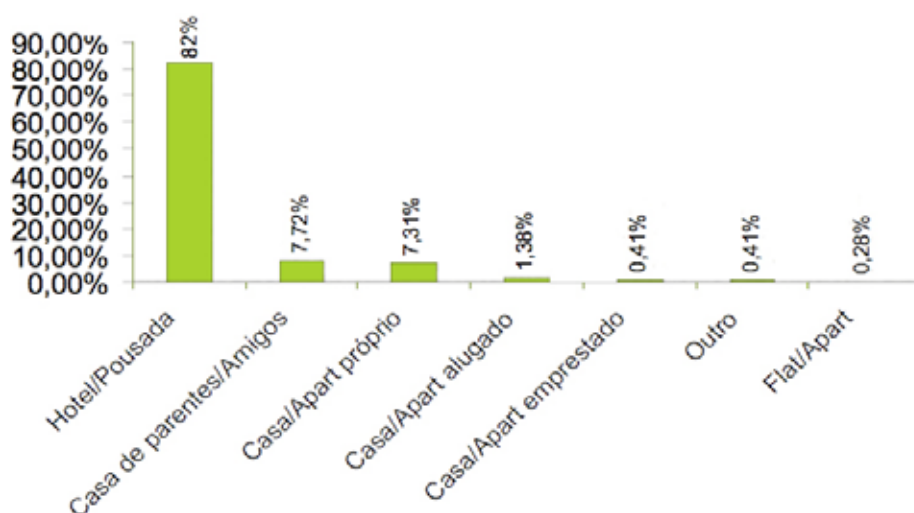


Gráfico 9
Meio de hospedagem utilizado, 2005.

Fonte: SEBRAE/RN

Quanto à localização da hospedagem mais procurada os hotéis localizados em Ponta Negra têm a preferência, seguido pela Via Costeira, em outras áreas de Natal e depois por Pipa. (gráfico 10).

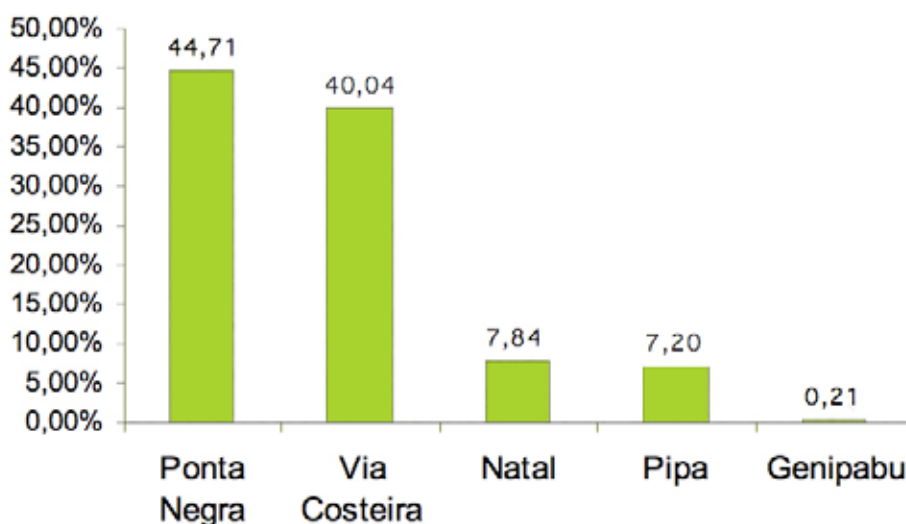


Gráfico 10
Localização do hotel
por região, 2005.
Fonte: SEBRAE/RN

60

Observa-se no gráfico que apenas Genipabu se mostra, embora com um pequeno percentual, como local de hospedagem. Esse fato evidencia e reafirma a concentração do turismo em Natal, bem como a participação dos demais municípios metropolitanos na atividade turística apenas como pontos de passagem, conforme já mencionado.

Segundo PONTES (2005), Natal é, juntamente com Pipa, os espaços de produção turística do Rio Grande do Norte, os demais são tão somente espaços de consumo turístico. A afirmação da autora se baseia nos dados de empreendimentos e atividades que se concentram nesses espaços, dando-lhes a condição de centros de comando dessa atividade.

No entanto, isso não significa dizer que os principais pontos turísticos não se encontram nesses dois espaços. A tabela 08 nos mostra que os pontos turísticos da área litorânea estão espacializados no território. Porém há uma ordem de preferência segundo os turistas conforme apresentada na tabela citada

PONTOS TURÍSTICOS	FREQÜÊNCIA	%
Pipa	36	25,0
Genipabu	33	22,9
Ponta Negra	28	19,4
Forte dos Reis Magos	11	7,6
Maracajau	10	6,9
Cajueiro	5	3,5
Mirante dos Golfinhos	4	2,8
Alecrim	4	2,8
Pirangi	2	1,4
Goianinha	2	1,4
Barra de Cunhaú	2	1,4
Rio do Fogo	1	0,7
Búzios	1	0,7
Farol de Mãe Luiza	1	0,7
Aquário	1	0,7
Lagoa de Arituba	1	0,7
Lagoa de Pitanguí	1	0,7
Ponta do Madeira	1	0,7
Total	144	100,0

61

A tabela assinala algumas informações que devem ser consideradas, como sejam: o turismo vai além da Região Metropolitana e apenas 4 municípios pertencentes à essa unidade territorial, se encontram no circuito turístico (Natal, Parnamirim, Extremoz e Nísia Floresta). Quando a análise diz respeito ao local de hospedagem, apenas Natal vai aparecer. Porém concentrando a praticamente todos os turistas que visitam o Rio Grande do Norte.

Tabela 7
Pontos turísticos visitados, 2005.
Fonte: SEBRAE/RN

Para o crescimento do turismo no Rio Grande do Norte, diversos fatores têm contribuído, tais como os incentivos fiscais, as políticas públicas, o deslocamento do turismo de sol e mar de áreas tradicionais que foram sendo preteridas pelos turistas, o quadro natural que se apresenta com um convite àqueles que gostam de manter contato com uma realidade mais natural e outros. Porém, não podemos deixar de mencionar que, a partir da implementação da Via Costeira, houve uma preocupação dos empreendedores com a venda de todo esse conteúdo, passando a investir em campanhas publicitárias voltadas não somente para atrair o turista nacional, mas principalmente, o internacional. E, nesse sentido, as informações têm sido divulgadas,

por meio dos mais diversos instrumentos de comunicação. Porém, merece destaque a distribuição de folhetos e revistas que se apresentam como os principais veículos de divulgação do turismo no Rio Grande do Norte. (**gráfico 11**).

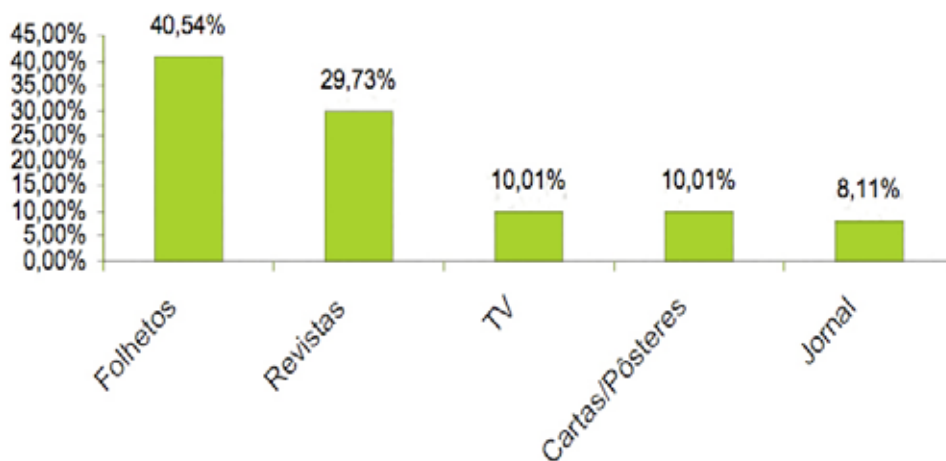


Gráfico 11
**Meio de comunicação
que influenciou a
viagem, 2005**

Fonte: SEBRAE/RN

62

Ainda, associado ao crescimento da atividade turística no Rio Grande do Norte, temos o aumento das agências de viagens que em 2005 foi a responsável por 76,68% das negociações de viagens feitas em 2005, sugerindo que esse ainda se constitui num setor que merece atenção, muito embora o gráfico já aponte para o uso da Internet que, superou, segundo a pesquisa os negócios realizados por operadoras. (**gráfico 12**).

Esse dado nos parece ser importante para aqueles que estão vinculados ao setor, principalmente se consideramos que há uma carência de informação em sites de empresas, municípios e até mesmo do Estado nesse veículo de informação, que também pode ser o caminho para a realização de negócios.

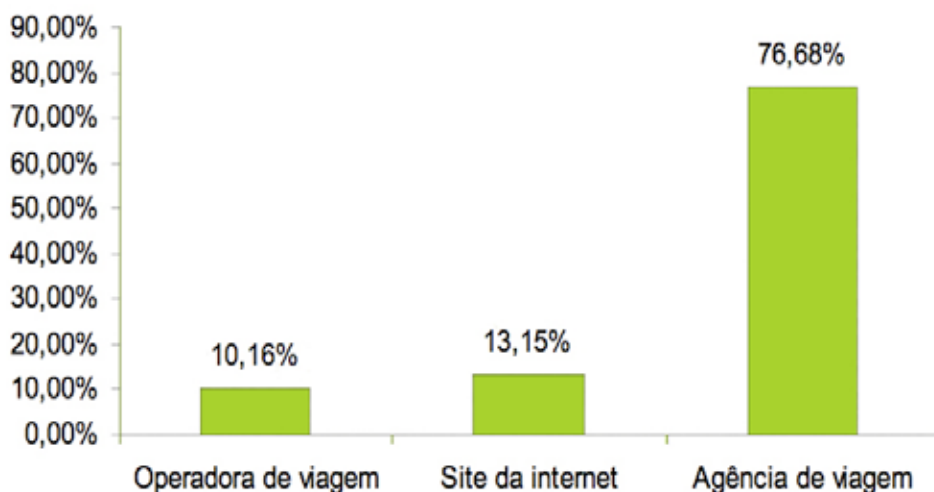


Gráfico 12
Meio utilizado para a negociação da viagem, 2005.
 Fonte: SEBRAE/RN

Se existem aspectos que mais agradaram os turistas, aqueles que são apontados como os mais significativos e, portanto, positivos. **(gráfico 13)**. Surpreendentemente não é a praia o que mais agrada e sim a hospitalidade, o povo o fator mais destacado pelos turistas. Num universo de mais de 1000 entrevistados 25,32% colocaram essa resposta com o mais atraente. Entendemos que isso merece uma reflexão e uma maior atenção por aqueles que fazem essa atividade.

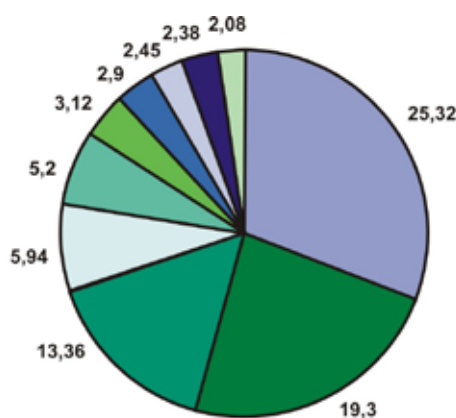
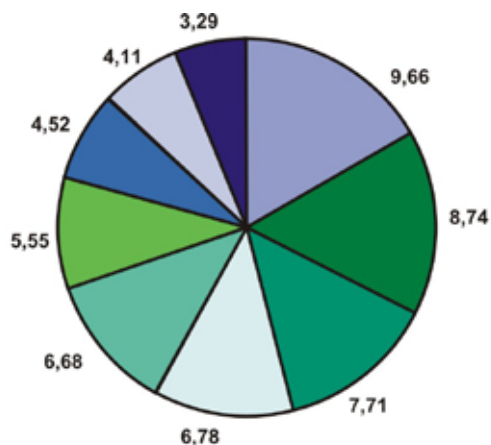


Gráfico 13
Aspectos que mais desagradaram na cidade, 2005
 Fonte: SEBRAE/RN

- | | | |
|--------------------|--------------------|------------------|
| Hospitalidade/Povo | Bares/Restaurantes | Belezas Naturais |
| Praia | Passeio de Buggy | Gastronomia |
| Clima | Sol | Mulheres |
| Tranquilidade | | |

No que se refere aos aspectos que menos agradam os turistas **(gráfico 14)** a sujeira, a poluição, a prostituição, os preços elevados e a pobreza foram os mais citados, devendo ser, portanto, aspectos

a serem pensados e trabalhos, para que os mesmos não venham comprometer o desenvolvimento e expansão dessa atividade que, mesmo tendo o seu lado perverso, é uma atividade importante, principalmente por se constituir na fonte de sobrevivência de grande parte da população que habita nessa área do turismo, particularmente nos espaços turísticos do Rio Grande do Norte.



- Sujeira/Poluição
- Tempo/Clima
- Prostituição
- Preços elevados
- Pobreza
- Pedintes
- Hotel

64

No que tange à capacidade dos meios de hospedagem dos municípios turísticos da RMNatal (**tabela 28**), os dados nos possibilitam afirmar, mais uma vez, a centralidade exercida por Natal no contexto da Região Metropolitana, tendo em vista que é nesse município que estão concentrados mais de 75% (159) dos meios de hospedagem dos municípios considerados. Em uma posição secundária, podemos encontrar Extremoz com 19 dos 203 meios de hospedagens da RMNatal.

Tabela 28
Capacidade dos meios de hospedagem dos municípios turísticos da RMNatal, 2000.
 Fonte: SETUR-RN

Municípios	CAPACIDADE		
	MHs	UHs	Leitos
Ceará-Mirim	04	30	103
Extremoz	19	335	1.131
Natal	159	6.101	15.041
Nísia Floresta	10	150	452
Parnamirim	11	228	609

Em relação aos turistas nacionais, os três principais Estados emissores são: São Paulo (26,2%), Rio de Janeiro (10,9%) e Pernambuco (10,5%). (tabela 29). Os três principais países emissores de turistas para o Rio Grande do Norte, segundo os dados da referida tabela são: Portugal (2,5%), Argentina (2,1%) e Itália (1,4%).

Tabela 29
Fluxo de entrada de hóspedes registrados, segundo os principais estados e países (Natal, Parnamirim e Extremoz), 2000.
Fonte: SETUR-RN

ESTADOS EMISSORES	BRASILEIROS		PAÍSES EMISSORES	ESTRANGEIROS	
	Fluxo	%		Fluxo	%
São Paulo	91.451	26,2	Portugal	8.700	2,5
Rio de Janeiro	38.124	10,9	Argentina	7.463	2,1
Pernambuco	36.463	10,5	Suécia	5.954	1,7
Minas Gerais	20.467	5,9	Itália	4.790	1,4
Ceará	16.307	4,7	Estados Unidos	2.393	0,7
Distrito Federal	15.364	4,4	Uruguai	1.678	0,5
Paraíba	14.056	4,0	Noruega	1.662	0,5
Paraná	11.935	3,4	Alemanha	1.221	0,3
Rio Grande do Sul	11.679	3,3	França	842	0,2
Bahia	9.198	2,6	Finlândia	788	0,2
Outros	43.194	12,4	Outros	5.430	1,6

65

O fator determinante no motivo da viagem, que merece ser destacado é a própria prática do turismo (lazer) que apresenta um valor percentual de 52,6%. Os negócios são o segundo principal motivo da viagem com 19,6%; e as convenções é o terceiro principal fator com 7,9%. (tabela 30)

ANO	MOTIVO DA VIAGEM						Total
		Turismo	Negócio	Convenções	Outros	Não especificado	
2000	Fluxo	183.581	68.295	27.550	16.421	12.391	308.238
	%	52,6	19,6	7,9	4,7	3,5	88,3

Tabela 30
Fluxo de hóspedes brasileiros, segundo o motivo da viagem (Natal, Parnamirim e Extremoz), 2000.

Fonte: SETUR-RN

O meio de transporte mais utilizado pelo hóspede brasileiro (tabela 31), é o avião (63,2%), seguido do automóvel (15,7%). Esse segundo meio de transporte mais utilizado, está relacionado à entrada de turista de estado mais próximos como Paraíba, Pernambuco e Ceará.

ANO	MEIO DE TRANSPORTE						Total
		Avião	Navio	Automóvel	Ônibus	Não especificado	
2000	Fluxo	220.585	1.647	54.689	12.287	19.030	308.238
	%	63,2	0,5	15,7	3,5	5,4	88,3

Tabela 31
Fluxo de hóspedes brasileiros, segundo meio de transporte (Natal, Parnamirim e Extremoz), 2000.

Fonte: SETUR-RN

66

Em relação à media de permanência, em dias, (tabela 32) do turista brasileiro, a pesquisa realizada pela SETUR, nos mostra 34,8% dos turistas permanecem de 4 a 7 dias e que 13,3% permanecem por 3 dias nos equipamentos de hospedagem dos municípios de Natal, Parnamirim e Extremoz.

ANO	PERMANÊNCIA MÉDIA EM DIAS						Total	
		1 dia	2 dias	3 dias	4 a 7 dias	Mais de 8 dias		Não especificado
2000	Fluxo	59.308	43.479	46.402	121.436	15.806	21.807	308.238
	%	17,0	12,5	13,3	34,8	4,5	6,2	88,3

Tabela 32
Fluxo de hóspedes brasileiros, segundo o tempo de permanência média (Natal, Parnamirim e Extremoz), 2000.

Fonte: SETUR-RN

Com a inserção de Natal em Programas como o PRODETUR, a atividade turística nesse território ganhou contornos expressivos do ponto de vista de seu crescimento, e com eles, mudanças significativas na morfologia do município. Entretanto, a nosso ver, a veloz mutação de cidades turísticas deve ser realizada preservando seus recursos naturais, culturais, e principalmente humanos (população local), para que se possa garantir a prática de um turismo sustentável. Investimentos maduros, certos de retorno para todas as partes interessadas (governo, empresários, população e turista), a curto, médio e longo prazo são os alicerces para o turismo em qualquer localidade. E em Natal não seria diferente.

Sabe-se que o turismo é uma atividade que sempre gera, em menor ou maior escala, impactos e o que se busca, a fim de assegurar a sustentabilidade social, econômica e ambiental, é minimizar os efeitos nocivos, como marginalização social, prostituição, especulação imobiliária, aculturação, degradação ambiental, entre tantos outros. Esse papel é desempenhado pelos gestores municipais que devem antes de tudo pensar na qualidade do produto turístico oferecido em conjunto com o bem-estar da comunidade receptora.

Natal é hoje apresentada com marcas e peculiaridades positivas, com diferencial que tonifica a imagem da cidade no mercado nacional e, cada vez mais, internacional. Para captar maior número e os mais diferentes grupos de turistas é recomendável direcionar os investimentos não apenas para o turismo de motivação sol e mar, carro-chefe da localidade. O patrimônio cultural, as manifestações populares da capital e do interior, assim como suas potencialidades naturais e históricas, também estão, e devem ser alvo de propostas, investimentos para o desenvolvimento de outros municípios do Rio Grande do Norte.

Faz-se então necessário investir em planejamento e pesquisa. E pesquisas de demanda turística, que abordam a origem, o perfil, motivações, e especialmente opiniões dos que escolhem Natal como local do seu lazer e descanso, são sempre instrumento de ação no cotidiano político, econômico, social, e ambiental de cidades turísticas como Natal.

3 DINÂMICA IMOBILIÁRIA

3.1. Introdução

Entre as diversas dinâmicas econômicas e sociais pela qual passa a Região Metropolitana de Natal, a dinâmica imobiliária tem um papel importante e estruturador. O entendimento sobre as atividades do setor imobiliário, permite ampliar a compreensão dos processos de inter-relação entre apropriação social do espaço e sua articulação econômica. Entretanto, não são todos os espaços físicos (glebas, solo urbano, quadras, lotes, etc.) que apresentam uma dinâmica de crescimento que interesse economicamente, isto é, que estejam inseridos em uma lógica de mercado, ou que sejam potencialmente importantes áreas de reserva do mercado imobiliário.

O entendimento sobre o crescimento e a expansão econômica da área metropolitana de Natal passa, neste momento, pela identificação da dinâmica imobiliária como importante elemento da consolidação de áreas residenciais e/ou econômicas. Tal dinâmica imobiliária aqui é entendida como um processo que envolve a transformação do solo, seu incremento em uma lógica de produção de imóveis (seja em área construída ou lote urbanizado), sua comercialização e valorização por meio da ocupação; nesse sentido, é um processo econômico e social, por envolver a transformação de valores de uso e troca de grandes áreas internas à Região Metropolitana. Cabe, porém, assinalar que tal dinâmica aqui analisada, é uma dinâmica inerente ao mercado formal, isto é, produção e comercialização de imóveis dentro de uma perspectiva formal de implantação, excluindo o conhecido mercado informal⁶.

O termo “dinâmica”, articulado ao termo “imobiliário”, refere-se ao conjunto de fatores que impulsionam as atividades capitalistas de produção espacial, na figura de empreendimentos como loteamentos (parcelamento de uma gleba em lotes individuais), condomínios fechados (parcelamento de uma gleba em frações condominiais

⁶ Para uma melhor análise da dinâmica imobiliária informal, ver Abramo (2005, documento <http://worldbank.org/urban/symposium2005/papers/abramo.pdf>). Apropriadamente, será no item Habitação que o Diagnóstico Final irá tratar do tema das áreas ocupadas de modo irregular por famílias não atendidas pelo mercado formal.

horizontais), flats, “condhotéis”, condomínios verticais entre outros. O chamado “mercado formal” é o campo de negociações entre produtores e compradores, tendo procedimentos formalizados através das legislações específicas sejam de âmbito comercial, sejam de âmbito urbanístico. Nesse sentido, é primordial como fonte de dados os processos de licenciamento de obras, que permitem identificar com maior precisão o que efetivamente está sendo conduzido dentre de uma prática recente de implantação.

E qual a importância de compreender a dinâmica imobiliária dentro de um contexto metropolitano? Ocorrerão diferenças ou especificidades dos modelos intra-urbanos? Embora a área metropolitana aqui considerada, seja de recente estruturação e em processo de consolidação enquanto território definido, as práticas imobiliárias de transformação dos valores do solo, da construção de grandes conjuntos de unidades, da expansão das redes de infra-estrutura urbana, entre outros, já estão evidentes, necessitando uma atenção quanto ao seu ritmo de crescimento e impactos no território. Sem respeitar limites formais da Região, esse mercado tem fluidez suficiente para estruturar-se em outras áreas sejam estas funcionalmente ligadas ao Pólo ou não.

70 A atuação do mercado, as demandas por novas unidades e a localização dos empreendimentos ocorrem de modo diferenciado na Região Metropolitana, não apenas devido ao peso econômico e demográfico de cada município, mas principalmente pelos fatores de interesse imobiliário serem diversificados. Neste ponto cabe uma explicitação de tais fatores para melhor compreensão; embora os produtos de construção civil envolvam relativamente processos de produção similares, a sua comercialização deve seguir ou conformar nichos diferenciados, para públicos diferenciados. Não que a definição de áreas e público seja uma ação exclusiva dos produtores, longe disso, mas o atual papel de Natal e sua inserção econômica no Rio Grande do Norte, permitem o aparecimento de uma demanda diversificada para tipologias diferenciadas.

Esses processos materializam-se no espaço através de microdinâmicas em áreas diferenciadas: residências de porte médio ou baixo em áreas de transbordamento imobiliário, flats e condomínios fechados em área de interesse turístico, loteamentos em áreas não litorâneas, entre outros tipos que se relacionam com o público consumidor e a localização geográfica.

O objetivo primordial deste diagnóstico sobre a dinâmica imobiliária da RMN, é identificar as áreas de maior interesse do mercado imobiliário, a intensidade e expressividade dos empreendimentos imobiliários e a articulação entre setor turístico e imobiliário. Para tanto, foi dividido em três partes básicas de análise: a) os investimentos estrangeiros no Rio Grande do Norte, no setor de turismo e imobiliária; b) um panorama geral da Construção Civil no RN e na RMN; e c) identificação da intensidade de empreendimentos imobiliários, licenciados nos últimos anos na RMN.

3.2. Os investimentos estrangeiros e o setor turístico e imobiliário

3.2.1. A inserção da RMN no setor turístico-imobiliário internacional

A compreensão da atual dinâmica imobiliária na Região Metropolitana de Natal, passa pela compreensão de que a intensidade dos empreendimentos apontados no item 2, acima, é um fenômeno articulado não apenas com o crescimento populacional da RMN, mas também com o cenário econômico do Nordeste brasileiro em um contexto global. Nesse cenário as atividades do setor turístico não se restringem apenas ao deslocamento e hospedagem, mas sobretudo com a formação de áreas de “segunda-residência”.

Normalmente, as análises referentes ao turismo se atêm aos equipamentos diretamente relacionados como hotéis, *resorts*, pousadas e destinos comerciais como bares e restaurantes, agências de locação, entre outros. Entretanto, é importante notar que uma variante do turismo, denominada de “turismo-residencial” ou “turismo-imobiliário” marca presença cada vez maior nas regiões tropicais. Daniel Hiernaux-Nicolas (2005) é um dos pesquisadores interessados em melhor definir o fenômeno:

El turismo de segundas residencias es aquel por el cual las personas acuden a un destino o una localidad que no es forzosamente turística per se, donde tienen la posesión por compra, renta o préstamo de un inmueble en el cual pernoctan y realizan actividades de ocio y esparcimiento (Hiernaux-Nicolas, 2005)⁷

⁷ Hiernaux-Nicolas, Daniel. La promoción inmobiliaria y el turismo residencial: el caso mexicano. In. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. V.9, n. 194, agosto de 2005.

A principal diferença do conceito tradicional de “turismo” refere-se ao fato de que o visitante não utiliza as unidades habitacionais da rede de hotéis, e sim ocupa por um período de tempo em um imóvel de sua propriedade. Algumas tipologias imobiliárias são típicas como Flats, Condomínios Fechados e “condohotéis”, onde uma estrutura residencial (vias, lotes, casas ou apartamentos) convivem com áreas de lazer, campos de golfe, piscinas, como visto no item 2 acima.

Os conceitos formais, portanto, precisam ser alargados para dar-se conta do “turismo-imobiliário” como sendo uma face da dinâmica imobiliária, não apenas restrita ao entendimento do ócio turístico (com seus períodos e permanências médias) mas sobretudo uma maior integração desse visitante com a vida cotidiana da cidade, vila ou área local.

Na União Européia, o “turismo-residencial” é uma realidade há pelo menos 20 anos, principalmente em países como Espanha e Portugal. Estudos de Mercè Gili (2003)⁸ indicam a existência de 10,5% de residências não permanentes em toda a Europa; a Espanha aparece com 32,2% desse total, seguido de Portugal, Grécia e Itália, principalmente em suas áreas de praia. Os países emissores da demanda de “turismo-residencial” são a Alemanha, Reino Unido e Holanda, que ocupam em média por três meses essas moradias temporárias.

72

Dados da Hamptons International⁹ indica que cerca de 2 milhões de pequenos investidores ingleses já realizaram atividades imobiliárias, sendo que cerca de 45% no ramo de “segundas-residências”, 40% residências permanentes (após mudança de país) e 15% como investimento (2005)¹⁰. Tais investidores, segundo a Hamptons, procura bom clima, fácil acesso, estabilidade e baixo custo de construção e manutenção.

O cenário brasileiro para o turismo-imobiliário, foi recentemente debatido no *I Seminário Internacional de Investimentos Turísticos e Imobiliários do Nordeste Brasileiro*¹¹ ocorrido em Alagoas em março de 2006. Neste seminário ficou explicitado o papel das cidades litorâneas do Nordeste como um novo espaço de atividades de empresas estrangeiras, na construção de complexos residenciais e turísticos. Desde a estabilidade do Real e a valorização do Euro, a partir do ano 2000, é crescente o interesse de investidores estrangeiros pelo Nordeste; o aumento dos vôos diretos da Europa a destinos no litoral nordestino, melhora na infra-estrutura de acessos após o Prodetur Nordeste I, cenário internacional favorável, são alguns dos fatores que transformaram o Nordeste em espaço para novos investimentos;

⁸ GILI y FERNÁNDEZ, M. Las viviendas de segunda residencia. ¿Ocio o negocio. en Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. En Internet, 2003, V. VII, Nº146(052)

⁹ A Hamptons International é uma empresa inglesa de agenciamento e venda de imóveis em localidades fora da Inglaterra.

¹⁰ HAMPTONS INTERNATIONAL. Southern European Market: the profile of the British buyer. In. Salão Imobiliário de Lisboa 2005. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 2005, CD ROM.

¹¹ Promovido pela Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Alagoas.

além desses fatores, os altos valores do solo em cidades como Algarve (Portugal) ou Valencia (Espanha) forçaram a procura de novas áreas de atuação imobiliária fora do sul da Europa.

3.2.2. Investimentos no Rio Grande do Norte

3.2.2.1. Sobre a coleta de dados e o tratamento das informações

No sentido de identificar a importância dos investimentos estrangeiros no setor turístico-imobiliário na Região Metropolitana, era necessária a construção de indicadores que permitissem visualizar com mais clareza o volume dos recursos. Para tanto, a fonte de dados escolhida foi o Registro de Capitais Estrangeiros divulgado pelo Banco Central do Brasil, mensalmente. A regulamentação da entrada de capitais estrangeiros no Brasil, segue o Decreto n.55.762, de 17 de fevereiro de 1965; este Decreto configura capital estrangeiro como sendo:

Art.1º Para os efeitos deste Decreto, consideram-se capitais estrangeiros os bens, máquinas e equipamentos entrados no País sem dispêndio inicial de divisas, destinados à produção de bens ou serviços, assim como os recursos financeiros ou monetários ingressados para aplicação em atividades econômicas, desde que pertençam, em ambas as hipóteses, a pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior (Lei 4131, art. 1º).

Os relatórios mensais relacionam, sem divisão setorial dos investimentos, todas as movimentações de entrada de capitais onde consta o nome da empresa nacional receptora, nome da empresa estrangeira emissora, Unidade da Federal receptora, quantidade de capital e a moeda de origem. Um primeiro tratamento dos dados deu-se de forma a aglutinar tais entradas em setores econômicos comuns, eliminar os cancelamentos de registro e converter as moedas estrangeiras em Dólares Americanos, conforme câmbio do mês e ano de investimento.

Após essa triagem dos dados, foi formatado um Banco de Dados conforme quadro abaixo.

Empresa Nacional	Empresa Estrangeira	Moeda	País de origem	Valor
------------------	---------------------	-------	----------------	-------

O procedimento seguinte foi elaborar uma setorização dos investimentos, pelo tipo de atividade afim de cada empresa estrangeira e nacional. Para efeito desta pesquisa, foram agrupados em oito setores:

- Turismo e Imobiliário - empresas cujos capitais viabilizam empreendimentos imobiliários (construção ou parcelamento do solo) e/ou ligados ao setor turístico (resorts, hotéis, condohotéis, etc.);
- Agrícola - empresas cujos capitais relacionam-se com o agronegócio (cana de açúcar e fruticultura, por exemplo);
- Petróleo/Energia - capitais investidos no setor petrolífero ou de geração de energia (térmica ou hidroelétrica);
- Alimentos e Bebidas - basicamente investimentos no setor de transformação de alimentos como peixes e fabricação de engarrafados;
- Industrial - investimentos no setor têxtil ou de maquinário, voltados para o parque fabril do estado;
- Equipamentos eletrônicos e hospitalares - empresas que investiram na aquisição de máquinas sofisticadas, voltadas para o ramo hospitalar de alta tecnologia;
- Turismo e Imobiliário - empresas cujos investimentos são voltados para a implantação de unidades hoteleiras, condomínios fechados, resorts, flats, parcelamento do solo ou atividades similares;
- Outros - em um pequeno número de registros não se encaixam em nenhum grupo acima ou não foi possível identificar a finalidade do investimento.

Após a setorização, os cálculos seguiram agrupamento de meses, sendo as análises realizadas por ano no período 2001 a julho de 2006. O resultado foi uma tabela geral com setores, total de investimentos, número de países investidores e crescimento do investimento.

Um dos setores, porém, apresentou-se de forma a desviar a curva média de investimentos devido aos altos valores envolvidos. O setor

de Petróleo e Energia apresenta entradas de valores que chegam, quando aparecem em algum dos anos, a 80% ou 90% do total. Como o objetivo deste item é examinar o peso do Turismo e Imobiliário, decidiu-se excluir o setor Petróleo/Energia da análise como forma de equilibrar os investimentos.

3.2.2.2. Análise dos dados

Em todo o período observado (2001 a julho de 2006), ocorreram 536 entradas de capital estrangeiro no Rio Grande do Norte; destes, 51% estão relacionados ao Turismo e Imobiliário, seguido de longe pelo setor Industrial (12,50%).

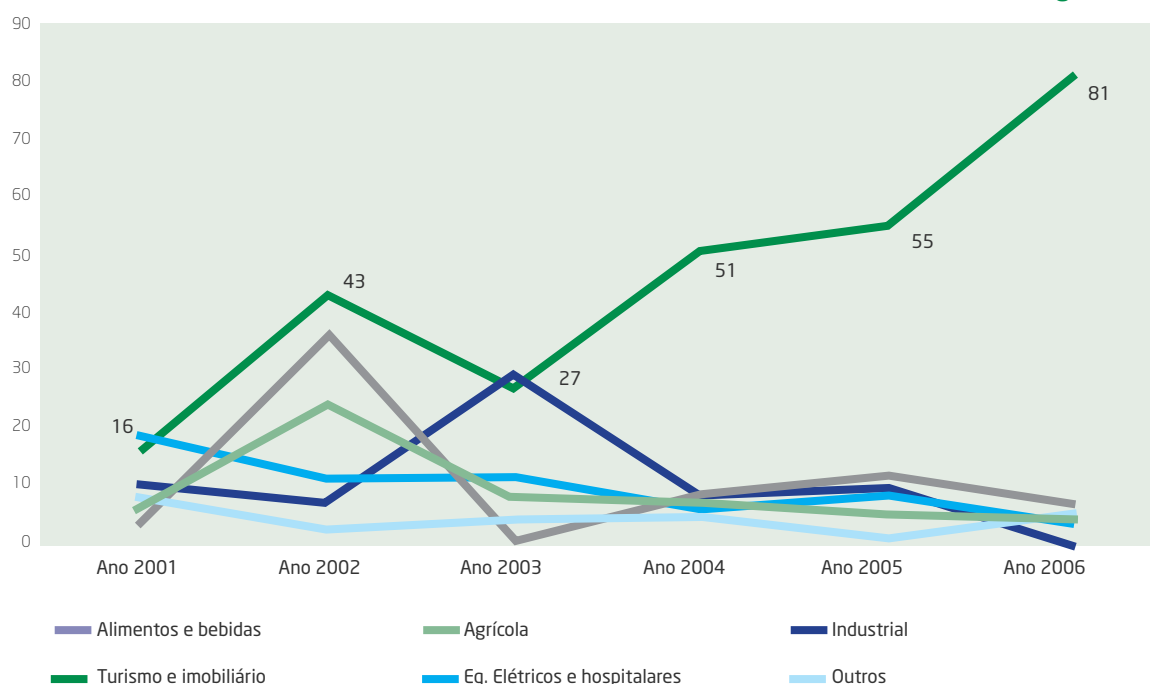
SETORES	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005	Ano 2006	Total
ALIMENTOS E BEBIDAS	4	36	1	7	9	7	64
AGRÍCOLA	4	24	8	6	5	6	53
INDUSTRIAL	11	8	30	9	10	0	68
TURISMO E IMOBILIÁRIO	16	43	27	51	55	81	273
EQ. ELÉTRICOS E HOSPITALARES	17	12	12	7	8	4	60
OUTROS	8	3	4	5	1	5	26
TOTAL	70	126	82	85	88	112	544

Tabela 33
Rio Grande do Norte - número de entradas de capital estrangeiro

Fonte: Banco Central do Brasil
Nota: elaborado pelos autores

75

Gráfico 15
Rio Grande do Norte - número de entradas de capital estrangeiro



Entre 2001 e 2002 ocorreu um aumento no número de entradas de capitais no setor de Turismo e Imobiliário, embora em termos de valores em USD tenha ocorrido uma inversão com uma menor quantidade de recursos: em 2001 foram 10,3 milhões de dólares e em 2002 apenas 2,24 milhões de dólares. Isso se explica pelos menores valores investidos em relação a 2001. Observando a tabela abaixo, vê-se a distribuição dos valores no período de 2001 a julho de 2006.

SETORES	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005	Ano 2006
ALIMENTOS E BEBIDAS	855.751	5.975.013,29	13500	2.158.790,14	533.498,38	7348860,32
AGRÍCOLA	2.818.603,68	5.947.451,49	754.747,81	880.480,00	12.090.185,01	10136180
INDUSTRIAL	1.634.101,52	2.418.489,20	11.166.636,49	1.985.724,10	602.350,51	0
TURISMO E IMOBILIÁRIO	10.320.064,90	2.247.411,18	8.695.624,88	24.235.327,45	33.298.538,00	46.495.778,53
EQ.ELÉTRICOS E HOSPITALARES	4.300.225,63	3.170.267,03	3.484.480,80	2.225.590,28	2.359.104,47	539.006,62
OUTROS	2.701.686,96	599.365,33	192.762,98	259.404,88	189.600,00	3813592,12
TOTAL	22.630.434	20.357.997,52	24.307.752,96	31.745.316,85	49.073.276,37	68.333.417,59

Tabela 34
**Rio Grande no
 Norte - valores
 (em Dólares) de
 entrada de capitais
 estrangeiros**

Fonte: Banco Central do Brasil

Nota: elaborado pelos autores

76

A Figura 3, abaixo, demonstra o comportamento dos investimentos no período; é evidente o crescimento do setor de turismo e imobiliário, com uma breve exceção em 2001 e 2002 onde ocorreu uma queda significativa. Uma das hipóteses para tal comportamento dos investimentos, pode estar relacionado com a crise no setor turístico após o 11 de setembro de 2001 quando um cenário de terrorismo e incertezas, deixou os investidores mais receosos. Outro fator pode estar relacionado com uma menor valorização do Euro em relação ao Dólar. Essas hipóteses podem explicar a queda do setor turístico e imobiliário em relação aos outros setores, que mantiveram a curva de crescimento.

Entretanto, já em 2003 o setor de turismo e imobiliário inicia um comportamento ascendente, se distanciando cada vez mais dos outros setores da economia norte rio-grandense: em 2003 já alcança 8,69 milhões de dólares, 24,23 milhões em 2004, 33,29 milhões em 2005 e, até julho de 2006, já haviam sido registrados pelo Banco Central 46,49 milhões de dólares. Seu ritmo constante de crescimento, sem crises aparentes, em comparação com setores tradicionais como Agrícola ou Industrial, são uma demonstração

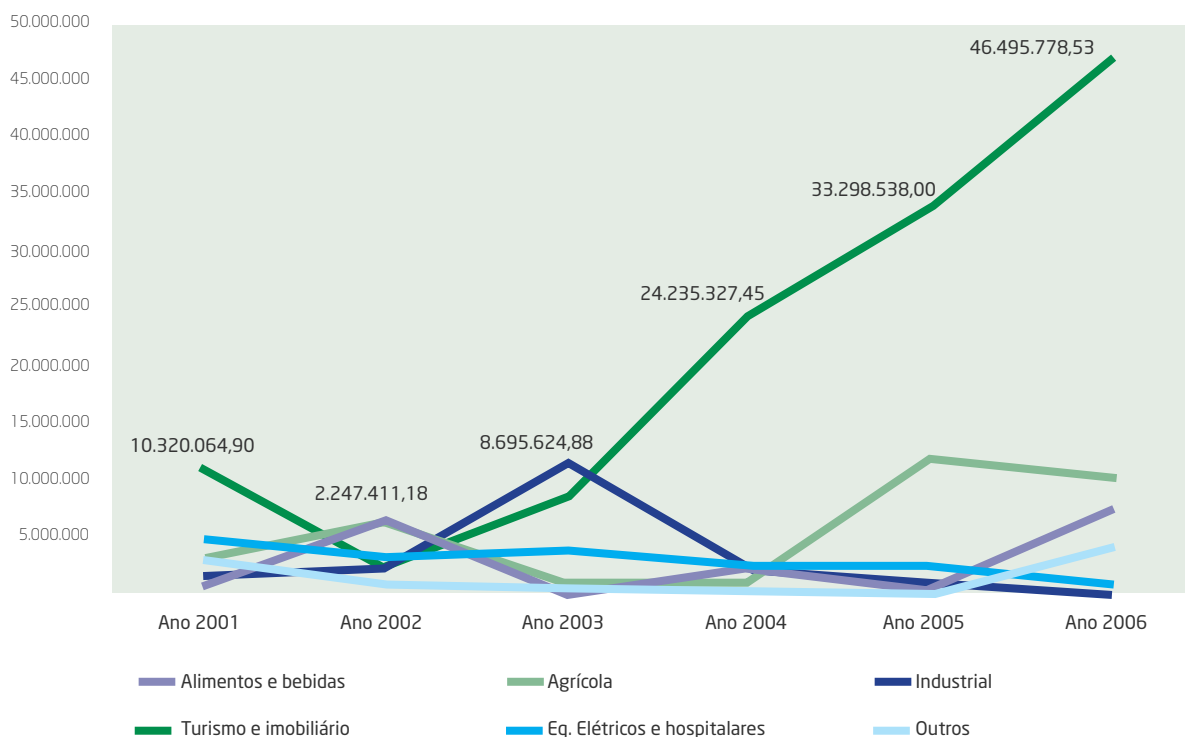
da capacidade econômica do setor turístico e imobiliário de atrair capitais estrangeiros.

Uma questão subsequente logo aparece: qual o peso da RMN nestes investimentos? Será possível identificar a localização exata dos empreendimentos? Utilizando os dados do Banco Central, não é possível localizar o município do investimento; entretanto, utilizando-se dados complementares é possível ajustar e inferir que a grande maioria desses investimentos localizam-se nas áreas mais propícias aos investimentos em turismo e imóveis, interesse do mercado europeu principalmente, que é a linha do litoral oriental do Rio Grande do Norte, alcançando boa parte dos municípios costeiros da RMN.

Isso fica mais claro quando observados os dados do ramo turístico (relativos ao ano 2000), pois ao considerarmos o contexto estadual a RMN aglutinava 50,12% de todos os meios de hospedagem e o litoral oriental do Rio Grande do Norte totalizava 65% (SETUR,2000). Dados de 2004 indicam que só em Natal estavam localizados 56,09% de todos os leitos e 56,25% do total de unidades habitacionais do Rio Grande do Norte (SEDEC, 2004). Nesse sentido, o peso da RMN em atrair esses investimentos está evidenciado no potencial atrator desse mercado imobiliário internacional, interessado em praias e qualidade de vida para um público europeu cada vez maior.

Gráfico 16
Rio Grande do Norte - valores (em Dólares) de entrada de capital estrangeiro

Fonte: Banco Central do Brasil
Nota: elaborado pelos autores



Os investidores são em sua maioria (89,54%) europeus, sendo que Portugueses (56,41%) e Espanhóis (13,55%) se destacam. Entretanto, é cada vez mais presente empresas de origem sueca e norueguesas, principalmente desde 2005 e 2006. Das empresas portuguesas se destacam em número de entradas de capital a Vendigest, Lusitânia Hotéis e Investimentos Imobiliários e Algarve Empreendimentos Turísticos e Imobiliários; na Espanha Grupo Sehrs e Snaches.

Origem	2001	2002	2003	2004	2005	2006
PORTUGAL	14	38	19	23	20	41
ESPAÑA	0	0	0	7	19	11
ITÁLIA	1	1	2	0	6	3
NORUEGA	0	0	0	0	1	10
SUIÇA	0	0	0	5	0	1
SUECIA	0	2	1	6	2	10
AUSTRIA	0	0	2	0	0	1
EUA	1	2	3	10	7	4
Total	16	43	27	51	55	81

78

Tabela 35
Rio Grande do Norte - Origem dos investimentos estrangeiros

Fonte: Banco Central do Brasil
 Nota: elaborado pelos autores

Esse quadro é bastante similar ao quadro de procedência dos turistas no Rio Grande do Norte: 42,51% são portugueses e 23,02% são espanhóis (SEBRAE, 2005).¹³; holandeses, italianos e noruegueses vem em seguida, o que demonstra claramente a relação entre lançamentos imobiliários e o fluxo de turistas “convencionais”, isto é, um número crescente desses turistas acabam realizando negócios imobiliários. Ainda com dados do SEBRAE é possível verificar que 82,48% dos turistas entrevistados ficam em equipamentos hoteleiros (pousadas e hotéis), 7,72% em casa de parentes e/ou amigos e 7,31% em seu domicílio de segunda-residência, o que é expressivo se tomarmos o fluxo turístico de passageiros que só em 2005 foi de 122 mil desembarques internacionais (SEBRAE, 2005).

¹³ SEBRAE. Pesquisa turismo receptivo: perfil do turismo internacional. Natal: SEBRAE, Pólo Turístico Via Costeira, 2005 (mimeo).

O perfil do volume de investimentos também vem gradualmente sendo modificado, sendo cada vez mais constante a entrada de somas em centenas de milhares de dólares e alguns em milhões de dólares, o que fica claro com a relação entre a quantidade de entradas e o volume de recursos.

Os investimentos portugueses, entretanto, se mantêm estáveis e crescentes. Desde 2001, Portugal investe no setor turístico e imobiliário, principalmente após a consolidação das linhas áreas regulares e vôos charters da empresa TAP. Em um primeiro momento, esse fluxo trouxe apenas turistas convencionais mas logo permitiria a vinda de pequenos investidores individuais que adquiriram apartamentos ou casas, como segunda-residência. Esse movimento despertou o interesse de empresas maiores e investidores de médio porte, que viram uma demanda se estabelecer no litoral oriental do Rio Grande do Norte. Como o ponto de chegada neste litoral dá-se na RMN, especificamente Parnamirim-Natal, essa demanda se acomodou ao mercado local, logo depois se expandindo pela linha costeira metropolitana.

A experiência adquirida em Algarve e Valencia foi repassada como modelo para os municípios metropolitanos nordestinos pelos investidores estrangeiros, adaptando-se a escala e a infraestrutura local. Fenômeno como este ocorreu em paralelo na Região Metropolitana de Fortaleza e já era comum na linha costeira da Bahia. Esse modelo é basicamente formado por unidades residenciais que respeitam o gosto europeu, campos de golfe, independência para o morador (que não precisa se deslocar ao núcleo residencial do município), segurança total e acesso rápido à praia e possibilidade de alugar os apartamentos e casas em períodos fora das férias.

3.3. O setor da construção civil e sua relação com o mercado imobiliário

A análise do setor de construção civil do Rio Grande do Norte é importante para avançar na compreensão sobre a Dinâmica Imobiliária. Para tanto serão utilizados dados da Pesquisa Anual da Construção Civil - PAIC, realizada pelo IBGE e dados do Ministério do Trabalho referentes ao número de empresas de construção civil na RMN. A articulação entre essas duas fontes de dados é fundamental, devido ao fato da PAIC¹⁴ revelar dados apenas referentes ao Rio Grande do

¹⁴ A partir de 2002, a pesquisa adota a amostragem probabilística, sendo o desenho amostral. Leva em conta empresas de construção com 30 ou mais pessoas ocupadas enquanto que as empresas de 0 a 30 pessoas ocupadas, são objeto de seleção amostral.

Norte, enquanto dados do Ministério do Trabalho pode dimensionar com maior clareza o peso do setor na RMN.

Inicialmente é necessário identificar o papel da construção norte-riograndense dentro do cenário nordestino. O setor da construção civil do Rio Grande do Norte contava em 2002 com 391 empresas, um pouco a menos do que em 2004; esses números colocavam o RN em 5ª posição no Nordeste, ficando atrás da Bahia, Ceará, Pernambuco e Paraíba (ver Anexo 1).

Tabela 36
Nordeste: Dados gerais das empresas de construção (2002 e 2004)*

Fonte: PAIC-IBGE
Nota: elaborado pelos autores
* para empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas, com sede na Unidade da Federação

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Empresas		Pessoal ocupado em 31.12		Salários, retiradas e outras remunerações (em 1.000 R\$)		Custo das obras e/ou serviços da construção (em 1.000 R\$)	
	2002	2004	2002	2004	2002	2004	2002	2004
Nordeste	4.769	4.675	229.764	231.422	1.490.522	1.757.995	9.996.694	4.268.168
Maranhão	346	359	11.314	14.217	62.902	81.467	507.511	234.825
Piauí	231	233	12.658	12.448	61.657	63.687	422.388	144.908
Ceará	746	729	32.215	34.177	187.780	258.561	1.242.928	669.851
Rio Grande do Norte	391	394	12.327	15.502	78.596	96.398	674.991	280.761
Paraíba	462	430	15.902	15.177	91.035	89.817	671.049	201.122
Pernambuco	931	917	46.414	35.878	295.081	258.200	1.779.380	701.127
Alagoas	218	222	6.935	9.666	43.362	70.842	392.297	282.805
Sergipe	227	249	16.079	14.336	72.590	89.210	602.034	267.234
Bahia	1.218	1.142	75.920	80.021	597.519	794.813	3.704.115	1.485.536

80

Tabela 37
Nordeste Dados gerais das empresas de construção (2004)*

Fonte: PAIC-IBGE

Nota: elaborado pelos autores

* para empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas, com sede na Unidade da Federação

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Empresas		Pessoal ocupado em 31.12	Salários, retiradas e outras remunerações (em 1.000 R\$)	Custos das obras e/ou serviços da construção (em 1.000 R\$)	Valor das obras e/ou serviços (em 1.000 R\$)
	Unidades de Federação de Origem (Sede)	Atuantes na Unidade da Federação				
Maranhão	359	460	19470	141045	391525	904774
Piauí	233	268	10840	60562	153137	392340
Ceará	729	789	28970	223725	623603	1524740
Rio Grande do Norte	394	489	22344	181088	449791	1115763
Paraíba	430	539	16651	96871	245800	588402
Pernambuco	917	994	38439	282652	806232	1872410
Alagoas	222	272	12314	109559	329226	660622
Sergipe	249	306	19063	131490	310771	764455
Bahia	1142	1347	85675	830786	1762387	4519953

Entretanto, se forem consideradas não apenas empresas sede no Rio Grande do Norte, mas também empresas totais atuantes no estado, a participação do Rio Grande do Norte no Nordeste é ampliada. Em 2004, o Rio Grande do Norte envolveu recursos de aproximadamente 450 milhões de reais em custos de obras e serviços e pouco mais de 1 bilhão de reais no valor das obras e serviços¹⁵. Entre o ano de 2002 e 2004, percebe-se uma variação positiva no número de pessoal ocupado e nos salários pagos; entretanto, nos custos das obras e serviços percebe-se um decréscimo nos valores, perfeitamente ajustado a crise do setor que acometeu todas os estados nordestinos no período. Estes valores voltam a ser ampliados no ano de 2004, se considerarmos também as empresas fora da sede e atuantes no estado, ampliando para quase 500 milhões de reais, assim como o valor das obras e serviços.

¹⁵ Custos de obras e serviços: obtidos pela soma do consumo de combustíveis e lubrificantes, materiais de construção, custos de obras e serviços, manutenção, reparação de máquinas e o custo dos terrenos.

Valor das obras e serviços: valor dos custos e despesas incorridos, mais a proporção do lucro correspondente à execução das obras e/ou serviços da construção efetivamente realizados no ano, mesmo que não tenha sido apropriado.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Empresas		Pessoal ocupado em 31.12 (%)	Salários, retiradas e outras remunerações (%)	Custos das obras e/ou serviços da construção (%)	Valor das obras e/ou serviços (%)
	Unidades de Federação de Origem (%)	Atuantes na Unidade da Federação (%)				
Maranhão	7,68	8,42	7,71	6,85	7,72	7,33
Piauí	4,98	4,91	4,29	2,94	3,02	3,18
Ceará	15,59	14,45	11,47	10,87	12,29	12,35
Rio Grande do Norte	8,43	8,96	8,85	8,80	8,87	9,04
Paraíba	9,20	9,87	6,59	4,71	4,85	4,77
Pernambuco	19,61	18,21	15,22	13,74	15,89	15,17
Alagoas	4,75	4,98	4,88	5,32	6,49	5,35
Sergipe	5,33	5,60	7,55	6,39	6,13	6,19
Bahia	24,43	24,67	33,92	40,37	34,74	36,62

Tabela 38
Nordeste- dos gerais das empresas de construção, em % (2004)*

Fonte: PAIC-IBGE

Nota: elaborado pelos autores

* para empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas, com sede na Unidade da Federação

Considerando o ano de 2003 e 2004, o setor da construção civil continuou apresentando variação positiva, 27%, na quantidade de pessoal ocupado e no valor de obras e serviços (692,8 milhões de reais em 2003 e 1,11 bilhão de reais em 2004). Esse fator colocou em 2004 a Construção Civil do Rio Grande do Norte em 4ª posição do Nordeste.

Dados do Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômico no RN, indicam para maio de 2006 um total de 25.600 postos de trabalho na Construção Civil, valores um pouco acima dos divulgados pelo Sindicato da Construção Civil do RN - Sinduscon - que eram de 22.732 trabalhadores (Tribuna do Norte, 2006, p.14)¹⁶. O presidente do Sinduscon-RN, Silvio Bezerra, destaca que o setor da construção civil vive um período de aquecimento de suas atividades, motivado principalmente pela diminuição nos preços de alguns insumos usados na construção, taxas de juros especiais para compra de materiais de construção e medidas voltadas para incentivo à habitação; no plano local, é destacado também a estabilidade da moeda que permite maior planejamento das empresas.

¹⁶ TRIBUNA DO NORTE. Construção Civil está em 5º na lista dos que mais geram emprego. Natal: Tribuna do Norte, 14 de agosto de 2006, pg.14.

82

Durante os primeiros seis meses de 2006, o número de trabalhadores em empresas de construção civil, para o Rio Grande do Norte, subiu 14% o que representa quase o dobro do crescimento brasileiro (Tribuna do Norte, agosto de 2006, p.35). Ainda segundo o presidente do Sinduscon-RN, a previsão para o primeiro semestre de 2006, em lançamentos de obras, era de 80 milhões de Reais, número inferior ao mesmo período de 2005 quando foram lançados 182 milhões de Reais.

Nesse momento é importante observar o papel da Região Metropolitana de Natal, no setor da construção civil do estado. Para tanto, será necessária a análise dos dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, que registram o número de empresas e empregados por município, o que permite identificar com relativa clareza o peso da RMN no setor da construção civil do Rio Grande do Norte. Os dados da RAIS permitem ampliar e ao mesmo tempo especificar os dados do PAIC, na medida que as informações permitem uma aproximação mais real dos setores econômicos.

A Tabela 38, abaixo, indica que é crescente o número de empresas no período 2001 a 2004, com um pequeno decréscimo em 2003. Em 2001, o município de Natal respondia por 82,57% do total das empresas da Região Metropolitana de Natal, seguido de longe por Parnamirim com 11,55%; esses números se mantêm aproximados durante o período 2001 a 2004, com uma pequena diferença de

Parnamirim elevando sua participação e Natal se mantendo na faixa de 79% a 80%. Ainda sobre os dados da RAIS, o peso da RMN no estado do Rio Grande do Norte no ano de 2003 foi de 68,93% e sua participação no número total de estabelecimentos foi de 6,6% e 4,1% no total dos empregos. No setor industrial, em 2003, foi o segundo maior empregador, só perdendo para o setor têxtil (RAIS-MET, 2003).

Tabela 38
Região Metropolitana
- Número de
empresas de
construção civil -
2001-2004 (abs.)

Fonte: RAIS/Ministério
do Trabalho

Municípios	2001	2002	2003	2004
Ceará-mirim	5	3	2	8
Parnamirim	114	170	190	157
Extremoz	5	10	6	5
Macaíba	14	16	14	17
Monte Alegre	2	0	0	2
Natal	815	802	751	842
Nisia Floresta	9	11	13	11
S. G. do Amarante	19	14	12	10
S. J. Mipibu	4	3	4	6
TOTAL	987	1.029	992	1.058

83

Municípios	2001	2002	2003	2004
Ceará-mirim	16	4	4	35
Parnamirim	977	970	1.180	1.268
Extremoz	26	60	65	39
Macaíba	258	199	68	98
Monte Alegre	8	0	0	32
Natal	9.911	9.168	8.751	10.381
Nisia Floresta	31	31	24	103
S. G. do Amarante	172	48	38	28
S. J. Mipibu	5	1	11	19
TOTAL	11.404	10.481	10.141	12.003

Tabela 39
Região Metropolitana
- Número de
empregados em
empresas de
construção civil
- 2001 a 2004 (abs.)

Fonte: RAIS/Ministério
do Trabalho

Nesse sentido, a Região Metropolitana de Natal detêm a maioria das empresas, empregos e valores de obras e serviços da Construção Civil do estado, além de estar pesadamente concentrada nos municípios de Natal e Parnamirim, assim como o número de trabalhadores do setor.

3.4. Empreendimentos imobiliários na Região Metropolitana

3.4.1. Procedimentos metodológicos

A partir da abordagem da intensidade e expressividade¹⁷ dos empreendimentos imobiliários formais, licenciados, executados ou concluídos nos anos 2000 a setembro de 2006 o primeiro passo da pesquisa foi a formação de um Banco de Informações, isto é, um levantamento das licenças solicitadas e expedidas pelos órgãos oficiais, observando sua localização, tipologia, área, equipamentos, entre outros (anexo 04). Tomando como base o mercado imobiliário voltado para o turismo e os principais imóveis que estão surgindo, foram selecionados pequenos e médios empreendimentos (condomínios, flats, condohotéis e pousadas), como grandes hotéis, resorts e centros de lazer. Para o preenchimento da coluna tipo de empreendimento, utilizamos o termo condomínio fechado vertical para prédios multifamiliares que servem como moradia.

Para o preenchimento das informações, foram levantados trabalhos acadêmicos recentes¹⁸, acesso aos alvarás de construção, juntamente com o parecer técnico, licenciado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente - IDEMA, entre janeiro de 2000 a setembro de 2006. A instituição possui 80% do arquivo registrado de modo informatizado, nos programas Cerburus e Carbox, estando os demais registrados em papel, vindo acarretar dificuldade ao acesso, pois cerca de 10% não foram localizados. Em paralelo, adicionamos dados de folder e sites imobiliárias nacionais e internacionais.

Tentando complementar o banco, foram registrados os imóveis licenciados na SEMURB (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo) de Natal, no período de 2004 a junho de 2006. Como também, os empreendimentos licenciados pela Secretaria de Tributação do município de Nísia Floresta, entre os anos de 2005 e 2006¹⁹.

Foram realizadas visitas de campo à prefeitura de São José de Mipibú, que não possuía nem uma licença de empreendimentos direcionados

¹⁷ Intensidade refere-se ao número de empreendimentos por municípios e expressividade indica quais áreas concentram uma dinâmica diferenciada, não necessariamente tendo como recorte o município e sim um bairro ou setor desse município.

¹⁸ ALBANO, Yonara Aparecida. Grandes empreendimentos imobiliários no litoral oriental do RN. (Trabalho acadêmico apresentado à disciplina de PPUR3- Curso de Arquitetura e Urbanismo). Natal. UFRN, 2004.

¹⁹ Segundo Gustavo Santos, atual Secretário de Tributação do município de Nísia Floresta, os arquivos anteriores a esse período não puderam ser localizados.

para a análise. Isto pode ter ocorrido, devido ao fato do setor não emitir alvará para todas as construções e, de certa forma, ao tipo de estrutura administrativa ainda não apta a emitir pareceres ambientais, ficando estas submetidas ao IDEMA.

Em outra visita de campo, foram localizados alguns empreendimentos e investidores no município de Ceará-Mirim, com Fabrício Gaspar, secretário da SEMIT (Secretária de Meio Ambiente, Infra-estrutura e Turismo). A respeito dos alvarás de construção, a prefeitura apresenta apenas os licenciados no governo vigente.

Em Parnamirim, foram obtidas informações dos procedimentos do cadastro dos alvarás emitidos e a relação de alguns loteamentos que estão sendo ocupados pelos condomínios fechado vertical e horizontal.²⁰

Surgindo uma necessidade de cadastrar os empreendimentos de hotelaria, obtivemos a lista dos associados da ABIH (Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do RN) e juntamente com a colaboração de Francisco Soares de Lima Júnior, coordenador do Prodetur (Programa de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Norte), selecionamos apenas os imóveis construídos a partir do ano 2000.

Após a conclusão do Banco de Informações, foram elaborados mapas com a contribuição do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), tabelas e gráficos²¹ levando em consideração o número de empreendimentos por município, por faixa litorânea e demais localidades, entre outros pontos abordados.

²⁰ No último retorno, esperávamos obter informações das construções direcionadas para a hotelaria, não sendo possível, pois os funcionários estavam ocupados para emitir licenças ao evento da Festa do Boi.

²¹ Os valores absolutos para a formação dos gráficos estão presentes no anexo 02.

3.4.2. Um panorama geral da dinâmica imobiliária

O entendimento sobre o crescimento e a expansão da área metropolitana de Natal passa, neste momento, pela identificação da dinâmica imobiliária como importante elemento da consolidação de áreas residenciais e/ou econômicas. Tal dinâmica imobiliária aqui é entendida como um processo que envolve a transformação do solo, seu incremento em uma lógica de produção de imóveis (seja em área construída ou lote urbanizado), sua comercialização e valorização por meio da ocupação; nesse sentido, é um processo econômico e social, por envolver a transformação de valores de uso e troca de grandes áreas internas à Região Metropolitana.

Após a observação da dinâmica dos investimentos estrangeiros, concentrados nos setores turísticos e imobiliários, do perfil da

Construção Civil e sua localização na Região Metropolitana de Natal, é necessário concluir com a espacialização dos empreendimentos construídos, em construção ou em planejamento.

Pretende-se integrar com os dados anteriores, permitindo uma clara definição do papel da dinâmica imobiliária e seus aspectos econômicos, seja na dimensão físico-territorial da Região Metropolitana de Natal. Em um primeiro momento é importante compreender que a dinâmica imobiliária atuante hoje na RMN é, grosso modo, um desdobramento dos investimentos registrados pelos setores da construção civil e comercialização imobiliária, desde os anos de 1990 e intensificados nos últimos anos, devido ao incremento do setor turístico no litoral oriental do Rio Grande do Norte.

Uma reestruturação das empresas incorporadoras desde 1990, redirecionou a produção para estratos médios e altos da população local, consolidando um mercado imobiliário desligado de uma Política Habitacional pública, como a praticada nos anos de 1970 e 1980. Essa reestruturação das empresas reforçou a tendência de investimentos no eixo centro-sul de Natal (margeando as Av. Hermes da Fonseca/ Salgado Filho) aumentou o preço do solo urbano na Região Sul de Natal, investiu em terrenos disponíveis no limite legal entre Natal e Parnamirim e, principalmente, ampliou a relação da construção civil com setores de serviço, como o turismo.

86

Nesse aspecto, se tomarmos o volume de investimentos estrangeiros no Rio Grande do Norte, o setor aqui chamado “turístico e imobiliário” tem apresentado as maiores entradas e movimentações de capital de toda a economia potiguar o que permitiu, desde o final dos anos de 1990, a existência de um segundo momento da dinâmica imobiliária, até então restrita a Natal e algumas áreas de Parnamirim. Esse fator diz respeito aos investimentos na área litorânea dos municípios de Parnamirim, Nísia Floresta e Tibau do Sul, após os investimentos em infra-estrutura viária do Prodetur Nordeste I.

O anterior processo de autoconstrução da moradia por veranistas isolados, está sendo gradualmente modificado pela lógica da valorização imobiliária, construção de unidades padronizadas e comercialização via empresas formais. O preço do solo nessas áreas, adjacentes a RN 063, apresenta um aumento constante, incentivado por investimentos de capital estrangeiro, seja de empresas seja na forma de segunda-residência. Na faixa litorânea norte da RMN, praias dos municípios de Extremoz e Ceará Mirim, tais investimentos chegaram recentemente, embora já sejam crescentes o número de novas construções.

Em entrevista realizada com o presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Administração e Locação de Imóveis - SECOVI-RN²², Sr. Renato Alexandre Gomes Neto, foi possível identificar os processos da dinâmica imobiliária da RMN e sua configuração atual. Para Renato Alexandre, o “aquecimento” do mercado imobiliário, é um fenômeno que perdura nos últimos 7 anos e com fases distintas: um primeiro momento restrito a Natal (Ponta Negra, especificamente) devido a obras de infra-estrutura turística, novo aeroporto e marketing mais agressivo; os compradores de imóveis nesse período eram turistas “convencionais” que realizavam compras de apartamentos, motivados pela relação favorável Euro-Dólar.

²² O SECOVI-RN tem 5 anos de fundação e possui abrangência estadual, embora ainda não possua escritórios na Região de Mossoró ou Seridó. A entrevista foi realizada dia 25 de outubro de 2006

Após isso, ocorreu um *boom* de investimentos locais, aumento do preço do solo e dos imóveis (devido a maior procura do que oferta) e atração de novas empresas ao mercado da construção civil. Mais recentemente esse pequeno investidor perdeu força, mas atraiu em seguida o interesse de investidores estrangeiros que ampliaram a área de interesse para a Região Metropolitana (Parnamirim e Nísia Floresta, Ceará Mirim e Extremoz).

“Para nós foi uma surpresa, em questão de dois anos o cenário mudou. Todo mundo passou a comprar/vender imóveis, principalmente para estrangeiros”. “O turismo foi o grande alavancador do processo, mas hoje não é apenas o turismo. Natal é visto como um ponto de qualidade de vida, belezas naturais, para atrair pessoas procurando empreendimentos voltados para pessoas de meia idade, buscando melhor qualidade de vida.” (Renato Alexandre, 2006)

No mercado nacional, há dois pólos de compradores de imóveis em Natal: Brasília e São Paulo. Os estrangeiros que mais adquirem imóveis na RMN são portugueses, espanhóis e escandinavos, com pouca ocorrência de ingleses e americanos, embora o presidente do SECOVI já sinta aumentar a procura por parte destes.

“Em Parnamirim, percebe-se claramente três áreas: Pium, Cotovelo e Pirangi em que Pium tem uma tendência a se tornar área de segundas-residências de um padrão médio-alto, em Cotovelo ocorre uma dinâmica imobiliária em Cotovelo Novo ao Contrário de Cotovelo Velho (com mais casas de veraneio) e Pirangi tem um diferencial: seus veranistas resistem a comercializar os imóveis, sendo “fjeis” a área como área de veraneio; mas também a procura de compradores por Pirangi ainda não é tão expressiva.” (Renato Alexandre, 2006).

Fora da Região Metropolitana de Natal, apenas Mossoró apresenta certa dinâmica imobiliária, segundo o presidente do SECOVI, motivado pelo crescimento demográfico e a construção de novos equipamentos como universidade privada e shopping center; entretanto, a grande dinâmica imobiliária, de atuação das empresas e da construção civil está na Região Metropolitana de Natal. No item a seguir, identificamos o perfil e a localização dessa dinâmica.

3.4.3. Análise dos dados

Para este diagnóstico, foram identificados 376 empreendimentos imobiliários, alguns já executados, em execução ou em licenciamento, no período de 2000 a setembro de 2006. Do total, 56,39% está localizado em área não litorânea e 43,61% em área adjacente a linha de praia. Os municípios com maior número de empreendimentos são Natal (com 41,22% do total), seguido por Parnamirim (25,26%) e Nísia Floresta (com 21,27% do total da RMN); estes três municípios juntos respondem por 87,76% de toda a dinâmica imobiliária recente da RMN.

88

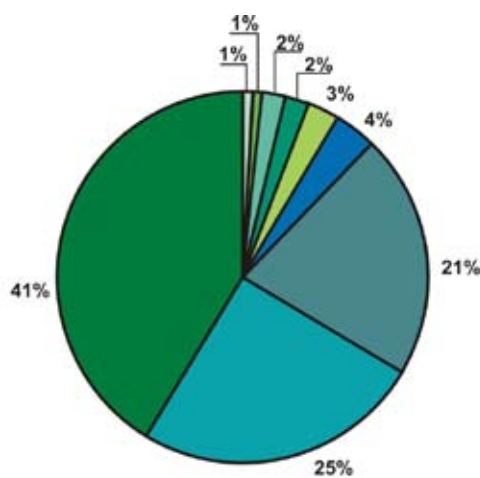


Gráfico 17
Localização dos empreendimentos dos municípios da faixa litorânea.

Nota: elaborado pelos autores.



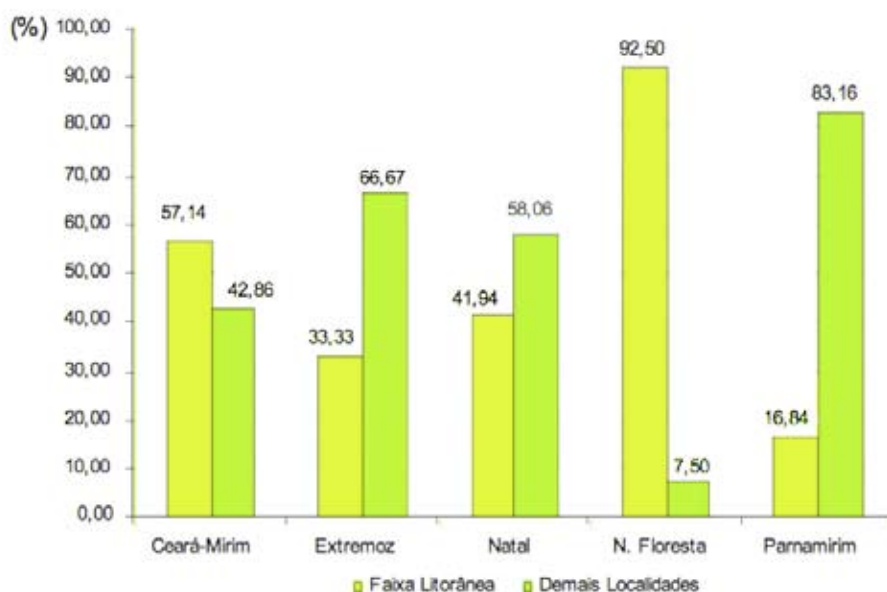
Município	Localidade litorânea	Localidade não litorânea (abs.)	Total por município
Ceará-Mirim	8	6	14
Extremoz	1	2	3
Macaíba	—	11	11
Monte Alegre	—	2	2
Natal	65	90	155
Nísia Floresta	74	6	80
Parnamirim	16	79	95
São Gonçalo do Amarante	—	9	9
São José de Mipibú	—	7	7
Total	164	212	376

Tabela 40
RMN - Empreendimentos imobiliários privados por área de instalação.

Fonte: coleta direta no IDEMA

Nota: elaborado pelos autores

No caso de Natal e Parnamirim (66,48% do total da RMN), a dinâmica imobiliária está concentrada em um eixo centro-sul desde os bairros centrais de Petrópolis, Tirol e Areia Preta até bairros da Região Sul como Candelária, Lagoa Nova, Capim Macio e Ponta Negra. Nesse eixo estão localizados quase 70% de todos os edifícios verticais de Natal, além de ser a faixa com maiores valores do solo (por m²) da RMN.



Gráfica 18
Localização dos empreendimentos dos municípios da faixa litorânea.
 Nota: elaborado pelos autores.

Como efeito do transbordamento da dinâmica imobiliária de Natal, a segunda área de maior expressividade dá-se no município de Parnamirim, em área limite de Natal; trata-se de Nova Parnamirim, cujo valor da construção é cada vez mais crescente, chegando em algumas áreas a ser de R\$ 1.800,00/m² (Ponta Negra possui, em média, construções que chegam a R\$ 3.300,00/m²). O perfil de consumo desses empreendimentos na área de Nova Parnamirim confirma uma ocupação residencial de população local, com ocupações ligadas ao

município de Natal, padrões de condomínios fechados diferenciados e existência de verticalização às margens das principais vias de penetração. Na parte mais próxima ao centro de Parnamirim, em um segundo movimento da dinâmica imobiliária, ocorre à instalação de loteamentos e condomínios fechados com padrões médios, voltados a um público mais popular, com lotes de 250m² a 300m²; esse processo praticamente envolveu a chamada “área rural” de Parnamirim, em um processo de reserva de solo para futuras expansões do mercado imobiliário de Natal - Parnamirim, que não podem ser entendidas de modo isolado.

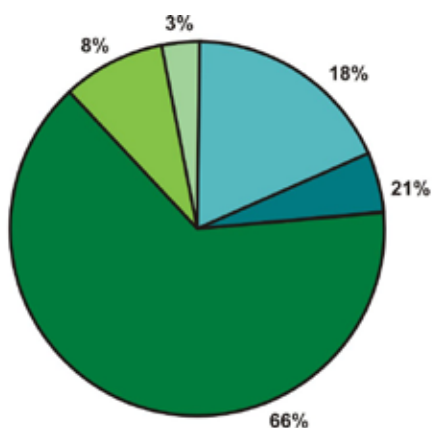


Gráfico 19
Número dos empreendimentos da orla de Nísia Floresta. Nota: elaborado pelos autores.

90

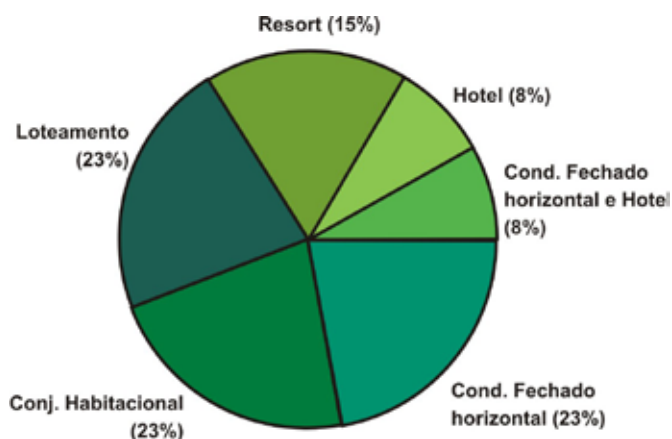


Gráfico 20
Tipo de empreendimentos de Ceará - Mirim. Nota: elaborado pelos autores.

Seguindo a linha das praias ao Sul, ainda em Parnamirim, ocorre uma inversão no padrão imobiliário: logo após a extensa área militar, um dos maiores condomínios fechados da RMN com 1.028.000 m², o Alphaville, está 100% comercializado (913 lotes residenciais) e em plena execução; nas praias seguintes de Cotovelo e Pirangi, os novos empreendimentos disputam espaço com as antigas casas de veraneio, elevando o valor do solo e maximizando seu uso por meio da verticalização.

Em Nísia Floresta, cerca de 92,5% dos empreendimentos localiza-se em uma faixa estreita de solo, margeando a RN 063 e pressionando as áreas de proteção ambiental das lagoas e dunas. Desse total, cerca de 66,21% localizam-se na praia de Búzios e o restante nas praias de Pirangi do Sul, Camurupim, Tabatinga e Barreta. No litoral norte, Extremoz concentra sua dinâmica imobiliária no litoral, margeando as RN 303 e 304 até a RN 306; essas localizações apresentam fortes vulnerabilidades ambientais e estão em permanente conflito. Na parte interna de Extremoz, ao redor de sua sede, a dinâmica imobiliária e turística está restrita às margens da lagoa de Extremoz, mas de modo ainda não intensivo.

Ceará Mirim já apresenta uma diferenciação maior em termos de localização imobiliária: 57,14% em área litorânea (basicamente praia de Muriú) e 42,86% em área interna ao município; boa parte dos empreendimentos internos de Ceará Mirim localizam-se às margens da BR 406 (loteamentos) e em novos conjuntos e loteamentos populares na periferia imediata da sede municipal. Entre as praias e a sede do município existe uma longa faixa de uso rural, ainda não apropriada pelo mercado imobiliário, principalmente devido aos poucos acessos viários de ligação com a praia. Nos municípios de Macaíba e São Gonçalo do Amarante, não possuidoras de litoral, o número de empreendimentos é pequeno em relação aos demais, mas também apresentam áreas de interesse ao mercado: em São Gonçalo do Amarante, a área de transbordamento de Natal, principalmente margens da Av. Tomaz Landin e via de acesso a sede do município, percebe-se a abertura de loteamentos mais populares, conjuntos habitacionais de cooperativas em lotes de 200m².

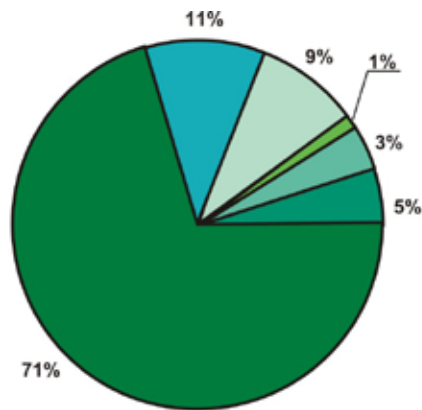


Gráfico 21
Tipo de empreendimentos em Natal.

Nota: elaborado pelos autores.

- | | | | |
|--|-------------|--|---------------------------------|
| | Flat | | Cond. fechado horizontal e flat |
| | Hotel | | Cond. fechado horizontal |
| | Apart-hotel | | Cond. fechado vertical |

92

Em Macaíba, ocorre uma inversão de localização com loteamentos de maior porte e alguns condomínios fechados com acesso pela BR 226, mais próximos ao acesso à Parnamirim. Alguns desses empreendimentos investem em uma tipologia do tipo “residencial e fazenda”, com grandes áreas verdes e aspecto “campestre”; essa parece ser uma tendência que se configura para o município, com um padrão diferente de loteamento (lotes maiores de 400m²).



Figura 9
Serhs Natal Grande Hotel (Via Costeira, Natal)

Crédito:
www.litoralverde.com.br



Figura 10
vista parcial de
Nova Parnamirim,
com Cidade Verde
(ao fundo) e Cidade
dos Bosques (em
primeiro plano).
Exemplo de
urbanização via
mercado imobiliário
com grandes
empreendimentos.

Crédito:
www.grupocapuche.com.br



Figura 11
Condomínio fechado
Alphaville (Pium,
Parnamirim). Lotes
residenciais vendidos
em 16 horas

Crédito:
www.alphaville.com.br

93

3.4.4. Síntese

Uma síntese do diagnóstico da dinâmica imobiliária da RMN revela uma integração na lógica de produção espacial entre Natal (área sul) e Parnamirim (três áreas específicas), um movimento litorâneo baseado no peso dos investimentos em turismo e segunda-residência e um transbordamento do estoque residencial em municípios de menor dinâmica como Macaíba e Ceará Mirim, às margens das principais vias de acesso. O diagnóstico também permite apontar, como tendência, a acomodação do mercado imobiliário ao recente *boom* litorâneo, aumento do valor do solo urbano em Parnamirim (principalmente nas áreas de expansão) e maior dinâmica de loteamentos e condomínios nos principais acessos dos municípios não litorâneos.

Os espaços litorâneos (localidades) dos municípios da Região Metropolitana apresentam-se estritamente relacionados com as dinâmicas do pólo metropolitano (Natal) e menos com as sedes municipais. Tal processo significa a lógica de ocupação paralela à zona de praia, configurando certa integração costeira dessas localidades. A praia é transformada em mercadoria nobre levando a importante modificação sócio-espaciais nas áreas litorâneas (impactos na paisagem, no meio ambiente, no mercado fundiário e na sociabilidade local).

Em relação ao capital imobiliário, pode-se perceber a formação e consolidação de uma nova modalidade de produção espacial, destinada uma modalidade de consumo que está sendo chamada, pelo mercado, de “turismo imobiliário”, termo que necessita de maior aprofundamento teórico e pesquisas empíricas. Entretanto, já é possível avaliar o peso dos investimentos estrangeiros no setor turístico e imobiliário, como dinamizador das empresas de construção civil que, por conta desse fato, reestruturam seus produtos, criam novas estratégias e modernizam seus procedimentos tecnológicos.

O “turista investidor” (pessoa ou grupo) induz modificações tanto nas áreas apropriadas, como na sociabilidade das comunidades locais, no sentido de adequar e aperfeiçoar o investimento realizado em infra-estrutura pública, acesso à paisagem, segurança, legislação e isolamento das comunidades locais (novas tipologias residenciais).

Pode-se inferir que este processo faz emergir “novo” agente imobiliário, novas estratégias de produção e comercialização, baseadas na reformulação dos capitais tradicionais (advindos do comércio ou do setor secundário) em relação aos novos capitais advindos do setor turístico. Este novo agente articula de modo muito particular o setor da construção civil com o setor de serviços, principalmente serviços receptivos. Uma acomodação da construção civil à nova dinâmica econômica da RMN, é possível ser vista na espacialização das áreas de dinâmica imobiliária que podem ser sintetizadas a partir de alguns pontos:

1. A RMN possui três áreas bem definidas de atuação do mercado imobiliário/construção civil; a) faixa litorânea, com ponto principal em Natal (Ponta Negra, Via Costeira e Areia Preta), e ramificação a Norte (Ceará-Mirim, Extremoz, seguindo para municípios fora da RMN) e a Sul (Parnamirim, Nísia Floresta e municípios fora da RMN). A característica principal desses empreendimentos é o apelo (tanto da tipologia arquitetônica

quanto a demanda) a qualidade de vida enquanto contato direto com a orla marítima. b) área de transbordamento sul do mercado imobiliário natalense, para Nova Parnamirim, onde os produtos imobiliários são voltados para população local (maioria advinda de Natal) e com maior diferenciação de tipologias (edifícios verticais, loteamentos e condomínios fechados); c) área interna à Parnamirim, de ocupação recente, marcada por loteamentos, assim como em áreas de expansão urbana de Macaíba e Ceará Mirim.

2. A estruturação do mercado imobiliário metropolitano depende de um maior estoque de terras, que passa a ficar condicionadas ao fluxo de investimentos turísticos (grande parte de grupos estrangeiros). Este fato faz com que as áreas de orla marítima ou de 1 km à margem dos principais acessos tenham uma elevação no valor do solo;
3. O setor da construção civil amplia sua capacidade de execução, agora não mais dependente apenas dos recursos de financiamentos públicos (diretos e indiretos), mas sim diversificando as oportunidades de novos produtos imobiliários. Percebe-se, também, que algumas empresas de construção civil já passam a investir em comercialização de imóveis, sem intermediários, objetivando captar a maior parte da lucratividade dos empreendimentos executados;
4. Como contraponto, as áreas que ainda não são de interesse do mercado imobiliário são os setores ocupados historicamente por população de baixa renda, onde grandes conjuntos habitacionais foram construídos nas décadas de 1970 e 1980; em Natal, na Região Norte e na Região Oeste, marcada por loteamentos e invasões (uma pequena exceção parece ser o bairro Planalto, onde pequenos condomínios fechados de baixo custo foram construídos nos últimos anos). De modo geral, essa população de baixa renda continua acessando a moradia e o solo urbano por meio dos loteamentos irregulares, favelas, vilas e auto-produção da moradia, sem ser atendida pelo mercado ou por políticas públicas mais consistentes.
5. Há uma fragilidade nas administrações públicas municipais, no que diz respeito a capacidade de licenciamento de obras, emissão de alvarás e fiscalização das construções. Com exceção de Natal e Parnamirim, que possuem Secretarias de Meio Ambiente e Urbanismo, os demais municípios

ainda não possuem instrumental técnico suficiente para atender a crescente demanda de projetos. Será necessário o aparelhamento em recursos humanos suficientes para implementar os Planos Diretores municipais que estão, neste momento, em processo de Revisão;

6. Outro importante “gargalo” refere-se ao pouco controle sobre o mercado de terra desses municípios, principalmente relativos aos conflitos em zona costeira. A fragilidade dos títulos de propriedade, a rápida valorização das terras rurais e a inexistência de cadastros informatizados são indicadores da pouca visibilidade dos processos de compra e venda de grandes áreas de terras na RMN;

7. Por fim, podem-se apontar as principais preocupações levantadas após a identificação dessa dinâmica metropolitana como sendo de ordem urbanística - falta de planejamento sobre a instalação dos empreendimentos no território municipal, infra-estrutura básica não ampliada - e ambiental - água, solo e qualidade dos resíduos sólidos.

96 Nesse sentido, a análise da dinâmica imobiliária da Região Metropolitana indica um momento favorável de desenvolvimento econômico, de emprego e renda e uma tendência futura da RMN se configurar como espaço preferencial das atividades imobiliárias no Nordeste. Entretanto, é urgente também a construção de medidas de gerenciamento adequado dos recursos não apenas ambientais, mas, sobretudo econômico, na construção de um planejamento integrado entre as ações do livre mercado e o papel dos municípios no uso e controle do seu solo. Ainda é tempo dessa construção.

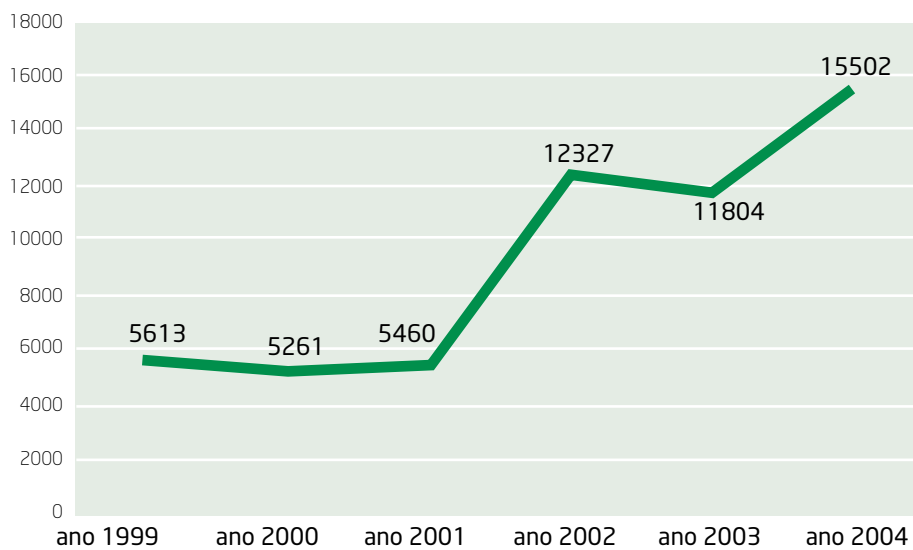


Gráfico 22
Rio Grande do Norte - pessoal ocupado em empresas do ramo de Construção Civil (1999-2004)

Fonte: PAIC-IBGE
 Nota: elaborado pelos autores

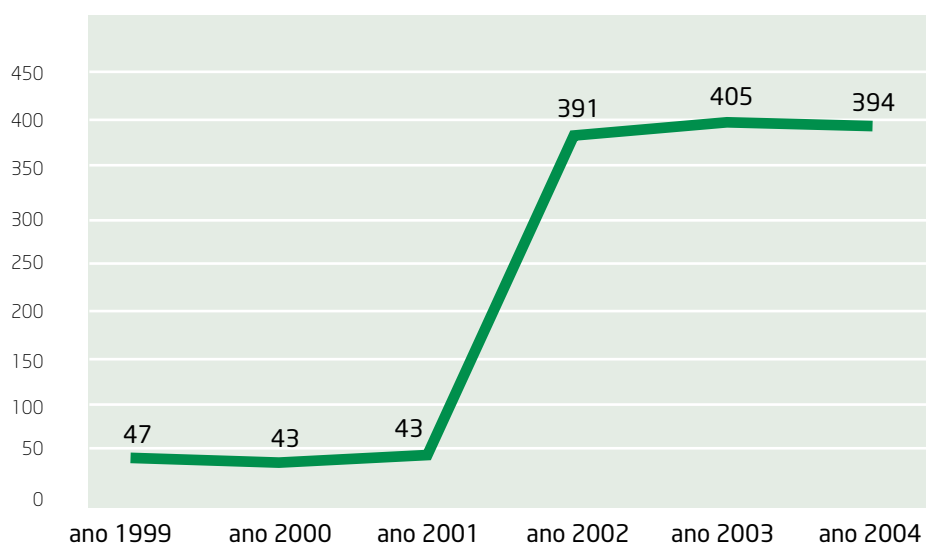


Gráfico 23
Rio Grande do Norte - número de empresas do ramo de Construção Civil (1999-2004)

Fonte: PAIC-IBGE
 Nota: elaborado pelos autores

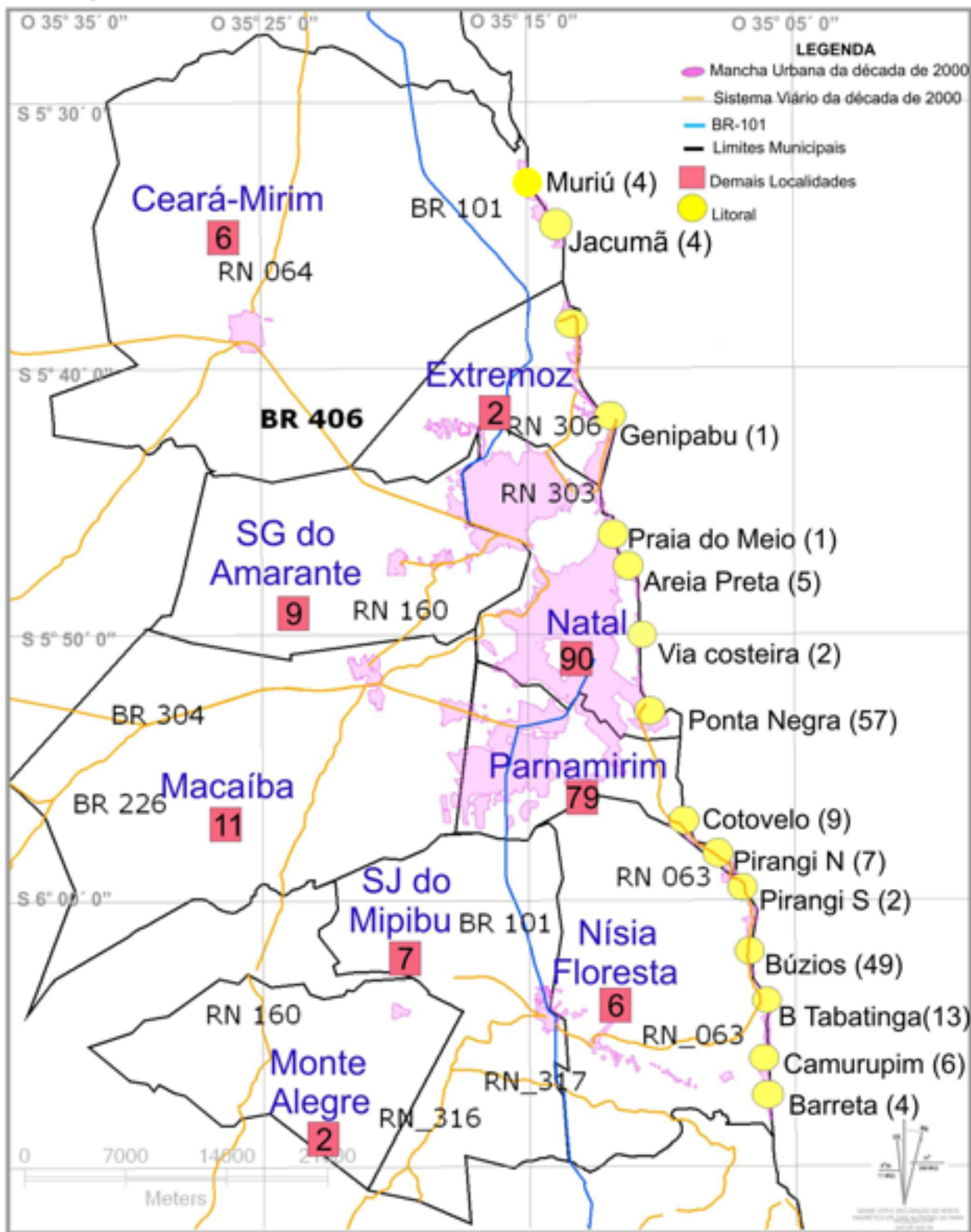


Figura 14
Região Metropolitana de Natal: Mapa de localização dos empreendimentos imobiliários
 Fonte: IDEMA e Secretarias Municipais

Nota: elaborado pelos autores com colaboração do INPE

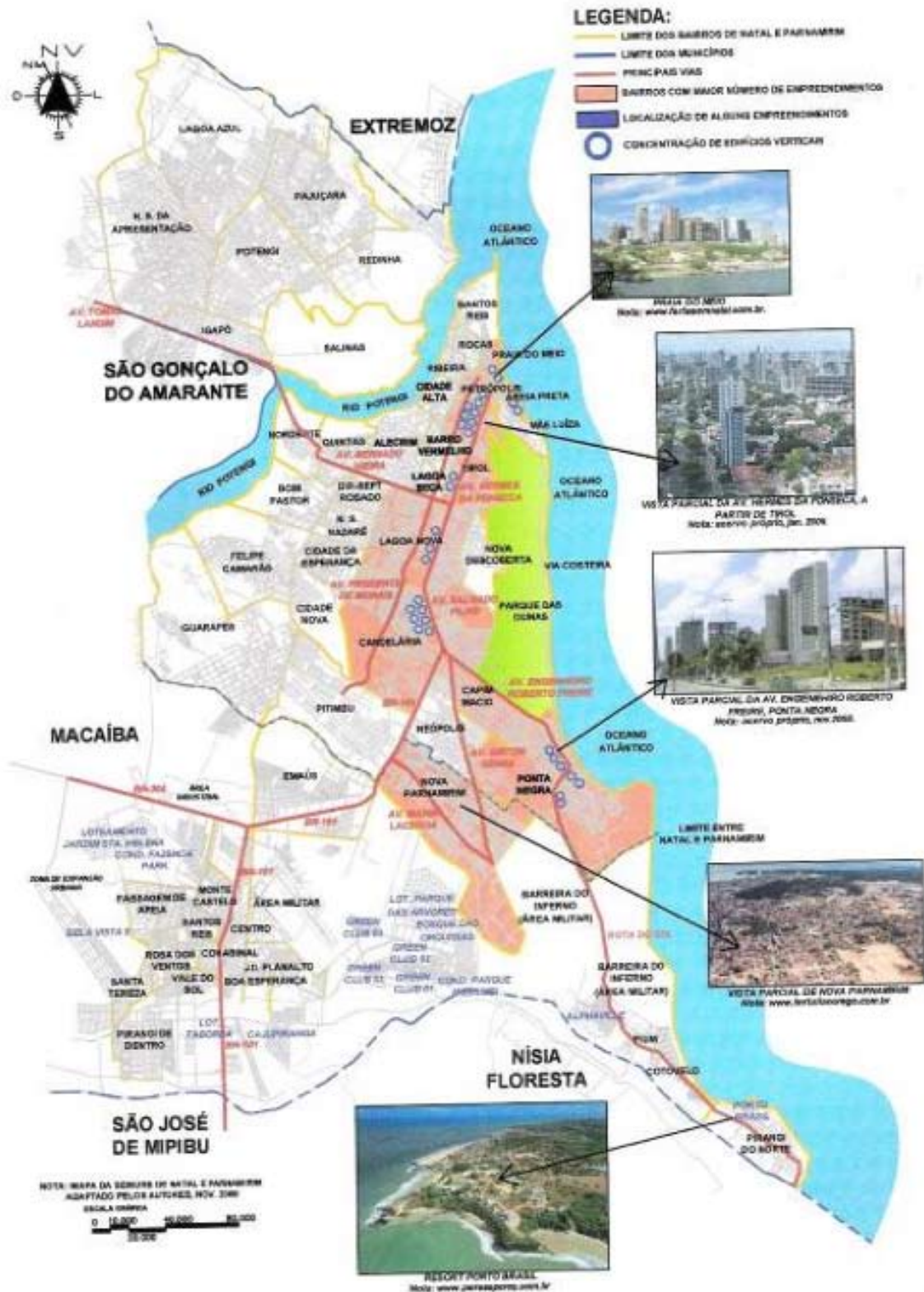


Figura 15
Municípios de Parnamirim e Natal: Mapa de localização dos bairros com intensa atividade imobiliária

Fonte: Mapa da SEMURB de Natal e Parnamirim.

Nota: adaptado pelos autores, nov. 2006.

LOCALIDADE	NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS POR MUNICÍPIO					
	<i>Ceará-Mirim</i>	<i>Extremoz</i>	<i>Natal</i>	<i>Nísia Floresta</i>	<i>Parnamirim</i>	<i>Total</i>
<i>Faixa Litorânea</i>	8	1	65	74	16	164
<i>Demais Localidades</i>	6	2	90	6	79	183

Tabela 41
RMN - Empreendimentos imobiliários privados por faixa litorânea e demais localidades.

Fonte: coleta direta no IDEMA
 Nota: elaborado pelos autores

LOCALIDADES	Nº EMP.
Cidade Alta	1
Lagoa Seca	1
Nova Descoberta	1
Praia do Meio	1
Ribeira	1
San Vale	1
Cidade Satélite	2
Pitimbu	2
Via Costeira	2
Barro Vermelho	3
Neópolis	3
Morro Branco	4
Planalto	4
Areia Preta	5
Petrópolis	5
Capim Macio	7
Candelária	8
Lagoa Nova	14
Tirol	29
Ponta Negra	57

Tabela 42
RMN - Empreendimentos imobiliários privados por bairro do município de Natal.

Fonte: coleta direta no IDEMA
 Nota: elaborado pelos autores

LOCALIDADES	Nº EMP.
Bairro Pitimbu	1
Jardim Planalto	1
Jóquei Clube	1
Liberdade	1
Loteamento Boa Esperança	1
Loteamento Taborda	1
Monte Castelo	1
Parque de Exposições	1
Pitimbú	1
Vale do Sol	1
Cajupiranga	2
Emaús	2
Japecanga	2
Parque do Jiqui	2
Pirangi de Dentro	2
Pium	2
Vale do Cajupiranga	2
Parque dos Eucaliptos	3
Passagem de Areia	3
Zona de Expansão Urbana	6
Pirangi do Norte	7
Praia de Cotovelo	9
Nova Pamamirim	40

Tabela 43
RMN - Empreendimentos imobiliários privados por bairro do município de Pamamirim.

Fonte: coleta direta no IDEMA

Nota: elaborado pelos autores

MUNICÍPIO	FAIXA LITORÂNEA	Nº DE EMP.
<i>Natal</i>	Areia Preta	5
	Ponta Negra	57
	Via Costeira	2
	Praia do Meio	1
<i>Extremoz</i>	Genipabu	1
<i>Ceará-Mirim</i>	Jacumã	4
	Muriú	4
<i>Nísia Floresta</i>	Barra de Tabatinga	13
	Pirangi do Sul	2
	Camurupim	6
	Barreta	4
	Búzios	49
<i>Pamamirim</i>	Pirangi do Norte	7
	Cotovelo	9

Tabela 44
RMN - Empreendimentos imobiliários privados por faixa litorânea.

Fonte: coleta direta no IDEMA

Nota: elaborado pelos autores

NUMERO DE EMPREENDIMENTOS POR MUNICIPIO

TIPOLOGIA	NUMERO DE EMPREENDIMENTOS POR MUNICIPIO										Total
	Ceará-Mirim	Extremoz	Natal	Nísia Floresta	Parnamirim	São José de Mipibu	São Gonçalo do Amarante	Macaíba	Monte Alegre		
Apert-Hotel	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Condomínio Fechado Horizontal e Resort ou Hotel ou Flat	3	2	7	25	47	0	0	4	0	88	
Condomínio Fechado Vertical	1	0	0	2	0	0	0	0	0	3	
Cond. Fechado Horizontal e Vertical	0	0	107	32	18	0	0	0	0	157	
Condomínio Fechado Vertical e Flat	0	0	4	6	3	0	0	0	0	9	
Condomínio Habitacional	0	0	0	0	1	0	0	0	0	5	
Conjunto Habitacional	3	0	0	3	0	0	0	2	0	9	
Flat	0	0	16	6	2	0	0	0	0	24	
Hotel	1	0	14	0	0	0	1	0	0	16	
Loteamento	3	0	0	3	20	0	3	5	2	36	
Pousada	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	
Resort	2	1	0	1	2	0	0	0	0	6	

Tabela 45
RMN - Empreendimentos imobiliários privados por tipo.

Fonte: coleta direta no IDEMA.

Nota: elaborado pelos autores

Tabela 46
Empreendimentos imobiliários privados por tipo da faixa litorânea.

Fonte: coleta direta no IDEMA

Nota: elaborado pelos autores

NUMERO DE EMPREENDIMENTOS POR LOCALIDADES DA FAIXA LITORÃNEA

TIPOLOGIA	NUMERO DE EMPREENDIMENTOS POR LOCALIDADES DA FAIXA LITORÃNEA															
	Natal				Extremoz				Ceará-Mirim				Nísia Floresta			
	Área Preta	Ponta Negra	Via Costeira	Praia do Meio	Genipabu	Jacumã	Muriú	Barra de Tabatinga	Pirangi do Sul	Camunim	Barreta	Blúzios	Pirangi do Norte	Parnamirim	Coloelo	
Apert-Hotel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Condomínio Fechado Horizontal e Resort ou Hotel ou Flat	0	4	0	0	0	2	1	3	1	2	1	16	3	2	0	
Condomínio Fechado Vertical	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cond. Fechado Horizontal e Vertical	4	24	0	0	0	0	0	6	0	3	2	20	1	3	0	
Condomínio Fechado Vertical e Flat	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	1	1	0	
Condomínio Habitacional	0	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	
Conjunto Habitacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Flat	1	14	0	1	0	0	0	2	0	1	0	3	1	1	0	
Hotel	0	14	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Loteamento	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	
Pousada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resort	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	

4 DINÂMICA ECONÔMICA RURAL NA METRÓPOLE

A Região Metropolitana de Natal apresenta, dentre outros aspectos, uma expressiva ruralidade, entendida aqui, como o desenvolvimento das atividades rurais, além do que, os municípios ainda não completaram o seu processo de urbanização como já aconteceu com outros municípios da RMN e do Estado do Rio Grande do Norte, como pode ser visto na **tabela 01**.

MUNICÍPIOS	URBANA		RURAL		TOTAL	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Ceará-Mirim	26.002	30.839	26.155	31.585	52157	62424
Extremoz	8.169	13.418	6.772	6.154	14941	19572
Macaíba	29.019	36.041	14.431	18.842	43450	54883
Natal	606.887	712.317	0	0	606887	712317
Nísia Floresta	6.023	8.638	7.911	10.402	13934	19040
Parnamirim	48.593	109.139	14.719	15.551	63312	124690
São Gonçalo do Amarante	8.241	9.798	37.220	59.637	45461	69435
São José do Mipibu	12.858	15.508	15.293	19.404	28151	34912
RM de Natal	745.792	935.698	122.501	161.575	868293	1.097.273

Tabela 47
População Rural e Urbana dos municípios da Região Metropolitana.
Fonte: IBGE, 1991, 2000.

103

4.1. Agricultura

Essa característica também se expressa na produção desses municípios que se destacam não em atividades de indústria, comércio e serviços, mas na produção agrícola. Dentre os principais produtos da lavoura temporária são destacados: abacaxi, algodão, batata doce, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, melancia, milho em grão, abacate, banana, castanha de caju, coco da baía e goiaba.

Todos esses produtos são importantes na economia do Estado do Rio Grande do Norte. Uns, por serem produtos de exportação, como é o caso da castanha do caju, enquanto outros por se apresentarem como produtos importantes no consumo interno da região. A batata doce e o coco-da-baía, por exemplo, são vendidos para outras regiões brasileiras.

A produção de abacaxi acontece em apenas três dos municípios metropolitanos, sendo Ceará-Mirim o principal produtor. Observando os dados expostos na tabela 48 pode-se perceber que esse produto vem apresentando um crescimento significativo no município. Em 1990, o município de Ceará Mirim participava com 54,55% da produção. Em 2004 essa participação ultrapassa os 70% do total produzido em toda a região metropolitana.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	450	54,55	1.100	44	3.700	64,35	5.500	68,74	5.500	74,02
Extremoz	-	-	-	-	-	-	500	6,25	125	1,68
Macaíba	225	27,27	-	-	500	8,70	625	7,81	375	5,05
Monte Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Natal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nísia Floresta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parnamirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Gonçalo do Amarante	-	-	1.100	44	1.250	21,74	1.250	15,62	1.250	16,82
São José de Mipibu	150	18,18	300	12	300	5,22	126	1,57	180	2,42
TOTAL	825	100	2500	100	5750	100	8001	100	7430	100

Tabela 48
Quantidade de abacaxi produzida na Região Metropolitana de Natal (em mil frutos), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

104

Um dado que nos chamou a atenção, foi o aumento da produção de abacaxi em São Gonçalo do Amarante e o surgimento dessa cultura em Extremoz, denotando um deslocamento em direção à parte setentrional da Região Metropolitana. São José de Mipibu que nos anos de 1990 participava com 18,18% da produção, em 2004 passou a contribuir tão somente com 2,42%.

O algodão, que foi historicamente uma importante cultura não somente para a Região metropolitana (**Tabela 49**), mas para todo o

Rio Grande do Norte, apresentou uma produção expressiva no ano de 1990, ou seja, uma produção da ordem de 128 toneladas. Esse dado torna-se relevante, principalmente quando lembramos que essa cultura praticamente foi extinta no final dos anos de 1980, tendo em vista a presença do bicudo e, é claro, devido à entrada no mercado brasileiro de tecidos produzidos na Coréia e em outros países. Porém, essa produção, como os dados vêm apontando apresenta uma queda, de modo que em 2004 foram produzidas apenas 50% desse total. Vale salientar que na produção de algodão destaca-se o município de Macaíba e de Ceará Mirim.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	-	-	-	-	-	-	25	45,45	31	48,44
Extremoz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Macaíba	-	-	40	31,25	1	20	26	47,27	26	40,63
Monte Alegre	-	-	80	62,5	2	40	-	-	3	4,6875
Natal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nisia Floresta	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parnamirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Gonçalo do Amarante	-	-	8	6,25	-	-	4	7,27	4	6,25
São José de Mipibu	-	-	-	-	2	40	-	-	-	-
TOTAL	-	-	128	100	5	100	55	100	64	100

Tabela 49
Quantidade de algodão herbáceo (em caroço) produzida na Região Metropolitana de Natal (em tonelada), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

105

A batata doce, produto básico da dieta alimentar tradicional da população nordestina como um todo e, particularmente, do Rio Grande do Norte (**tabela 50**), apresenta-se como um produto bem distribuído espacialmente na região metropolitana. Além de todos os municípios possuírem essa produção, merece destaque o fato de que Parnamirim até 2002 não produzia a batata, apresentando em 2004 uma considerável produção. Já Natal, somente deixou de produzir a batata doce no ano de 2002, voltando a produzir em 2004. No entanto, o destaque fica para o município de São José de Mipibu que não somente é o maior produtor de batata doce da região, mas de todo estado do Rio Grande do Norte. **Gráfico 17**. É importante ressaltar que a produção de batata doce em São José de Mipibu já foi bem maior segundo os dados

apresentados na tabela. Certamente, a introdução de outras culturas e a demanda de solo para plantio de cana-de-açúcar tem contribuído para a diminuição dessa produção que, como é do nosso conhecimento, trata-se de uma cultura típica dos produtores familiares, que geralmente possuem pouca terra para cultivo.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	320	5,47	184	1,39	-	-	-	-	180	1,25
Extremoz	135	2,31	200	1,51	-	-	340	4,48	550	3,82
Macaíba	600	10,25	-	0,00	40	0,32	65	0,86	90	0,62
Monte Alegre	1050	17,93	600	4,53	632	4,98	940	12,39	1.380	9,58
Natal	30	0,51	24	0,18	24	0,19	-	-	-	-
Nisia Floresta	1200	20,50	1.040	7,85	1.000	7,88	540	7,12	1.275	8,85
Pamamirim	-	-	-	-	-	-	-	-	150	1,04
São Gonçalo do Amarante	420	7,17	400	3,02	494	3,89	900	11,86	893	6,20
São José de Mipibu	2100	35,85	10.800	81,52	10.500	82,74	4.804	63,30	9.885	68,63
TOTAL	5855	100	13248	100	12690	100	7589	100	14403	100

Tabela 50
Quantidade de batata doce produzida na Região Metropolitana de Natal (em tonelada), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

106

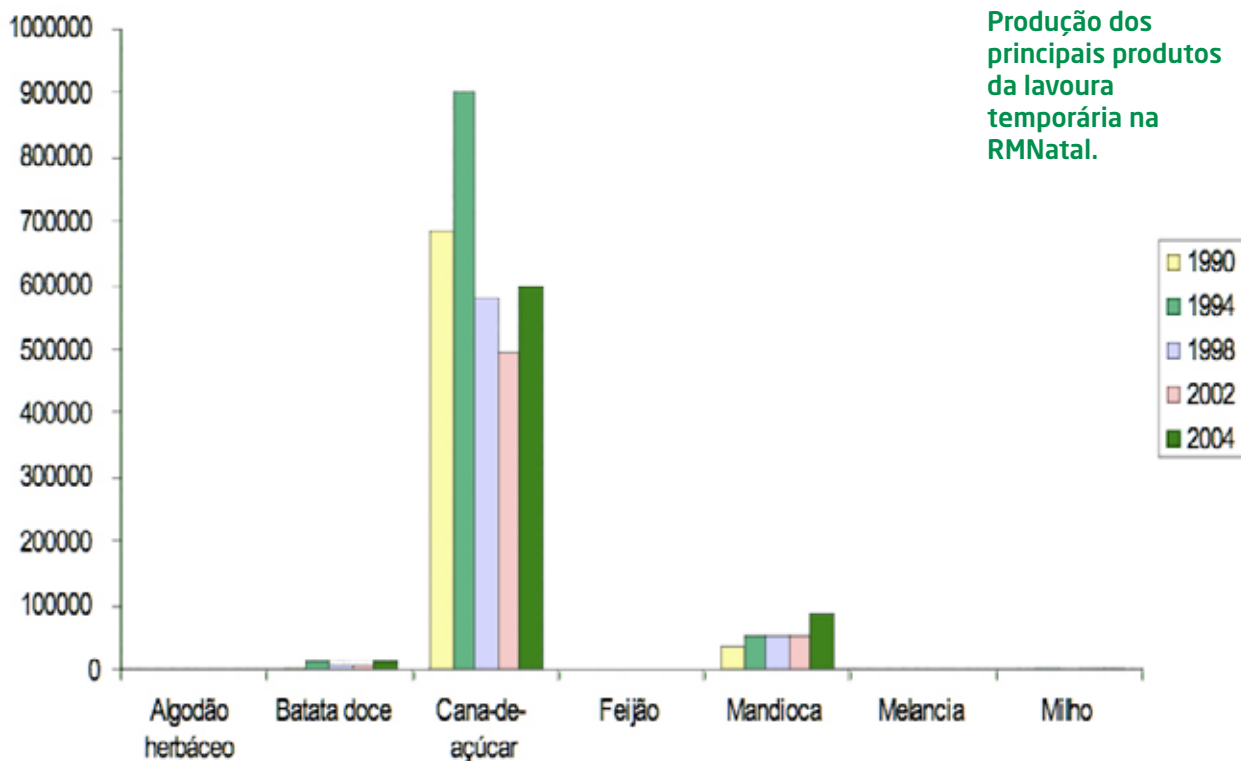


Gráfico 24
Produção dos principais produtos da lavoura temporária na RMNatal.

Outro produto que se distribui espacialmente por toda região metropolitana é a cana-de-açúcar (**tabela 51**). Apenas Natal não se apresenta como produtor de cana-de-açúcar. Vale salientar que apenas o município de Ceará-Mirim possui a indústria de beneficiamento de cana, sendo específica para a produção de açúcar. Porém, essa espacialização da produção deve-se, principalmente ao fornecimento de cana que é feito por produtores de diversos municípios para as usinas que estão nas proximidades da Região Metropolitana como a Estivas situada em Goianinha.

Considerando os anos de 1990 e 2004 percebe-se que houve um aumento da produção de cana-de-açúcar em todos os municípios da RMNatal exceto Ceará-Mirim que em 1990 produziu 480.000 toneladas, chegando a produzir em 1994, 675.000 toneladas. No entanto, em 2004 a produção desse município ficou apenas em torno de 260.000 toneladas. A queda na produção está associada às crises que o setor passou com retirada de subsídios e, por conseguinte, com a diminuição do álcool como combustível. Mesmo assim, o município de Ceará Mirim ainda se sobressai na produção de cana de açúcar, sendo seguido por São José de Mipibu, que apresenta uma queda em relação a 2002 e por Extremoz que, ao contrário dos dois municípios citados apresentou um crescimento em todo o período.

107

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	480.000	69,74	675.000	74,58	360.000	62,03	200.000	40,14	260.000	43,44
Extremoz	12.000	1,74	18.000	1,99	14.000	2,41	14.400	2,89	21.600	3,61
Macaíba	1.200	0,17	-	-	2.400	0,41	2.400	0,48	3.600	0,60
Monte Alegre	140	0,02	1.080	0,12	1.080	0,19	613	0,12	-	-
Natal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nísia Floresta	50.000	7,26	40.000	4,42	40.000	6,89	26.867	5,39	8.640	1,44
Parnamirim	1.750	0,25	1.000	0,11	1.000	0,17	1.000	0,20	1.500	0,25
São Gonçalo do Amarante	6.000	0,87	18.000	1,99	9.900	1,71	88.000	17,66	132.000	22,05
São José de Mipibu	137.200	19,93	152.000	16,79	152.000	26,19	165.000	33,11	171.250	28,61
TOTAL	688290	100	905030	100	580380	100	498280	100	598590	100

Tabela 51
Quantidade de cana-de-açúcar produzida na Região Metropolitana de Natal (em tonelada), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

O feijão, outro produto que também faz parte da dieta alimentar do nordestino, está espacialmente distribuído nos diversos municípios da Região Metropolitana (**tabela 52**). A produção de feijão na RMNatal que merecendo destaque é a dos municípios de Ceará-Mirim, Macaíba, e São José de Mipibu. Cada um desses municípios participa com mais de 20% da produção de feijão da Região. Parnamirim é aquele município que apresenta uma menor participação, apenas 1,85% e Natal não apresentou nenhuma produção no período considerado.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	58	10,51	468	18,32	480	37,35	400	22,15	520	22,93
Extremoz	60	10,87	204	7,99	59	4,59	222	12,29	222	9,79
Macaíba	68	12,32	770	30,15	260	20,23	429	23,75	560	24,69
Monte Alegre	110	19,93	285	11,16	48	3,74	200	11,07	238	10,49
Natal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nísia Floresta	45	8,15	58	2,27	55	4,28	100	5,54	136	6,00
Parnamirim	19	3,44	24	0,94	20	1,56	45	2,49	42	1,85
São Gonçalo do Amarante	32	5,80	420	16,44	156	12,14	170	9,41	200	8,82
São José de Mipibu	160	28,99	325	12,73	207	16,11	240	13,29	350	15,43
TOTAL	552	100	2554	100	1285	100	1806	100	2268	100

Tabela 52
Quantidade de feijão (em grãos) produzida na Região Metropolitana de Natal (em toneladas), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

A produção de mandioca (**tabela 53**), produto que tradicionalmente faz parte da agricultura nordestina como um todo, visto que desde os primórdios da ocupação territorial esteve presente nas pequenas propriedades agrícolas, apenas em Natal não se fez presente. A maior produção está no município de Macaíba que produziu em 2004, 44,97% de toda a produção regional. A segunda maior produção está no município de Nísia Floresta seguido do município de Ceará-Mirim. Vale ressaltar que a produção de mandioca, na atualidade tem sido destinada mais para a alimentação do gado do que para a alimentação humana, uma vez que a farinha, cada vez mais, tem sido substituída pelo arroz. Porém, a tapioca, alimento produzido com a goma extraída da mandioca, vem cada vez mais se popularizando, sendo requalificada no âmbito da gastronomia potiguar e, desse modo, tem aumentado significativamente o seu consumo.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	6.000	16,28	7.200	13,56	6.400	11,94	7.800	13,81	11.200	12,34
Extremoz	800	2,17	-	-	248	0,46	396	0,70	468	0,52
Macaíba	16.800	45,59	27.000	50,85	25.641	47,84	24.800	43,90	40.800	44,97
Monte Alegre	4.000	10,85	5.600	10,55	5.200	9,70	4.560	8,07	7.800	8,60
Natal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nísia Floresta	900	2,44	4.500	8,47	4.550	8,49	4.770	8,44	12.000	13,23
Parnamirim	1.350	3,66	1.600	3,01	1.000	1,87	1.808	3,20	1.808	1,99
São Gonçalo do Amarante	3.200	8,86	4.800	9,04	4.800	8,96	5.850	10,36	5.850	6,45
São José de Mipibu	3.800	10,31	2.400	4,52	5.760	10,75	6.507	11,52	10.800	11,90
TOTAL	36850	100	53100	100	53599	100	56491	100	90726	100

A melancia é encontrada em apenas 3 municípios da região Metropolitana (**tabela 54**), a saber: Ceará-Mirim, Nísia Floresta e São José de Mipibu. Em 2004 somente os municípios de São José de Mipibu e de Nísia Floresta produziram melancia, ficando São José de Mipibu com o maior percentual de participação, 55,25% da produção regional, seguido de Nísia Floresta 44,75%.

109

Tabela 54

Quantidade de melancia produzida na Região Metropolitana de Natal (em tonelada), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	9	4,76	44	18,18	-	-	-	-	-	-
Extremoz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Macaíba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Monte Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Natal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nísia Floresta	150	79,37	78	32,23	100	55,56	120	100	324	44,75
Parnamirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Gonçalo do Amarante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São José de Mipibu	30	15,87	120	49,59	80	44,44	-	-	400	55,25
TOTAL	189	100	242	100	180	100	120	100	724	100

A produção de milho (**tabela 55**) também é encontrada em quase toda a Região Metropolitana, exceto em Natal. O principal produtor é o município de Macaíba seguido do município de Monte Alegre e de São José de Mipibu. Porém, observando os dados relativos ao período de análise, podemos observar uma queda na produção em quase todos os municípios, exceto em São José de Mipibu que passou de 18 toneladas em 1990 para 414 toneladas em 2004. Também podemos notar um crescimento na produção de milho no município de Monte Alegre que subiu de 120 toneladas em 1990 para 483 toneladas em 2004. Este aumento pode está associado ao aumento significativo da avicultura na região conforme pode ser contatado pelos dados das tabelas 27 e 28 bem como à presença de moinhos em estados vizinhos como o Estado do Ceará.

Tabela 55
Quantidade de milho (em grãos) produzida na Região Metropolitana de Natal (em toneladas), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	10	5,81	160	7,79	360	28,10	600	22,21	385	13,25
Extremoz	10	5,81	90	4,38	114	8,90	140	5,18	208	7,16
Macaíba	-	-	900	43,80	202	15,77	756	27,98	756	26,02
Monte Alegre	120	69,77	350	17,03	168	13,11	396	14,66	483	16,63
Natal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nísia Floresta	7	4,07	30	1,46	26	2,03	130	4,81	252	8,67
Parnamirim	7	4,07	20	0,97	21	1,64	100	3,70	99	3,41
São Gonçalo do Amarante	-	-	205	9,98	180	14,05	280	10,36	308	10,56
São José de Mipibu	18	10,47	300	14,60	210	16,38	300	11,10	414	14,25
TOTAL	172	100	2055	100	1281	100	2702	100	2905	100

110

No que diz respeito à agricultura permanente na região metropolitana destacam-se a produção de: abacate, banana, castanha de caju, laranja, limão, goiaba, coco da baía, maracujá, tangerina, mamão e manga.

Com relação à produção de abacate na região metropolitana (**tabela 56**) é possível perceber que essa produção não se espacializa por toda a região. Porém, é significativa a sua produção nos municípios de São Jose de Mipibu e Nísia Floresta. No entanto, os dados nos mostram que

está havendo uma redução significativa dessa produção na Região Metropolitana. Os municípios de São José de Mipibu e Nísia Floresta lideram a produção de abacate na região. Porém, os dados apontam para uma diminuição da produção em todos os municípios produtores. É significativa a queda de produção apresentada pelo município de São José de Mipibu que nos anos de 1990,/94/98 apresentava uma produção superior a mil toneladas, em 2004 produziu apenas 375 toneladas. Mesmo assim ainda é o maior produtor, com 46,47% da produção regional.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	9	0,30	30	0,99	-	-	-	-	-	-
Extremoz	240	8,02	180	5,93	72	2,44	93	9,38	120	14,87
Macaíba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Monte Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Natal	60	2	56	1,85	48	1,63	18	1,82	-	-
Nísia Floresta	880	29,39	770	25,38	750	25,47	200	20,18	162	20,07
Parnamirim	380	12,69	380	12,52	525	17,83	140	14,13	150	18,59
São Gonçalo do Amarante	25	0,84	18	0,59	-	-	-	-	-	-
São José de Mipibu	1.400	46,76	1.600	52,74	1.550	52,63	540	54,49	375	46,47
TOTAL	2.994	100	3.034	100	2.945	100	991	100	807	100

111

Tabela 56
Quantidade de abacate produzida na Região Metropolitana de Natal (em tonelada), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

O contrário aconteceu com a Banana. Em 1990, a produção de banana na Região Metropolitana (tabela 57) era bastante insignificante, chegava tão somente a 551 toneladas. Em 2004 essa produção foi pra 17.153 toneladas. O que significa um aumento nos 14 anos de 3.013%. Extremoz, Ceará Mirim, e São Gonçalo do Amarante são os principais produtores. O destaque é para o município de Extremoz que em 1990 produziu apenas 120 toneladas, enquanto que em 2004 a sua produção foi de 6.560 toneladas o que representou 38,24% de toda a produção metropolitana.

O aumento da produção de banana na Região Metropolitana de Natal pode está sendo motivado pelo amplo mercado que esse produto vem conquistando, no âmbito internacional e nacional, sendo assim,

um importante produto de exportação. Em 2003, a banana se apresentou como o sétimo produto de exportação do Rio Grande do Norte, segundo dados da SECEX do Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	68	12,34	415	48,77	434	48,33	4.975	32,35	4.975	29,00
Extremoz	120	21,78	120	14,10	125	13,92	5.000	32,51	6.560	38,24
Macaíba	56	10,16	18	2,12	18	2,00	180	1,17	180	1,05
Monte Alegre	20	3,63	19	2,23	24	2,67	220	1,43	432	2,52
Natal	15	2,72	24	2,82	24	2,67	365	2,37	375	2,19
Nísia Floresta	81	14,70	48	5,64	48	5,35	600	3,90	560	3,26
Parnamirim	54	9,80	34	4,00	52	5,79	780	5,07	770	4,49
São Gonçalo do Amarante	49	8,89	115	13,51	115	12,81	2.350	15,28	2.350	13,70
São José de Mipibu	88	15,97	58	6,82	58	6,46	910	5,92	951	5,54
TOTAL	551	100	851	100	851	100	15380	100	17153	100

112

Tabela 57
Quantidade de banana produzida na Região Metropolitana de Natal (em tonelada), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

A Castanha de Caju também é um importante produto de nossa lavoura permanente (**tabela 58**). Entretanto, é no município de Macaíba que vamos encontrar a sua maior produção. Comparando os dados de 1990 com os de 2004, vamos perceber uma ligeira queda na quantidade produzida. No entanto, se considerarmos os resultados de 1994, 1998 e 2002. Vamos perceber que houve um aumento significativo nessa produção.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	80	1,71	63	3,94	63	2,08	41	3,21	82	1,80
Extremoz	3	0,06	-	-	-	-	33	2,58	68	1,49
Macaíba	4.440	94,81	1.400	87,61	2.800	92,50	1.120	87,71	4.200	91,94
Monte Alegre	32	0,68	35	2,19	35	1,16	19	1,49	41	0,90
Natal	-	-	2	0,13	2	0,07	1	0,08	3	0,07
Nísia Floresta	30	0,64	68	4,26	85	2,81	42	3,29	90	1,97
Parnamirim	38	0,81	-	-	-	-	-	-	27	0,59
São Gonçalo do Amarante	30	0,64	15	0,94	20	0,66	8	0,63	30	0,66
São José de Mipibu	30	0,64	15	0,94	22	0,73	13	1,02	27	0,59
TOTAL	4683	100	1598	100	3027	100	1277	100	4568	100

Tabela 58
Quantidade de castanha de caju produzida na Região Metropolitana de Natal(em toneladas), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

A produção de coco-da-baía, também é bastante significativa para a Região Metropolitana de Natal (tabela 59). Os municípios de Ceará Mirim, Nísia Floresta e São José de Mipibu, são os maiores produtores. Com exceção Natal e São José de Mipibu, em todos os demais municípios metropolitanos houve um aumento da produção de coco. No entanto, cabe ressaltar o aumento que ocorreu no município de Nísia Floresta que saiu de 2.400 frutos em 1990 para 5.663 em 2004, atingindo produções maiores em 1998 e 2002.

Na Região Metropolitana como um todo, pode-se perceber um aumento da produção se comparado aos dados de 1990 e 2004. Porém, considerando os anos anteriores essa produção sofreu uma pequena queda. O coco verde é um produto importante no contexto regional, graças a sua articulação de uma forma direta com a prática turística.

Tabela 59
Quantidade de coco-da-baía produzida na Região Metropolitana de Natal (em mil frutos), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	5.000	36,13	6.500	29,20	6.500	29,20	6.760	29,69	6.760	30,59
Extremoz	1.600	11,56	2.500	11,23	2.500	11,23	2.581	11,33	2.581	11,68
Macaíba	1.200	8,67	1.800	8,09	1.800	8,09	1.800	7,90	1.800	8,15
Monte Alegre	130	0,94	255	1,15	255	1,15	260	1,14	263	1,19
Natal	240	1,73	390	1,75	390	1,75	420	1,84	180	0,81
Nísia Floresta	2.400	17,34	5.976	26,85	5.976	26,85	6.000	26,35	5.563	25,18
Parnamirim	570	4,12	1.140	5,12	1.140	5,12	1.150	5,05	1.150	5,20
São Gonçalo do Amarante	700	5,06	1.000	4,49	1.000	4,49	1.000	4,39	1.000	4,53
São José de Mipibu	2.000	14,45	2.700	12,13	2.700	12,13	2.800	12,30	1.800	12,67

A produção de goiaba (**tabela 60**), embora não seja tão expressiva, é também uma cultura da agricultura permanente regional. Esse produto até 1998 somente aparecia em 3 dos municípios que compõe a RM Natal. Porém, em 2002 o município de Ceará-Mirim passou a produzir a goiaba contribuindo já com 27,40% da produção regional. Em 2004, o município de Parnamirim também passou a produzir goiaba assim como Macaíba. No entanto, a liderança regional dessa produção fica por conta de Nísia Floresta (32,85%) e São José de Mipibu (32,96%). A partir de 2002, com exceção de Natal e Monte Alegre, todos os demais municípios da Região Metropolitana passaram a produzir goiaba.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	-	-	-	-	-	-	140	27,40	160	16,48
Extremoz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Macaíba	-	-	-	-	-	-	-	-	18	1,85
Monte Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Natal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nísia Floresta	975	58,63	11	3,23	56	12,42	176	34,44	319	32,85
Parnamirim	-	-	-	-	-	-	-	-	50	5,15
São Gonçalo do Amarante	400	24,05	300	87,98	260	57,65	35	6,85	104	10,71
São José de Mipibu	288	17,32	30	8,80	135	29,93	160	31,31	320	32,96
TOTAL	1663	100	341	100	451	100	511	100	971	100

Tabela 60
Quantidade de goiaba produzida na Região Metropolitana de Natal (em tonelada), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

Outro produto importante da lavoura permanente é a laranja (**tabela 61**). Em toda a Região, somente Parnamirim não possui nenhuma produção no período analisado. O maior produtor é o município de São José de Mipibu que, conforme os dados da tabela vêm apresentando crescimento a cada ano, participando no ano de 2004 com 24,39% da produção.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	8654	13,38	7982	12,13	11530	15,07	11409	13,43	13147	14,71
Extremoz	8108	12,53	7534	11,45	8250	10,79	10500	12,36	12474	13,95
Macaíba	13176	20,37	12000	18,24	14160	18,51	15450	18,19	13608	15,22
Monte Alegre	9453	14,61	10000	15,20	12400	16,21	12826	15,10	12100	13,54
Natal	1650	2,55	1450	2,20	1600	2,09	1763	2,08	1542	1,72
Nísia Floresta	2964	4,58	3300	5,02	3600	4,71	3657	4,31	4050	4,53
Parnamirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Gonçalo do Amarante	12103	18,71	9014	13,70	8900	11,64	9597	11,30	10674	11,94
São José de Mipibu	8591	13,28	14500	22,04	16050	20,98	19718	23,22	21800	24,39
TOTAL	64699	100	65780	100	76490	100	84920	100	89395	100

O Limão também é produzido na Região Metropolitana (**tabela 62**). Diferentemente da laranja em 2004 esse produto aparece apenas nos municípios de Monte Alegre, Nísia Floresta, Parnamirim e São José de Mipibu. A liderança da produção de limão fica por conta de São José de Mipibu que produziu em 2004, 140 toneladas de limão o que corresponde a 44,44% de toda a produção regional.

Tabela 61
Quantidade de laranja produzida na Região Metropolitana de Natal (em tonelada), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

115

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extremoz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Macaíba	-	-	-	-	-	-	-	-	39	12,38
Monte Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Natal	70	3,23	65	2,33	64	2,54	5	3,03	-	-
Nísia Floresta	600	27,65	60	2,15	59	2,34	10	6,06	16	5,08
Parnamirim	-	-	-	-	-	-	-	-	120	38,10
São Gonçalo do Amarante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São José de Mipibu	1.500	69,12	2.660	95,51	2.395	95,12	150	90,91	140	44,44
TOTAL	2170	100	2785	100	2518	100	165	100	315	100

Tabela 62
Quantidade de limão produzida na Região Metropolitana de Natal (em tonelada), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

Ainda no ramo das frutas cítricas destaca-se a produção de tangerina, sendo São José de Mipibu o único município a ter essa produção. Em 2004 foram produzidas nesse município 119 toneladas de tangerina. (**tabela 63**).

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Extremoz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Macaíba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Monte Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Natal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nisia Floresta	80	5,90	-	-	-	-	-	-	-	-
Pamamirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Gonçalo do Amarante	75	5,54	60	3,61	-	-	-	-	-	-
São José de Mipibu	1.200	88,56	1.600	96,39	1.500	100	250	100	119	100
TOTAL	1.355	100	1.660	100	1.500	100	250	100	119	100

Tabela 63
Quantidade de tangerina produzida na Região Metropolitana de Natal (em toneladas), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

116

O mamão é um produto que vem tomando espaço na agricultura da Região Metropolitana. Como aponta os dados da **tabela 64**, o município de Ceará-Mirim lidera essa produção, que por sinal acontece com uso de tecnologias intensivas, uma vez que praticamente toda a produção é destinada ao mercado externo. No entanto, os dados nos revelam que em 1990 essa liderança era do município de São José de Mipibu que chegou a produzir em 1994, 76,47% de todo mamão da região. É importante ressaltar a experiência que vem sendo realizada em São José de Mipibu de uma parceria entre a empresa Calimam e áreas de assentamento. O primeiro assentamento com o qual essa parceria foi estabelecida foi o assentamento rural Vale do Lírio no município de São José de Mipibu. Atualmente essa parceria pode ser presenciada nos Assentamentos Gonçalo Soares também localizado no município de São José de Mipibu e no assentamento Rural Pedregulho situado em Ceará Mirim.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	375	7,69	306	5,97	400	16,39	2.160	51,36	5.728	50,20
Extremoz	-	-	-	-	-	-	92	2,19	375	3,29
Macaíba	-	-	-	-	-	-	-	-	252	2,21
Monte Alegre	1.500	30,77	600	11,71	600	24,59	80	1,90	102	0,89
Natal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nísia Floresta	1.000	20,51	300	5,85	300	12,30	234	5,56	1.463	12,82
Parnamirim	-	-	-	-	-	-	-	-	300	2,63
São Gonçalo do Amarante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São José de Mipibu	2.000	41,03	3.920	76,47	1.140	46,72	1.640	38,99	3.190	27,9
TOTAL	4.875	100	5.126	100	2.440	100	4.206	100	11.410	100

Tabela 64
Quantidade de mamão produzida na Região Metropolitana de Natal (em tonelada), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

A manga (tabela 65) também é um outro produto da agricultura permanente da região metropolitana que merece ser analisado, embora seja um produto que apresentou no período considerado uma queda significativa em todos os municípios. Produzido em todo território regional teve a sua maior produção em 2004, no município de Macaíba que, no período de análise teve uma maior participação, 29,66%, seguido dos municípios de São Gonçalo do Amarante (21,18%), São José de Mipibu (17,33%) e Ceará Mirim (14,38%).

117

Tabela 65
Quantidade de manga produzida na Região Metropolitana de Natal (em tonelada), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	2.550	8,21	1.700	9,50	1.666	9,28	630	14,89	747	14,38
Extremoz	2.100	6,76	1.500	8,38	1.344	7,48	-	-	105	2,02
Macaíba	9.400	30,25	3.000	16,76	3.000	16,70	920	21,75	1.540	29,66
Monte Alegre	6.000	19,31	1.500	8,38	1.380	7,68	220	5,20	190	3,66
Natal	500	1,61	450	2,51	380	2,12	100	2,36	96	1,85
Nísia Floresta	1.250	4,02	1.250	6,98	1.300	7,24	220	5,20	295	5,68
Parnamirim	525	1,69	750	4,19	690	3,84	140	3,31	220	4,24
São Gonçalo do Amarante	3.000	9,65	2.000	11,17	2.200	12,25	1.000	23,64	1.100	21,18
São José de Mipibu	5.750	18,50	5.750	32,12	6.000	33,41	1.000	23,64	900	17,33
TOTAL	31075	100	17900	100	17960	100	4230	100	5193	100

O maracujá, também da agricultura permanente (**tabela 66**), pode ser visto como um produto que se encontra em crise. Em 1990, a Região Metropolitana apresentou uma produção de 3.300 toneladas e em 2004 foram produzidas apenas 221 toneladas.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	-	-	-	-	-	-	22	37,29	40	18,10
Extremoz	-	-	-	-	-	-	16	27,12	76	34,39
Macaíba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Monte Alegre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Natal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nisia Floresta	1800	54,55	450	13,04	412	13,24	15	25,42	86	38,91
Parnamirim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Gonçalo do Amarante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São José de Mipibu	1500	45,5	3000	86,96	2700	86,76	6	10,17	19	8,60
TOTAL	3300	100	3.450	100	3112	100	59	100	221	100

Tabela 66
Quantidade de maracujá produzida na Região Metropolitana de Natal (em tonelada), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

Como pode se visto pelos dados apresentados, a Região Metropolitana de Natal apresenta uma produção agrícola considerável, merecendo destaque a fruticultura. No entanto, o uso de tecnologias nessa produção ainda não é consistente, o que contribui para que a produção ainda seja voltada para o consumo interno. Boa parte da produção local é negociada pelos produtores com comerciantes locais, ou são vendidas para o Ceasa, assim como para os supermercados.

4.2. PECUÁRIA

Compondo o cenário da ruralidade da Região Metropolitana de Natal, destaca-se também a atividade pecuária, sendo os rebanhos bovinos e suínos os mais expressivos, merecendo destaque também para a avicultura.

Quanto ao efetivo bovino da Região Metropolitana de Natal a **tabela 68** nos mostra que esse efetivo é de grande expressividade. Em

1990 esse efetivo era de 67.328 cabeças e em 2004, aumentou para 96.250 cabeças. Certamente um dos motivos para esse crescimento foi a política estadual de distribuição de Leite para as famílias carentes. Trata-se de uma política de bem estar social que tem repercussões econômicas importantes uma vez que garante a compra do leite ao produtor. Outro dado que merece a atenção diz respeito ao melhoramento genético que conta com incentivos governamentais divulgados, principalmente nas feiras de gado, como é o caso da festa do Boi que acontece anualmente em Parnamirim. A Festa do Boi, além de ser um evento de entretenimento é, principalmente um espaço de realização de negócios e de divulgação de tecnologias na área da agropecuária.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	8654	12,85	7982	11,13	11530	14,19	11409	12,58	13147	13,66
Extremoz	8108	12,05	7534	10,85	8250	10,15	10500	11,58	12474	12,96
Macaíba	13176	19,57	12000	17,12	14160	17,42	15450	17,04	13608	14,14
Monte Alegre	9453	14,04	10000	14,37	12400	15,26	12826	14,14	12100	12,57
Natal	1650	2,45	1450	2,07	1600	1,97	1763	1,94	1542	1,60
Nísia Floresta	2964	4,40	3300	4,71	3600	4,43	3657	4,03	4050	4,21
Parnamirim	2629	3,90	4300	6,14	4775	5,88	5754	6,34	6855	7,12
São Gonçalo do Amarante	12103	17,98	9014	12,86	8900	10,95	9597	10,58	10674	11,09
São José de Mipibu	8591	12,76	14500	20,69	16050	19,75	19718	21,75	21800	22,65
TOTAL	67328	100	70.080	100	81265	100	90674	100	96250	100

119

Tabela 67
Efetivo de rebanho de bovino na Região Metropolitana de Natal (cabeças), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

Dentre os municípios convém destacar o crescimento apresentado pelo município de São José de Mipibu. No referido período o rebanho bovino do município de São José de Mipibu passou de 8.591 cabeças em 1990 para 21.800 cabeças em 2004, participando com 22, 65% do rebanho de toda a região.

Chama a atenção o fato de que Natal mesmo não tendo área rural possui um efetivo bovino da ordem de 1,6 %. É bom ressaltar que, conforme nos mostra os dados da **tabela 67** esse efetivo apresentou uma queda no período analisado, sugerindo que os espaços vazios cada vez mais estão sendo ocupados, não sendo mais possível desenvolver atividades como a pecuária. Certamente essa criação se insere em áreas da Zona Norte, em especial a área que fica do outro lado da linha do trem que ainda apresenta uma característica bastante rural.

O efetivo do rebanho de suíno (**tabela 68**) é o segundo maior rebanho da Região Metropolitana. Segundo os dados da Produção Pecuária Municipal do IBGE. O município de Macaíba é o que apresentou em 2004 o maior percentual 20,29% muito embora em 1998 a participação desse município tenha sido superior a 26% conforme tabela citada. Mais uma vez Natal deve ser ressaltado, principalmente se considerarmos que esse município possuía um rebanho em 2004 de 1.278 cabeças, superando o de Nísia Floresta que foi apenas de 742 cabeças. Monte Alegre é o segundo maior produtor de suíno na Região Metropolitana de Natal.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	1672	13,31	1678	12,51	280	2,30	1000	6,75	1252	6,81
Extremoz	1206	9,60	1231	9,18	1557	12,77	1983	13,38	2266	12,33
Macaíba	2360	18,79	2800	20,88	3250	26,65	3297	22,25	3729	20,29
Monte Alegre	1038	8,26	1260	9,40	1250	10,25	1688	11,39	3080	16,76
Natal	515	4,10	650	4,85	859	7,04	1058	7,14	1278	6,95
Nísia Floresta	558	4,44	475	3,54	655	5,37	666	4,49	742	4,04
Parnamirim	1747	13,91	1362	10,16	1220	10,00	1478	9,97	1791	9,74
São Gonçalo do Amarante	2743	21,83	2381	17,76	1315	10,78	1631	11,00	1993	10,84
São José de Mipibu	722	5,74	1570	11,71	1810	14,84	2018	13,62	2248	12,23
TOTAL	12561	100	13407	100	12196	100	14819	100	18379	100

Tabela 68
Efetivo de rebanho de suíno na Região Metropolitana de Natal (cabeças), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

Outro rebanho significativo na Região Metropolitana é o de ovino, **tabela 69**. Em 2004 o rebanho de ovino da RMNATAL era de 11.332 cabeças contra 4.892 cabeças existentes em 1990, demonstrando que é um rebanho em ascensão, visto que em 14 anos apresentou um crescimento de mais de 200%. Certamente esse fato está associado aos incentivos feitos pelo governo estadual e pelas amplas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas para o setor, inclusive com incentivos nas áreas de gastronomia, uma vez que o consumo de carne de carneiro vem sendo ampliado ora em virtude de sua requalificação no contexto da atividade turística, ora pelas suas próprias qualidades, dentre elas a de ser uma carne com um potencial de calorias inferior à carne bovina.

MUNICÍPIOS	ANOS							
	1990		1994		1998		2002	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	1009	20,63	1139	21,00	460	6,54	618	6,29
Extremoz	645	13,18	681	12,55	759	10,79	884	8,99
Macaíba	908	18,56	1.000	18,43	1800	25,59	2202	22,40
Monte Alegre	384	7,85	470	8,66	1100	15,64	2247	22,86
Natal	240	4,91	200	3,69	216	3,07	334	3,40
Nisia Floresta	70	1,43	135	2,49	190	2,70	290	2,95
Parnamirim	380	7,77	700	12,90	880	12,51	1080	10,99
São Gonçalo do Amarante	846	17,29	1100	20,28	610	8,67	822	8,36
São José de Mipibu	410	8,38	-	-	1020	14,50	1352	13,76
TOTAL	4.892	100	5.425	100	7.035	100	9.829	100

MUNICÍPIOS	2004	
	ABS	%
Ceará – Mirim	852	7,51
Extremoz	1112	9,81
Macaíba	2710	23,90
Monte Alegre	2350	20,73
Natal	305	2,69
Nisia Floresta	400	3,53
Parnamirim	1232	10,87
São Gonçalo do Amarante	1077	9,50
São José de Mipibu	1300	11,47
TOTAL	11.338	100

Tabela 69
Efetivo de rebanho de ovino na Região Metropolitana de Natal (cabeças), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

Fazendo a leitura da **tabela 69**, fica evidenciado que esse rebanho teve seu maior crescimento nos municípios de Macaíba e Monte Alegre. Neste o crescimento foi ainda maior, uma vez que em 1990 esse município possuía apenas 384 cabeças e em 2004 esse número aumentou para 2.350 cabeças, correspondendo a um aumento percentual no período na ordem de mais de 600% ao passo que Macaíba apresentou um aumento na ordem de apenas 300%.

Os dados da tabela nos expõem, ainda, um crescimento desse rebanho em todos os municípios metropolitanos, até mesmo em Natal. Este, em 1990 detinha um rebanho de 240 cabeças e, em 2004 esse efetivo era de 305 cabeças. Porém, vale salientar que, segundo nos mostra os dados, tem ocorrido uma oscilação desse rebanho com crescimento e diminuição do rebanho.

Quanto aos eqüinos (**tabela 70**), trata-se de um rebanho de pouca expressividade na região metropolitana. Em 2004 esse rebanho totalizou apenas 3.207 cabeças, ao passo que em 1990 o número total era de 3.689 cabeças.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	847	23,02	828	21,73	620	16,60	600	17,16	560	17,46
Extremoz	268	7,29	274	7,19	252	6,74	210	6,00	221	6,89
Macaíba	1196	32,50	1060	27,82	1050	28,10	930	26,59	672	20,95
Monte Alegre	237	6,44	250	6,57	520	13,92	527	15,07	520	16,22
Natal	55	1,49	45	1,18	42	1,12	70	2,00	88	2,74
Nisia Floresta	140	3,80	165	4,33	150	4,01	150	4,29	180	5,61
Parnamirim	96	2,61	240	6,30	230	6,15	170	4,87	183	5,71
São Gonçalo do Amarante	451	12,25	418	10,97	323	8,64	340	9,72	253	7,89
São José de Mipibu	390	10,60	530	13,91	550	14,72	500	14,30	530	16,53
TOTAL	3680	100	3810	100	3737	100	3497	100	3207	100

Tabela 70
Efetivo de rebanho de eqüino na Região Metropolitana de Natal (cabeças), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

Da leitura desta tabela pode-se inferir que está havendo uma queda nesse rebanho, o que certamente está associado a sua disfunção no âmbito das atividades rurais. O aumento do uso da moto pode ser um indicador dessa diminuição, isto porque, na atualidade muitos serviços que eram feitos com uso do cavalo passaram a ser realizados com a moto que se apresenta como um transporte rápido e econômico, de modo que equivocadamente, a moto tem se tornado o transporte da família.

No entanto, embora em termos regionais esse rebanho tenha apresentado uma diminuição, em termos de municípios podemos perceber um certo aumento no período analisado nos municípios de Monte Alegre, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim e São José de Mipibu, sendo o município de Monte Alegre aquele que apresentou o maior crescimento, passando de um rebanho 237 cabeças em 1990 para 520 cabeças em 2004, o que significa um crescimento, em termos percentuais, de mais de 100%. Contrariamente, o município de Macaíba apresentou a maior redução desse rebanho. Em 1990 totalizava 1.196 cabeças, em 2004 apenas 672 cabeças, representando uma queda de mais de 40% do total.

O cavalo, nos últimos anos, tem sido utilizado mais freqüentemente para atividade de lazer e de esportes, como a quitação e a vaquejada. Aos poucos o uso desse rebanho vai ganhando uma nova função que por não exigir aumento do rebanho, pode ser uma explicação para a diminuição do efetivo do rebanho.

Com o rebanho asinino aconteceu algo semelhante ao que aconteceu com o efetivo do rebanho eqüino da Região Metropolitana (**tabela 71**), ou seja, houve uma significativa redução do rebanho total. Em 1990 eram 2.058 cabeças, em 2004 apenas 765 cabeças. A queda desse rebanho ainda foi bem mais acentuada e mais uma vez o município de Ceará-Mirim é recordista na queda. Isto é, em 1990 o rebanho de eqüino naquele município era de 747 cabeças enquanto em 2004 somam apenas 139 cabeças, configurando uma queda de mais 70% no seu rebanho.

Tabela 71
Efetivo de rebanho de asinino na Região Metropolitana de Natal (cabeças), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

123

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	747	36,30	725	37,88	306	25,29	170	17,95	139	18,15
Extremoz	181	8,79	186	9,72	186	15,37	150	15,84	131	17,10
Macaíba	382	18,56	318	16,61	290	23,97	258	27,24	180	23,50
Monte Alegre	125	6,07	120	6,27	34	2,81	91	9,61	80	10,44
Natal	75	3,64	48	2,51	49	4,05	23	2,43	17	2,22
Nísia Floresta	44	2,14	52	2,72	40	3,31	30	3,17	20	2,61
Parnamirim	58	2,82	50	2,61	47	3,88	35	3,69	33	4,31
São Gonçalo do Amarante	316	15,36	280	14,63	100	8,26	80	8,45	56	7,31
São José de Mipibu	130	6,32	135	7,05	158	13,06	110	11,62	110	14,36
TOTAL	2058	100	1914	100	1210	100	947	100	766	100

Ao contrário dos eqüinos, em todos os municípios houve uma redução do rebanho de asinino (**tabela 71**). No entanto, quando fazemos a leitura destacando a participação por município observamos que alguns municípios, em decorrência da queda brusca apresentada pelo município de Ceará-Mirim, passaram a ter uma maior participação. É o que se pode ver com relação a Extremoz que em 1990 participava com apenas 8,79% e em 2004, a sua participação passou para 17,10%. Algo semelhante acontece com Macaíba que em 1990 a participação nesse tipo de rebanho era de apenas 18,56%. No entanto, em 2004, mesmo com uma redução do rebanho de 382 cabeças para 180 cabeças, a sua participação em termos percentuais e da ordem de 23,50%, sendo então o município de maior rebanho no contexto da Região Metropolitana de Natal.

O efetivo de rebanho de muar (**tabela 72**) é o mais inexpressivo da Região Metropolitana, apresentado um crescimento negativo bastante significativo, passando de um número total de 2.836 cabeças em 1990 para apenas 931 cabeças em 2004.

Em termos absolutos e relativos todos os municípios da Região apresentaram um crescimento negativo. Porém, quando consideramos a participação em termos percentuais do total existente os valores são positivos para Natal, Parnamirim, Extremoz, Nísia Floresta, São José de Mipibu e Monte Alegre. Esse aumento na participação por município embora que ainda seja bastante insignificante pode ser explicada pela queda expressiva desse rebanho no município de Ceará-Mirim que em 1990 representava 52,72% do total e que em 2004 passou a representar apenas 48,78%. Fato semelhante aconteceu com Macaíba que em 1990 detinha 22,57% do rebanho total e em 2004 esse percentual ficou em 17,19%.

Tabela 72
Efetivo de rebanho de muar na Região Metropolitana de Natal (cabeças), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

MUNICÍPIOS	ANOS									
	1990		1994		1998		2002		2004	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	1495	52,72	1290	50,31	645	45,55	600	49,06	454	48,76
Extremoz	88	3,10	89	3,47	82	5,79	66	5,40	57	6,12
Macaíba	640	22,57	538	20,98	264	18,64	230	18,81	160	17,19
Monte Alegre	93	3,28	90	3,51	50	3,53	28	2,29	35	3,76
Natal	35	1,23	20	0,78	26	1,84	38	3,11	29	3,11
Nísia Floresta	60	2,12	60	2,34	50	3,53	38	3,11	32	3,44
Parnamirim	69	2,43	100	3,90	100	7,06	73	5,97	63	6,77
São Gonçalo do Amarante	206	7,26	187	7,29	99	6,99	80	6,54	51	5,48
São José de Mipibu	150	5,29	190	7,41	100	7,06	70	5,72	50	5,37
TOTAL	2836	100	2564	100	1416	100	1223	100	931	100

Um outro componente desse quadro rural da região metropolitana de Natal é a produção avícola. Destacamos a produção de galinhas, frangos, galos e pintos. A avicultura tem se apresentado como uma das atividades de grande expressividade na economia da região Metropolitana.

No que se refere à produção de galinha (**tabela 73**) podemos observar, conforme os dados da tabela 18 um aumento de quase 100% no período analisado 1990/2004. Os dados revelam uma espacialização dessa atividade em todos os municípios. Porém sua concentração é no município de Parnamirim 26,68%, Natal 16,78% e Nísia Floresta 16,60%. Ultrapassando a casa dos 10% temos o município de Ceará Mirim com uma produção de 11,90%.

Tabela 73
Efetivo de rebanho de galinha na Região Metropolitana de Natal (cabeças), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

MUNICÍPIOS	ANOS					
	1990		1994		1998	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	5336	0,82	5134	0,69	6540	0,79
Extremoz	14468	2,22	15172	2,03	44126	5,30
Macaíba	58261	8,95	56498	7,57	91034	10,94
Monte Alegre	4050	0,62	4500	0,60	3900	0,47
Natal	338014	51,91	370405	49,64	178862	21,50
Nísia Floresta	68677	10,55	219000	29,35	211539	25,43
Parnamirim	59630	9,16	36000	4,82	213727	25,69
São Gonçalo do Amarante	41466	6,37	36146	4,84	78631	9,45
São José de Mipibu	61223	9,40	3280	0,44	3520	0,42
TOTAL	651125	100	746135	100	831879	100

MUNICÍPIOS				
	2002		2004	
	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	145600	12,44	153725	11,90
Extremoz	102327	8,74	105645	8,18
Macaíba	108022	9,23	110947	8,59
Monte Alegre	8400	0,72	9600	0,74
Natal	208857	17,84	216725	16,78
Nísia Floresta	157289	13,43	214440	16,60
Parnamirim	334081	28,53	344660	26,68
São Gonçalo do Amarante	81423	6,95	85120	6,59
São José de Mipibu	24800	2,12	50800	3,93
TOTAL	1170799	100	1291662	100

Essa atividade se desenvolve segundo padrões tecnológicos avançados, condizentes com as necessidades do capital, de modo que a avicultura tradicional já é bastante insignificante na RMNATAL.

Nos chama a atenção a queda de produção no município de Natal que em 1990 detinha mais de 50% desse rebanho e o aumento de Parnamirim e Ceará-Mirim. Entendemos que tal fato pode estar associado à proximidade desses municípios ao principal centro de consumo regional que é a cidade do Natal, ao passo que o crescimento negativo de Natal se explica pelo intenso processo de urbanização pelo qual passou o município sendo todo o solo urbano ocupado com equipamentos e outras atividades de conteúdo mais urbano, embora ainda se possa presenciar a existência de granjas em áreas residenciais. É o que acontece com o conjunto residencial Serrambi II. Tal fato desde há muito tempo vem se constituindo em transtorno para os que ali residem.

Quanto ao efetivo de rebanho composto por galos, frangas e pintos também podemos afirmar ser bem expressivo na Região Metropolitana de Natal, Além do que vem apresentando na sua totalidade um significativo crescimento, saindo de 410.994 cabeças em 1990 para 1.080.467 cabeças em 2004, (tabela 74).

126

MUNICÍPIOS	ANOS							
	1990		1994		1998		2002	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	9.892	2,41	8.760	3,31	96.038	17,70	208.000	21,61
Extremoz	11.454	2,79	12.376	4,67	61.232	11,28	77.260	8,03
Macaíba	36.693	8,93	36.367	13,73	46.836	8,63	75.500	7,84
Monte Alegre	7.400	1,80	8.800	3,32	8.200	1,51	13.560	1,41
Natal	27.000	6,57	50.921	19,23	51.210	9,44	161.784	16,81
Nísia Floresta	90.050	21,91	35.000	13,21	101.930	18,78	110.354	11,46
Parnamirim	82.610	20,10	42.000	15,86	52.610	9,70	260.286	27,04
São Gonçalo do Amarante	69.333	16,87	66.491	25,10	120.300	22,17	32.209	3,35
São José de Mipibu	76.562	18,63	4.150	1,57	4.290	0,79	23.659	2,46
TOTAL	410.994	100,00	264.865	100,00	542.646	100,00	962.612	100,00

MUNICÍPIOS	2004	
	ABS	%
Ceará – Mirim	221.300	20,48
Extremoz	86.653	8,02
Macaíba	83.211	7,70
Monte Alegre	19.000	1,76
Natal	168.625	15,61
Nísia Floresta	138.600	12,83
Parnamirim	276.128	25,56
São Gonçalo do Amarante	39.450	3,65
São José de Mipibu	47.500	4,40
TOTAL	1.080.467	100,00

Tabela 74

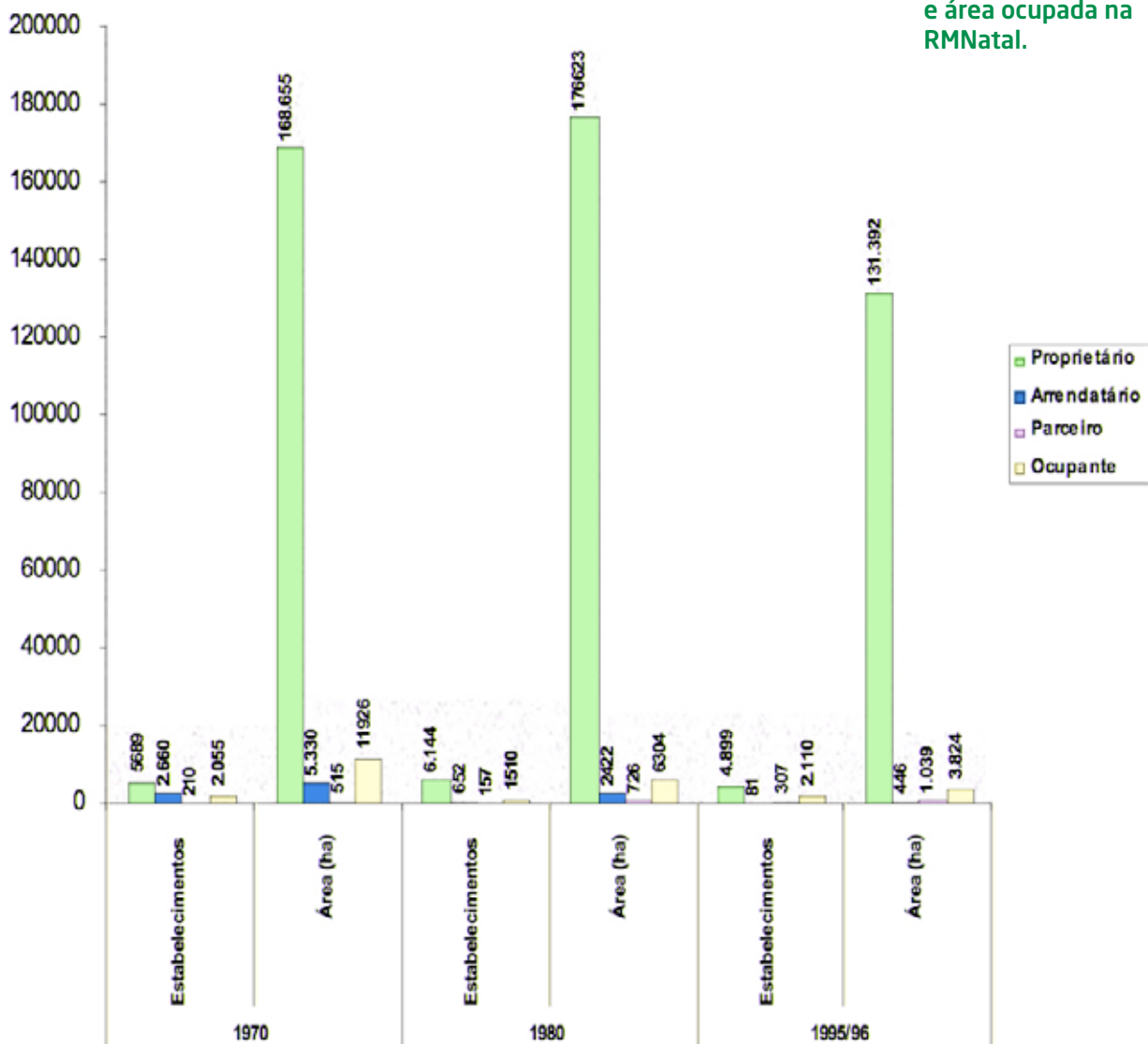
Efetivo de rebanho de galos, frangas, frangos e pintos na Região Metropolitana de Natal (cabeças), 1990, 1994, 1998, 2002, 2004.

Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.

Embora em todos os municípios possa ser constatado um aumento no efetivo, quando consideramos a participação percentual no total da região constatamos que alguns municípios diminuíram a sua participação. É o caso principalmente de São José de Mipibu, São Gonçalo do Amarante e Nísia Floresta.

Saindo da esfera da produção, passemos então a analisar as questões relacionadas mais diretamente com o acesso à terra que se fazem presente na região metropolitana de Natal. Considerando que se trata de uma realidade espacial centrada nos princípios do modo de produção capitalista. A condição do proprietário é aquela que se apresenta com a maior expressividade, conforme pode ser constatado por meio do **gráfico 25**.

Gráfico 25
Condição do produtor e área ocupada na RMNatal.



No entanto, outras formas de acesso à terra podem ser visualizadas, como a parceria, a ocupação e outras que passamos a analisá-las a seguir, tomando como referência os dados apresentados nas tabelas 29, 30 e 31. Considerando a condição de proprietário e a área ocupada, podemos observar por meio dos dados da **tabela 75** que tanto o número de estabelecimentos como a área ocupada diminuiu segundo os censos agropecuários de 1970, 1980 e 1995/96. Apenas os municípios de Macaíba e São José de Mipibu apresentaram um crescimento no que se refere ao número de estabelecimentos embora o mesmo não tenha acontecido para a área ocupada. Nesse quesito, apresentaram crescimento os municípios de Ceará-Mirim, Macaíba e São José de Mipibu.

Analisando os dados do Censo Agropecuário nos anos de 1970, 1980 e 1995/96 referentes à condição do produtor parceiro na Região Metropolitana de Natal (**tabela 76**), podemos constatar que em todos os municípios a parceria como forma de relação de trabalho ainda se faz presente, destacando esse tipo de relação nos municípios de Macaíba e Extremoz. Do total de produtores parceiros na RMNATAL 54,28% estão em Macaíba. Ou seja, isto sugere que as relações tipicamente capitalistas ainda não estão totalmente consolidadas nesse município, o que não acontece, por exemplo, com o município de Ceará-Mirim, no qual apenas 7,49% dos estabelecimentos rurais estariam vinculados a esse tipo de relação. Porém, é bom lembrar que, em Ceará-Mirim há um predomínio da cultura de cana-de-açúcar, no município que, como é do conhecimento trata-se de uma atividade na qual, as relações de assalariamento são bastantes presentes e contundentes. O mesmo não acontece com os demais municípios. O município de São José de Mipibu que, como já foi assinalado, também possui uma significativa produção de cana-de-açúcar sendo essa produção destinada às usinas localizadas nos municípios vizinhos de Goianinha e Baía Formosa.

Quando a análise direcionada para o produtor ocupante, uma outra realidade pode ser então verificada. Nessa categoria 4 municípios merecem destaques: Ceará-Mirim, Monte Alegre, Extremoz e Nísia Floresta. Entendemos que nesses municípios, dada as atividades predominantes serem a pecuária e a produção de cana-de-açúcar a luta pela terra é muito presente, sendo o município Ceará-Mirim o que conta com o maior número de assentamento rurais, não apenas ligados ao Incra, como também a outros segmentos como o Banco da Terra e ao Estado.

Tabela 75

Condição do produtor proprietário, e área ocupada na Região Metropolitana de Natal, 1970, 1980 e 1995/96

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1980, 1995/96.

MUNICÍPIOS	ANOS											
	1970				1980				1995/96			
	Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	1241	21,81	48.082	28,51	1.404	22,85	51.747	29,30	1.350	27,56	41.671	31,72
Extremoz	784	13,78	6.798	4,03	481	7,83	8.627	4,88	387	7,90	4.687	3,57
Macaíba	778	13,68	44.259	26,24	1.107	18,02	36.198	20,49	1.422	29,03	30.948	23,55
Monte Alegre	640	11,25	11.591	6,87	857	13,95	16.693	9,45	250	5,10	9.907	7,54
Natal	289	5,08	1.444	0,86	137	2,23	974	0,55	82	1,67	272	0,21
Nísia Floresta	487	8,56	10.669	6,33	574	9,34	12.128	6,87	250	5,10	9.907	7,54
Parnamirim	179	3,15	7.323	4,34	217	3,53	10.151	5,75	72	1,47	3.847	2,93
São Gonçalo do Amarante	596	10,48	20.807	12,34	527	8,58	20.151	11,41	316	6,45	10.807	8,23
São José de Mipibu	695	12,22	17.682	10,48	840	13,67	19.954	11,30	770	15,72	19.346	14,72
TOTAL	5689	100	168.655	100	6.144	100	176623	100	4.899	100	131.392	100

MUNICÍPIOS	ANOS											
	1970				1980				1995/96			
	Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	32	15,24	93	18,06	26	16,56	38	5,23	23	7,49	42	4,04
Extremoz	39	18,57	19	3,89	3	1,91	68	9,37	10	3,26	3	0,29
Macaíba	10	4,76	237	46,02	21	13,38	213	29,34	68	22,15	337	32,44
Monte Alegre	17	8,10	73	14,17	35	22,29	200	27,55	179	58,31	564	54,28
Natal	1	0,48	2	0,39	2	1,27	2	0,28	2	0,65	2	0,19
Nísia Floresta	109	51,90	89	17,28	47	29,94	37	5,10	4	1,30	21	2,02
Parnamirim	1	0,48	1	0,19	3	1,91	3	0,41	-	0,00	-	0,00
São Gonçalo do Amarante	-	0,00	-	0,00	9	5,73	142	19,56	10	3,26	32	3,08
São José de Mipibu	1	0,48	1	0,19	11	7,01	23	3,17	11	3,58	38	3,66
TOTAL	210	100	515	100	157	100	726	100	307	100	1.039	100

129

Tabela 76

Condição do produtor parceiro, e área ocupada na Região Metropolitana de Natal, 1970, 1980 e 1995/96

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1980, 1995/96.

MUNICÍPIOS	ANOS											
	1970				1980				1995/96			
	Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)		Estabelecimentos		Área (ha)	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	436	21,22	790	6,62	316	20,93	539	8,55	475	22,51	669	17,49
Extremoz	173	8,42	838	7,03	50	3,31	598	9,49	33	1,56	429	11,22
Macaíba	305	14,84	2.662	22,32	271	17,95	1.456	23,10	27	1,28	81	2,12
Monte Alegre	169	8,22	2.568	21,53	270	17,88	601	9,53	690	32,70	1.157	30,26
Natal	67	3,26	160	1,34	32	2,12	102	1,62	23	1,09	51	1,33
Nísia Floresta	159	7,74	1.090	9,14	185	12,25	954	15,13	690	32,70	1.157	30,26
Parnamirim	19	0,92	35	0,29	7	0,46	33	0,52	5	0,24	16	0,42
São Gonçalo do Amarante	329	16,01	2.436	20,43	149	9,87	1.005	15,94	5	0,24	120	3,14
São José de Mipibu	398	19,37	1.347	11,29	230	15,23	1.016	16,12	162	7,68	144	3,77
TOTAL	2.055	100,00	11926	100,00	1510	100,00	6304	100,00	2.110	100,00	3.824	100,00

Tratando-se do arrendatário e a respectiva área ocupada os dados da **tabela 78** nos mostram que essa não é uma condição de muita expressividade na Região Metropolitana de Natal. No período analisado essa forma de acesso a terra diminuiu de modo que em 1970 existiam 2.660 estabelecimentos sob forma de arrendamento. Em 1995/96 esse número diminuiu para somente 81 estabelecimentos. O dado que mais chama atenção, segundo a tabela, diz respeito ao município de São Gonçalo do Amarante e Nísia Floresta. Em São Gonçalo houve uma diminuição drástica saindo de 567 estabelecimentos em 1970, para apenas 1 em 1995/96. É importante destacar que esse município em 1970 era o segundo maior em termos de quantidade de estabelecimentos.

Tabela 77
Condição do produtor ocupante, e área ocupada na Região Metropolitana de Natal, 1970, 1980 e 1995/96

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1980, 1995/96.

130

Tabela 78
Número de estabelecimentos arrendados e área da Região Metropolitana de Natal, 1970, 1980 e 1995/96

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1980, 1995/96.

MUNICÍPIOS	ANOS											
	1970				1980				1995/96			
	Estabelecimentos		Área (ha)		Número		Área (ha)		Número		Área (ha)	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará-Mirim	1.232	48,07	2181	37,49	178	22,42	1046	33,7	34	22,67	192	9,08
Extremoz	165	6,44	190	3,27	6	0,76	149	4,8	5	3,33	8	0,38
Macaíba	93	3,63	544	9,35	100	12,59	496	15,98	34	22,67	122	5,77
Monte Alegre	114	4,45	810	13,92	209	26,32	601	19,36	44	29,33	204	9,65
Natal	16	0,62	184	3,16	8	1,01	6	0,19	4	2,67	10	0,47
Nísia Floresta	165	6,44	220	3,78	70	8,82	83	2,67	4	2,67	152	7,19
Parnamirim	3	0,12	18	0,31	10	1,26	43	1,39	4	2,67	17	0,8
São Gonçalo do Amarante	566	22,08	741	12,74	148	18,64	339	10,92	3	2	1	0,05
São José de Mipibu	209	8,15	929	15,97	65	8,19	341	10,99	18	12	1.408	66,6
TOTAL	2563	100	5817	100	794	100	3104	100	150	100	2114	100

O arrendamento nunca foi uma forma de acesso a terra de grande expressividade no Rio Grande do Norte e principalmente em se tratando da área litorânea, onde as atividades de cana-de-açúcar, a produção de coco e a produção de caju que historicamente são atividades que demandam grandes quantidades de terras e, como se pode perceber a quantidade de área ocupada é muito pequena quando comparada com a condição de proprietário que em 1995/96 superou os 100 mil há (**tabela 79**).

MUNICÍPIOS	ANOS											
	1970				1980				1995/96			
	Estabelecimentos		Área (ha)		Número		Área (ha)		Número		Área (ha)	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	436	21,22	790	6,62	7	0,49	33	0,51	256	19,95	725	14,53
Extremoz	173	8,42	838	7,03	62	4,34	1.481	23,08	33	2,57	429	8,6
Macaíba	305	14,84	2.662	22,32	3	0,21	200	3,12	50	3,9	1.924	38,56
Monte Alegre	169	8,22	2.568	21,53	331	23,2	806	12,56	732	57,05	1.186	23,77
Natal	67	3,26	160	1,34	182	12,75	951	14,82	20	1,56	51	1,02
Nisia Floresta	159	7,74	1.090	9,14	314	22	656	10,22	8	0,62	76	1,52
Parnamirim	19	0,92	35	0,29	150	10,51	269	4,19	7	0,55	27	0,54
São Gonçalo do Amarante	329	16,01	2.436	20,43	148	10,37	1.004	15,65	10	0,78	190	3,81
São José de Mipibu	398	19,37	1.347	11,29	230	16,12	1.016	15,84	167	13,02	381	7,64
TOTAL	2055	100	11926	100	1427	100	6416	100	1.283	100	4.989	100

Tabela 79
Número de estabelecimentos ocupados e área da Região Metropolitana de Natal, 1970, 1980 e 1995/96

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1980, 1995/96.

No tocante à utilização das terras na Região Metropolitana de Natal (tabelas 34, 35 e 36), os dados do Censo Agropecuário apontam, de forma expressiva, para uma maior utilização referente às lavouras temporárias (**tabela 80**), tendo em vista que em 1970 o número de informantes que declararam utilizar as terras para esse tipo de lavoura, foi de 8.408 passando para 11.074 em 1995/96. A área utilizada por esses grupos foi de, respectivamente, 26.249 há e 24.209 há. Os municípios que merecem ser destacados, nesse contexto, são Ceará-Mirim (30,17%) e São José de Mipibu (31,58%). Tais dados refletem a significativa utilização de terras nesses municípios para a plantação da cana-de-açúcar.

Numa posição secundária (**gráfico 19**), observamos as terras utilizadas para a lavoura permanente (**tabela 81**). Em 1970 o número de informantes e a área foram de 4.974 e 12.004 respectivamente que sofreu um aumento em 1980 passando para 6.065 informantes e 24.417ha de área utilizada para esse fim. Em 1995/96 o número

de informantes reduziu para 5.520 e a área utilizada para 16.556 de área. A utilização das terras para pastagem (**tabela 82**) apresentou um número de informantes de 2.063 (terras naturais) e uma área de 41.249 há em 1970, sofrendo uma expressiva redução para o ano de 1980 com um número de 1.813 informantes e uma área de 32.154, diminuindo ainda mais em 1995/96 (1.453 informantes e 28.578 ha).

MUNICÍPIOS	ANOS							
	1970				1980			
	Informantes		Área		Informantes		Área	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	1.003	20,16	2.622	21,84	1.428	23,54	5.246	21,49
Extremoz	709	14,25	1.282	10,68	512	8,44	1.112	4,55
Macaíba	706	14,19	1.402	11,68	1.137	18,75	6.859	28,09
Monte Alegre	451	9,07	650	5,41	733	12,09	1.583	6,48
Natal	304	6,11	570	4,75	90	1,48	508	2,08
Nísia Floresta	538	10,82	953	7,94	666	10,98	2.160	8,85
Parnamirim	165	3,32	1.228	10,23	194	3,20	3.077	12,60
São Gonçalo do Amarante	563	11,32	1.844	15,36	495	8,16	1.708	7,00
São José de Mipibu	535	10,76	1.453	12,10	810	13,36	2.164	8,86
TOTAL	4.974	100	12.004	100	6.065	100	24.417	100

MUNICÍPIOS	1995/96			
	Informantes		Área	
	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	1.298	23,51	3.698	22,34
Extremoz	334	6,05	876	5,29
Macaíba	1.352	24,49	3.602	21,76
Monte Alegre	1.538	27,86	2.840	17,15
Natal	29	0,53	32	0,19
Nísia Floresta	233	4,22	1.880	11,36
Parnamirim	51	0,92	539	3,26
São Gonçalo do Amarante	259	4,69	1.034	6,25
São José de Mipibu	426	7,72	2.055	12,41
TOTAL	5.520	100	16.556	100

Tabela 80
Utilização das terras para lavouras permanentes na Região Metropolitana de Natal, 1970, 1980 e 1995/96

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1980, 1995/96.

MUNICÍPIOS	ANOS											
	1970											
	Naturais				Plantadas				Plantadas			
	Inform.		Área (ha)		Inform.		Área (ha)		Inform.		Área (ha)	
ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	
Ceará-Mirim	309	14,98	7.560	18,33	46	13,90	539	14,60	23	5,80	683	7,42
Extremoz	79	3,83	340	0,82	10	3,02	23	0,62	106	7,81	1.167	12,67
Macaíba	421	20,41	9.498	23,03	74	22,36	1.596	43,23	168	4,46	412	4,47
Monte Alegre	456	22,10	6.213	15,06	71	21,45	195	5,28	752	31,03	2.677	29,07
Natal	37	1,79	145	0,35	10	3,02	7	0,19	189	10,71	732	7,95
Nisia Floresta	250	12,12	5.784	14,02	41	12,39	294	7,96	342	13,62	523	5,68
Parnamirim	27	1,31	1.389	3,37	9	2,72	47	1,27	23	5,80	683	7,42
São Gonçalo do Amarante	314	15,22	6.843	16,59	46	13,90	844	22,86	181	20,76	2.332	25,32
São José de Mipibu	170	8,24	3.477	8,43	24	7,25	147	3,98	29	0,00	-	0,00
TOTAL	2.063	100	41.249	100	331	100	3.692	100	1.811	100	9.209	100

Tabela 81
Utilização das terras para pastagem na Região Metropolitana de Natal, 1970, 1980 e 1995/96

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1980, 1995/96.

MUNICÍPIOS	1995/96			
	Naturais			
	Inform.		Área (ha)	
	ABS	%	ABS	%
Ceará-Mirim	262	18,03	6.533	22,86
Extremoz	54	3,72	900	3,15
Macaíba	478	32,90	7.946	27,80
Monte Alegre	338	23,26	5.854	20,48
Natal	29	2,00	1.099	3,85
Nisia Floresta	54	3,72	943	3,30
Parnamirim	21	1,45	170	0,59
São Gonçalo do Amarante	90	6,19	2.516	8,80
São José de Mipibu	127	8,74	2.617	9,16
TOTAL	1.453	100	28.578	100

133

MUNICÍPIOS	Plantadas			
	Inform.		Área (ha)	
	ABS	%	ABS	%
Ceará-Mirim	93	13,06	4.505	28,21
Extremoz	34	4,78	462	2,89
Macaíba	239	33,57	1.466	9,18
Monte Alegre	87	12,22	3.413	21,37
Natal	25	3,51	235	1,47
Nisia Floresta	24	3,37	387	2,42
Parnamirim	29	4,07	1.099	6,88
São Gonçalo do Amarante	99	13,90	2.300	14,40
São José de Mipibu	82	11,52	2.105	13,18
TOTAL	712	100	15972	100

Tabela 82
Utilização das terras para pastagem na Região Metropolitana de Natal, 1970, 1980 e 1995/96

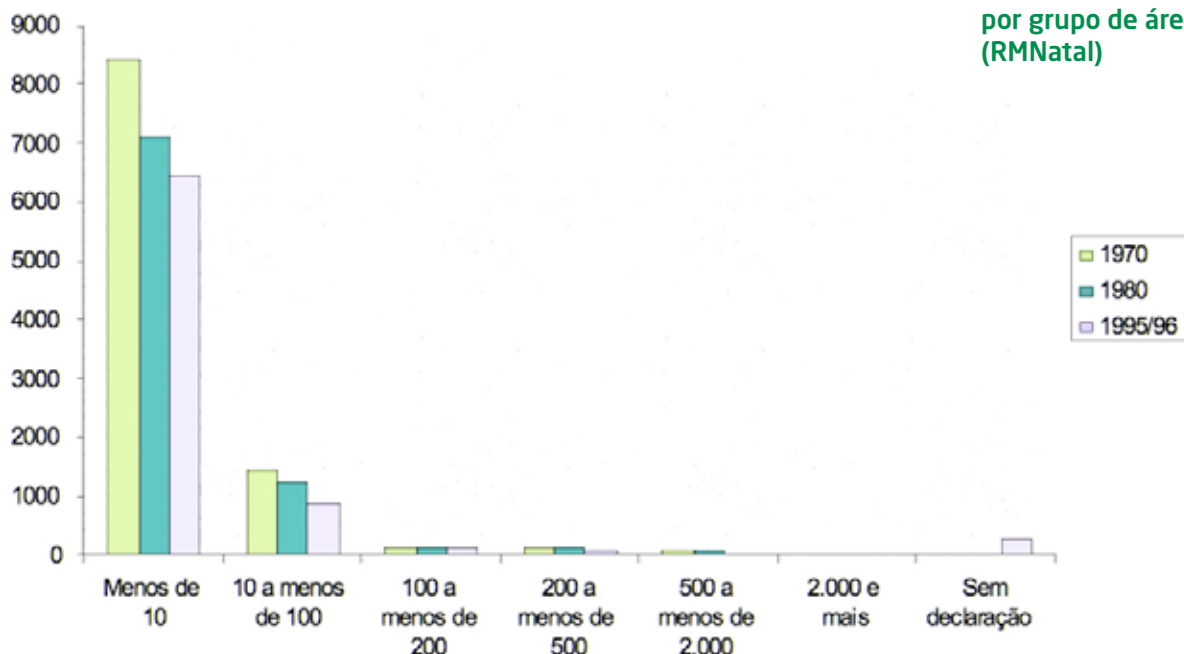
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1980, 1995/96.

Em relação aos dados referentes aos estabelecimentos por grupos de área, observamos valores que expressam, demasiadamente, uma concentração fundiária na Região Metropolitana de Natal (**tabelas 83, 84 e 85 e gráfico 20**).

Os dados nos revelam um aumento de 1970 (64) para 1980 (76) no número de estabelecimentos enquadrados no grupo de área de 500 a menos de 2.000 ha; e uma sensível diminuição de 1980 em relação à 1995/96 (49). Em outro extremo, encontramos valores bastante elevados de estabelecimentos com menos de 10 ha, sendo em 1970 de 8.463; em 1980 de 7.124; e em 1995/96 de 6.478.

Nesse contexto, os municípios que merecem destaque são: Ceará-Mirim, pois é o município que apresenta a maior concentração fundiária da Região Metropolitana de Natal nos três períodos em análise, com um percentual de estabelecimentos, com área de 500 a menos de 2.000 ha, de 32,81% em 1970, de 31,58% em 1980 e 24,49% em 1995/96; e Macaíba, que ocupa uma lugar secundário, com 28,13% de estabelecimentos nesse grupo de área em 1970, 19,74% em 1980 e 16,33% em 1995/96.

Gráfico 27
Estabelecimentos
por grupo de área
(RMNatal)



MUNICÍPIOS	GRUPOS DE ÁREA (ha)													
	Menos de 10		10 a menos de 100		100 a menos de 200		200 a menos de 500		500 a menos de 2.000		2.000 e mais		Sem declaração	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	2582	30,51	225	15,27	36	22,22	49	36,84	21	32,81	0	0,00	0	0,00
Extremoz	970	11,46	137	9,30	12	7,41	3	2,26	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Macaíba	755	8,92	333	22,61	40	24,69	31	23,31	18	28,13	1	100,00	0	0,00
Monte Alegre	694	8,20	209	14,19	9	5,56	8	6,02	3	4,69	0	0,00	0	0,00
Natal	331	3,91	18	1,22	4	2,47	1	0,75	-	0,00	0	0,00	18	100,00
Nísia Floresta	650	7,68	139	9,44	16	9,88	3	2,26	3	4,69	0	0,00	0	0,00
Parnamirim	148	1,75	40	2,72	4	2,47	4	3,01	5	7,81	0	0,00	0	0,00
São Gonçalo do Amarante	1215	14,36	233	15,82	17	10,49	18	13,53	9	14,06	0	0,00	0	0,00
São José de Mipibu	1118	13,21	139	9,44	24	14,81	16	12,03	5	7,81	0	0,00	0	0,00
TOTAL	8463	100,00	1473	100,00	162	100,00	133	100,00	64	100,00	1	100,00	18	100,00

Tabela 83

Estabelecimentos por grupo de área total da Região Metropolitana de Natal, 1970.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1980, 1995/96.

Tabela 84

Estabelecimentos por grupo de área total da Região Metropolitana de Natal, 1980.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1980, 1995/96.

135

MUNICÍPIOS	GRUPOS DE ÁREA (ha)													
	Menos de 10		10 a menos de 100		100 a menos de 200		200 a menos de 500		500 a menos de 2.000		2.000 e mais		Sem declaração	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	1641	23,03	161	12,74	30	21,90	39	33,05	24	31,58	3	60,00	-	0,00
Extremoz	418	5,87	103	8,15	11	8,03	4	3,39	-	0,00	1	20,00	-	0,00
Macaíba	1180	16,56	250	19,78	23	16,79	21	17,80	15	19,74	1	20,00	-	0,00
Monte Alegre	1341	18,82	220	17,41	19	13,87	9	7,63	6	7,89	-	0,00	-	0,00
Natal	157	2,20	19	1,50	-	0,00	1	0,85	-	0,00	-	0,00	-	0,00
Nísia Floresta	684	9,60	117	9,26	14	10,22	10	8,47	5	6,58	-	0,00	-	0,00
Parnamirim	172	2,41	43	3,40	5	3,65	9	7,63	7	9,21	-	0,00	-	0,00
São Gonçalo do Amarante	589	8,27	199	15,74	17	12,41	9	7,63	11	14,47	-	0,00	-	0,00
São José de Mipibu	942	13,22	152	12,03	18	13,14	16	13,56	8	10,53	-	0,00	-	0,00
TOTAL	7.124	100,00	1.264	100,00	137	100,00	118	100,00	76	100,00	5	100,00	0,00	0,00

MUNICÍPIOS	Menos de 10		10 a menos de 100		100 a menos de 200		200 a menos de 500		500 a menos de 2.000		2.000 e mais		Sem declaração	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Ceará – Mirim	1416	21,86	144	15,65	13	11,11	18	23,08	12	24,49	2	50,00	266	98,52
Extremoz	269	4,15	48	5,22	8	6,84	8	10,26	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Macaíba	1220	18,83	251	27,28	29	24,79	21	26,92	8	16,33	1	25,00	0	0,00
Monte Alegre	2185	33,73	218	23,70	21	17,95	11	14,10	7	14,29	0	0,00	0	0,00
Natal	100	1,54	7	0,76	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	1,48
Nísia Floresta	196	3,03	51	5,54	8	6,84	2	2,56	5	10,20	0	0,00	0	0,00
Parnamirim	53	0,82	18	1,96	4	3,42	4	5,13	2	4,08	0	0,00	0	0,00
São Gonçalo do Amarante	231	3,57	78	8,48	11	9,40	6	7,69	6	12,24	0	0,00	0	0,00
São José de Mipibu	808	12,47	105	11,41	23	19,66	8	10,26	9	18,37	1	25,00	0	0,00
TOTAL	6478	100,00	920	100,00	117	100,00	78	100,00	49	100,00	4	100,00	270	100,00

Tabela 85
Estabelecimentos por grupo de área total da Região Metropolitana de Natal, 1995/96

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970, 1980, 1995/96.

4.3. Pesca

136

A pesca na Região Metropolitana é uma atividade que merece atenção em qualquer planejamento que venha ser realizada para essa região por ser uma das atividades de grande importância no cenário econômico não apenas da região, mas, do Estado como um todo, e particularmente da área costeira.

Para termos uma dimensão dessa atividade no âmbito da Região Metropolitana os dados disponíveis na **tabela 86** nos mostram que atualmente existem cinco locais de desembarque do pescado oriundo da pesca realizada na região costeira, estando todos eles localizados na Região Metropolitana.

Tabela 86
Número de municípios e locais de desembarque existentes no Estado do Rio Grande do Norte que são acompanhados através do controle de aparelhos de pesca, bem como os que possuem controle de produção, referente ao ano de 2004.

Fonte: Boletim Terramar, 2004.

MUNICÍPIOS	Nº DE LOCAIS DE DESEMBARQUE	Nº DE LOCAIS COM CONTROLE DE PRODUÇÃO	Nº DE LOCAIS COM CONTROLE DOS APARELHOS DE PESCA
Nísia Floresta	06	02	06
Parnamirim	02	-	02
Natal	09	02	09
Extremoz	02	-	02
Ceará Mirim	02	-	02
Total	21	04	21

Além disso, dentre os 26 municípios litorâneos de maior expressão no pescado em todo estado do Rio Grande Norte, Natal é aquele que mais se destaca, com uma participação no ano de 2004 de 39,9%, sendo também o de maior expressividade na Região Metropolitana. Vale ressaltar que esse dado está associado ao pescado que é desembarcado nos pontos de desembarque conforme mencionados.

Entretanto, faz-se mister registrar que o fato da significativa existência dessa produção não significa dizer que Natal é o grande produto de pescado. No entanto, é em Natal que está situado o maior número de locais de desembarque de pescado - 9 dos 21 existentes em todo o litoral. Ou seja, quase 50% dos locais de desembarque estão situados em Natal. Certamente é essa realidade que demanda a construção de um terminal pesqueiro para Natal fato esse que já está em via de Planejamento.

É importante também assinalar que 76,30% da produção de pescado é proveniente da frota artesanal, o que significa dizer que a pesca no RN é ainda muita atrasada. Somente 23,7% acontece com a utilização de uma frota industrial.

Dentre os municípios da RMNATAL, Natal é o município que apresenta as melhores condições para realização da pesca segundo o tipo de equipamento e frota utilizados

O peixe ainda é o principal produto da pesca do Rio Grande do Norte e, particularmente da RMNATAL, ou seja, 86,1% da produção total do pescado é de peixes. Embora os crustáceos sejam, referência do ponto de vista da comercialização essa produção ainda é muito baixa, uma vez que os crustáceos, (lagosta, camarão e caraguejo-uçu) e os moluscos participam apenas com 12,9%. Dentre as espécies de maior destaque está o Atum. Em Natal, houve um acréscimo de 4,1% do ano de 2003 para o ano de 2004. Embora Natal se destaque na produção de pescado, é o município de Baía Formosa que tem apresentado o maior crescimento, com um índice de 17,7%.

Como já foi dito, a pesca no Rio Grande do Norte como um todo ainda acontece de forma artesanal, embora já seja observado um processo de melhoria na frota. No entanto, alguns tipos de pescado, como a tainha ainda é pescada totalmente à canoa. Esse tipo de embarcação pode ser considerado como uma das mais precárias, bem como aquela que oferece as piores condições de segurança para o pescador. Já a pesca do avoador é feita em botes à vela. Essa embarcação assim como a canoa apresenta as mesmas condições de precariedade.

A tainha e o avoador podem ser caracterizados como dois tipos de pescado bastante procurados no mercado local até porque, são peixes de preço baixo e, portanto acessíveis à classe mais pobre. Para termos uma idéia da produção dessas duas espécies elas representam, aproximadamente, cerca de 65,0% de toda a produção desembarcada na área litorânea.

Quanto ao Atum, este já é totalmente industrializado embora sejam capturados com espinhel²³. Atualmente, a pesca do Atum tem se apresentado como uma das mais importantes, principalmente por se constituir em mais um produto de exportação do Rio Grande do Norte para o mercado internacional.

A comercialização do pescado referente ao ano de 2004 totalizou a cifra de R\$84.527.989.68, havendo, portanto um incremento na ordem de 18,9% se comparado a 2003. É importante destacar que a lagosta foi o que mais contribuiu para esse resultado, se considerarmos que 45,2% desse valor foi resultante da produção da lagosta. Para termos uma idéia do que isso significa os valores referentes à exportação de cauda de lagosta pelo aeroporto de Natal, segundo dados da secretaria de Estado de Indústria e comércio, da Ciência e da Tecnologia foi da ordem de 8,8 bilhões de dólares, representando um acréscimo de 3,5 milhões de dólares, (65%). Já a exportação de peixe fresco e congelado, principalmente, espadarte e atuns, foi da ordem de 11 milhões de dólares em relação a 2003.

O grupo das albacoras embora tenha contribuído com o maior volume de pescado, a sua participação no montante monetário ficou em torno de somente 11,3%. Esse dado nos mostra como a lagosta é um produto importante da nossa atividade pesqueira, uma vez que é tida como um produto de exportação cara. Entretanto é bom lembrar que boa parte da lagosta no Rio Grande do Norte é obtida com formas tradicionais de captura, como o mergulho sem nenhuma segurança, daí ter sido uma das atividades pesqueiras que mais tem mutilado e provocado a morte de pescadores na costa norte-rio-grandense.

²³ Tipo de pescaria que consiste na utilização de várias linhas com anzol, amarradas espaçadamente por destorcedores e uma linha mestra, na qual horizontalmente esticada, se fixam duas bóias em suas extremidades ou verticalmente com uma bóia e uma chumbada em uma das extremidades. Conhecido também como, espinhel fixo, long line, espinhel de fundo, espinhel de superfície, espinhel flutuante, pargueira e grosseira. (Boletim estatístico da Pesca Marítima do Estado do Rio Grande do Norte-2004. Centro de Pesquisa e extensão pesqueira do Nordeste - CEPENE. Gerência Executiva do Ibama no Rio Grande do Norte.)

5 DINÂMICA DEMOGRÁFICA

5.1. Introdução

A Região Metropolitana de Natal (RMN) é composta por 9 municípios conforme o mapa a seguir. À luz da heterogeneidade marcante em todo esse território, é necessária uma análise mais desagregada que o nível municipal.



Mapa 2
Região
Metropolitana
de Natal.

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Esse relatório traça um perfil intra-metropolitano de indicadores demográficos e sociais baseados nos dados mais recentes, disponíveis no nível de desagregação geográfica necessário para um trabalho dessa natureza.

A fonte de dados básica é o Censo Demográfico de 2000. O IBGE, quando realizou este Censo, aplicou um questionário muito básico com algumas poucas informações sócio-demográficas, apenas para o responsável pelo domicílio. Neste sentido, nesse relatório optou-se por trabalhar com informações mais completas originadas do questionário que só é preenchido em caráter amostral pelo recenseador. Em 2000, essa amostra foi por volta de 10% dos domicílios, o que significa que a cada 10 residências o entrevistador coletava as informações do questionário mais completo, enquanto na grande maioria dos domicílios só se preenchia o questionário básico.

Desta forma, para utilizar os dados da amostra tem que ser delimitado a área mínima onde o tamanho amostral é suficientemente grande para que os dados sejam representativos. Neste sentido, o IBGE criou as "Áreas de ponderação", que nesse relatório estão sendo denominadas "Áreas de Expansão Demográfica", ou simplesmente AED's.

140

Esse relatório está dividido nas seguintes seções: distribuição espacial e crescimento populacional; componentes demográficos: fecundidade, mortalidade e migração; distribuição por sexo e índice de envelhecimento; educação, trabalho e renda; população segundo cor ou raça; movimentos pendulares; e considerações finais.

5.2. Distribuição Espacial e Crescimento Populacional

O quadro demográfico da Região Metropolitana de Natal indica uma distribuição espacial da população bastante concentrada no município pólo - Natal, que em 2000 detinha quase 63,82% da população de toda a região. Se juntarmos a essa população o contingente populacional de Parnamirim que possui nível muito alto de integração com Natal, somam-se 75% de toda a população da Região Metropolitana em apenas dois municípios.

Com efeito, agregando-se ainda a essas duas cidades o município de São Gonçalo do Amarante, que detém 6,2% da população, e que também possui alta integração com Natal, conclui-se que 81,2%

de todo o contingente populacional da Região Metropolitana está concentrado nesses três municípios.

Numa percepção temporal, o **Mapa 2** possibilita analisar o crescimento populacional da Região Metropolitana na década de 90 do século passado. Observa-se que se Natal já vem experimentando um arrefecimento no seu crescimento populacional com taxa de crescimento de 1,81% ao ano, os municípios de São Gonçalo do Amarante e, principalmente, Parnamirim ostentam as maiores taxas de crescimento populacional da Região Metropolitana, 4,86% e 7,90% respectivamente. Essa taxa de crescimento populacional de Parnamirim é a mais alta de todo o Rio Grande do Norte. (**Ver Tabela 1**).

O **Mapa 3** revela o resultado do crescimento populacional da década de 90 do século anterior, delineando a distribuição da população ao longo do território metropolitano. Nesta configuração, se visualiza as áreas de maior população da Região, notadamente na zona Norte de Natal e parte do Município de São Gonçalo do Amarante conurbada com a capital.

A população residente dessa porção de São Gonçalo do Amarante segue o padrão de expansão populacional do seu entorno. Isso se verifica claramente quando observamos o alto contingente populacional em AED's vizinhas a essa AED de São Gonçalo do Amarante. É o caso das AED's 8, 9, 10 e 11 que coincidem com os bairros de Potengi, Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul e Pajuçara-Redinha, todos pertencentes à zona Norte de Natal. O bairro de Nossa Senhora da Apresentação, junto com os bairros de Guarapes e Planalto, na zona Oeste da Capital, foram os bairros que mais cresceram no período 1991-2000.

Observando as AED's 22 e 23, observa-se que o crescimento populacional elevado, experimentado nos últimos anos pelos bairros da região Oeste de Natal, já indica grande contingente populacional nessa área. Além da região Oeste de Natal, destaca-se, também, a região central da capital.

Em Parnamirim, o que chama a atenção é que apesar de ser o município com maior crescimento populacional de toda a RMN, o volume populacional não está nos maiores níveis. As áreas centrais são as mais povoadas, destacando-se as AED's denominadas centro/distrito industrial e centro/área comercial. Contudo, a despeito de não se contar com dados secundários, uma porção do território de Parnamirim que obteve grande crescimento populacional nos últimos

anos é a AED denominada centro-BR 101, mais conhecida como Nova Parnamirim. Observando o **MAPA 3** e a **Tabela 2** verifica-se que a população desta área já era de 24.952 habitantes em 2000, sendo que em 1991 esta era uma área muito pouco povoada, com característica de ocupação como sítios e pequenas propriedades rurais.

No que se refere à taxa de urbanização, os dados mostram um resultado intrigante. Cotejando os valores de 1991 com os resultados para o ano 2000, observa-se que apenas dois municípios, Parnamirim e Extremoz, aumentaram significativamente suas taxas de urbanização no período, com variação de 13,25% e 25,38%, respectivamente. Excetuando-se Natal, que praticamente não tinha população rural já em 1991, os outros seis municípios da Região Metropolitana de Natal, ou manteve estabilizada a taxa de urbanização ou perdeu população urbana com relação à população rural.

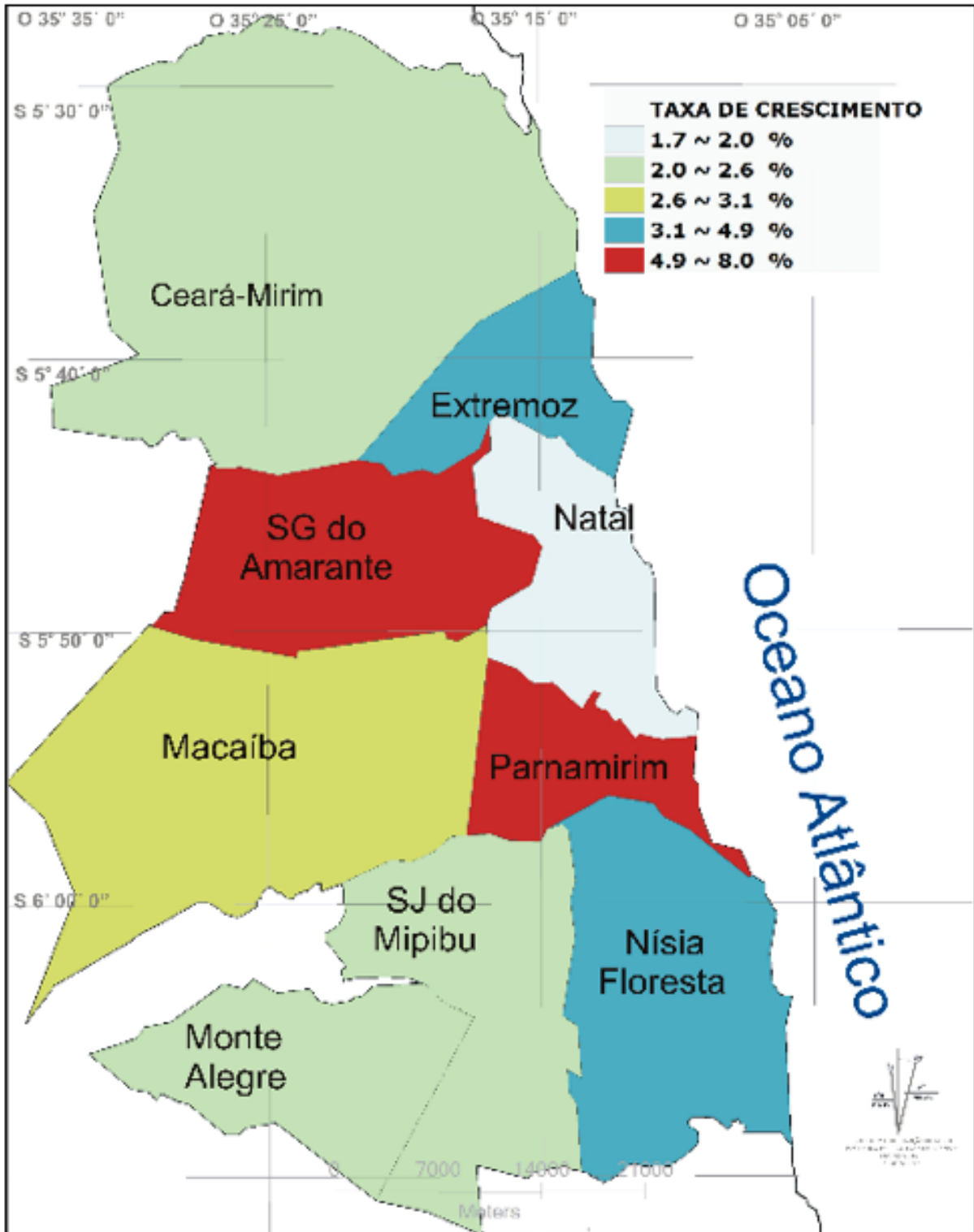
A hipótese mais provável para esse fenômeno é de que a classificação de rural destes municípios, dada pelo IBGE, precise sofrer alterações, pois não está mais possibilitando diagnosticar corretamente a situação de domicílio. Um caso emblemático é o de São Gonçalo do Amarante, onde a área conurbada com Natal, com perfil completamente urbano, com atividades industriais e de comércio, ainda é oficialmente contabilizada como rural (ver **Tabela 87**).

Municípios	Urbana		Rural		Total		Tx Urbanização	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Ceará-Mirim	26.002	30.839	26.155	31.585	52157	62424	49,85	49,4
Extremoz	8.169	13.418	6.772	6.154	14941	19572	54,68	68,56
Monte Alegre	4.697	7.555	11.174	11.319	15.871	18.874	29,59	40,03
Macaíba	29.019	36.041	14.431	18.842	43450	54883	66,79	65,67
Natal	606.887	712.317	0	0	606887	712317	100	100
Nisia Floresta	6.023	8.638	7.911	10.402	13934	19040	43,23	45,37
Pamamirim	48.593	109.139	14.719	15.551	63312	124690	76,75	87,53
São Gonçalo do Amarante	8.241	9.798	37.220	59.637	45461	69435	18,13	14,11
São José do Mipibu	12.858	15.508	15.293	19.404	28151	34912	45,68	44,42
RM de Natal	750.489	943.253	133.675	172.894	884.164	1.116.147	84,88	84,51

Municípios	Tx Geométrica de Crescimento		
	Urbana	Rural	Total
Ceará-Mirim	1,93	2,14	2,04
Extremoz	5,72	-1,07	3,07
Monte Alegre	5,47	0,14	1,96
Macaíba	2,46	3,04	2,65
Natal	1,81	0	1,81
Nisia Floresta	4,13	3,12	3,56
Pamamirim	9,5	0,62	7,9
São Gonçalo do Amarante	1,96	5,43	4,86
São José do Mipibu	2,12	2,71	2,44
RM de Natal	2,58	2,93	2,65

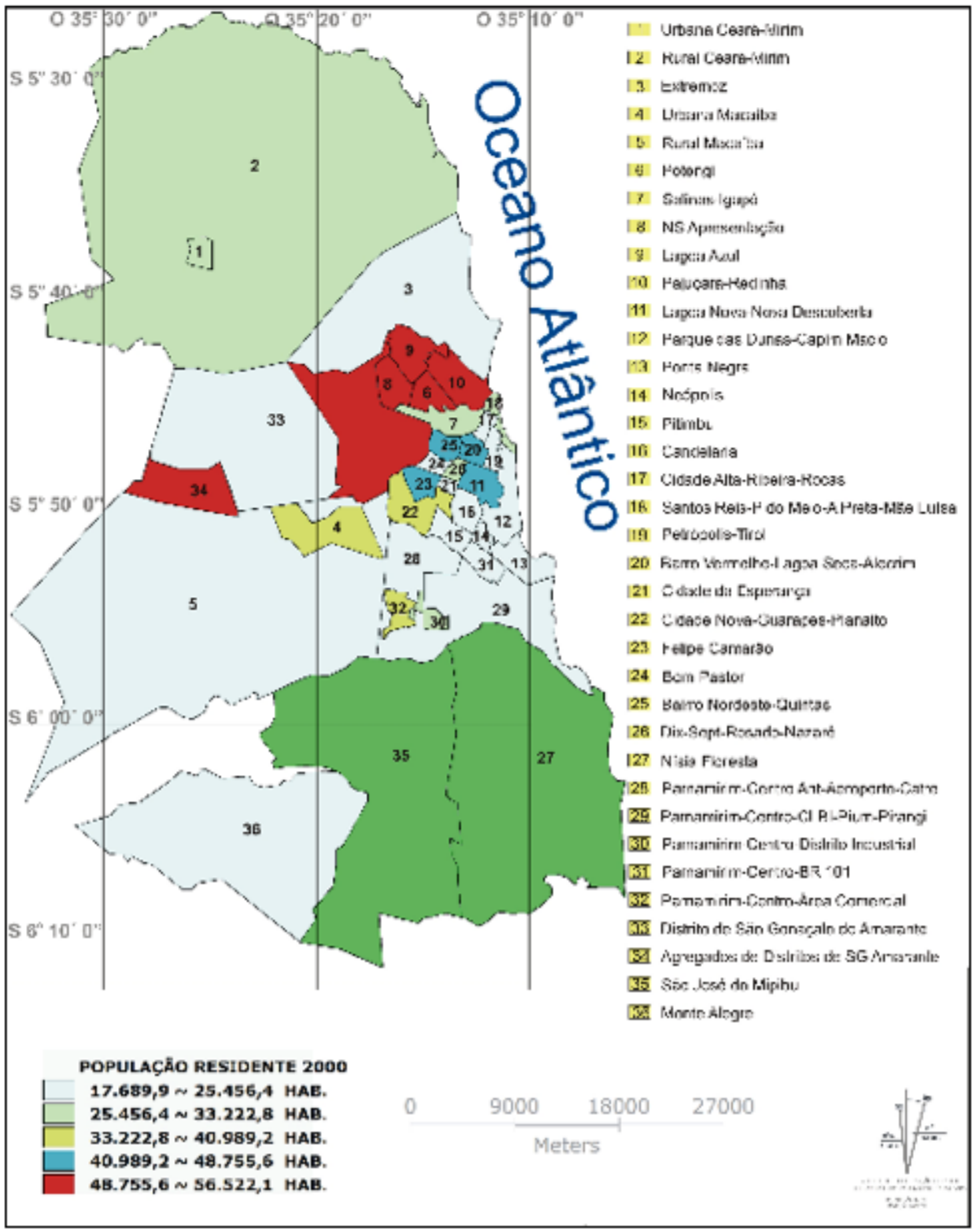
Tabela 87
Taxa de Crescimento Populacional - RM de Natal, entre 1991 e 2000.

Fonte: Site IBGE.



Mapa 3
Taxa de Crescimento Populacional por Município da RMNatal - 1991/2000.

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)



Mapa 4
População Residente por AED da RMNatal - 2000.

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

AED	Áreas de Expansão Demográfica	População Residente
Ceará-Mirim	Parte Urbana Ceará-Mirim	30.839
Ceará-Mirim	Parte Rural Ceará-Mirim	31.585
Extremoz	Extremoz	19.572
Macaíba	Parte Urbana Macaíba	36.041
Macaíba	Parte Rural Macaíba	18.842
Monte Alegre	Monte Alegre	19.270
Natal	Potengi	56.259
Natal	Salinas-IGAPÓ	27.915
Natal	Nossa Senhora da Apresentação	56.522
Natal	Lagoa Azul	50.413
Natal	Pajuçara-Redinha	53.634
Natal	Lagoa Nova-Nova Descoberta	48.050
Natal	Parque das Dunas-Capim Macio	20.524
Natal	Ponta Negra	23.600
Natal	Neópolis	22.041
Natal	Pitimbu	22.985
Natal	Candelária	18.684
Natal	Cidade Alta-Ribeira-Rocas	19.327
Natal	Santos Reis-Praia do Meio-Área Preta- Mãe Luiza	29.723
Natal	Petropolis-Tirol	19.904
Natal	Barro Vermelho-Lagoa Seca-Alecrim	47.152
Natal	Cidade da Esperança	20.235
Natal	Cidade Nova-Guarapes-Planalto	38.507
Natal	Felipe Camarão	45.907
Natal	Bom Pastor	17.984
Natal	Nordeste-Quintas	41.187
Natal	Dix-Sept-Rosado-Nazaré	31.764
Nísia Floresta	Nísia Floresta	19.040
Parnamirim	Parnamirim -Centro Antigo-Aeroporto/CATRE	18.290
Parnamirim	Parnamirim -Centro-CLBI-Plum-Pirangi	19.077
Parnamirim	Parnamirim -Centro-Distrito Industrial	25.978
Parnamirim	Parnamirim -Centro-BR 101	24.952

145

Tabela 88
Áreas de Expansão Demográfica (AED's) da Região Metropolitana de Natal segundo a População Residente - 2000.

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

5.3. Componentes Demográficos: Fecundidade, Mortalidade e Migração

A dinâmica demográfica é regida por três componentes básicas: fecundidade, mortalidade e migração, responsáveis pelo ritmo do crescimento populacional que ocorre, em parte, devido ao saldo migratório do período estudado, em parte devido ao crescimento vegetativo, originado pela diferença entre os nascimentos e mortes ocorridos numa população num determinado período, resultante dos níveis de mortalidade e fecundidade vigentes na região em estudo.

Mortalidade

No que tange à mortalidade, sabe-se que desde a década de 40 do século passado seus níveis iniciaram um declínio contínuo que dura até os dias atuais. Nessa trajetória de queda da mortalidade, declinaram os níveis de mortalidade adulta e, também, de mortalidade infantil que, devido ao aumento da difusão da informação e de avanços tecnológicos na área médica de prevenção, passou, num segundo momento, a ocorrer de forma mais abrangente ao longo do território e das diferentes camadas sociais da população.

146

Os dados da Tabela 3 e do Mapa 4 referem-se às probabilidades de morte até 5 anos de idade para cada AED da Região Metropolitana de Natal. Este indicador revela as tendências da mortalidade na infância para um segmento populacional merecedor de atenção. De acordo com a tabela abaixo, nota-se que Pitimbu é a AED com menor probabilidade de morte até 5 anos, 12,42 óbitos por mil nascidos vivos. Parnamirim - Centro - BR 101 (13,32), Petrópolis - Tirol (13,74), Neópolis (13,90), Candelária (15,99), Bairro Vermelho - Lagoa Seca - Alecrim (17,19), Dix-Sept-Rosado - Nazaré (17,44) e Monte Alegre (18,26) foram as AED's que também apresentaram probabilidades de morte inferiores a 20 óbitos por mil nascidos vivos. Em contra partida, a Parte Rural de Ceará - Mirim e Parnamirim - Centro - CLBI - Pium - Pirangi foram as AED's com maiores probabilidades de morte, sendo de 117,67 e 125,80, respectivamente.

É importante destacar que Santos Reis - Praia do Meio - Areia Preta - Mãe Luíza, AED situada no município de Natal, apresenta probabilidade de morte maior do que as verificadas nas AED's de São Gonçalo do Amarante, de São José de Mipibu, da Parte Urbana de Ceará - Mirim, da Parte Urbana de Macaíba, de Extremoz e do Agregado de distritos

de São Gonçalo do Amarante, constituindo-se, desta forma, como a área do município de Natal com resultado mais negativo.

Tomando esse indicador de mortalidade como resultante de condições sócio-econômicas da população, se pode dizer que o mapa revela não só o diferencial de condição de vida da população em Natal para o restante dos municípios metropolitanos, mas também, ilustra a heterogeneidade existente dentro do município pólo - Natal.

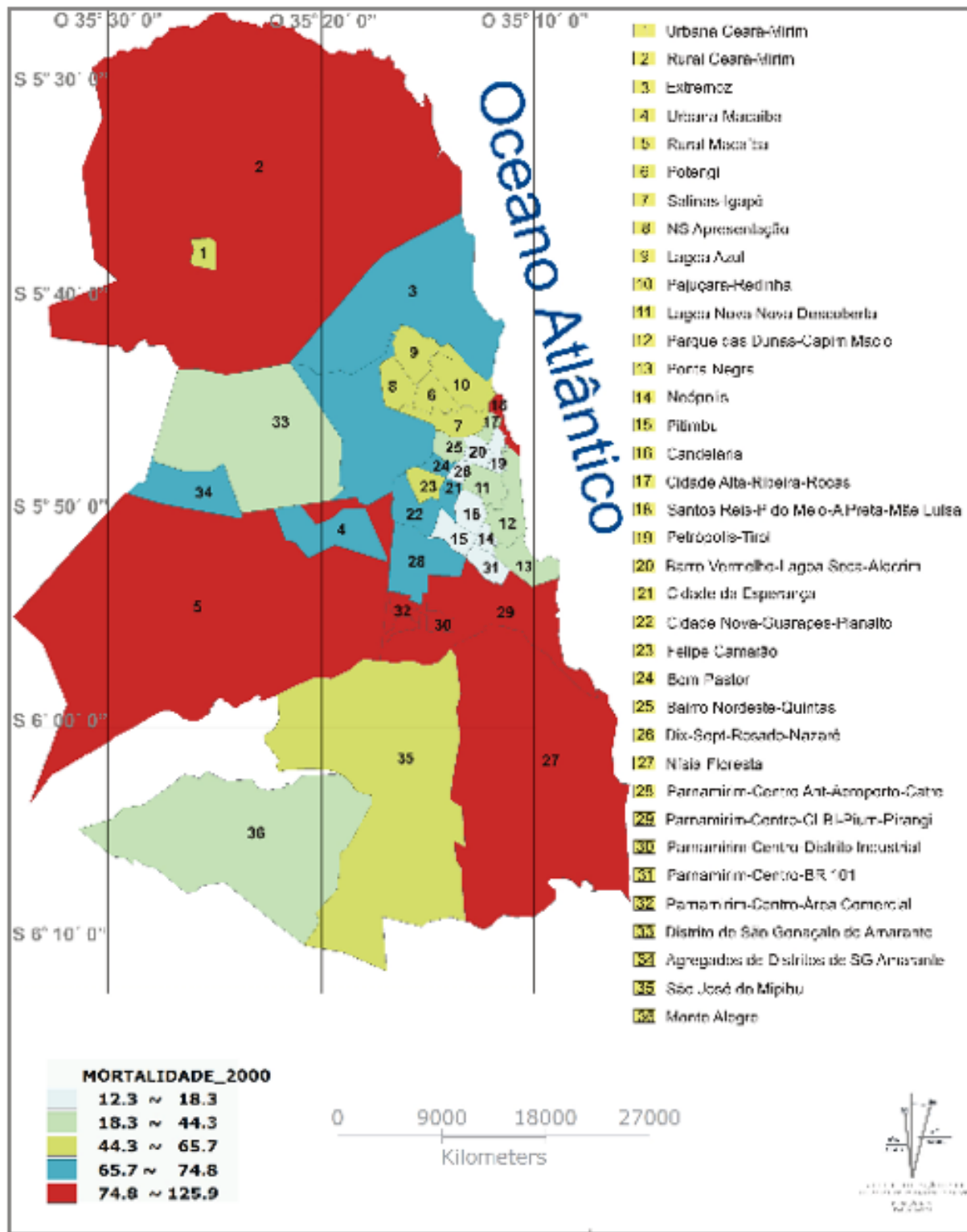
Nesse sentido, a distribuição espacial da mortalidade até os 5 anos na cidade de Natal mostra um claro diferencial no sentido Norte-Sul, onde toda a porção norte tem taxas mais elevadas do que o sul. Além disso, mais uma vez se chama a atenção para os bairros de Santos Reis, Praia do Meio, Areia Preta e Mãe Luíza que são os que apresentam as maiores taxas de mortalidade de 0 aos 5 anos no município de Natal.

Outra região de Natal que desponta como área de baixa condição de vida, refletida na mortalidade na infância, é a zona Oeste da capital, composta pelos bairros de Guarapes, Planalto, Cidade Nova, Cidade da Esperança, Felipe Camarão e Bom Pastor.

Outro ponto relevante no quesito mortalidade diz respeito ao município de Parnamirim que tem alto nível de integração com Natal e que apresenta em grande parte de seu território taxas de mortalidade muito altas, ficando como exceção a AED denominada Centro-BR 101, normalmente denominada Nova Parnamirim, que é justamente uma área totalmente integrada ao município de Natal.

Além disso, verifica-se que nos municípios de Ceará Mirim e Macaíba as áreas rurais apresentam taxas de mortalidade mais altas do que as áreas urbanas.

De uma forma geral, o mapa da mortalidade na infância da RMN apresenta uma espécie de "cinturão" onde todo o entorno de Natal apresenta taxas de mortalidade mais altas, acima de 65 óbitos antes de completar 5 anos de idade para cada 1000 nascidos vivos.



Mapa 5.1
Probabilidade de Morte até 5 anos por AED da RMNatal - 2000.

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Fecundidade

Com relação à fecundidade, a transição dessa componente demográfica de níveis elevados para níveis mais baixos iniciou no Brasil na década de 60 do século passado. No Nordeste, o declínio da fecundidade começou só no início dos anos 70 do século anterior, porém o ritmo do declínio da fecundidade na região foi bem mais acentuado do que aquele verificado no Brasil como um todo. Na segunda metade da década de 80 e início dos 90 do século passado esse declínio da fecundidade que, inicialmente começou nos centros urbanos e camadas sociais mais elevadas, passou a ser generalizado para toda a população, em que pese ainda alguns diferenciais.

Analisando-se a fecundidade intra-metropolitana observa-se que apesar dos diferenciais entre pobres e ricos, entre população urbana e rural, ou entre pessoas com maior e menor grau de instrução terem diminuído nos últimos anos, a Região Metropolitana de Natal apresenta uma considerável heterogeneidade no número de filhos por mulher. O desvio padrão das taxas de fecundidade para as AED's da Região Metropolitana é de 0,74, com áreas com taxa de 1,1 filho por mulher, muito abaixo do nível necessário para repor a população, até áreas com taxa de mais de 4 filhos em média por mulher em período reprodutivo (15 a 49 anos).

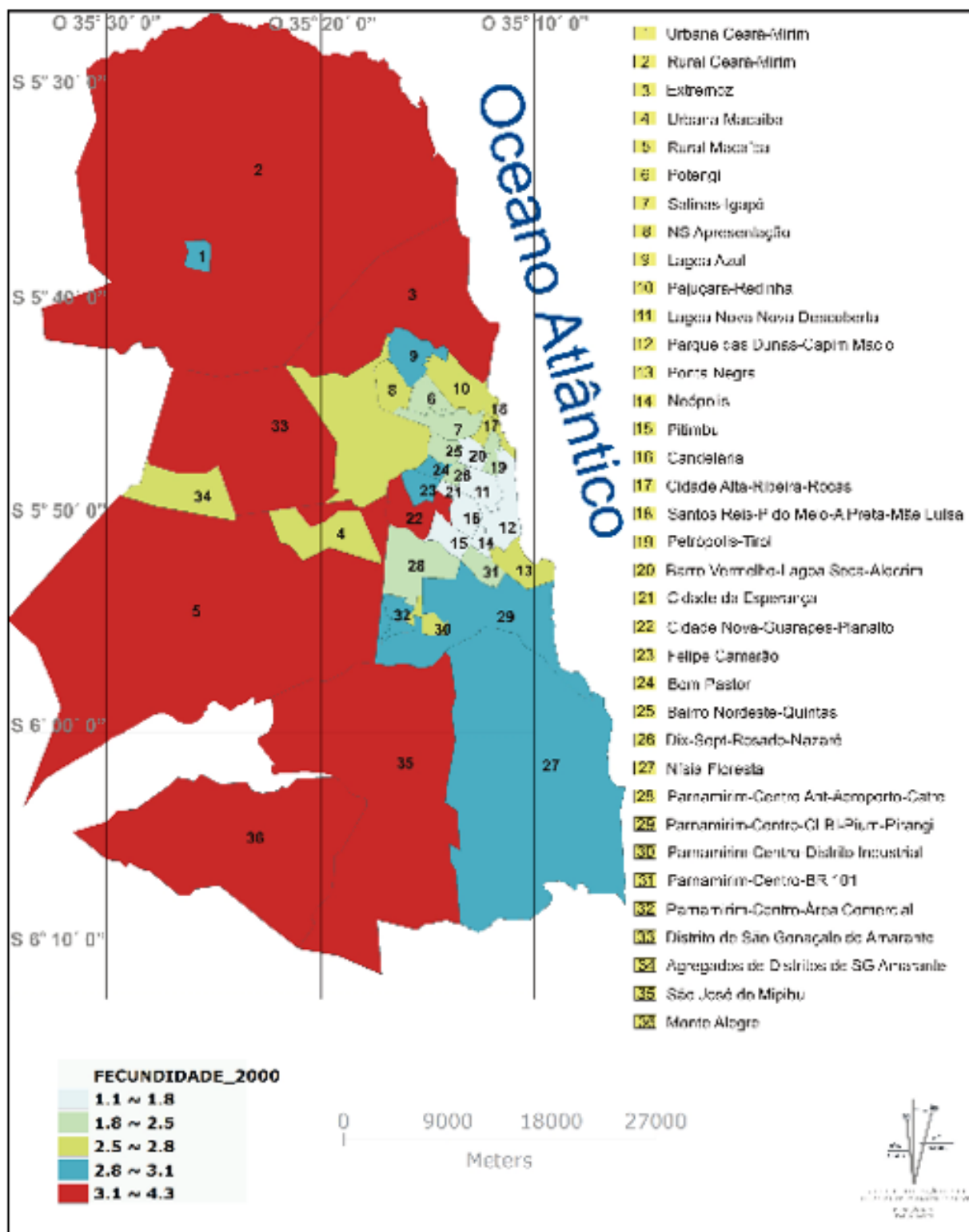
Os dados permitem concluir que Neópolis tem a menor fecundidade da RMN, 1,21 filhos por mulher. Por outro lado, Monte Alegre é a AED com a maior taxa de fecundidade, 4,19 filhos por mulher. Dentro do município de Natal, a AED com maior fecundidade é a de Cidade Nova - Guarapes - Planalto, com uma taxa de 3,18 filhos por mulher. **(Ver Mapa 5)**

Esse mapa revela ainda um padrão parecido com aquele verificado para a Mortalidade. Na cidade de Natal, assim como na mortalidade, a fecundidade parece apresentar um diferencial no sentido Norte-Sul e, novamente a zona Oeste apresenta taxas mais altas do que as demais regiões da Capital. Enquanto em bairros como Petrópolis e Tirol a fecundidade está em 1,87 filhos por mulher, na região de Cidade Nova, Guarapes e Planalto esse valor é de 3,18.

Além disso, saindo do município pólo metropolitano - Natal, verifica-se que em todo o seu entorno as taxas de fecundidade total são mais elevadas, ressaltando um certo diferencial no sentido rural-urbano. As áreas com características mais rurais, como as AED's 2, 3, 5, 33, 35 e 36 estão com os níveis mais altos de fecundidade. Nesse ponto,

chama-se a atenção mais uma vez para o município de São Gonçalo do Amarante onde parece haver uma má classificação da situação de domicílio. Nesse caso da fecundidade, a área desse município contabilizada como urbana tem número médio de filhos por mulher semelhantes às áreas rurais de outros municípios, enquanto que a AED 34, registrada como rural, tem fecundidade mais baixa.

Cabe ainda ressaltar o baixo nível de fecundidade da AED 31, muito conhecida como Nova Parnamirim, que apresenta intenso crescimento populacional nos últimos anos. Neste sentido, observa-se *in lócus* que esse crescimento populacional tem maior peso nas imigrações do que no crescimento vegetativo. Este é um ponto a ser comentado mais a frente, onde vamos verificar o peso que a imigração tem nessa região.



151

Mapa 5.2
Taxa de Fecundidade
Total por AED da
RMNatal - 2000.

Fonte: IBGE. Censo
demográfico 2000.
(Metrodata)

AED	Áreas de Expansão Demográfica	TFT	Prob. de Morte até 5 anos
Ceará-Mirim	Parte Urbana de Ceará-Mirim	2,95	61,30
Ceará-Mirim	Parte Rural de Ceará Mirim	4,00	117,67
Extremoz	Extremoz	3,28	69,85
Macaíba	Parte Urbana de Macaíba	2,74	67,03
Macaíba	Parte rural de Macaíba	3,13	87,10
Monte Alegre	Monte Alegre	4,19	18,26
Natal	Pitimbu	1,24	12,42
Natal	Petrópolis - Tirol	1,87	13,74
Natal	Neópolis	1,21	13,90
Natal	Candelária	1,41	15,99
Natal	Bairro Vermelho - Lagoa Seca - Alegrim	1,49	17,19
Natal	Dix-Sept-Rosado - Nazaré	2,14	17,44
Natal	Lagoa Nova - Nova Descoberta	1,59	25,05
Natal	Parque das Dunas - Capim Macio	1,70	25,77
Natal	Bairro Nordeste - Quintas	1,93	33,17
Natal	Ponta Negra	2,56	33,28
Natal	Cidade Alta - Ribeira - Rocas	2,56	34,90
Natal	Salinas - Igapó	2,33	44,28
Natal	Pajuçara - Redinha	2,53	46,96
Natal	Lagoa Azul	2,81	51,19
Natal	Potengi	1,82	51,57
Natal	Nossa Senhora da Apresentação	2,53	52,78
Natal	Felipe Camarão	2,75	56,71
Natal	Bom Pastor	2,96	65,71
Natal	Cidade da Esperança	1,53	71,10
Natal	Cidade Nova - Guarapes - Planalto	3,18	73,71
Natal	Santos Reis - Praia do Meo - Areia Preta - Mãe Luíza	2,59	96,96
Nisia Floresta	Nisia Floresta	2,99	92,57
Parnamirim	Parnamirim - Centro - BR101	1,82	13,32
Parnamirim	Parnamirim - Centro antigo - Aeroporto - Catre	2,17	72,54
Parnamirim	Parnamirim - Centro - Área Comercial	2,83	74,81
Parnamirim	Parnamirim - Centro - Distrito Industrial	2,54	83,42
Parnamirim	Parnamirim - Centro - CLBI - Plum - Pirangi	2,86	125,80
São Gonçalo do Amarante	Distrito de São Gonçalo do Amarante	3,23	43,63
São Gonçalo do Amarante	Agregado de distritos de São Gonçalo do Amarante	2,65	71,24
São José de Mipibu	São José de Mipibu	3,55	57,27

Tabela 89
Áreas de Expansão Demográfica (AED's) da Região Metropolitana de Natal segundo a Taxa de Fecundidade Total e a Probabilidade de Morte até 5 anos de idade - 2000

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Conhecer o comportamento da mortalidade e fecundidade é fundamental para alicerçar uma análise das hipóteses que explicam o ritmo do crescimento populacional da Região Metropolitana de Natal. Alguns municípios com taxas de crescimento populacional mais altas podem, de fato, ter grande parte de seu crescimento populacional apoiado no crescimento vegetativo. Esse parece ser o caso de Extremoz e Nísia Floresta que têm fecundidade para todo o município relativamente alta, 3,53 e 2,87 respectivamente, e crescimento populacional acima dos 3%.

Contudo, quando se fala em crescimento populacional, chama a atenção o crescimento populacional de São Gonçalo do Amarante e Parnamirim, dois municípios que tem nível alto e muito alto de integração com Natal, e que se encontram em amplo processo de conurbação com a capital. Nesse sentido, a informação de densidade demográfica chama a atenção para a alta concentração populacional de Natal, que está em 2.420,4 habitantes por km². Esta alta densidade demográfica do município pólo, passa a imprimir pressão no preço do território, gerando expansão imobiliária para fora dos limites do município.

Os dados de imigração que veremos a seguir podem elucidar algumas dessas questões.

153

Migração

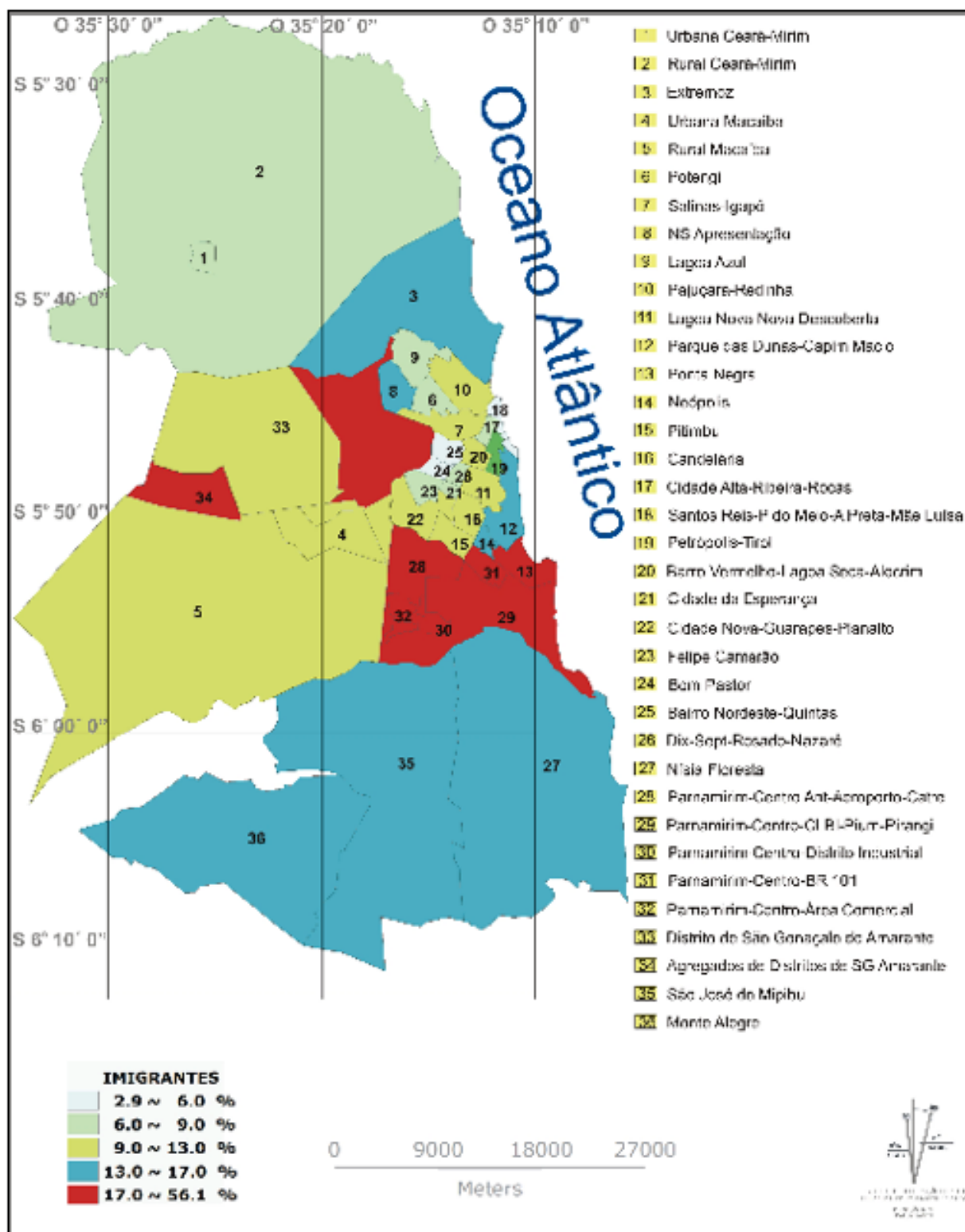
Quando se analisa os dados de imigrantes, observa-se que exatamente Parnamirim e São Gonçalo do Amarante são os municípios que apresentam o maior percentual de imigrantes. Nestes dois municípios, 34,9% da população do primeiro e 20,2% da população do segundo é composta por imigrantes dos últimos 5 anos.

Numa análise intra-urbana, o **Mapa 6** mostra como está a distribuição espacial dos imigrantes ao longo do território da RMN. Esse mapa delinea o percentual de imigrantes inter-municipais na população residente acima de 5 anos de idade em 2000. Esse recorte de idade é devido à metodologia de coleta da informação no Censo Demográfico 2000. A pergunta era referente à qual município de residência o entrevistado morava em 31 de julho de 1995. É o que se chama de quesito de “data fixa” para migração. Desta forma, como a data de referência do censo é 31 de julho de 2000, as pessoas com menos de 5 anos de idade não haviam nascido ainda.

Os dados da **Tabela 90** e do **Mapa 6** mostram claramente que todo o entorno de Natal é onde se apresentam os maiores percentuais de imigrantes. Justamente as áreas com maior crescimento demográfico são aquelas com os maiores números relativos de imigrantes, como o município de Paramirim e a área de São Gonçalo do Amarante, conurbada com Natal.

Pela tabela de imigrantes, observa-se que em Parnamirim a AED Centro-Distrito Industrial apresenta 44,3% de sua população composta por imigrantes no período de 1995-2000. Já na AED 31, Centro-BR 101, mais conhecida como Nova Parnamirim, esse valor chega a 56,7%, indicando que mais da metade da população residente nessa área começou a ocupá-la no quinquênio 1995-2000 do século anterior.

No que se refere ao município de Natal, as áreas com maior percentual de imigrantes são os bairros mais próximos às áreas de São Gonçalo e Parnamirim que recebem mais imigrantes, como os bairros de Capim Macio e Ponta Negra ao sul, e Nossa Senhora da Apresentação ao norte. Nesses bairros, a taxa de crescimento populacional observada no período 1991-2000 foi positiva, e esses dados de imigração indicam que esse crescimento está ocorrendo por forte atração populacional de fora do município de Natal. Em Nossa Senhora da Apresentação o crescimento populacional na década de 90 do século passado foi de 17,8% ao ano, em Capim Macio essa taxa foi de 4,4% e em Ponta Negra esse valor foi de 3%.



155

Mapa 6
Imigrantes dos Últimos 5 anos por AED da RMNatal - 2000.

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

AEDs	Áreas de Expansão Demográfica	Imigrantes de data fixa por origem				Total
		Interestadual	Intraestadual		Internacional	
			Outros municípios	Intra-metropolitano		
Ceará-Mirim	Parte urbana Ceará-Mirim	509	836	493	0	1.838
Ceará-Mirim	Parte Rural Ceará-Mirim	259	915	827	0	2.001
Extremoz	Extremoz	674	528	1.658	11	2.871
Macaíba	Parte Urbana Macaíba	867	1.336	1.700	0	3.903
Macaíba	Parte rural Macaíba	207	1.545	709	0	2.461
Monte Alegre	Monte Alegre	238	497	789	0	1.524
Natal	Potengi	1.423	1.755	135	11	3.324
Natal	Salinas-IGAPÓ	832	1.616	102	0	2.550
Natal	Nossa Senhora da Apresentação	2.216	3.566	715	10	6.507
Natal	Lagoa Azul	1.469	1.981	319	10	3.779
Natal	Pajuçara-Redinha	2.353	2.655	426	0	5.434
Natal	Lagoa Nova-Nova Descoberta	2.250	1.451	407	64	4.172
Natal	Parque das Dunas-Capim Macio	2.047	769	216	23	3.055
Natal	Ponta Negra	2.521	1.059	160	38	3.778
Natal	Neopólis	1.559	893	101	151	2.704
Natal	Pitimbú	1.713	845	72	0	2.630
Natal	Candelária	1.510	536	40	54	2.140
Natal	Cidade Alta-Ribeira-Rocas	549	521	79	16	1.165
Natal	Santos Reis-Praia do Meio-Areia Preta- Mãe Luiza	742	484	332	0	1.558
Natal	Petropolis-Tirol	1.389	651	122	71	2.233
Natal	Barro Vermelho-Lagoa Seca-Alecrim	3.297	1.731	196	22	5.246
Natal	Cidade da Esperança	448	699	136	0	1.283
Natal	Cidade Nova-Guarapes-Planalto	866	2.220	180	0	3.266
Natal	Felipe Camarão	1.208	1.588	225	0	3.021
Natal	Bom Pastor	277	211	67	0	555
Natal	Nordeste-Quintas	780	1.105	228	0	2.113
Natal	Dix-Sept-Rosado-Nazaré	817	860	219	9	1.905
Nísia Floresta	Nísia Floresta	810	760	1.209	11	2.790
Panamirim	Panamirim-Centro Antigo-Aeroporto/CATRE	1.299	794	1.343	0	3.436
Panamirim	Panamirim-Centro-CLBI-Pium-Pirangi	930	1.165	2.025	0	4.120
Panamirim	Panamirim-Centro-Distrito Industrial	1.666	2.478	5.990	14	10.148
Panamirim	Panamirim-Centro-BR 101	2.770	2.503	7.562	0	12.835
Panamirim	Panamirim-Centro-Área Comercial	1.844	2.777	3.672	21	8.314
São Gonçalo do Amarante	Distrito São Gonçalo do Amarante	103	436	887	0	1.426
São Gonçalo do Amarante	Agregado de Distritos São Gonçalo do Amarante	1.290	2.648	6.995	0	10.933
São José de Mipibu	São José de Mipibu	1.135	1.514	1.406	0	4.055
Total		44.867	47.928	41.742	536	135.073

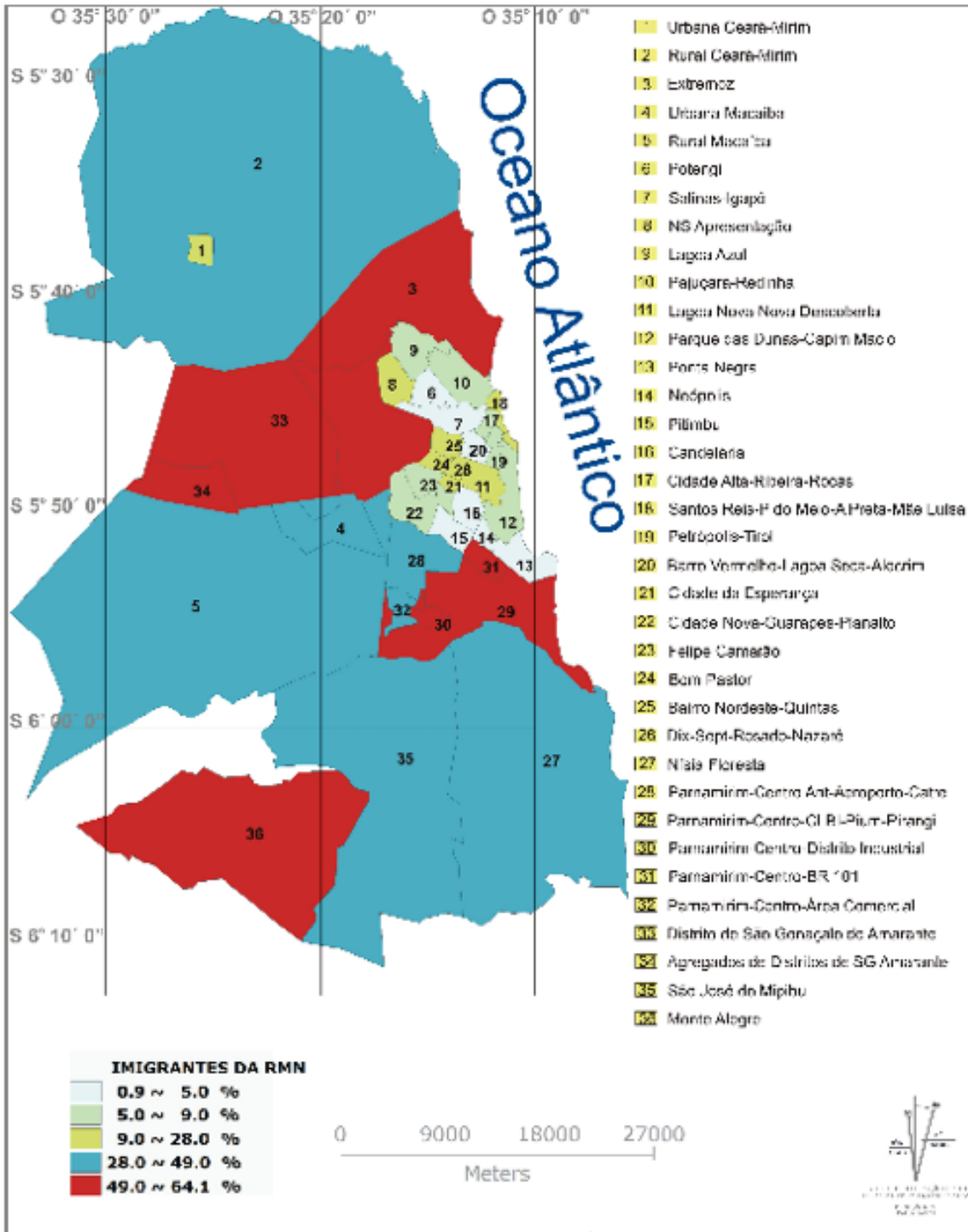
Tabela 90
Áreas de Expansão Demográfica (AED's) da Região Metropolitana de Natal segundo a Origem dos Imigrantes de Data Fixa.

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Este comportamento da imigração vem ratificar as hipóteses levantadas anteriormente de que esse crescimento populacional das áreas limítrofes com Natal se deve, em grande parte, à expansão da população da capital.

Para investigar ainda mais essa questão, é importante pesquisar a origem desses imigrantes. Nesse sentido, verifica-se que em Parnamirim, 52,6% dos imigrantes vêm de algum outro município da RMN. Em São Gonçalo do Amarante, esse número é ainda maior - 63,3%. Em que pese os dados não estarem explicitados nesse relatório, possibilitando verificar quanto desses imigrantes que vem para esses dois municípios oriundos de outro município metropolitano o fazem vindos de Natal, é possível inferir que a origem dessas pessoas é de fato a capital que tem população infinitamente maior que os demais.

O **Mapa 7** revela onde estão as áreas onde o peso dos imigrantes que vieram de outro município da RMN dentro a população imigrante do município é significativo. Esse mapa reforça a idéia de centralidade de Natal, pois toda a área do seu entorno apresenta alto percentual de imigrantes originados de outro município da própria RMN, apresentando um certo gradiente, no sentido de que as áreas limítrofes com Natal apresenta as mais altas taxas, e os municípios que não fazem fronteira com a capital têm taxas num nível mais baixo.



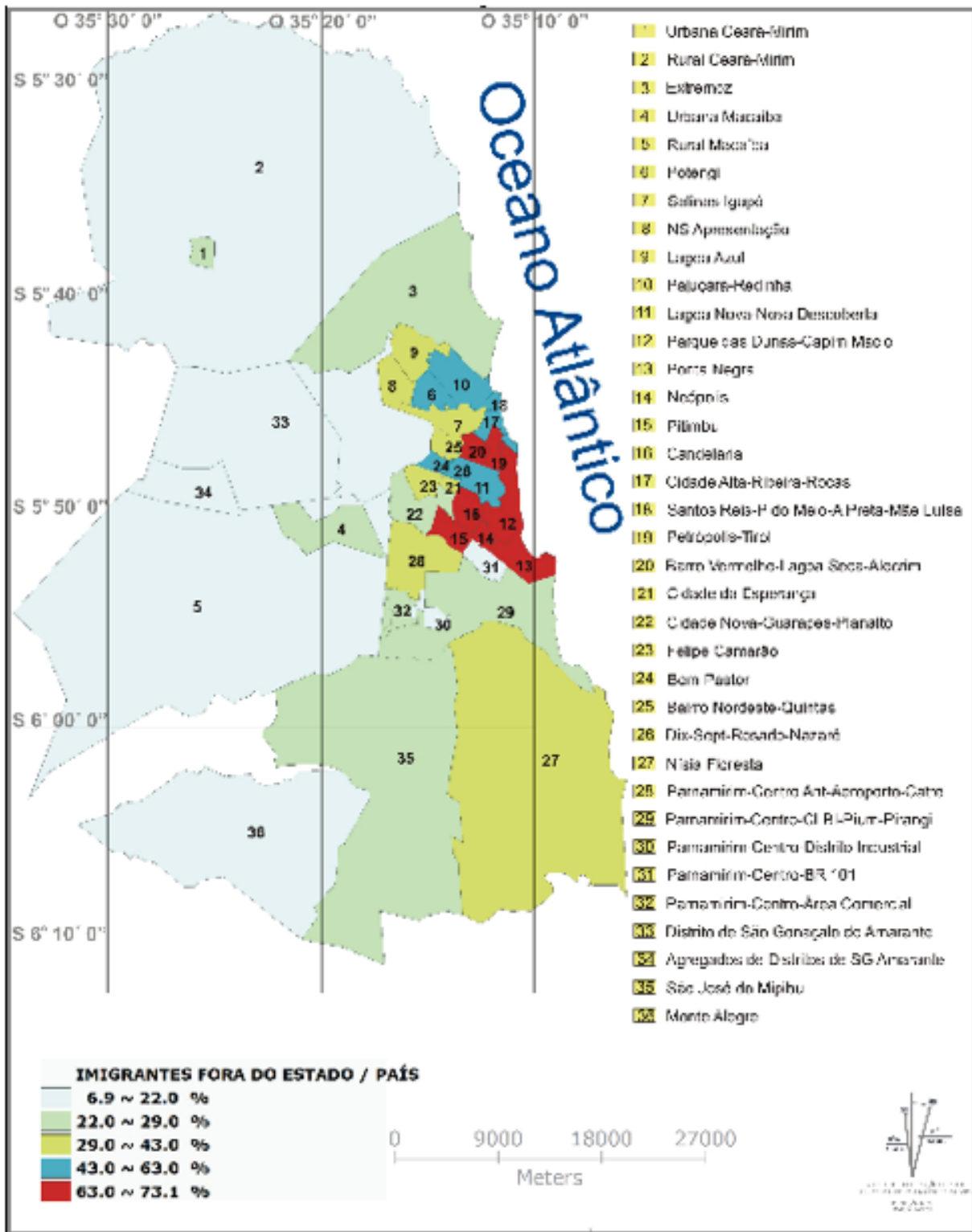
Mapa 7
Imigrantes da RMNatal - 2000.

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Com relação aos imigrantes de fora do Estado do Rio Grande do Norte, o **Mapa 8** mostra a configuração espacial do percentual de imigrantes oriundos de fora do Rio Grande do Norte dentre a população imigrante de cada AED.

Cotejando esse mapa com o anterior, a grosso modo, observa-se que um é o complementar do outro. De acordo com o **Mapa 8**, é no município de Natal onde se encontram os maiores percentuais de imigrantes de fora do Rio Grande do Norte. Na AED de Ponta Negra, 67,7% dos imigrantes vem de fora do Rio Grande do Norte.

De forma geral, analisando a origem dos imigrantes que vieram morar na Região Metropolitana de Natal no quinquênio 1995-2000, podemos classificá-los em duas categorias: aqueles que vieram morar no entorno de Natal, que se caracterizam por vir de algum outro município da RMN, na grande maioria saindo da capital para áreas limítrofes à ela e; a segunda categoria composta pelos imigrantes que se dirigiram à algum bairro de Natal, principalmente para o eixo centro-sul, que são caracterizados por vir de outro Estado ou de fora do Brasil.



Mapa 8
**Imigrantes Fora da
 RMNatal - 2000.**
 Fonte: IBGE, Censo
 demográfico 2000.
 (Metrodata)

5.4. Distribuição por sexo e índice de envelhecimento da população

Toda essa dinâmica demográfica observada pelos indicadores de mortalidade, fecundidade e imigração tem impactos na distribuição etária e por sexo da população.

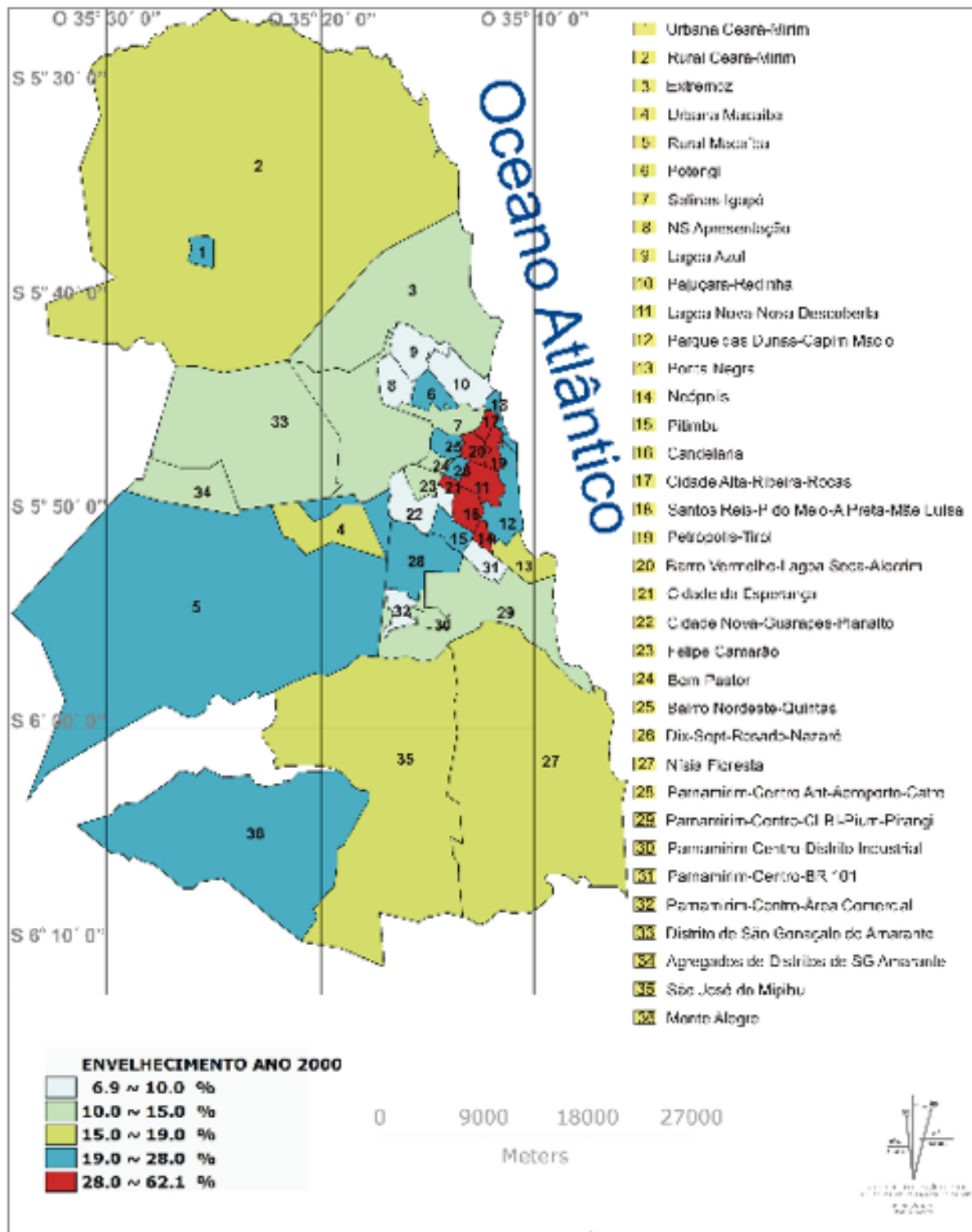
A mortalidade em declínio aumenta a longevidade da população, a fecundidade em níveis muito baixos diminui o contingente de população jovem, sobretudo a população de 5 anos e menos, e num nível geográfico tão desagregado como o analisado neste relatório a imigração também influencia sobremaneira a estrutura etária da população. A disposição para migrar é maior entre os jovens, de modo que os movimentos migratórios internos, entre os municípios metropolitanos, tendem a envelhecer a população de origem e rejuvenescer a população do destino.

O **Mapa 9** revela o índice de envelhecimento de toda a RMN, apontando para a área central de Natal como sendo a região onde a população é mais envelhecida. O índice de envelhecimento calcula a relação entre o número de pessoas com 65 anos e mais com relação à população menor de 15 anos.

A AED Petrópolis-Tirol, que são dois bairros de Natal, tem o mais alto índice de envelhecimento da RMN, onde para cada 100 jovens abaixo de 15 anos existem 62,22 pessoas com 65 anos e mais.

Por outro lado, a AED com menor índice de envelhecimento é Pajuçara-Redinha, com valor igual a 7,65%.

De forma geral, cotejando esse mapa do índice de envelhecimento com o mapa do percentual de imigrantes verifica-se que nas áreas com maior peso de imigrantes o índice de envelhecimento revela população jovem.



Mapa 9
Índice de Envelhecimento por AED da RMNatal - 2000.

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000. (Metrodata)

AED	Áreas de Expansão Demográfica	Índice de Envelhecimento
Ceará-Mirim	Parte Urbana Ceará-Mirim	20,17
Ceará-Mirim	Parte Rural Ceará-Mirim	15,32
Extremoz	Extremoz	14,93
Macaíba	Parte Urbana Macaíba	18,11
Macaíba	Parte Rural Macaíba	19,99
Monte Alegre	Monte Alegre	19,55
Natal	Potengi	19,01
Natal	Salinas-IGAPÓ	13,42
Natal	Nossa Senhora da Apresentação	7,68
Natal	Lagoa Azul	9,79
Natal	Pajuçara-Redinha	7,65
Natal	Lagoa Nova-Nova Descoberta	36,26
Natal	Parque da Dunas-Capim Macio	22,51
Natal	Ponta Negra	16,66
Natal	Neópolis	28,31
Natal	Piñmbú	20,39
Natal	Candelária	32,58
Natal	Cidade Alta-Ribeira-Rocas	42,39
Natal	Santos Reis-Praia do Meio-Areia Preta- Mãe Luiza	19,92
Natal	Petropolis-Tirol	62,22
Natal	Barro Vermelho-Lagoa Seca-Alecrim	49,50
Natal	Cidade da Esperança	28,98
Natal	Cidade Nova-Guarapes-Planalto	7,89
Natal	Felipe Camarão	10,09
Natal	Bom Pastor	14,37
Natal	Nordeste-Quintas	25,21
Natal	Dix-Sept-Rosado-Nazaré	23,76
Nísia Floresta	Nísia Floresta	15,12
Parnamirim	Parnamirim-Centro Antigo-Aeroporto/CATRE	20,59
Parnamirim	Parnamirim-Centro-CLB-I-Pium-Pirangi	10,66
Parnamirim	Parnamirim-Centro-Distrito Industrial	10,63
Parnamirim	Parnamirim-Centro-BR 101	9,34
Parnamirim	Parnamirim-Centro-Área Comercial	9,80
São Gonçalo do Amarante	Distrito São Gonçalo do Amarante	14,38
São Gonçalo do Amarante	Agregado de Distritos São Gonçalo do Amarante	12,47
São José de Mipibu	São José de Mipibu	16,41
Total		17,48

163

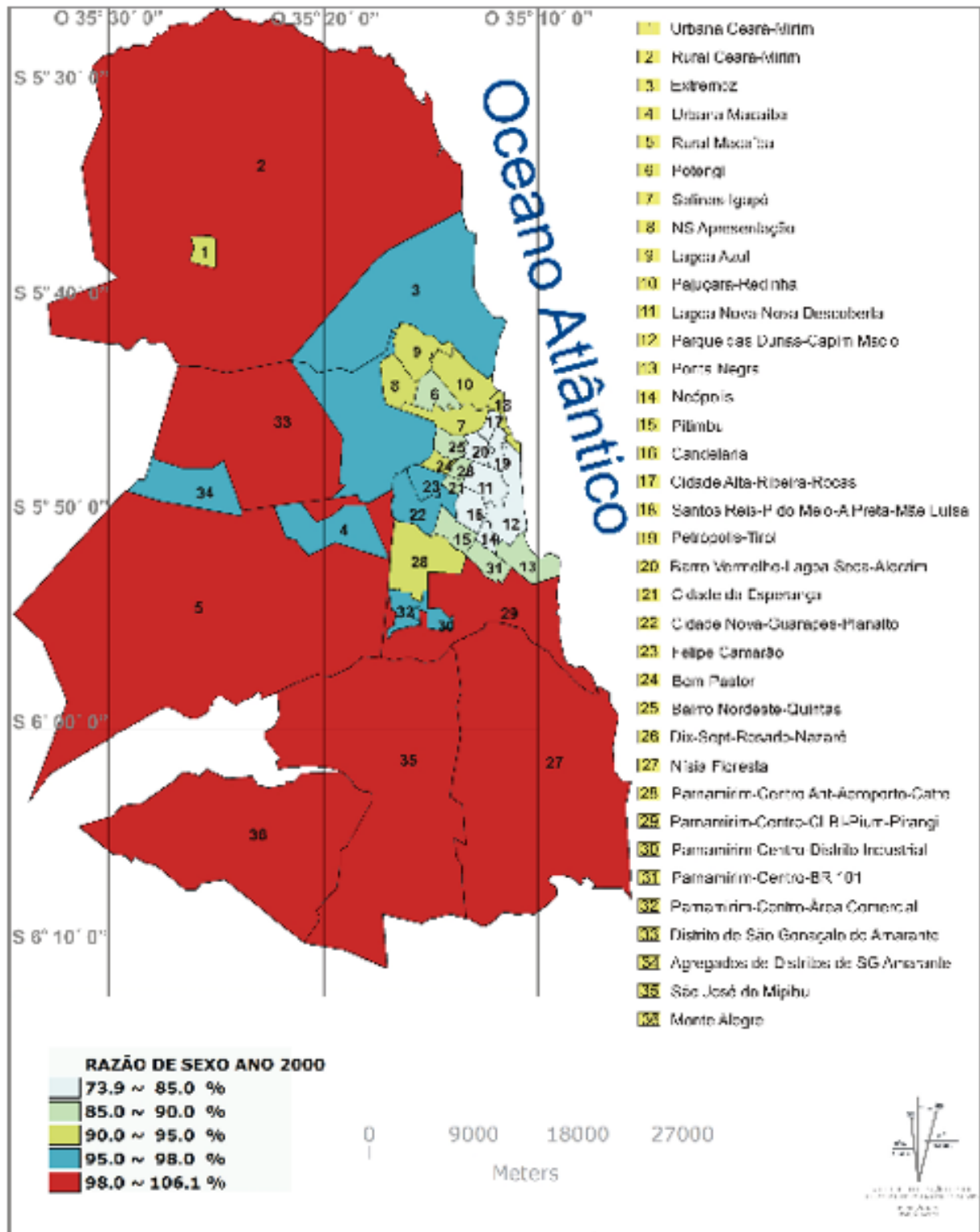
Tabela 91
Áreas de Expansão Demográfica (AED's) da Região Metropolitana de Natal segundo o Índice de Envelhecimento Populacional - 2000

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

No que se refere à estrutura da população segundo o sexo, o **Mapa 10** apresenta a distribuição espacial da razão de sexo, que é a relação da população masculina com relação à população feminina. Portanto, quanto mais abaixo de 100 é a razão de sexo mais mulher em relação a homens existem na área.

Esse mapa, então, mostra que a população masculina consegue praticamente se equivaler à feminina, ou até mesmo superá-la, nos municípios menores como Nísia Floresta, Monte Alegre e São José de Mipibu, ou em áreas rurais como em Ceará-Mirim e Macaíba. Novamente, em São Gonçalo do Amarante a lógica se inverte, a razão de sexo é maior justamente na AED considerada urbana.

Por outro lado, todo o município de Natal e a parte de Parnamirim conurbada com o município pólo têm as mais baixas razões de sexo da RMN, ou seja, é onde existem mais mulheres com relação aos homens. Uma hipótese que pode explicar isso é a sobre-mortalidade masculina nas idades adultas jovens, devido às mortes por causas externas, mais freqüentes em centros urbanos mais adensados, que na RMN representa Natal e algumas áreas de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante.



Mapa 10
Razão de Sexo por
AED Da RMNatal
- 2000.

Fonte: IBGE. Censo
demográfico 2000.
(Metrodata)

5.5. Aspectos sócio-econômicos: Educação, Renda e Trabalho

Educação

A investigação das características de educação da Região Metropolitana de Natal abrangeu os dados de analfabetismo e os dados dos responsáveis pela família sem instrução ou com até 3 anos de estudo. A taxa de analfabetismo mede o grau de analfabetismo da população de 15 anos e mais de idade e, segundo a metodologia do Censo, é considerada analfabeta a pessoa que não sabe ler ou escrever um bilhete simples no idioma que conhece.

A **Tabela 92** reúne estes dados para cada AED da Região Metropolitana de Natal. A AED formada por Parque das Dunas - Capim Macio é aquela com menor taxa de analfabetismo, 1,0 % entre as pessoas com 15 anos e mais de idade. Em seguida, destacam-se Petrópolis - Tirol (1,7%), Pitimbú (1,9%) e, finalmente, Parnamirim - Centro - BR 101 e Candelária com taxas de analfabetismo idênticas (2,4%).

Monte Alegre é a AED com a maior taxa de analfabetismo (28,7%). Outras taxas consideravelmente elevadas referem-se à Parte Rural de Macaíba (28,5%), à Parte Rural de Ceará - Mirim (28,0%), à São José de Mipibú (23,6%), ao Distrito de São Gonçalo do Amarante (22,8%), à Nísia Floresta (20,7%), à Extremoz (17,9%) e à Parte Urbana de Macaíba (17,6%). Uma observação importante diz respeito a Felipe Camarão (16,2%), AED localizada no município de Natal, uma vez que apresenta taxa de analfabetismo semelhante às taxas da Parte Urbana de Ceará - Mirim (16,2%) e do Agregado de Distritos de São Gonçalo do Amarante (16,0%).

O **Mapa 11** indica que as maiores taxas de analfabetismo situam-se em Ceará-Mirim, Parte de São Gonçalo do Amarante, Macaíba, São José do Mipibú, Nísia Floresta e Monte Alegre.

Em relação aos responsáveis pela família sem instrução ou com até 3 anos de estudo, percebe-se que Parque das Dunas - Capim Macio é a AED que apresenta o menor percentual (3,7%). Outras AED's cuja população apresenta percentuais abaixo de 10% são Petrópolis - Tirol (5,3%), Pitimbú (6,9%), Candelária (7,0%) e Parnamirim - Centro - BR 101 (9,3%).

Percentuais de responsáveis sem instrução ou com até 3 anos de estudo significativamente elevados são verificados na Parte Rural de Ceará

- Mirim (67,8%), na Parte Rural de Macaíba (66,9%), em Monte Alegre (63,8%), no Distrito de São Gonçalo do Amarante (55,7%), em São José de Mipibú (54,7%) e em Nísia Floresta (52,4%). O Mapa 12 mostra que estes territórios são os que apresentam maiores percentuais.

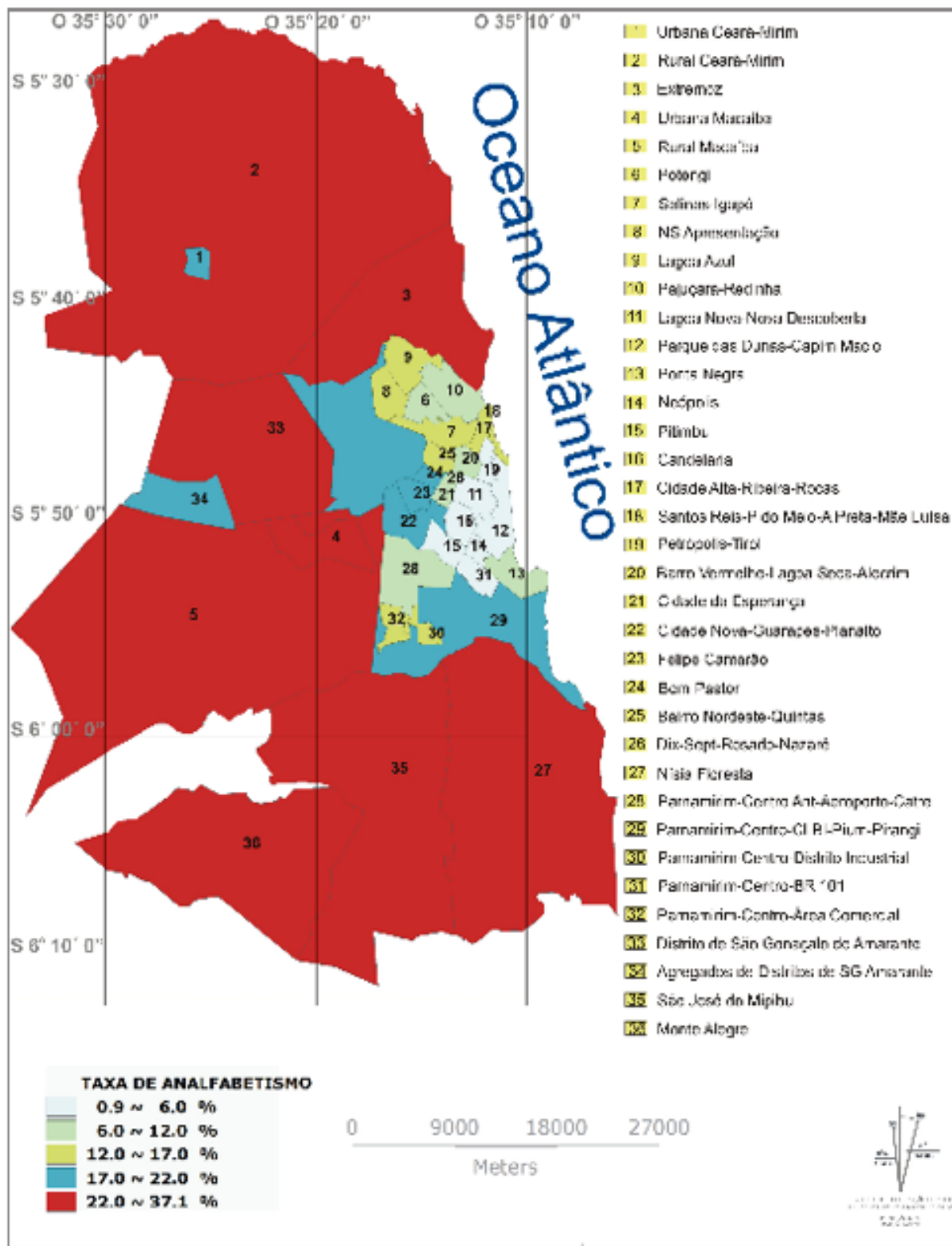
As AED's pertencentes ao município de Natal que apresentam maiores percentuais de responsáveis sem instrução ou com até 3 anos de estudo são Felipe Camarão (44,0%), Cidade Nova - Guarapes - Planalto (41,6%) e Bom Pastor (40,8%).

Esses dois mapas, sobre indicadores de educação, revelam um gradiente tendo como ponto de partida a região centro-sul de Natal em direção ao interior como se tivéssemos arcos imaginários. Nesse sentido, se fosse preciso fazer uma classificação da RMN no quesito educação uma proposta poderia ser a seguinte: a região centro-sul de Natal e grande parte de Parnamirim como as área com os melhores indicadores de educação; depois a zona norte de Natal; numa terceira faixa estariam a zona oeste de Natal e o entorno da capital como a AED 29 de Parnamirim e 34 de São Gonçalo do Amarante e; por último, as áreas mais distantes de Natal compostas pelos municípios menores e as AED's rurais.

AED	Áreas de Expansão Demográfica	Taxa de analfabetismo	% Resp. pela Família Sem Instrução ou com até 3 anos de estudo
Ceará-Mirim	Parte urbana Ceará-Mirim	16,2	42,7
Ceará-Mirim	Parte Rural Ceará-Mirim	28,0	67,8
Extremoz	Extremoz	17,9	40,6
Macaíba	Parte Urbana Macaíba	17,6	42,7
Macaíba	Parte rural Macaíba	28,5	66,9
Monte Alegre	Monte Alegre	28,7	63,8
Natal	Parque da Dunas-Capim Macio	1,0	3,7
Natal	Petropolis-Tirol	1,7	5,3
Natal	Pitimbu	1,9	6,9
Natal	Candelária	2,4	7,0
Natal	Neópolis	3,2	11,1
Natal	Lagoa Nova-Nova Descoberta	4,5	13,1
Natal	Ponta Negra	6,0	15,5
Natal	Barro Vermelho-Lagoa Seca-Aecrim	5,7	16,9
Natal	Potengi	6,3	19,7
Natal	Cidade da Esperança	7,6	20,5
Natal	Cidade Alta-Ribeira-Rocas	10,8	24,1
Natal	Dix-Sept-Rosado-Nazaré	9,8	26,8
Natal	Pajuçara-Redinha	8,8	27,0
Natal	Nordeste-Quintas	11,5	30,0
Natal	Nossa Senhora da Apresentação	12,5	30,2
Natal	Salinas-IGAPÓ	10,6	30,6
Natal	Santos Reis-Praia do Meio-Área Preta- Mãe Luiza	12,1	31,2
Natal	Lagoa Azul	12,2	32,2
Natal	Bom Pastor	14,1	40,8
Natal	Cidade Nova-Guarapes-Planalto	15,8	41,6
Natal	Felipe Camarão	16,2	44,0
Nísia Floresta	Nísia Floresta	20,7	52,4
Parnamirim	Parnamirim-Centro-BR 101	2,4	9,3
Parnamirim	Parnamirim-Centro-Antigo Aeroporto/CATRE	8,9	27,5
Parnamirim	Parnamirim-Centro-Distrito Industrial	11,7	29,9
Parnamirim	Parnamirim-Centro-Área Comercial	12,9	35,2
Parnamirim	Parnamirim-Centro-CLBI-Pium-Pirangi	15,6	38,0
São Gonçalo do Amarante	Agregado de Distritos São Gonçalo do Amarante	16,0	40,9
São Gonçalo do Amarante	Distrito São Gonçalo do Amarante	22,8	55,7
São José de Mipibu	São José de Mipibú	23,6	54,7
Total		12,0	30,9

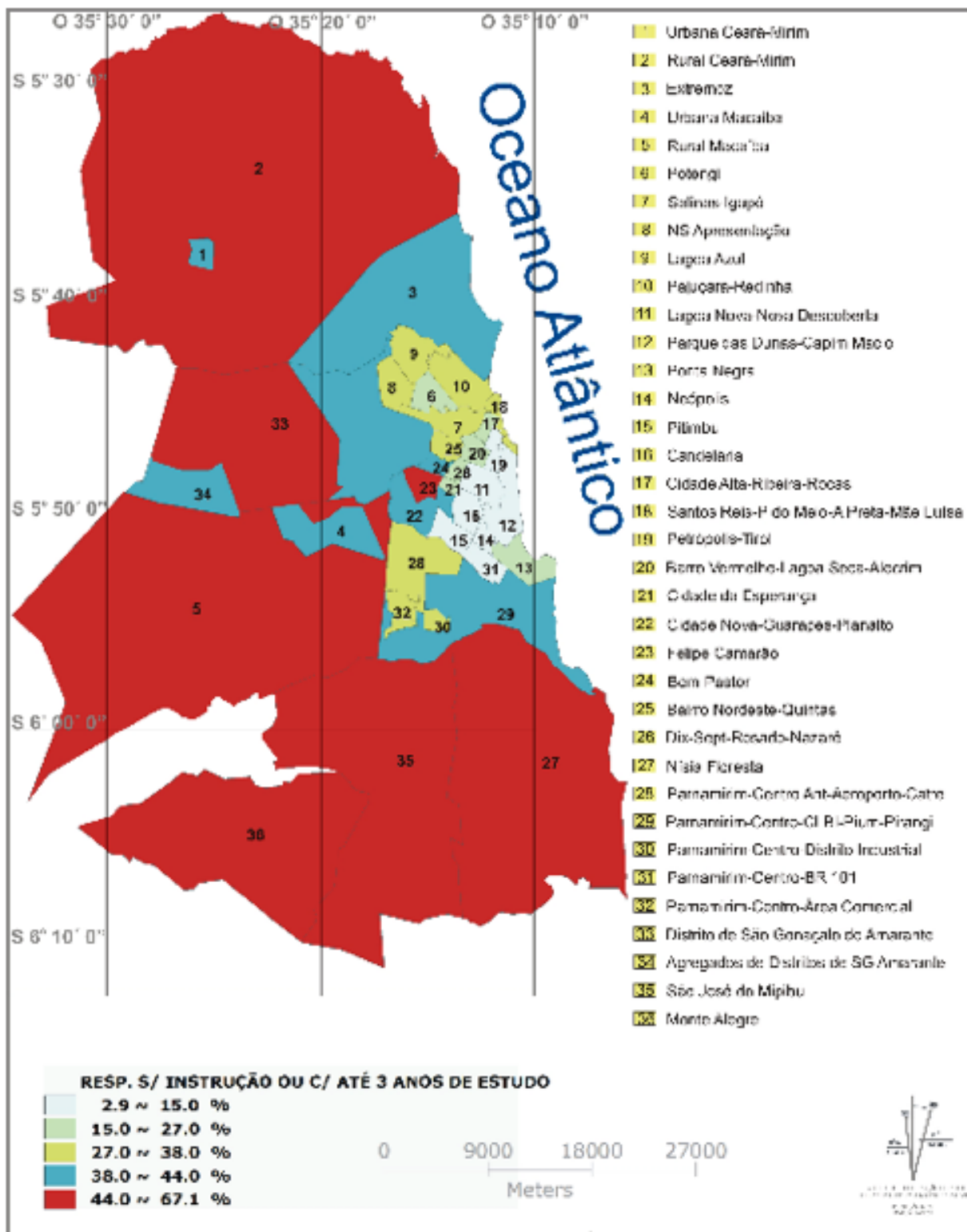
Tabela 92
Área de Ponderação Amostral (AEDs) da Região Metropolitana de Natal segundo Taxa de Analfabetismo e % dos Responsáveis pela Família Sem instrução ou com até 3 anos de Estudo - 2000

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000. (Metrodata)



Mapa 11
**Taxa de Analfabetismo
 por AED da RMNatal
 - 2000.**

Fonte: IBGE, Censo demográfico
 2000, (Metrodata)



Mapa 12
Percentual de Responsáveis pela Família sem Instrução ou com até 3 Anos de Estudo por AED da RMNatal - 2000.

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Trabalho e Renda

O diagnóstico da Região Metropolitana de Natal, segundo os indicadores de trabalho e renda, considerou as informações sobre a população que trabalhou remunerado na semana em que foi realizado o Censo 2000, sobre a classe de renda do responsável em salário mínimo, bem como sobre a renda média, em salário mínimo e em reais, de cada AED.

A **Tabela 93** mostra o percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade que possuía, na semana da coleta dos dados do Censo, algum trabalho remunerado. Analisando-se a referida tabela, fica constatado que Monte Alegre é a AED com o menor percentual de trabalhadores remunerados. Por outro lado, Parnamirim - Centro - BR 101, também denominada Nova Parnamirim é a AED com o maior percentual de pessoas que trabalham com algum tipo de remuneração. Com percentuais muito próximos ao de Monte Alegre, aparecem a Parte Rural de Ceará-Mirim e a Parte Rural de Macaíba. Em Natal, Parque das Dunas - Capim Macio e Petrópolis - Tirol são as duas AED's com os maiores percentuais de trabalhadores remunerados.

AED	Área de Expansão Demográfica	% Trabalhou Remunerado		Total
		Sim	Não	
Ceará-Mirim	Parte Rural Ceará-Mirim	28,39	71,61	100,00
Ceará-Mirim	Parte urbana Ceará-Mirim	34,22	65,78	100,00
Extremoz	Extremoz	34,69	65,31	100,00
Macaíba	Parte rural Macaíba	28,41	71,59	100,00
Macaíba	Parte Urbana Macaíba	38,24	61,76	100,00
Monte Alegre	Monte Alegre	27,61	72,39	100,00
Natal	Nordeste- Quintas	39,61	60,39	100,00
Natal	Felipe Camarão	39,63	60,37	100,00
Natal	Lagoa Azul	39,76	60,24	100,00
Natal	Cidade Alta-Ribeira-Rocas	40,17	59,83	100,00
Natal	Pajuçara- Rodinha	40,89	59,11	100,00
Natal	Santos Reis-Prala do Melo-Árela Preta- Mãe Luza	41,33	58,67	100,00
Natal	Potengi	41,39	58,61	100,00
Natal	Cidade Nova-Guarapes-Planalto	41,42	58,58	100,00
Natal	Bom Pastor	41,47	58,53	100,00
Natal	Barro Vermelho-Lagoa Seca-Alecrim	41,57	58,43	100,00
Natal	Nossa Senhora da Apresentação	42,00	58,00	100,00
Natal	Salinas-IGAPÓ	42,01	57,99	100,00
Natal	Cidade da Esperança	42,31	57,69	100,00
Natal	Pitimbú	45,53	54,47	100,00
Natal	Dix Sept-Rosado-Nazaré	45,79	54,21	100,00
Natal	Ponta Negra	46,54	53,46	100,00
Natal	Candelária	47,17	52,83	100,00
Natal	Neópolis	47,17	52,83	100,00
Natal	Lagoa Nova-Nova Descoberta	47,37	52,63	100,00
Natal	Parque da Dunas-Capim Macio	48,93	51,07	100,00
Natal	Petropolis-Tirol	49,87	50,13	100,00
Nísia Floresta	Nísia Floresta	35,82	64,18	100,00
Parnamirim	Parnamirim-Centro Antigo-Aeroporto/CATRE	40,59	59,41	100,00
Parnamirim	Paranamirim-Centro-CLBI-Pium-Pirangi	41,18	58,82	100,00
Parnamirim	Parnamirim-Centro-Área Comercial	42,63	57,37	100,00
Parnamirim	Parnamirim-Centro-Distrito Industrial	43,88	56,12	100,00
Parnamirim	Parnamirim-Centro-BR 101	50,78	49,22	100,00
São Gonçalo do Amarante	Distrito São Gonçalo do Amarante	32,93	67,07	100,00
São Gonçalo do Amarante	Agregado de Distritos São Gonçalo do Amarante	40,38	59,62	100,00
São José de Mipibu	São José de Mipibú	34,84	65,16	100,00
Total		41,03	58,97	100,00

Tabela 93
Áreas de Expansão Demográfica (AED's) da Região Metropolitana de Natal segundo o Percentual de Pessoas que Trabalhou Remunerado na Semana de 23 a 29/07/2000.

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000. (Metrodata)

Segundo a **Tabela 94**, a maior parte da população da RMN (57,56%) possui responsáveis pela família com renda concentrada na classe que ganha até dois salários mínimos, incluídos os que não possuem rendimento. A Parte Rural de Macaíba (90,91%) e a Parte Rural de Ceará-Mirim (90,08%) são as AED's que possuem os maiores percentuais nesta classe de renda.

A classe de renda compreendida entre mais de 5 e 10 salários mínimos indicou Pitimbú (31,89%), Neópolis (20,20%) e Parnamirim - Centro - BR 101 (24,91%) como sendo as AED's com percentuais mais significativos.

Com renda superior a 10 salários mínimos, destacam-se os responsáveis pela família concentrados em Petrópolis - Tirol (56,71%), Parque das Dunas - Capim Macio (52,46%) e Candelária (40,07%).

AED	Áreas de Expansão Demográfica	Classe de renda mensal do responsável em salário mínimo			
		até 2	mais de 2 a 5	mais de 5 a 10	acima de 10
Ceará-Mirim	Parte urbana Ceará-Mirim	69,33	19,58	8,15	2,94
Ceará-Mirim	Parte Rural Ceará-Mirim	90,08	7,81	1,52	0,59
Extremoz	Extremoz	68,36	19,90	9,05	2,69
Macaíba	Parte Urbana Macaíba	75,18	17,32	4,98	2,51
Macaíba	Parte rural Macaíba	90,91	5,70	3,04	0,35
Monte Alegre	Monte Alegre	84,63	11,12	2,92	1,33
Natal	Pitimbú	19,72	24,65	31,89	23,73
Natal	Neópolis	25,25	24,50	30,05	20,20
Natal	Candelária	21,18	14,33	24,43	40,07
Natal	Parque da Dunas-Capim Macio	12,86	11,83	22,85	52,46
Natal	Lagoa Nova-Nova Descoberta	30,87	15,96	18,40	34,78
Natal	Ponta Negra	32,60	21,32	18,01	28,06
Natal	Barro Vermelho-Lagoa Seca-Alecrim	36,56	25,99	17,87	19,59
Natal	Cidade da Esperança	50,45	27,71	15,56	6,28
Natal	Petropolis-Tirol	17,04	10,78	15,47	56,71
Natal	Polengi	48,98	31,48	14,70	4,83
Natal	Cidade Alta-Ribeira-Rocas	51,28	22,32	14,43	11,97
Natal	Dix-Sept-Rosado-Nazaré	56,04	26,87	9,97	7,12
Natal	Pajuçara-Redinha	63,81	25,96	7,90	2,33
Natal	Nordeste-Quintas	64,58	23,50	7,86	4,06
Natal	Nossa Senhora da Apresentação	66,65	23,77	7,19	2,39
Natal	Salinas-IGAPO	66,68	25,89	6,14	1,28
Natal	Santos Reis-Praia do Meio-Areia Preta-Mãe Luiza	67,45	19,80	5,73	7,02
Natal	Bom Pastor	69,75	23,39	5,25	1,61
Natal	Lagoa Azul	70,78	23,72	4,47	1,04
Natal	Felipe Camarão	74,14	21,09	3,35	1,42
Natal	Cidade Nova-Guarapes-Planalto	72,32	23,04	3,22	1,42
Nísia Floresta	Nísia Floresta	77,43	15,32	4,74	2,51
Parnamirim	Parnamirim-Centro-BR 101	23,92	22,90	28,27	24,91
Parnamirim	Parnamirim-Centro Antigo-Aeroporto/CATRE	50,27	23,12	16,60	10,01
Parnamirim	Parnamirim-Centro-Distrito Industrial	55,16	24,41	16,31	4,11
Parnamirim	Parnamirim-Centro-Área Comercial	62,69	23,56	9,25	4,50
Parnamirim	Parnamirim-Centro-CLB-Pium-Pirangi	63,99	20,90	7,50	7,60
São Gonçalo do Amarante	Agregado de Distritos São Gonçalo do Amarante	70,90	21,93	4,78	2,40
São Gonçalo do Amarante	Distrito São Gonçalo do Amarante	79,26	16,71	3,23	0,79
São José de Mipibu	São José de Mipibú	79,50	13,36	5,18	1,96
Total		57,66	21,31	10,92	10,11

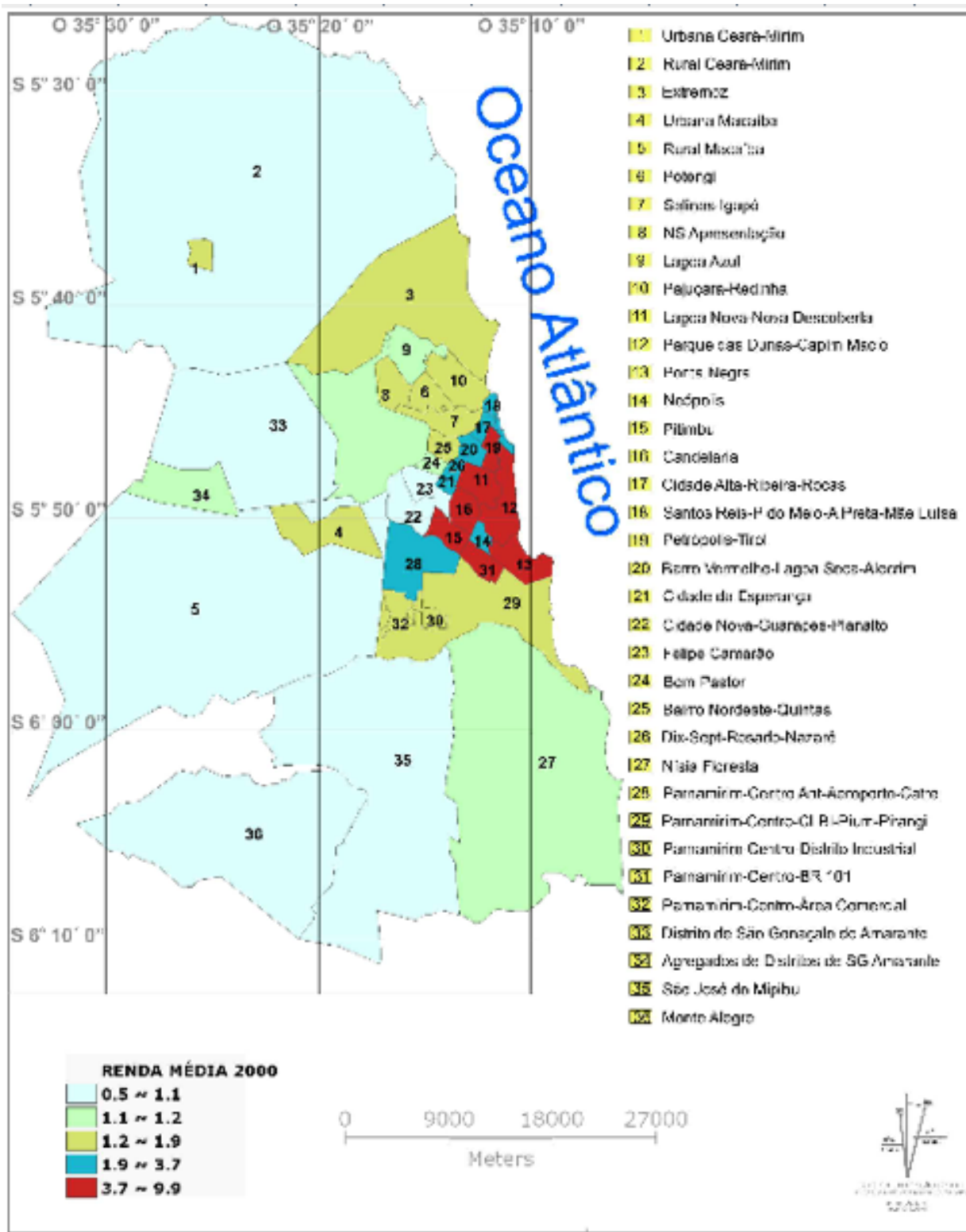
Tabela 94
Áreas de Expansão Demográfica (AED's) da Região Metropolitana de Natal segundo Classe de Renda Mensal do Responsável em Salário Mínimo - 2000.

Fonte: IBGE. Censo demográfico 2000. (Metrodata)

O **Mapa 13** indica a renda média, em salário mínimo, de cada AED da Região Metropolitana de Natal. Este indicador refere-se ao somatório dos rendimentos, em salário mínimo, dividido pelo total da população com 10 anos ou mais de idade. O total de rendimentos é formado pela soma dos rendimentos brutos provenientes de todas as fontes, ou seja, soma dos rendimentos do trabalho principal e dos demais trabalhos com os rendimentos provenientes de outras fontes, referentes ao mês de julho de 2000, em salários mínimos.

Com base nesse mapa, percebe-se que Petrópolis - Tirol (9,8 salários mínimos) e Parque das Dunas - Capim Macio (8,1 salários mínimos) são as AED's com as maiores rendas médias. Candelária, Lagoa Nova - Nova Descoberta e Ponta Negra surgem logo em seguida com uma renda média de 6, 5,9 e 4,9 salários mínimos, respectivamente. Em contra partida, São José de Mipibú, o Distrito de São Gonçalo do Amarante, Monte Alegre, a Parte Rural de Macaíba e a Parte Rural de Ceará-Mirim apresentam uma renda média inferior a 1 salário mínimo. As demais AED's apresentam rendas médias que variam entre 1 e 3,8 salários mínimos.

Esse mapa 13, sobre renda média, da mesma forma que os mapas sobre educação, revela um gradiente tendo como ponto de partida a região centro-sul de Natal em direção ao interior como se tivéssemos arcos imaginários. Outro aspecto relevante desse mapa é que parece haver um diferencial entre litoral e interior. A renda das áreas mais próximas ao litoral está numa faixa maior do que a renda do interior.



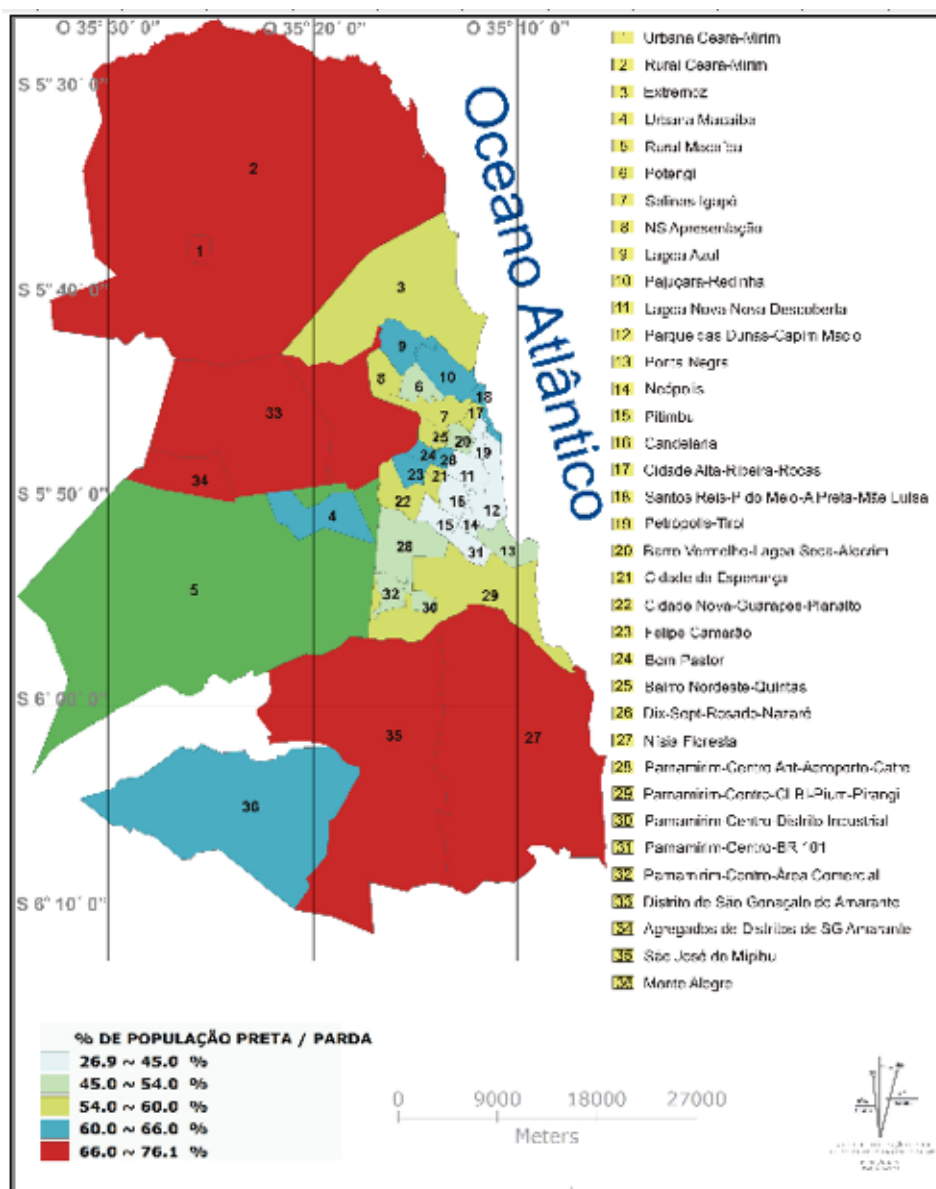
Mapa 13
Renda Média
por AED
da RMNatal - 2000.

Fonte: IBGE.
Censo demográfico 2000.
(Metrodata)

5.6. População segundo a cor ou raça

Para traçar um panorama da distribuição espacial da população segundo a cor ou raça na RMN, apresenta-se o **Mapa 14** com o percentual de habitantes em cada AED que se declarou no último censo demográfico de 2000 como tendo cor preta ou parda.

No que se refere à distribuição do percentual da população parda e preta com relação à população total, o mapa mostra que a zona sul de Natal e o município de Parnamirim, com exceção da AED 29, têm menos de 50% de sua população declarada como preta ou parda. O restante da RMN é composta por mais de 50% de pardos-negros.



Mapa 14
Percentual da População que se Declarou Preta / Parda por AED da RMNatal - 2000.

Fonte: IBGE.
 Censo demográfico 2000.
 (Metrodata)

5.7. Movimento Pendular

O número de pessoas que trabalha ou estuda em outro município constitui um indicador para a identificação dos níveis de integração dos municípios na dinâmica metropolitana. Nesse sentido, são os municípios mais integrados à dinâmica metropolitana de Natal que concentram o maior número de pessoas de 15 anos e mais de idade que trabalham ou estudam fora do município: em Parnamirim (37,9%), São Gonçalo do Amarante (35,6%), Extremoz (26,1%) e Macaíba (22,5%).

Em cada um destes municípios, do total de pessoas que deixa o município para trabalhar ou estudar, dirigem-se ao município de Natal, 72,8% das pessoas residentes em Macaíba; 84,9% em Extremoz, 89,1% em São Gonçalo do Amarante e 92,2% em Parnamirim.

Por outro lado, as pessoas residentes nos municípios menos integrados à dinâmica metropolitana, ou seja, em Nísia Floresta, Ceará Mirim, São José de Mipibu e Monte Alegre, que trabalham ou estudam em outro município, apresentam percentuais mais baixos.

178

Considerando os fluxos das pessoas com 15 anos e mais de idade que trabalham ou estudam fora do município onde residem, no enfoque intra-urbano, verifica-se que esses fluxos são mais relevantes nas AED's que ficam no entorno do município de Natal, e mais o Agregado de Distritos de São Gonçalo do Amarante. A AED Parnamirim-Centro-BR101, também conhecida como Nova Parnamirim, apresenta um total de 10.162 pessoas que realizam o movimento pendular, o que corresponde a 75,7% das pessoas que trabalham ou estudam na mesma AED. Provenientes do Agregado de Distritos de São Gonçalo, 42,2% das pessoas que aí trabalham ou estudam o fazem fora do município de São Gonçalo. Além destas, são as AED's de Parnamirim-Centro-Distrito Industrial (37,3%), Parte Urbana de Macaíba (26,8%) e Extremoz (26,1%) as que também apresentam percentuais consideráveis de pessoas realizando movimento pendular em 2000.

Em uma outra classe de percentuais, variando dos 4,8 aos 19,6%, aparecem todas as demais AED's, exceto as de Natal. Estas últimas constituem as áreas onde os percentuais de pessoas com 15 anos e mais que trabalham ou estudam fora do município variam de 1 a 4,8%, apenas, do total de pessoas que trabalham ou estudam em cada AED.

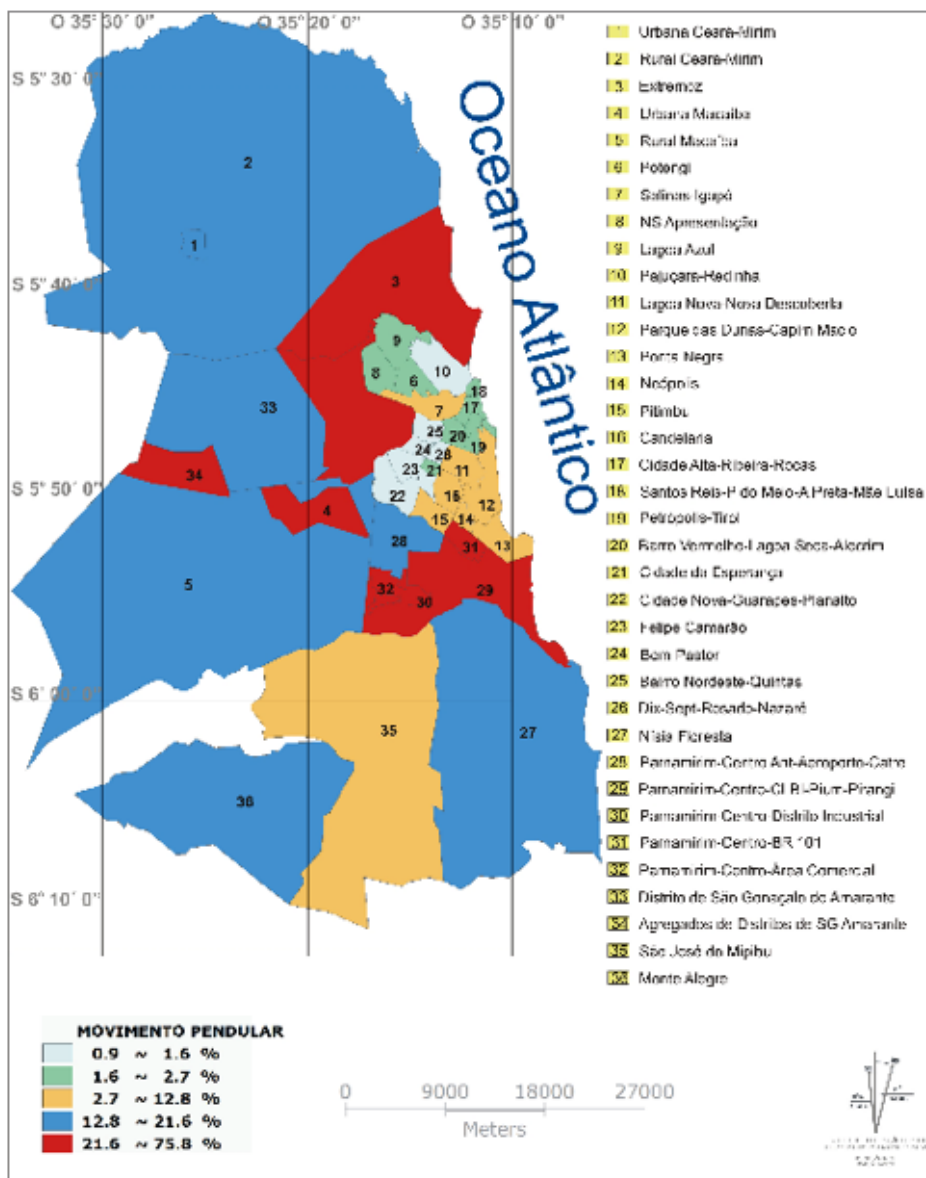
A respeito do que se observa no município de Natal, nota-se que dentre as AED's menos expressivas no que se refere ao fenômeno do movimento pendular, temos as que se encontram na região oeste da cidade, onde a periferização das classes de mais baixa renda veio se estabelecer historicamente, e a AED 22 que abrange Cidade Alta, Ribeira e Rocas, que, segundo TRIGUEIRO e GOMES (2005), também se caracteriza como uma área periférica, embora o processo que a tornou periférica seja de natureza distinta do ocorrido na região oeste.

De outro lado, dentre as AED's que, em Natal, apresentam maiores proporções de pessoas que realizam o movimento pendular estão aquelas que correspondem às áreas onde as condições de vida são as melhores da cidade, como Lagoa Nova, Capim Macio, Ponta Negra e Candelária.

Tabela 95
Áreas de Expansão Demográfica (AED's) da Região Metropolitana de Natal segundo a População que Realiza Movimento Pendular - 2000.

Fonte: IBGE.
Censo demográfico 2000.
(Metrodata)

AEDs	Áreas de Expansão Demográfica	Número de pessoas de 15 anos e mais de idade				% de Pessoas que fiz Movimento Pendular	% de Pessoas que fiz Movimento Pendular em Direção a Natal
		Total	Que trabalham ou estudam				
		Total	Total	Fora do município de residência_	Dirigindo-se ao pólo metropolitano		
Ceará-Mirim	Parte Urbana Ceará-Mirim	20.092	11.241	1.023	1.097	10,2	70,6
Ceará-Mirim	Parte Rural Ceará-Mirim	19.596	10.624	1.365	1.078	12,8	79,0
Extremoz	Extremoz	12.717	7.066	1.847	1.569	26,1	84,9
Macaíba	Parte Urbana Macaíba	24.310	13.951	3.740	2.776	26,8	74,2
Macaíba	Parte Rural Macaíba	12.151	6.851	941	630	13,7	67,0
Monte Alegre	Monte Alegre	12.181	6.022	821	547	13,6	66,6
Natal	Potengi	41.950	26.877	642	0	2,4	0,0
Natal	Salinas-IGAPO	19.127	12.278	490	0	4,1	0,0
Natal	Nossa Senhora da Apresentação	30.551	22.432	524	0	2,3	0,0
Natal	Lagoa Azul	33.491	20.961	415	0	2,0	0,0
Natal	Pajuçara-Rodinha	34.780	21.431	287	0	1,3	0,0
Natal	Lagoa Nova-Nova Descoberta	38.244	27.071	779	0	2,9	0,0
Natal	Parque das Dunas-Capim Macio	16.327	12.515	590	0	4,0	0,0
Natal	Ponta Negra	17.602	12.388	384	0	3,1	0,0
Natal	Neópolis	17.427	12.249	370	0	3,0	0,0
Natal	Pitimbú	17.500	12.597	477	0	3,8	0,0
Natal	Candelária	15.090	10.698	292	0	2,7	0,0
Natal	Cidade Alta-Ribeira-Rocas	14.564	8.834	141	0	1,6	0,0
Natal	Santos Reis-Praia do Meio-Areia Preta-Mãe Luiza	20.663	12.777	204	0	1,6	0,0
Natal	Petropolis-Tirol	16.171	11.548	275	0	2,4	0,0
Natal	Barro Vermelho-Lagoa Seca-Aecrim	37.045	22.740	411	0	1,8	0,0
Natal	Cidade da Esperança	15.127	9.491	208	0	2,2	0,0
Natal	Cidade Nova-Guarapes-Planalto	24.302	14.886	144	0	1,0	0,0
Natal	Felipe Camarão	29.673	17.568	264	0	1,5	0,0
Natal	Bom Pastor	12.217	7.787	100	0	1,3	0,0
Natal	Nordeste-Quintas	29.731	17.383	259	0	1,5	0,0
Natal	Div Sept-Rosado-Nazaré	23.408	15.611	218	0	1,4	0,0
Nísia Floresta	Nísia Floresta	12.338	7.203	1.207	953	16,8	45,8
Parnamirim	Parnamirim-Centro Anjo-Aeroporto/CATRE	13.054	7.926	1.554	1.270	19,6	81,7
Parnamirim	Parnamirim-Centro-CLB+Plum+Pirangi	12.500	7.547	1.630	1.433	21,8	87,9
Parnamirim	Parnamirim-Centro-Distrib Industrial	17.358	10.945	4.082	3.833	37,3	93,9
Parnamirim	Parnamirim-Centro-BR 101	18.159	13.417	10.162	9.655	75,7	95,0
Parnamirim	Parnamirim-Centro-Área Comercial	23.901	14.683	3.228	2.859	22,0	88,6
São Gonçalo do Amarante	Distrib São Gonçalo do Amarante	11.318	6.374	902	647	14,2	71,7
São Gonçalo do Amarante	Agregado de Distrib São Gonçalo do Amarante	34.125	20.508	6.656	7.874	42,2	91,0
São José de Mipibu	São José de Mipibu	22.006	12.097	1.498	923	11,6	61,6
Total		777.996	487.179	50.945	37.043	10,5	72,7



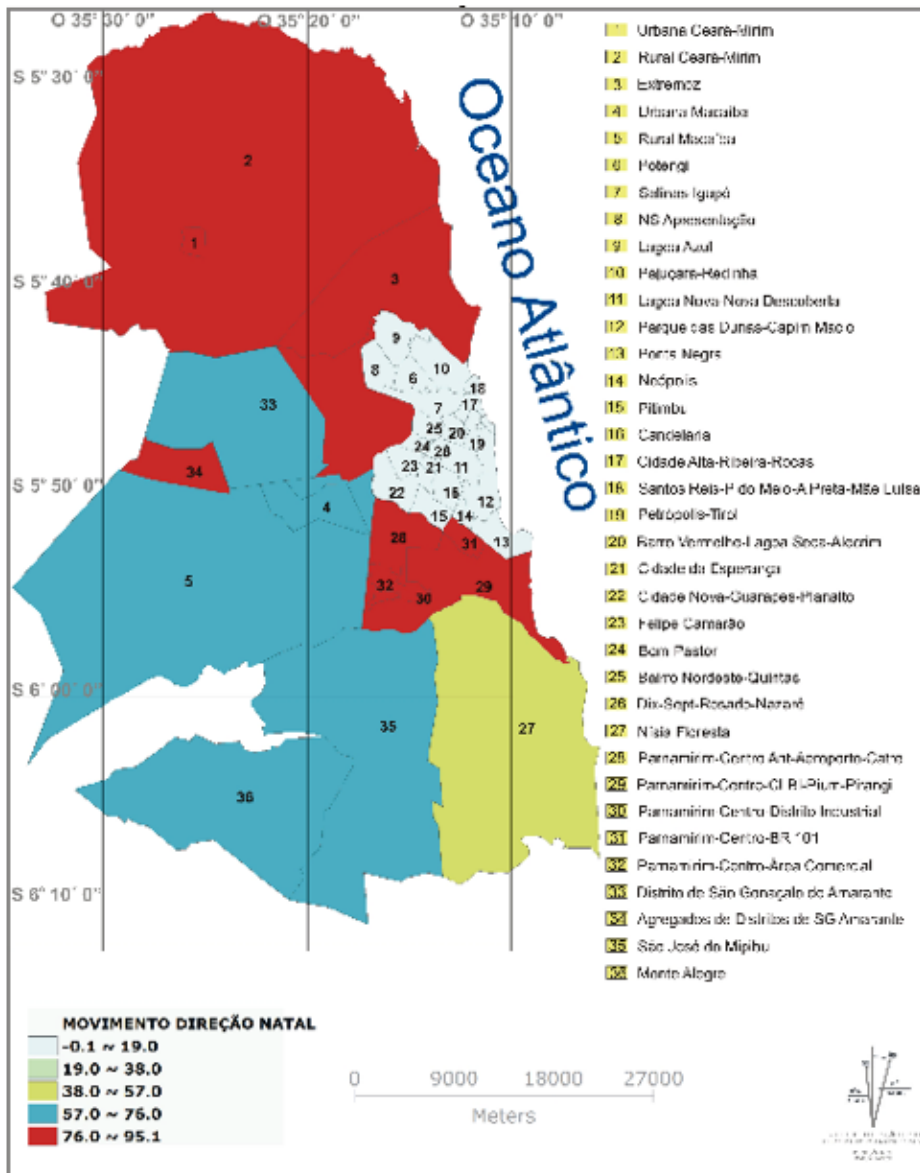
Mapa 15
Percentual de
Pessoas que Faz
Movimento Pendular
por AED da RMNatal
- 2000.

Fonte: IBGE.
Censo demográfico 2000.
(Metrodata)

No que se refere aos movimentos pendulares que se destinam ao pólo metropolitano, é interessante observar a força da centralidade de Natal. As AED's com os mais altos percentuais (acima de 80%) de pessoas que trabalham ou estudam fora do município de residência e se dirigem ao pólo são todas as que compõem o município de Parnamirim, com destaque para Parnamirim-Centro-BR 101, ou Nova Parnamirim (95%), e Parnamirim-Centro-Distrito Industrial (93,9%), e mais as AED's Agregado de Distritos de São Gonçalo (91%) e Extremoz (84%). O fluxo de pessoas em direção à Natal, para trabalhar e/ou estudar, das AED's de Parnamirim, mais a AED 34 que é o Agregado de distrito de São Gonçalo do Amarante e Extremoz, juntas, totalizam

27.223 pessoas que representa 73,5% do total das 37.043 pessoas que realizam movimento pendular em direção ao pólo na região metropolitana. Só a AED de Nova Parnamirim representa 26% de todo o movimento pendular em direção à Natal.

Essas informações estão organizadas na **Tabela 95** e no **Mapa 16** a seguir. De uma forma geral esse padrão de movimento pendular em direção à Natal delineado nesse mapa mostra a grande centralidade que Natal, como município pólo, exerce na Região Metropolitana.



Mapa 16
Percentual de Pessoas que Faz Movimento Pendular em Direção à Natal por AED da RMNatal - 2000.

Fonte: IBGE.
 Censo demográfico 2000.
 (Metrodata)

5.8. Considerações Finais

De posse dessa análise sócio-demográfica da RMN algumas questões merecem ser ressaltadas. Para isso divide-se estas considerações finais nos seguintes temas: Centralidade de Natal; Crescimento Urbano-Rural; Imigração e Envelhecimento Populacional; Educação e Renda.

Centralidade de Natal e Movimento Pendular

Conforme dito ao longo deste relatório, o quadro demográfico da Região Metropolitana de Natal indica uma distribuição espacial da população bastante concentrada no município pólo - Natal, que em 2000 detinha quase 63,8% da população de toda a região. Juntando-se ainda as populações de Parnamirim e São Gonçalo do Amarante, municípios com alto nível de integração com Natal, totalizam-se 81,2% de toda a população da RMN.

Aliado a essa forte concentração populacional, os dados de movimento pendular indicam para uma centralidade extremamente forte de Natal com relação aos demais municípios. De um total de 50.945 pessoas que trabalham ou estudam em outro município metropolitano, 37.043 o fazem em Natal, representado um percentual de 72,7%. Como Natal é justamente o município que concentra a maior parte da população da RMN, esse número fica ainda mais expressivo.

182

Crescimento Urbano-Rural na RMN

No que se refere à taxa de urbanização, os dados mostram um resultado intrigante. Cotejando os valores de 1991 com os resultados para o ano 2000, observa-se que apenas dois municípios, Parnamirim e Extremoz, aumentaram, significativamente, suas taxas de urbanização no período. Excetuando-se Natal, que praticamente não tinha população rural já em 1991, os outros seis municípios da Região Metropolitana de Natal, ou manteve estabilizada a taxa de urbanização ou perdeu população urbana com relação à população rural.

Reforçando o que foi dito anteriormente, a hipótese mais provável para esse fenômeno é de que a classificação de rural destes municípios, dada pelo IBGE, precise sofrer alterações, pois não está mais possibilitando diagnosticar corretamente a situação de domicílio. Um caso emblemático é o de São Gonçalo do Amarante, onde a área conurbada com Natal, com perfil completamente urbano,

com atividades industriais e de comércio, ainda é oficialmente contabilizada como rural.

Imigração

A distribuição do percentual de imigrantes ao longo do território da RMN explicita as áreas de maior atração populacional na região metropolitana. Neste sentido, destacam-se áreas como todo o município de Parnamirim, a área de São Gonçalo do Amarante limítrofe com Natal, além da região Sul da capital, mais precisamente o bairro de Ponta Negra. Todas essas áreas têm um percentual de imigrantes com relação à população censitária em 2000 acima de 16%.

Esses dados permitem argumentar que grande parte do crescimento populacional dos municípios de São Gonçalo do Amarante e Parnamirim se deve à migração.

Envelhecimento Populacional

Cotejando os dados de envelhecimento com as informações de imigrantes, verifica-se uma certa correlação, pois nas áreas com maior percentual de imigrantes, encontram-se os menores índices de envelhecimento. Nesse sentido, a imigração parece estar influenciando diretamente na mudança da estrutura etária de algumas áreas da RMN, no sentido de rejuvenescer a população do local de destino e envelhecer a população do local de origem. Este é um padrão verificado em diversas partes do mundo, e reflete a maior disposição para movimentos migratórios entre os jovens.

Todo o município de Parnamirim, como também o município de São Gonçalo do Amarante, tem índice de envelhecimento baixo, com no máximo 14,93%, indicando que a população acima de 65 anos representa no máximo 14,93% da população abaixo dos 15 anos.

Outra área com população muito jovem é o município de Extremoz, além das áreas de maior expansão demográfica da cidade do Natal, composta pelas AED's: Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul e Pajuçara-Redinha, na Região Norte e, Cidade Nova-Guarapes-Planalto e Felipe Camarão, na Região Oeste do município pólo.

A área com maior número de população acima de 65 anos com relação à população menor que 15 anos concentra-se na região central de

Natal, composta por bairros mais antigos, marcados por famílias onde o núcleo familiar tende a diminuir com a saída dos filhos para constituir suas próprias famílias em outras áreas onde o mercado imobiliário é mais acessível. Outra característica desses bairros é a substituição de áreas residenciais por áreas comerciais, fato marcante em bairros como Alecrim, Cidade Alta, Ribeira e, mais recentemente, Petrópolis, Lagoa Nova e Nova Descoberta.

Educação

Os indicadores de educação revelam um gradiente tendo como ponto de partida a região centro-sul de Natal em direção ao interior como se tivéssemos arcos imaginários. Nesse sentido, se fosse preciso fazer uma classificação da RMN no quesito educação uma proposta poderia ser a seguinte: a região centro-sul de Natal e grande parte de Parnamirim como as área com os melhores indicadores de educação; depois a zona norte de Natal; numa terceira faixa estariam a zona oeste de Natal e o entorno da capital como a AED 29 de Parnamirim e 34 de São Gonçalo do Amarante e; por último, as áreas mais distantes de Natal compostas pelos municípios menores e as AED's rurais.

184

Renda

A distribuição espacial da renda média da população por AED, da mesma forma que os indicadores sobre educação, revela um gradiente tendo como ponto de partida a região centro-sul de Natal, com as maiores rendas em direção ao interior como se tivéssemos arcos imaginários. Desta forma, na medida em que se distância da região centro-sul de Natal a renda vai diminuindo gradativamente.

Outro aspecto relevante desse tópico é que parece haver um diferencial entre litoral e interior. A renda das áreas mais próximas ao litoral está numa faixa maior do que a renda do interior.

6 CONDIÇÕES SOCIAIS

6.1. Introdução

Nesta parte do documento é apresentada uma análise sumária dos aspectos sociais do Estado e da Região Metropolitana de Natal (RMN) na última década, tomando-se por base as informações colhidas nos Censos Demográficos de 1991 e 2000, no Atlas de Desenvolvimento Humano de 2000, no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Datasus e na Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, do Ministério da Justiça, para anos mais recentes. Vale salientar que o presente trabalho aponta algumas lacunas, fruto da dificuldade de se coletar dados mais atualizados sobre a dimensão social.

O bloco referente à dimensão social compõe-se de cinco partes, analisando: a dinâmica demográfica, com base nos Censos Demográficos, descrevendo entre outros aspectos, a intensidade do crescimento da população rural e urbana, a distribuição espacial da população, a condição ocupacional dos domicílios particulares permanentes e a densidade populacional; o Índice de Desenvolvimento Humano, tecendo comparações dos indicadores dos municípios RMN com o Brasil, o Nordeste e o Rio Grande do Norte; a renda e pobreza, o Índice de Gini através do qual se procura mostrar a desigualdade de concentração da renda, abordando a importância das transferências governamentais na composição da renda das famílias, a renda per capita nos municípios da RMN na última década e destaca a proporção de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza; as condições educacionais da população norte-rio-grandense e da RMN, revelando a situação atual e evolução recente dos serviços de educação, com destaque para o ensino superior; as condições de saúde da população do Rio Grande do Norte, sua situação atual e evolução recente dos serviços público e privado de Saúde, através do enfoque de alguns indicadores significativos do setor, a exemplo da esperança de vida, da mortalidade infantil, e da ocorrência de óbitos ocasionados por

doenças ou por causas vinculadas à saúde, por residência, segundo a Classificação Internacional de Doenças, tomando por base as informações constantes no Atlas de Desenvolvimento Humano e no Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde; e algumas características habitacionais que revelam a qualidade de vida e a condição natural de moradia da população, a exemplo do acesso a água encanada, ao abastecimento de água associado à existência de banheiro, a disponibilidade de energia elétrica e o acesso a serviços de coleta de lixo.

6.2. Dinâmica Demográfica

É importante considerar que a dinâmica demográfica guarda estreita relação com a dinâmica econômica e com estratégias e políticas desenvolvidas pelo Estado, em suas diferentes esferas. A análise aqui procedida faz considerações a esse respeito, porém sem aprofundar nas explicações dos fatores que estão por trás da trajetória recente da população, em todos os seus aspectos, sendo dado, portanto um tratamento sobretudo descritivo.

186

Dados dos Censos do IBGE revelam que em 1970 a população da Região Metropolitana de Natal era de 411,4 mil pessoas, equivalendo a pouco mais de 1/4 do contingente populacional do Estado (26,5%), passando em 2000 a contar com aproximadamente 1,12 milhão de pessoas (40,2% da população potiguar), crescendo cerca de 171,2% em relação a 1970, o que corresponde a um crescimento de 3,4% ao ano. A estimativa mais recente realizada pelo IBGE mostra que na Região Metropolitana de Natal residiam, em 2005, cerca de 1,26 milhão de pessoas, dos quais 778 mil no município de Natal.

O que é importante considerar é que a taxa de crescimento da Região Metropolitana de Natal registrou uma sistemática redução com o decorrer dos anos, passando de 3,8% ao ano de 1970 a 1980, para 3,6% ao ano entre 1980-1991, e reduzido, significativamente, de 1991 a 2000, para 2,6%. Na estimativa do IBGE, para o período de 2000 a 2005 a taxa anual considerada é de 2,5%. Todas essas são taxas anuais bem maiores que as registradas pelo Estado, nos respectivos períodos, mas, bem menores que as apresentadas pelo município de Natal: 4,7% (1970-1980), 3,5% (1980-1991), 1,8% (1991-2000) e, novamente, 1,8% (2000-2005) na estimativa recente do IBGE. Essas taxas, certamente, refletem uma grande complexidade

de determinantes que estão associados aos processos econômicos e migratórios e à redução sistemática do número de filhos por cada família, associada a mudanças culturais relevantes.

Nos Anos Setenta verificou-se um processo de desaceleração demográfica nas áreas rurais, o que se refletiu nas baixas taxas de crescimento da população rural a partir desse período. Por outro lado, o processo de urbanização, vem apresentando desde o início da década de 70 um crescimento considerável tanto no Nordeste quanto nos estados e mais especificamente nas suas regiões metropolitanas. De fato, esse nível era de 74,3% na Região Metropolitana de Natal enquanto no Estado já atingia quase metade do contingente populacional (47,5%) em 1970 (**Tabela 1**).

Discriminação	População residente (%)						Taxa de incremento anual da população 2000/1970 (%)		
	1970			2000			Total	Urbana	Rural
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural			
Rio Grande do Norte	2.415.567	47,5	52,5	2.776.782	73,3	26,7	2,0	3,4	-0,3
Região Metropolitana de Natal	884.164	74,3	25,7	1.116.147	84,5	15,5	3,4	3,8	1,7
Ceará-Mirim	52.157	34	66,0	62.424	49,4	50,6	1,7	3,0	0,8
Extremoz	14.941	8,2	91,8	19.572	68,6	31,4	2,6	10,1	-1,0
Macaíba	43.450	34,1	65,9	54.883	65,7	34,3	2,1	4,4	-0,1
Monte Alegre	15.871	16,5	83,5	18.874	40,0	60,0	1,8	4,9	0,7
Natal	606.887	97,4	2,6	712.317	100,0	-	3,4	3,5	-
Nísia Floresta	13.934	21,6	78,4	19.040	45,4	54,6	2,4	4,9	1,2
Parnamirim	63.312	68,4	31,6	124.690	87,5	12,5	7,4	8,3	4,2
São Gonçalo do Amarante	45.461	21,5	78,5	69.435	14,1	85,9	4,4	3,0	4,8
São José de Mipibu	28.151	40,4	59,6	34.912	44,7	55,3	2,4	2,7	2,1

Tabela 96
Rio Grande do Norte e Região Metropolitana de Natal: população residente urbana e rural e taxas de crescimento (1970/2000)

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 e 2000

Em 1991, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE o Estado já apresentava pouco mais de 2/3 da sua população habitando em áreas urbanas (69,1%), chegando aos 73,3% em 2000. Vale ressaltar que a elevação do contingente populacional urbano potiguar foi maior do que o da média nacional (3,3% ao ano no período de 1970 a 2000). É importante salientar que o Grau de Urbanização norte-rio-grandense e especificamente na RMN apresentaram ritmos crescentes, mostrando paulatinamente elevações na proporção da população urbana entre os

anos censitários a partir de 1970, embora o incremento populacional tenha demonstrado desaceleração. A RMN indicou incrementos de 5% ao ano entre 1970 e 1980, 3,8% a.a. entre 1980 e 1991 e de 2,6% a.a. entre 1991 a 2000, enquanto o meio rural revelou queda de 0,5% ao ano entre 1970 e 1980, anotando no período seguinte (1980 a 1991) taxa de 2,6% a.a., enquanto entre 1991 e 2000 chega a crescer mais do que a área urbana (2,9% a.a.).

No que diz respeito à distribuição espacial da população e sua evolução, o exame sumário da dinâmica demográfica estadual aponta, no período de 1970 a 2000, para a continuidade do processo de diminuição da intensidade do crescimento populacional.

Em relação aos municípios da RMN, observa-se que os mais articulados com Natal - Extremoz, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante -, com exceção para o último, apresentam taxas de crescimento urbano no período analisado maiores do que o dobro da média metropolitana. São Gonçalo do Amarante conta em todo o período com população predominantemente rural (85,9% em 2000). Por outro lado, entre os municípios menos articulados com Natal, ou seja, aqueles cuja sede estão mais distantes da capital - Ceará-Mirim, Macaíba, Monte Alegre, Nísia Floresta e São José de Mipibu -, apenas Macaíba não possui população rural majoritária em 2000.

188

Os números da tabela dão a entender que a Região Metropolitana de Natal tem se constituído em uma das mais importantes áreas de absorção de migrantes do Rio Grande do Norte, por conta da consolidação do pólo comercial e de serviços, em especial as atividades turísticas, o que está associado à expansão imobiliária verificada nessa área.

A distribuição da população residente por grupos de idade na RMN, apresentada na **Tabela 97**, além de apontar que parcela significativa das pessoas (41,3%) que ali vivem ainda não completou 20 anos de idade em 2000, também mostra que quase 1/5 de todos os ali domiciliados têm menos de 10 anos de idade (19,8% contra 20,3% no Estado).

O total da população da RMN em idade de trabalhar - dos 15 aos 59 anos - é bastante significativo em 2000 (62,1%) - maior do que a proporção das pessoas nessa faixa etária no Estado (59,4%) -, e bem maior do que o de crianças e adolescentes com menos do que 15 anos (30,3%) e o de idosos com 60 anos ou mais (7,7%). Desta forma, a taxa de dependência demográfica fica estabelecida em

61,2%, a indicar que, aproximadamente, para cada cinco pessoas em idade de trabalhar há outras três que delas dependeriam no contexto metropolitano. Essa proporção mostra-se mais elevada nos municípios cujas sedes são mais distantes de Natal.

Regiões	Total	0 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos	18 e 19 anos	20 e 24 anos	25 e 29 anos	30 e 39 anos	40 e 49 anos	50 e 59 anos	60 e 69 anos	Mais de 70 anos	Razão de Dependência(*)
Rio Grande do Norte	2.777,51	20,3	11,3	6,7	4,4	9,4	7,9	14,5	9,6	6,9	4,5	4,5	68,5
Região Metropolitana	1.116,54	19,8	10,5	6,5	4,5	9,9	8,4	15,6	10,4	6,8	4,0	3,7	61,2
Ceará-Mirim	62,42	23,5	12,0	6,9	4,5	9,8	7,6	12,7	8,1	6,5	4,2	4,3	78,3
Extremoz	19,57	23,6	11,5	6,6	4,3	9,6	8,4	14,3	8,2	6,1	4,0	3,5	73,8
Macaíba	54,88	22,1	11,5	6,4	4,3	9,7	8,3	14,2	8,5	6,5	4,4	4,4	73,3
Monte Alegre	19,27	24,9	11,9	6,3	4,3	8,6	7,5	12,3	7,8	6,5	4,9	4,9	87,3
Natal	712,32	18,1	10,1	6,5	4,5	10,0	8,3	15,9	11,3	7,2	4,1	3,8	56,6
Nísia Floresta	19,04	24,1	11,1	6,2	4,0	9,4	8,5	14,1	8,2	6,6	4,2	3,6	75,6
Parnamirim	124,69	21,2	10,6	6,2	4,2	9,7	9,3	17,5	10,2	5,6	2,9	2,5	59,5
São Gonçalo do Amarante	69,44	23,3	11,3	6,2	4,4	10,0	8,9	15,0	8,8	5,9	3,2	3,1	69,0
São José de Mipibu	34,91	23,7	11,5	6,4	4,7	9,0	7,8	13,2	8,3	6,7	4,3	4,3	78,2

Tabela 97
Rio Grande do Norte e Municípios da RMN: População total por faixa etária - 2000

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (www.sidra.ibge.gov.br)

(*)Razão de dependência = (pop. 0 a 14 anos + pop. de 60 anos ou mais) / (pop. de 15 a 59 anos) X 100

189

Como conclusões acerca da dinâmica demográfica da RMN, destacam-se: a redução no ritmo de expansão da população noroeste-grandense e metropolitana; a continuidade do crescimento da população urbana, segundo alguns demógrafos (MARTINE; WONG: 1994), nas áreas onde se verificam investimentos econômicos de porte, particularmente nos municípios do Litoral Norte (Extremoz e Ceará-Mirim) e Natal; uma provável diminuição do processo migratório decorrente da desaceleração da migração campo/cidade; e o declínio da população rural, tanto em termos relativos quanto absolutos, seguindo a tendência registrada nas duas últimas décadas (MOURA; SANTOS: 1990).

1. Indicadores de Desenvolvimento Humano

Os dados da **Tabela 98**, com base no Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal revelam que houve uma melhora considerável nos indicadores sociais do Brasil, indicando também que na RMN o IDH-M

aproxima-se do parâmetro médio nacional (respectivamente 0,755 contra 0,759). Os números são de fácil compreensão, esclarecendo que à medida que se aproximam da unidade, melhor é o indicador. Desse modo, verifica-se que o IDH-M do Brasil como um todo é o que apresenta melhor nível, cabendo à RMN a segunda marca, vindo em seguida, o Rio Grande do Norte e depois a Região Nordeste.

Município	IDH-M		IDH-M Educação		IDH-M Longevidade		IDH-M Renda	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	0,688	0,759	0,691	0,762	0,742	0,847	0,663	0,708
Nordeste	0,585	0,681	0,606	0,762	0,587	0,669	0,562	0,613
Rio Grande do Norte	0,604	0,705	0,604	0,705	0,642	0,779	0,579	0,636
Região Metropolitana de Natal	0,683	0,755	0,747	0,848	0,658	0,723	0,645	0,694
Ceará-Mirim	0,547	0,646	0,585	0,723	0,568	0,672	0,489	0,544
Extremoz	0,575	0,694	0,626	0,779	0,591	0,711	0,509	0,593
Macaíba	0,544	0,665	0,564	0,736	0,568	0,694	0,500	0,566
Monte Alegre	0,512	0,645	0,467	0,672	0,610	0,760	0,458	0,504
Natal	0,733	0,788	0,808	0,887	0,693	0,730	0,699	0,746
Nísia Floresta	0,564	0,666	0,584	0,750	0,562	0,674	0,546	0,575
Parnamirim	0,640	0,760	0,719	0,856	0,593	0,721	0,607	0,703
São Gonçalo do Amarante	0,582	0,695	0,635	0,782	0,596	0,735	0,515	0,567
São José de Mipibu	0,543	0,671	0,557	0,737	0,568	0,726	0,504	0,549

190

Tabela 98
**Brasil, Nordeste,
 Rio Grande do
 Norte e Região
 Metropolitana de
 Natal: IDH-M e
 seus Subíndices
 1991/2000**

Fonte: Atlas do
 Desenvolvimento
 Humano. Elaboração
 CEPLAN

Analisando os índices quanto às dimensões, nota-se que a variável na qual a Região Metropolitana de Natal aponta melhor desempenho é o da educação, ultrapassando a média nacional (0,848 contra 0,762), puxado pelo indicador de educação seguido pelo da renda (0,694 contra 0,708). Quanto ao IDH referente à longevidade, apesar de distanciado da marca brasileira, e inferior ao da média estadual, o índice é bem maior do que o da média regional.

Quanto às dimensões do IDH-M dos municípios que compõem a RMN, observa-se que os melhores índices de desenvolvimento em 2000 correspondem ao de Natal e Parnamirim, maiores do que a média do país (0,788 no primeiro caso e 0,760 no segundo contra 0,759 no Brasil), marcas consideráveis que se devem ao indicador de educação, bastante superiores em ambos os casos ao brasileiro.

6.3. Renda e Pobreza da População

Relatório do Banco Mundial elaborado em 2003²⁴ indica que nos últimos quinze anos, houve um significativo aumento de renda domiciliar per capita no Estado do Rio Grande do Norte. Segundo esse documento, somente nos últimos 20 anos, a proporção da população classificada como extremamente pobre diminuiu em 20%, revelando que nas áreas urbanas essa parcela equivale a 33,5% do contingente populacional, mas o maior índice de pessoas carentes é encontrado na zona rural, onde essa proporção ultrapassa a metade da população (53,5%).

A Tabela 98 mostra os indicadores mais significativos relacionados às condições de renda e pobreza da população total do Rio Grande do Norte e à média dos municípios que compõem a RMN, tecendo-se comparações com o Nordeste e o Brasil. Dessa forma são analisados: a renda domiciliar per capita - abaixo de $\frac{1}{4}$ e de $\frac{1}{2}$ salário mínimo mensal que podem ser identificadas respectivamente como população indigente e população em condições de pobreza -; e a proporção de pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de transferências governamentais.

²⁴ Banco Mundial do Brasil. Brasil: Crescimento e Redução da Pobreza no Rio Grande do Norte. Relatório nº 4891 de 5 de dezembro de 2003.

Tabela 98
Brasil, Nordeste, Rio Grande do Norte e RMN: Indicadores de Renda e Pobreza 1991/2000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

(*) Valores expressos em R\$ de 1º de agosto de 2000.

Nota: Renda per capita domiciliar (mensal) é a razão entre a soma da renda mensal de todos os membros da família e o número de membros da mesma. Ou ainda é a razão entre o somatório da renda mensal de todos os indivíduos e o número de pessoas de uma determinada localidade.

191

Áreas selecionadas	Renda Domiciliar per capita*		Taxa Anual Crescimento da Renda Domiciliar per capita	Pessoas com Renda Domiciliar per capita abaixo de 1/4 s.m.		Pessoas com Renda Domiciliar per capita abaixo de 1/2 s.m.		Pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de transferências governamentais (%)	
	1991	2000		1991-2000	1991	2000	1991	2000	1991
Brasil	230,44	297,40	2,9	20,3	16,4	40,1	32,9	7,9	13,3
Nordeste	114,48	154,87	3,4	40,6	32,3	67,1	56,7	10,1	17,4
Rio Grande do Norte	125,09	176,21	3,9	34,6	26,9	61,7	50,6	12,4	19,3
Região Metropolitana de Natal	205,77	274,03	3,2	18,4	15,9	42,3	36,3	12,1	15,3
Ceará-Mirim	73,22	101,55	3,7	38,7	35,0	71,7	63,0	11,1	16,2
Extremoz	82,51	136,50	5,8	31,9	25,4	66,2	51,3	14,6	16,2
Macaíba	78,16	115,75	4,5	37,8	28,5	65,9	56,6	14,6	16,7
Monte Alegre	60,73	79,92	3,1	54,8	44,6	80,5	70,7	13,0	20,0
Natal	256,35	339,92	3,2	12,0	11,1	33,0	28,7	12,4	15,4
Nísia Floresta	102,69	122,37	2,0	39,9	30,2	71,3	60,9	10,4	15,8
Parnamirim	147,66	263,01	6,6	18,7	12,9	43,5	31,9	10,1	13,0
São Gonçalo do Amarante	85,17	116,40	3,5	27,4	22,5	61,3	48,9	9,3	13,3
São José de Mipibu	79,97	104,42	3,0	36,1	30,4	69,6	62,0	14,0	19,0

O crescimento da renda domiciliar *per capita* do Rio Grande do Norte é maior no período de 1991 a 2000 do que a média da Região Metropolitana de Natal (3,9% ao ano contra 3,2%a.a.), mas a média metropolitana supera as taxas do Nordeste e do Brasil (que correspondem respectivamente a 3,4% a.a. e 2,9% a.a.). No interior da RMN a taxa anual de crescimento da renda domiciliar *per capita* é ainda maior para os municípios de Parnamirim (6,6%), Extremoz (5,8%) e Macaíba (4,5%).

Apesar apontarem as maiores elevações nos níveis de renda domiciliar entre 1991 e 2000, a renda domiciliar média de Extremoz e a de Macaíba são bem mais modestas se comparadas ao rendimento médio das unidades domiciliares da metrópole, do Estado, do Nordeste e do Brasil. Entretanto vale destacar o nível de rendimento domiciliar *per capita* de Natal, que tem como principais atividades o setor terciário - comércio e serviços, principalmente no segmento de turismo - , cujo patamar médio é 14,3% superior ao da média brasileira (R\$ 339,92 contra R\$ 297,40). Salienta-se ainda na RMN o município de Parnamirim, onde se localiza o aeroporto e várias indústrias, cuja renda domiciliar *per capita* média (R\$ 263,01) supera as médias potiguar (R\$ 176,21) e nordestina (R\$ 154,87).

192 Como não se tem estatísticas recentes sobre os níveis de rendimento, é de se supor, por conta da dinâmica imobiliária na Região Metropolitana de Natal, principalmente no Litoral Norte (Ceará-Mirim e Extremoz), em Natal, Parnamirim e Nísia Floresta, que a renda domiciliar tenha se elevado a patamares bem superiores aos indicados pelo Censo Demográfico de 2000. De fato, Extremoz e Ceará-Mirim registram nos últimos anos empreendimentos de grande porte, a exemplos de campos de golfe e loteamentos com lotes de grande extensão, Natal e Parnamirim revelam a maior dinâmica imobiliária da metrópole - com 227 empreendimentos, equivalentes a cerca de 2/3 dos negócios imobiliários da RMN -, e Nísia Floresta indica uma alta demanda por construção de flats, condohotéis e condomínios horizontais com campos de golfe.

Quanto à população que vive com renda domiciliar *per capita* abaixo de ¼ do salário mínimo vigente em 2000, observa-se que a proporção dessas pessoas caiu em todo o Brasil, no período de 1991 a 2000., constatando-se para o Rio Grande do Norte redução mais acentuada na proporção de indivíduos com renda domiciliar *per capita* abaixo do patamar mencionado, que passa de 34,6% em 1991, para 26,9% da população em 2000, o que corresponde a uma diminuição de 7,7

pontos percentuais. Destacam-se os municípios de Natal e Parnamirim, com as menores parcelas de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de 1/4 salário mínimo (respectivamente 11,1% e 12,9%). No caso de Natal a diminuição da proporção das pessoas com renda equivalente a R\$ 37,75 foi irrelevante. Por sua vez, Monte Alegre, Nísia Floresta e Macaíba apresentaram maior redução em pontos percentuais no patamar de pessoas na situação de indigência. É importante salientar esses municípios, juntamente com Ceará-Mirim e São José de Mipibu, apontam as maiores proporções da população com níveis de rendimento domiciliar *per capita* que lhes permite ser considerada no patamar de indigência.

Por outro lado, nota-se que a parcela de indivíduos vivendo abaixo da linha de pobreza é bem mais significativa no Estado e no Nordeste do que na RMN. De fato, mais da metade da população potiguar e da região dispõem, no máximo, de 1/2 salário mínimo, ao passo que na RMN essa proporção corresponde a pouco mais de 1/3 dos indivíduos. Vale ressaltar que apenas os municípios de Natal, Parnamirim e São Gonçalo do Amarante apontam proporções menores do que a metade da sua população de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de 1/2 salário mínimo, ou seja, em condições de pobreza, embora não atingindo o nível de indigentes.

No que diz respeito à composição da renda da população, destaca-se no Rio Grande do Norte que uma parcela considerável do contingente populacional (cerca de 12,3%, ou seja, 534,45 mil pessoas) conta com mais de 50% da renda proveniente de transferências governamentais. Com maiores níveis de dependência na RMN, encontram-se Monte Alegre e São José de Mipibu, onde 20,0% e 19,0% respectivamente equivalem a indivíduos com mais da metade dos rendimentos domiciliares oriundos de transferências governamentais.

Sobre o grau de concentração da renda no Estado e sua comparação com os indicadores brasileiro e nordestino, a análise dos indicadores relacionados com a distribuição de renda, o Índice de Gini e a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres (**Tabela 99**), revela, a partir do Coeficiente de Gini, que no período entre 1991 e 2000, ocorreu um aumento da concentração de renda em praticamente todas as áreas geográficas selecionadas, com exceção para o município de Nísia Floresta. Enquanto o Nordeste e o Rio Grande do Norte, em 2000, apresentavam níveis significativos de desigualdade, mais elevados do que o Índice de Gini verificado no país, a RMN apontava menor desigualdade (0,62) em 2000, e

mesmo em Natal, onde a desigualdade foi mais significativa entre os municípios componentes da Região Metropolitana, esse índice foi menor do que o da média brasileira.

Áreas geográficas selecionadas	Índice de Gini *		Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres (%)	
	1991	2000	1991	2000
Brasil	0,63	0,65	30,4	32,9
Nordeste	0,64	0,67	29,6	37,7
Rio Grande do Norte	0,63	0,66	27,2	35,1
Região Metropolitana de Natal (*)	0,57	0,62	20,4	26,7
Ceará-Mirim	0,49	0,58	12,2	21,8
Extremoz	0,46	0,55	10,6	17,7
Macaíba	0,50	0,57	13,1	19,2
Monte Alegre	0,55	0,59	16,8	26,2
Natal	0,60	0,64	23,6	30,5
Nísia Floresta	0,62	0,59	25,3	22,2
Parnamirim	0,53	0,60	15,0	22,9
São Gonçalo do Amarante	0,50	0,57	12,5	19,9
São José de Mipibu	0,51	0,55	13,2	16,7

Tabela 99
Brasil, Nordeste, Rio Grande do Norte e RMN: Indicadores de Distribuição de Renda 1991/2000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

(*) Os valores relativos aos Índices de Gini e à razão entre a renda média dos 10% mais ricos / os 40% mais pobres para a Região Metropolitana de Natal foram calculados a partir da média ponderada, considerando-se a população total.

194

A concentração de renda, também observada a partir do coeficiente calculado pela razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres, mostra que no caso da RMN essa proporção corresponde a 26,7% enquanto para o Rio Grande do Norte e para o país equivalem, respectivamente, a 35,1% e 32,9%, o que significa concentração menor do que a regional e a brasileira em 2000. Vale ressaltar que nos municípios da RMN ocorreram níveis de concentração mais significativos (maiores que 20%) em Ceará-Mirim Natal e Monte Alegre, Nísia Floresta e Parnamirim.

Para se ter uma idéia da apropriação da riqueza gerada na economia potiguar e dos municípios da RMN, elaborou-se um exercício comparativo entre o PIB *per capita* anual, extraído do IBGE, e a renda familiar *per capita*²⁵, retirada do Atlas de Desenvolvimento Humano, em 2000, último ano censitário. O resultado desse exercício, resumido na **Tabela 100** e visualizado no **Gráfico 1**, permite fazer algumas deduções quanto à estrutura da economia metropolitana: (i) São Gonçalo do Amarante, apesar de apresentar um PIB *per capita* de R\$ 5.854,66, tem uma renda domiciliar *per capita* de R\$ 1.396,80, o que demonstra que a riqueza produzida nesse município, fruto principalmente da atividade têxtil, não é apropriada pela população, traduzida na dimensão da sua renda domiciliar, ficando apenas 23,9% dela na localidade; (ii) a mesma situação é encontrada, embora com menor intensidade, nos municípios de Macaíba e

²⁵ A renda familiar per capita obtida através do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil é uma renda familiar per capita mensal. Para ser possível a comparação com o PIB per capita, que é anual, multiplicou-se por doze a renda familiar a fim de se ter, grosso modo, uma medida equivalente na comparação.

Extremoz - onde aproximadamente 1/3 (32,7%) e 2/5 (44,3%) da produção, respectivamente, voltam para os indivíduos através de sua renda; e (iii) os municípios de Natal - com um PIB *per capita* de R\$ 4.319,27 e uma renda domiciliar *per capita* de R\$ 4.079,04 - e Parnamirim - com PIB *per capita* de R\$ 4.110,96 e renda domiciliar *per capita* de R\$ 3.156,12 -, são os que melhor distribuem as suas riquezas com, respectivamente, 94,4% e 76,8% da riqueza gerada chegando à população, no primeiro caso proporção maior do que a média metropolitana, que representa 80,67% e, no de Parnamirim, superando a média estadual (63,7%).

Tabela 100
Rio Grande do Norte e RMN: PIB per capita, renda anual domiciliar per capita e proporção da riqueza gerada que chega à população (2000)

Fontes: IBGE - PIB Municipal e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

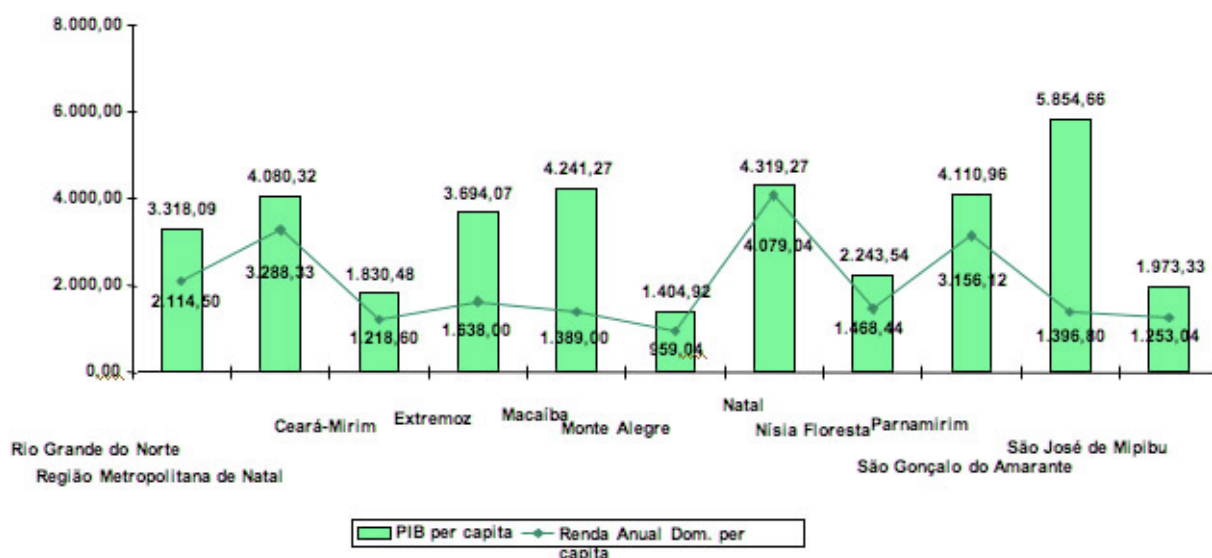
Áreas selecionadas	PIB <i>per capita</i> (A)	Renda anual domiciliar <i>per capita</i> (B)	% da riqueza produzida que chega à população (B/A)
Rio Grande do Norte	3.318,09	2.114,50	63,7
Região Metropolitana de Natal	4.080,32	3.288,33	80,6
Ceará-Mirim	1.830,48	1.218,60	66,6
Extremoz	3.694,07	1.638,00	44,3
Macaíba	4.241,27	1.389,00	32,7
Monte Alegre	1.404,92	959,04	68,3
Natal	4.319,27	4.079,04	94,4
Nísia Floresta	2.243,54	1.468,44	65,5
Parnamirim	4.110,96	3.156,12	76,8
São Gonçalo do Amarante	5.854,66	1.396,80	23,9
São José de Mipibu	1.973,33	1.253,04	63,5

195

Gráfico 28

Rio Grande do Norte e RMN: Relação do PIB per capita e a Renda Domiciliar per capita - 2000 (em R\$)

Fonte: IBGE - PIB Municipal e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil



É bem provável que as condições de pobreza da população potiguar tenham apresentado uma melhora significativa nos últimos cinco anos, por conta dos programas de transferência de renda, destacando-se entre eles o programa da Bolsa Família e o Bolsa Escola, responsáveis respectivamente por aproximadamente 82,6% e 8,1% do volume de recursos destinados a esses tipos de programas em 2005, abrangendo um montante de R\$ 171,1 milhões entre um total de R\$ 188,62 milhões referentes a programas de transferência de renda no Estado, o que equivaleria a R\$ 57,00 *per capita* se fosse levado em consideração que essa massa de recursos seria dividida pela população estimada pelo IBGE para o Rio Grande do Norte em 2005 (em torno de 3 milhões de pessoas).

6.4. Educação

Em referência aos níveis educacionais, os dados da Tabela 101 mostram uma melhora nos indicadores selecionados, tanto no país como em todo o Nordeste e no Rio Grande do Norte, mais particularmente na RMN. De fato, registram-se em todos os casos reduções nas taxas de analfabetismo. Na metrópole, entre 1991 e 2000, o índice de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas passa de 25,7% para 18,2%, enquanto no País, em seu conjunto, essa proporção passa de 20,1% para 12,9% e no Estado, de 36,3% para 23,9%.

Tabela 101
Brasil, Nordeste, Rio Grande do Norte e RMN: Indicadores de educação (1991/2000)

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Elaboração CEPLAN

Regiões selecionadas	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais		Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade		% de pessoas de 18 a 24 anos com acesso ao curso superior		% de crianças de 5 a 6 anos na escola		% de crianças de 7 a 14 anos na escola		% de jovens de 15 a 17 anos na escola	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	20,1	12,9	4,9	5,9	4,5	7,6	37,2	71,5	79,4	94,5	55,1	77,7
Nordeste	37,6	24,9	3,4	4,5	2,4	3,9	38,1	75,2	69,1	92,9	52,9	77,0
Rio Grande do Norte	36,3	23,9	3,8	5,0	2,8	5,2	46,2	81,5	78,3	94,8	56,0	78,5
Região Metropolitana de Natal	25,7	18,2	3,9	4,8	4,8	9,2	56,3	84,7	85,3	95,2	66,2	82,3
Ceará Mirim	43,6	31,3	2,6	3,9	0,7	1,4	31,8	72,0	77,7	91,6	54,1	76,4
Extremoz	37,1	24,6	2,9	4,8	0,3	3,6	43,3	77,0	79,8	92,4	55,9	72,5
Macaíba	44,4	30,6	2,8	4,1	0,4	1,6	37,3	80,5	72,7	95,1	53,6	75,3
Monte Alegre	57,6	38,3	1,9	3,3	0,7	0,8	32,9	79,3	68,0	91,3	47,2	72,6
Natal	17,1	12,2	6,4	7,2	6,5	12,3	66,0	87,4	89,2	95,8	71,2	85,6
Nísia Floresta	42,0	27,9	2,5	4,0	0,2	1,0	38,6	84,6	77,8	94,9	52,1	74,2
Parnamirim	25,4	14,1	4,8	6,9	2,5	7,4	42,5	82,0	83,8	95,5	62,7	78,6
São Gonçalo do Amarante	35,8	23,6	3,3	4,5	0,3	1,6	43,2	85,9	80,5	95,1	57,9	75,2
São José de Mipibu	45,7	32,3	2,5	3,8	0,4	2,1	32,8	85,0	72,3	94,4	50,4	80,7

Natal e Parnamirim apresentam taxas menores ou similares de analfabetismo, na faixa etária em questão em todo o período, na comparação com a média nacional. No caso de Natal com 17,1% em 1991 e 12,2% em 2000, contra as médias brasileiras de 20,1% e 12,9%, e em relação a Parnamirim com 25,4% em 1991 e 14,1% em 2000. As referidas taxas, num e noutro caso estavam abaixo das médias da região (37,6% e 24,9%) e do Rio Grande do Norte (que em 1991 foi de 36,3% e em 2000 equivaleu a 23,9%). Para os padrões latino-americanos, os percentuais desses municípios encontram-se próximo do ideal, o que é reforçado pelas taxas de alfabetização da população que vêm demonstrando um desempenho razoável ao longo do período. Este desempenho, de certa forma, está associado ao avanço ocorrido no que se refere à presença das crianças e jovens na escola: na faixa de 5 a 6 anos, a proporção de crianças matriculadas cresce acentuadamente, com o percentual passando de 56,3% em 1991, para 84,7%, em 2000. Em alguns municípios essa parcela ultrapassa a marca metropolitana nesse último ano, como é o caso de Natal, São Gonçalo do Amarante e São José de Mipibu. Esse crescimento também se verifica nas faixas etárias de 7 a 14 anos e nos jovens de 15 a 17 anos, como pode ser visto na **Tabela 101**, nos mesmos municípios mencionados anteriormente.

Considerando-se os indicadores da média de anos de estudos e o de pessoas com acesso ao curso superior, nota-se no primeiro caso, que apesar de avanços apontados pelos números, é possível constatar um aumento pouco significativo de uma população que tem uma média muito reduzida de anos de estudos. Tal fato é uma realidade tanto no País quanto nas grandes regiões e estados, especificamente no Rio Grande do Norte. Os números revelam a fragilidade do sistema educacional, ao se observar que no período entre os dois últimos censos, a média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade apresenta um aumento de menos de um ano de estudo na RMN, com o melhor desempenho entre as áreas selecionadas verificado nos municípios de Parnamirim e Extremoz, embora ainda em patamares tímidos (2,1 anos e 1,9 ano, respectivamente), mesmo assim superior à média regional (1,1 ano) e maior que a média nacional (1 ano).

Enquanto a média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade representava para o Brasil 5,9 anos em 2000, na metrópole essa marca atinge 4,8 anos, salientando-se, entre os municípios da RMN, os de Natal e Parnamirim, onde a média de anos de estudo das pessoas na faixa etária verificada corresponde a 7,2 anos e 6,9 anos, respectivamente.

Em relação à proporção de pessoas com 18 a 24 anos de idade com acesso ao curso superior, os avanços foram mais significativos, embora as marcas ainda revelem-se tímidas. Enquanto no Rio Grande do Norte a população na faixa etária considerada passa de 2,8% para 5,2% entre 1991 e 2000, e na região passa de 2,4% para 3,9%, na Região Metropolitana de Natal o salto é relativamente considerável, quase dobrando no período (passa de 4,8% para 9,2%), destacando-se os municípios de Parnamirim (passa de 2,5% para 7,4%), Extremoz (passa de 0,3% para 3,6%) e Natal (passa de 6,5% para 12,3%).

Dados do Censo Escolar do MEC (ver **Tabela 104**) indicam que é significativa a predominância do ensino público na RMN em 2005, apesar dessa proporção ser menor do que as médias potiguar e brasileira, segundo o Censo Escolar do MEC. Enquanto o Estado responsabiliza-se por mais de 4/5 dos alunos matriculados no Estado (86,4%, equivalentes a 917 mil estudantes entre 1,06 milhão), e a média nacional corresponde a 86,9%, na RMN a parcela abrange 78,9%, proporção que é mais baixa em Natal (73,1%) e assume maiores contornos em Nísia Floresta (97,0%), São José de Mipibu (93,5%) e Monte Alegre (92,4%).

198

É importante destacar que mais da metade dos alunos matriculados no ensino profissionalizante e na pré-escola e creche pertence à esfera privada (50,5% no primeiro caso e 50,9% no segundo) na RMN (cf. **Tabela 2 do ANEXO**). Nas escolas públicas predominam as matrículas das escolas de educação especial (88,4%), do ensino médio (82,9%) e do fundamental (82,1%). Salienta-se ainda que em quatro municípios o ensino médio é totalmente público (Extremoz, Monte Alegre, Nísia Floresta e São Gonçalo do Amarante), o mesmo acontecendo com a educação especial, onde a estes quatro municípios mencionados acrescenta-se São José de Mipibu. Em Mcaíba o ensino profissionalizante é totalmente público, enquanto em Parnamirim ele é 100% privado.

Em relação ao ensino superior, informações extraídas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP apontam que o Rio Grande do Norte contava em 2004 com 21 estabelecimentos, sendo que mais da metade - 14 faculdades - localiza-se na RMN, das quais 13 situavam-se em Natal e apenas um em Parnamirim, valendo destacar que somente duas pertencem à esfera pública (ver relação no **Quadro 1 do ANEXO**).

Em termos de alunos matriculados, os estabelecimentos localizados em Natal contabilizam, em 2004, 98,9% do corpo discente universitário

da Região Metropolitana de Natal, e quase $\frac{3}{4}$ do contingente de alunos do terceiro grau norte-rio-grandense (72,7%).

Apesar do avanço verificado na educação estadual e mais especificamente na da metrópole na última década, é possível detectar algumas deficiências no sistema educacional. Um dos problemas que ainda persiste, e confirmado pelos especialistas em educação no país, é o analfabetismo, principalmente no grupo de idade de 15 anos e mais. Essa questão é ressaltada devido ao fato desse grupo representar parcela significativa de pessoas em idade produtiva e, se não for atenuada, poderá dificultar o aproveitamento de oportunidades e de melhor colocação no mercado de trabalho.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito ao elevado índice de evasão e repetência escolar, principalmente entre a população jovem, o que traz conseqüentemente, o descompasso entre idade e série em curso, o que tende a reforçar o contingente de analfabetos. É importante salientar que alguns programas de transferência de renda, a exemplo do programa de Bolsa Escola e o de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), têm contribuído para a redução da evasão escolar principalmente no Nordeste e mais especificamente na RMN.

Por sua vez, apesar de não ter sido relacionado nas tabelas analisadas, é necessário destacar a estrutura precária das escolas da zona rural e a sua insuficiência da zona urbana, fato comum à maioria dos municípios brasileiros, especialmente os nordestinos, onde faltam laboratórios técnicos e de informática, material de apoio pedagógico e equipamentos, quadras esportivas e bibliotecas adequadas, contribuindo para agravar a situação educacional.

Embora se tenha observado nos últimos dez anos um avanço no que tange à formação dos professores, através de programas de capacitação, essa formação não é, ainda, a ideal, e não contribui significativamente para a elevação do rendimento escolar, o que reforça a tese da baixa qualidade do ensino.

6.5. Saúde

A análise de alguns indicadores relativos à saúde da população - expectativa de vida ao nascer, taxas de mortalidade infantil, aspectos epidemiológicos e taxas de mortalidade geral - revela a qualidade de vida e a saúde do Rio Grande do Norte e da sua Região Metropolitana, mostrando o grau de desenvolvimento socioeconômico alcançado.

Na análise dos dados da **Tabela 102** verifica-se que tanto os indicadores de saúde do Rio Grande do Norte quanto da RMN melhoraram, acompanhando as médias constatadas para o Nordeste e para o Brasil. A Esperança de Vida ao Nascer (EVN), indicador que mede o número médio de anos que um recém-nascido esperaria viver se estivesse sujeito às leis de mortalidade observadas em dada população durante um determinado período, mostra que a população nordestina e a norte-rio-grandense está vivendo mais. O aumento na expectativa de vida reflete o aumento na utilização dos serviços de saúde, da educação da população principalmente, com as campanhas de prevenção à saúde, promovidas pelos governos, e o aumento da renda per capita de uma maneira geral. Neste caso a média nordestina, a estadual e, particularmente, a da RMN estão convergindo para a média nacional. Em 1991 a expectativa de vida era de 60,2 anos para os nordestinos, 60,5 anos para a população do Rio Grande do Norte e 65,1 anos para o Brasil, enquanto na metrópole equivalia a 64,5 anos. Em 2000, a EVN da RMN aproxima-se da média nacional (68,4 anos contra 68,9 anos), chegando em alguns municípios a ultrapassar esse patamar (Ceará-Mirim, Monte Alegre e São Gonçalo do Amarante), ao passo que na capital os valores praticamente se assemelham.

Tabela 102
Brasil, Nordeste, Rio Grande do Norte e RMN: Indicadores de Saúde (1991-2004)

Fontes: IBGE - Censos Demográficos (1991 e 2000) e PNAD (2004).
Nota: (1) Mortalidade infantil: número de crianças que morrem antes de completar um ano de idade a cada mil crianças nascidas vivas no ano

Regiões selecionadas	Esperança de vida ao nascer		Taxa de Mortalidade (até um ano)		Taxa de Fecundidade	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Brasil	65,1	68,9	44,8	30,6	2,9	2,4
Nordeste	60,2	65,1	69,7	47,5	3,8	2,7
Rio Grande do Norte	60,5	67	67,8	43,2	3,4	2,5
Região Metropolitana de Natal	64,5	68,4	53	38,1	2,8	2,4
Ceará-Mirim	61,8	70,1	72,5	48,9	2,9	2,2
Extremoz	60,5	67,7	65,7	40,2	3,9	3,5
Macaíba	59,1	66,6	72,5	44	3,8	2,9
Monte Alegre	61,6	70,6	60,6	30,5	4,7	3,6
Natal	66,6	68,8	43,5	36,5	2,4	2
Nísia Floresta	58,7	65,4	74,1	48,4	4,2	2,9
Parnamirim	60,6	68,3	65,3	38,1	2,9	2,5
São Gonçalo do Amarante	60,8	69,1	64,3	35,3	3,7	3,2
São José de Mipibu	59,1	68,6	72,5	37	4,1	3,3

Quanto à Mortalidade Infantil, enquanto no Brasil a taxa se reduz entre 1991 e 2000 de 44,8 crianças mortas a cada 1.000 nascidas vivas para 30,6; no Nordeste verifica-se uma queda de 69,7 para 47,5; no Rio Grande do Norte passa de 67,8 para 43,2; e na RMN

passa de 53,0 para 38,1. As ações no campo da saúde provavelmente modificaram a situação vigente em 2000 para melhor, tanto que a PNAD de 2004 pode-se verificar que a mortalidade infantil continua decrescendo de forma acelerada, registrando 39,5 crianças mortas a cada mil nascidas no Nordeste e 38,8 no Rio Grande do Norte.

Não se tem estatística mais recente sobre a RMN e os municípios que a compõem, mas tudo indica que a situação deve ter melhorado consideravelmente. Como principais determinantes da redução da Mortalidade Infantil no Nordeste segundo SOUZA e MAIA (2004) encontram-se os investimentos realizados na área de saneamento básico (o acesso à água tratada e esgotamento sanitário), educação (principalmente o aumento do nível de escolaridade das mulheres) e a redução da taxa de fecundidade, além do acesso aos serviços de saúde de melhor qualidade e o aumento da renda per capita da população.

Vale salientar que apesar dos índices de mortalidade infantil da RMN serem bem mais baixos do que as médias regional e estadual, em nenhum dos municípios foram encontrados valores abaixo da média aceitável para a Organização Mundial da Saúde, que corresponde a 20 óbitos por cada mil crianças nascidas vivas.

A ligeira queda nas taxas de fecundidade das mulheres, por sua vez, significa um grande avanço da saúde e educação dos nordestinos, norterio-grandenses e particularmente dos habitantes da metrópole. Além das mulheres terem mais acesso aos serviços de saúde, são mais difundidos os métodos contraceptivos (planejamento familiar), que juntos refletem uma melhora na qualidade de vida de toda a população.

Em referência à Mortalidade Geral (ver **Tabela 3 do ANEXO**), cujos dados foram obtidos junto ao Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, nota-se que esse indicador do nível de saúde decresceu na RMN, juntamente com as outras variáveis selecionadas, o que corrobora a tese da melhora na qualidade de vida da população da metrópole, causada pelos aspectos acima mencionados bem como pelo maior acesso aos sistemas público e privado de saúde.

Analisando-se os municípios da Região Metropolitana verifica-se que Parnamirim, Monte Alegre, São Gonçalo do Amarante e Nísia Floresta possuem as melhores taxas da metrópole, em termos de mortalidade geral, com o mais elevado patamar registrando-se em Natal e Macaíba.

O Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM do Ministério da Saúde registra as principais causas de morte no Estado do Rio Grande do Norte e na Região Metropolitana de Natal - cujas proporções podem ser visualizadas no **Gráfico 2** - e seus municípios (ver **Tabela 4 do ANEXO**), mostrando que a participação das '*doenças do aparelho circulatório*' representam $\frac{1}{4}$ dos óbitos computados pelo Datasus para o Rio Grande do Norte em 2004, proporção que chega a 29,1% na Região Metropolitana de Natal e se eleva ainda mais nos municípios de Monte Alegre (36,6%), Ceará-Mirim (36,5%), Nísia Floresta (33,7%) e Natal (30,1%). Vale salientar que as '*causas de morte não identificadas*' e '*causas externas de morbidade e de mortalidade*' nesses últimos casos equivalentes a mortes em acidentes de trânsito, homicídios, suicídios, entre outros, chegam a 31,1% no Estado e 18,5% na RMN, sendo que em alguns dos municípios ultrapassam a marca de $\frac{1}{4}$ dos óbitos e até bem mais, como em Macaíba (43,7%), São Gonçalo do Amarante (32,3%) e Extremoz (25,5%). Isso representa uma deficiência na organização das informações nos serviços de saúde, fato que vem apresentando melhora significativa nos últimos anos. Em 1996, por exemplo, as '*causas não definidas*' participavam com quase 30% dos óbitos registrados no Rio Grande do Norte e 32,4% no Nordeste. Entre as '*causas definidas*', merece destaque as mortes devido a '*Neoplasias*' (tumores), que representam 15,8% dos óbitos da RMN, e em Natal atinge a marca de 17,2%, sendo também relativamente significativas em Monte Alegre, Parnamirim e Ceará-Mirim.

No período de 1991 a 2000 a população estadual cresceu a uma taxa média de 1,6% ao ano, sendo 2,2% nos centros urbanos, enquanto nas áreas rurais registrou-se um decréscimo de 0,1%. Desse modo, esperava-se que a infra-estrutura na oferta dos serviços de saúde crescesse a taxas aproximadas ao incremento populacional, o que de fato aconteceu. Dados da **Tabela 5 do ANEXO** revelam que a oferta de estabelecimentos (4,1% ao ano na RMN) indica taxa de crescimento, no período de 1992 a 2002, superior à da população ocorrida entre 1991 e 2000. O número de estabelecimentos de saúde (hospitais, consultórios, laboratórios, etc.) passa de 326 em 1992 para 487 em 2002, o que representa um acréscimo de 49,4%. Em termos de municípios destacam-se entre os que mais evoluíram São João de Mipibu (eleva de 5 para 15 o número de estabelecimentos de saúde) e Parnamirim que mostra um acréscimo de 85% (passa de 20 para 37 unidades), enquanto em Natal essa proporção foi de 47,1% (passa de 238 para 350).

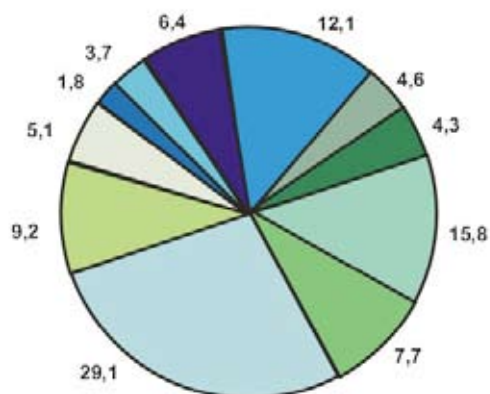
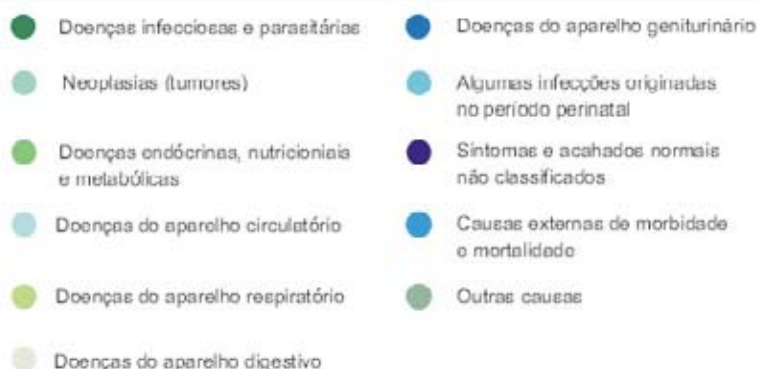


Gráfico 29
Região Metropolitana de Natal: % dos óbitos segundo as principais causas que levaram à morte (2004)

Fonte: Ministério da Saúde - Datasus



No Estado e na RMN o setor privado dos serviços de saúde tem apresentado maiores taxas de crescimento do que os estabelecimentos públicos. No primeiro caso, cresce 39,5% no Rio Grande do Norte (passa de 329 unidades em 1992 para 459 em 2002) e 75,6% na RMN (passa de 172 estabelecimentos para 302). Já na esfera pública o incremento dos estabelecimentos do RN é de 20,8% (passa de 817 estabelecimentos para 987), ao passo que na RMN esse número sobe de 154 para 185, ou seja, correspondendo a um incremento de 20,1%.

O número de leitos do sistema de saúde também apresenta redução tanto no Rio Grande do Norte quanto na metrópole. Em 1995 o SUS disponibilizava em todo Estado 7.096 leitos, caindo para 6.912 em 2002 (decréscimo de 0,4% ao ano). Na RMN a diminuição do número de leitos no período é mais acentuada passando de 2.824 unidades para 2.563, o que equivale a uma redução anual da ordem de 1,4%. É importante ressaltar que nos municípios de Monte Alegre e Ceará-Mirim registram as maiores diminuições no total de leitos hospitalares da Região Metropolitana de Natal.

Segundo o Ministério da Saúde em relatório sobre as necessidades básicas de oferta dos serviços de saúde pública, o número de leitos

(sem especificar em que categoria) deve ser de 4 leitos a cada 1.000 habitantes. Calculando-se o número ideal de leitos que se deveria ter em 2002, tomando-se por base a população estimada pelo IBGE para esse ano, e comparando-o ao número de leitos efetivamente existentes, nota-se na **Tabela 6 do ANEXO** que tanto para o Estado quanto para o total da metrópole e para os municípios, é significativa a defasagem da oferta de leitos. No Rio Grande do Norte, por exemplo, registra-se uma defasagem de 39,4%, ou seja, é necessário que sejam criados 4,5 mil novos leitos para que se tenha uma situação ideal. Na Região Metropolitana a inadequação da oferta de leitos é ainda maior (45,0%), proporção que se eleva significativamente em quase todos os municípios, a exceção de Natal, cuja defasagem é de apenas 22,2%.

As informações disponibilizadas pelo Ministério da Saúde sobre o número de beneficiados de planos de saúde particular (ver **Tabela 7 do ANEXO**) revelam que entre 2000 e 2005 ocorreu um incremento no contingente populacional potiguar vinculado a planos privados de saúde, proporção que passa de 10,8% para 12,0%, ou seja, sobe de 291 mil pessoas para 362 mil, o que corresponde a uma taxa de 4,5% ao ano. Na Região Metropolitana essa relação foi mais modesta, com a taxa anual de incremento da ordem de 4,2%, passando de 244 mil beneficiários para 299 mil, representando em 2005 cerca de 82,6% do contingente de pessoas que se beneficiam desse tipo de serviços no Estado.

Observa-se que em três municípios da RMN a taxa de crescimento das pessoas que participam de planos de saúde foi bem acima da média estadual: Parnamirim (16,6%), Extremoz (16,5%) e Macaíba (11,1%), mas é no município de Natal onde se nota a maior proporção da população beneficiária desse tipo de serviço médico (33,6%), seguido por Parnamirim (13,7%) e São Gonçalo do Amarante (8,4%).

6.6. Habitação e Saneamento Básico

Sobre a condição da moradia, um dos parâmetros usados para se medir a qualidade de vida de uma população, observa-se à luz dos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 que ocorre um aumento considerável na oferta de serviços básicos (fornecimento de água e esgotamento sanitário, energia elétrica e coleta de lixo) das unidades residenciais, tanto para o Estado, quanto para a Região Metropolitana de Natal. Apesar da melhora verificada (ver dados da **Tabela 9**), os números permitem concluir que algumas das áreas analisadas

continuam apresentando condições precárias nesse conjunto de serviços básicos de infra-estrutura.

Os índices referentes aos domicílios com água encanada proveniente da rede geral revelam que pouco menos de 4/5 das pessoas do Rio Grande do Norte (78,2%) contam com esse serviço em 2000, proporção que em 1991 equivalia a 62,7%. Em relação à Região Metropolitana, o abastecimento de água é mais presente, atendendo a praticamente nove entre dez domicílios, em 2000, (mais, exatamente, 92,5%), situação que melhorou ao se comparar com o número existente em 1991 (83,4%). É necessário ressaltar que Rio Grande do Norte é o Estado nordestino que apresenta maior proporção de domicílios com água encanada entre os analisados na região, seguido, pela ordem, por Pernambuco (70,5%), Bahia (69,5%) e Ceará (60,8%).

Regiões selecionadas	Total de domicílios (1000 unidades)		Domicílios com água encanada da rede geral (%)		Domicílios com esgotamento sanitário - Rede geral ou fossa séptica (%)		Domicílios com acesso a energia elétrica (%)		Domicílios com serviço de coleta de lixo (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Rio Grande do Norte	520,29	671,99	62,7	78,2	37,0	40,8	83,4	94,3	57,2	73,7
Região Metropolitana	192,67	273,97	83,4	92,5	68,4	61,1	95,3	98,8	77,3	87,8
Ceará-Mirim	10,13	13,34	63,6	80,7	54,2	27,5	85,6	94,1	46,6	56,6
Extremoz	3,12	4,58	65,3	76,6	63,9	53,6	84,0	97,7	19,8	33,1
Macaíba	9,35	13,11	53,9	77,6	21,2	12,4	83,6	97,0	41,5	60,5
Monte Alegre	3,35	4,34	26,5	59,5	2,6	7,1	72,8	94,5	21,3	45,8
Natal	134,49	177,78	93,2	97,2	81,4	71,9	98,3	99,6	89,7	97,6
Nísia Floresta	3,02	4,36	45,2	67,2	5,7	15,1	88,0	93,2	26,3	58,5
Parnamirim	13,85	31,79	78,8	95,9	85,9	72,3	94,4	99,3	76,2	90,5
São Gonçalo do Amarante	9,45	16,59	59,3	83,4	6,9	46,8	92,3	98,3	51,4	71,4
São José de Mipibu	5,93	8,09	51,1	77,4	0,7	2,9	91,7	97,3	36,4	60,5

205

Tabela 103
Rio Grande do Norte e Região Metropolitana de Natal: Indicadores de domicílio (1991 e 2000)

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (www.sidra.ibge.gov.br). Elaboração CEPLAN

O detalhamento dos dados segundo os municípios da RMN dá a perceber que apenas nos dois municípios mais importantes, economicamente, da área registra-se um bom nível de acesso a esse tipo de serviço básico. Em Natal a média de domicílios com água encanada da rede geral é da ordem de 97,2% em 2000 enquanto em Parnamirim essa proporção equivale a 95,9%. Os dados do Censo Demográfico do IBGE mostram que o pior desempenho desse indicador cabe a Monte Alegre, onde pouco menos que 3/5 das residências são servidas por água encanada da rede geral (59,5%) vindo, em seguida, Nísia Floresta cuja proporção de domicílios atendidos é pouco maior que 2/3 das residências (67,2%).

A análise das informações disponíveis nos Censos Demográficos do IBGE dos anos de 1991 e 2000 sobre as condições do esgotamento

sanitário dos domicílios da Região Metropolitana de Natal, associado à existência de banheiro, assim definido como um cômodo que dispõe de aparelho sanitário ligado à rede geral ou com fossa séptica, sugere um crescimento desordenado. Nesse período o número de domicílios na metrópole cresceu a uma taxa média de 4% ao ano, superior a média do Rio Grande do Norte (2,9%), do Nordeste (2,6%) e do Brasil (2,9%). Entretanto os domicílios com formas de esgotamento sanitário mais adequado, tais como escoadouros pela rede geral ou fossa séptica, não cresceram na mesma proporção. Observa-se com o auxílio da **Tabela 8 do ANEXO** que as formas de escoadouro inadequadas ou até mesmo insalubres cresceram significativamente.

Em 1991, 68,4% dos domicílios da metrópole possuíam esgotamento sanitário adequado, proporção que diminuiu em 2000 para 61,1% por causa do forte incremento dos escoadouros inadequados. Este crescimento também pode ter sido impulsionado pelos domicílios que em 1991 não possuíam instalações sanitárias (19.518 domicílios) e passaram a contar com esse serviço mesmo que de forma rudimentar ou inadequada. No Censo 2000 em apenas 7.547 domicílios não havia instalação sanitária, quantidade que equivalia a 19.518 residências em 1991.

206

Apenas os municípios de Monte Alegre, Nísia Floresta, São Gonçalo do Amarante e São José de Mipibu apresentaram elevação na proporção de domicílios com instalações sanitárias adequadas. Na capital potiguar as formas não convencionais de esgotamento sanitário cresceram 12% ao ano, ou seja, os domicílios com outras formas de escoamento passam de 17,1 mil para 48,0 mil (ver **Tabela 8 do ANEXO**) enquanto os domicílios com escoamento sanitário ligados à rede geral ou fossa séptica cresceram apenas 1,7% ao ano (passam de 109,5 mil para 177,8 mil). Em 1991 o Censo Demográfico apontava que 81,4% das residências natalenses possuíam esgotamento sanitário ligado à rede geral ou fossa séptica, proporção que se reduziu para 71,9% em 2000

Como pode ser visto, no quesito abastecimento de água verifica-se uma situação bem satisfatória dos domicílios norte-rio-grandenses e particularmente na metrópole. Quanto ao esgotamento sanitário trata-se de uma infra-estrutura social que não atende satisfatoriamente a parcela significativa das unidades residenciais do Rio Grande do Norte e particularmente da RMN. No primeiro caso, aproximadamente quatro entre dez domicílios, em média, dispõem desse bem, ao passo que na metrópole essa proporção é de seis para dez, relação que se reduz drasticamente em alguns municípios constituindo uma

proporção considerável de famílias que é atendida de forma precária, o que ocorre com maior frequência nos lares mais carentes.

Outra característica que mede a qualidade de vida da população potiguar refere-se à disponibilidade de energia elétrica, e os dados do Censo Demográfico do IBGE concernentes a 2000 constataam que número elevado de residências no Rio Grande do Norte (94,3%) se beneficiava com esse serviço, devendo-se ressaltar que foram computados nessa condição tanto os domicílios que dispunham de um medidor quanto os que não contavam com esse instrumento de aferição. Por sua vez, na Região Metropolitana de Natal esse tipo de serviço aproxima-se da universalidade, registrando uma proporção de 98,8% das residências beneficiadas com eletricidade, fração que chega a atingir 99,6% em Natal e 99,3% em Parnamirim.

A respeito da coleta de lixo, trata-se de um serviço que representa no Estado, razoável nível de cobertura, chegando a atender, em 2000, a 73,7% das residências, apontando para uma significativa melhora comparando-se esses dados com os de 1991, que indicavam 57,2% dos domicílios com coleta do lixo. Na Região Metropolitana, a situação melhora significativamente, onde a proporção passa de 77,3% para 87,8% entre 1991 e 2000, revelando um incremento de pouco mais de 10 pontos percentuais. No que tange aos municípios da RMN, é importante ressaltar o serviço de coleta de lixo nas residências de Natal (passa de 89,7% em 1991 para 97,6% em 2000) e de Parnamirim (passa de 76,2% para 90,5%), apresentando parâmetros superiores ao da média metropolitana.

Segundo dados do Censo Demográfico, em 2000 pouco mais de $\frac{3}{4}$ das unidades residenciais do Rio Grande do Norte (76,7%) correspondiam a habitações próprias (em 1991 essa proporção era de 72,7%), o que em números redondos equivalia a 515 mil domicílios, dos quais, aproximadamente, 468 mil encontravam-se quitados e os restantes 47 mil estavam em aquisição, como mostra a **Tabela 9 do ANEXO**. Para a Região Metropolitana a parcela de domicílios próprios representa em 2000 a parcela de 76,1%, equivalentes a 208,5 mil residências de um total de 274 mil, das quais aproximadamente 175 mil acham-se quitadas. No que concerne aos municípios Natal é o que apresenta menor proporção de domicílios próprios (74,6%), representando parcela menor do que as médias metropolitana e potiguar.

Embora seja relativamente elevado o percentual de domicílios próprios, quitados ou em aquisição em 2000, é também alto o déficit habitacional básico, calculado pela Fundação João Pinheiro apenas

para os municípios com mais de 20 mil domicílios, encontrando-se nessa situação apenas 4 cidades da Região Metropolitana de Natal, como revela a **Tabela 10 do ANEXO**. A tabela em questão mostra que o déficit habitacional, assunto tratado com detalhamento no item sobre ordenamento territorial, corresponde a 27,0% dos domicílios do município de Ceará-Mirim, proporção que representa 16,9% em Macaíba, 14,0% em Natal e 10,5% em Parnamirim.

A coabitação familiar é um dos principais indicadores utilizados no cálculo do déficit habitacional, e na Região Metropolitana de Natal a proporção de famílias coabitantes, ou seja, mais do que uma família residindo no mesmo domicílio, não é um fenômeno encontrado em grandes números, prevalecendo o domicílio unifamiliar, mas ainda assim é correspondente a um número não desprezível. De fato, observa-se na **Tabela 11 do ANEXO** que, em média, 12,4% das famílias da RMN foram identificadas, em 2000, como uma segunda família partilhando o mesmo domicílio ocupado pela família principal. Ainda que não se disponha de dados, a observação de atores sociais entrevistados indica que estas famílias que agregam em seu domicílio uma segunda família, usualmente é o resultado de desmembramento pelo casamento de filhos e filhas, ou uma condição supostamente temporária de abrigo a familiares em situação de necessidade. É interessante observar que no município de Ceará-Mirim, onde o percentual de déficit habitacional é o maior da RMN, a média de famílias coabitantes ultrapassa a marca metropolitana (15,1%), enquanto as proporções verificadas para Nísia Floresta (11,9%) e Natal (11,5%), este último também apresentando um razoável índice de déficit habitacional, são maiores do que a média estadual.

6.7. Considerações Adicionais sobre a Dimensão Social

As informações anteriormente analisadas mostraram, da perspectiva demográfica, um processo sistemático de desaceleração da população no Estado, na Região Metropolitana de Natal, nos seus municípios e, particularmente, no município da Capital. A esse processo estão, no caso da Região Metropolitana de Natal, certamente, associados determinantes econômicos vinculados ao processo migratório e determinantes culturais e sociais que se traduz na redução do número de filhos nas famílias.

Há que considerar no Estado e na Região Metropolitana, o intenso processo de urbanização, que resulta em grande parte da expansão mais acentuada das atividades predominantemente urbanas, em detrimento das atividades rurais.

Com relação às condições sociais, as informações examinadas mostram uma sistemática melhoria dos indicadores tradicionalmente utilizados. Neste particular, os níveis alcançados pela Região Metropolitana de Natal são, em geral, superiores aos encontrados no Nordeste ou no Estado, e similares, e por vezes, melhores que a média nacional.

Não obstante este fato, alguns aspectos deve ser considerados. Em primeiro lugar, esse avanço ocorrido é muito heterogêneo da perspectiva do elenco de indicadores considerados (o progresso ocorre de modo mais intenso em uns e menos intenso em outros indicadores das condições de vida) e, além disso, ocorrem, também, de modo diferenciado no interior do Estado e da Região Metropolitana, notadamente no que se refere aos municípios de diferente dimensão demográfica.

Em terceiro lugar, é importante considerar que os níveis atuais registrado, são ainda muito altos de acordo com os padrões internacionais, mesmo no caso da Região Metropolitana onde o avanço ocorreu de modo mais intenso.

O reduzido nível de renda domiciliar per capita e sua grande concentração, agravada na década examinada, dá lugar a um percentual ainda alto das pessoas situadas aquém da linha da pobreza e da indigência, embora tais valores tenham apresentado redução na última década para as quais se dispõe de informações oficiais.

No que se refere, em particular, às condições educacionais, houve melhoria substanciais, não obstante são altos os níveis de analfabetismos e de evasão escolar, e o número médio de anos de estudo da população é, ainda, muito baixo.

Os avanços, também se repetiram no que se refere às condições de saúde, mas são ainda altos os níveis de mortalidade infantil e há insuficiência na oferta de serviços de saúde, mesmo no interior da Região Metropolitana de Natal.

Relativamente à questão habitacional, há que registrar o grande avanço ocorrido na oferta de água tratada junto aos domicílios na última década, que não foi seguido de um progresso equivalente no que se refere à disponibilidade de esgotamento sanitário. Em alguns

municípios da Região Metropolitana de Natal tais serviços, sob a forma de ligação à rede geral ou de presença de fossa séptica, praticamente não existem, de acordo com os dados disponíveis para 2000.

Seguramente avanços foram realizados nesses últimos anos, de 2000 a 2005, no entanto a dimensão constatada através dos indicadores de nível de vida, no Estado e na Região Metropolitana, apontam na direção de déficits significativos que necessitam ser enfrentados, levando-se em conta a diferenciação anteriormente apresentada no que se refere à natureza dos indicadores e à sua distribuição no espaço metropolitano.

Tabela 104
Brasil, Rio Grande do Norte e RMN: % do número de alunos matriculados por esfera administrativa - 2005

Fonte: MEC - Censo Escolar

Áreas selecionadas	Alunos matriculados em 2005		
	Total	Ensino Público	Ensino Privado
Brasil	56.688.170	86,9	13,1
Rio Grande do Norte	1.061.402	86,4	13,6
Região Metropolitana de Natal	391.200	78,9	21,1
Ceará-Mirim	23.706	89,1	10,9
Extremoz	6.948	91,9	8,1
Macaíba	22.416	91,8	8,2
Monte Alegre	6.305	92,4	7,6
Natal	241.194	73,1	26,9
Nísia Floresta	6.714	97,0	3,0
Parnamirim	43.818	81,0	19,0
São Gonçalo do Amarante	391.200	90,1	9,9
São José de Mipibu	56.476	93,5	6,5

210

Tabela 105
Brasil, Rio Grande do Norte e RMN: distribuição relativa do número de alunos matriculados por esfera administrativa e nível de escolaridade - 2005

Fonte: MEC - Censo Escolar

(1) Educação especial refere-se ao curso para pessoas com necessidades especiais e ao curso de supletivo presencial e não presencial do ensino fundamental e médio.

Região	Público					Privado				
	Pré-escola e creche	Ensino Fundamental	Médio	Ensino Profissionalizante	Educação Especial 1	Pré-escola e creche	Ensino Fundamental	Médio	Ensino Profissionalizante	Educação Especial 1
Brasil	71,6	90,0	87,8	41,8	91,7	28,4	10,0	12,2	58,2	8,3
Rio Grande do Norte	67,6	88,6	88,5	48,2	94,4	32,4	11,4	11,5	51,8	5,6
Região Metropolitana de Natal	49,1	82,1	82,9	49,5	88,4	50,9	17,9	17,1	50,5	11,6
Ceará-Mirim	62,2	92,8	94,6	-	95,2	37,8	7,2	5,4	-	4,8
Extremoz	46,0	97,4	100,0	-	100,0	54,0	2,6	0,0	-	0,0
Macaíba	81,3	91,7	94,6	100,0	97,2	18,7	8,3	5,4	0,0	2,8
Monte Alegre	80,6	93,3	100,0	-	100,0	19,4	6,7	0,0	-	0,0
Natal	34,1	76,3	79,6	50,1	84,5	65,9	23,7	20,4	49,9	15,5
Nísia Floresta	91,0	97,5	100,0	-	100,0	9,0	2,5	0,0	-	0,0
Parnamirim	66,5	81,3	86,0	0,0	87,6	33,5	18,7	14,0	100,0	12,4
São Gonçalo do Amarante	63,5	91,7	100,0	-	100,0	36,5	8,3	0,0	-	0,0
São José de Mipibu	84,9	94,1	95,5	-	100,0	15,1	5,9	4,5	-	0,0

Instituição de Ensino Superior	Cidade	Organização Acadêmica	Competência Administrativa
Faculdade Câmara Casado - FCC	NATAL	Faculdade	Privada
Faculdade Casa do Fera Ponta Negra - FAC CDF PONTA NEGRA	NATAL	Faculdade	Privada
Faculdade Católica Nossa Senhora das Neves - FCNSN	NATAL	Faculdade	Privada
Faculdade de Ciências Empresariais e Estudos Costeiros de Natal - FACEN	NATAL	Faculdade	Privada
Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte - FACEX	NATAL	Faculdade	Privada
Faculdade de Natal - FAL	NATAL	Faculdade	Privada
Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte - FARN	NATAL	Faculdade	Privada
Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy - Centro de Formação de Profissionais de Educação - IFESP	NATAL	Instituto Superior	Pública Estadual
Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte - IESRN	NATAL	Instituto Superior	Privada
Instituto Natalense de Educação Superior - INAES	NATAL	Instituto Superior	Privada
Instituto Natalense de Ensino e Cultura - INEC	NATAL	Instituto Superior	Privada
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	NATAL	Universidade	Pública Federal
Universidade Potiguar - UNP	NATAL	Universidade	Privada
Faculdade União Americana - UNIAMERICANA	PARNAMIRIM	Faculdade	Privada

Quadro 1
Resumo dos Estabelecimentos de ensino superior na RMN em 2004
 Fonte: MEC-INEP

211

Tabela 106
Rio Grande do Norte e RMN: Taxa de Mortalidade Geral da População 1995-2004

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) (www.datasus.gov.br).
 Elaboração CEPLAN

Nota: Taxa de mortalidade geral: nº de pessoas que morrem por local de residência a cada 1.000 que estão vivas no ano de referência

Município	Taxa de mortalidade geral									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Rio Grande do Norte	4,9	4,8	4,6	4,8	4,8	4,8	4,7	5,0	4,8	4,9
Região Metropolitana de Natal	5,4	5,2	4,9	4,8	4,7	4,6	4,5	4,7	4,5	4,7
Ceará-Mirim	5,2	5,7	4,6	5,4	3,7	2,4	5,2	4,5	4,4	4,6
Extremoz	3,5	3,8	3,2	2,7	4,1	3,9	3,8	3,7	3,4	4,5
Macaíba	5,4	5,2	5,0	5,8	4,9	5,9	4,9	5,1	4,9	5,1
Monte Alegre	3,6	2,1	1,3	3,4	4,1	2,5	2,8	3,7	4,2	3,5
Natal	5,7	5,6	5,3	5,1	5,2	5,1	4,8	5,1	5,0	5,1
Nísia Floresta	3,5	3,3	4,1	3,7	3,5	4,5	4,0	3,8	3,4	3,8
Parnamirim	5,1	4,2	4,1	4,2	3,8	4,2	3,6	3,5	2,8	3,3
São Gonçalo do Amarante	4,0	3,4	3,5	2,9	3,2	2,7	1,7	3,1	3,6	3,6
São José de Mipibu	6,2	3,9	4,2	4,3	4,8	5,5	4,9	5,0	3,6	4,4

Tabela 107

Rio Grande do Norte e RMN: óbitos segundo as principais causas que levaram à morte - 2004

Fonte: Ministério da Saúde - DATSUS. Elaboração CEPLAN

Causas das Mortes	Rio Grande do Norte	RMN	Ceará-Mirim	Extremoz	Macaíba	Monte Alegre	Natal	Nísia Floresta	Parnamirim	São Gonçalo do Amarante	São José de Mipibu
Total	14.642	5.792	312	98	309	71	3.942	83	513	294	170
Doenças infecciosas e parasitárias	4,0	4,3	3,8	6,1	2,6	2,8	4,6	3,6	4,1	4,4	2,4
Neoplasias (tumores)	12,1	15,8	14,7	8,2	11,0	15,5	17,2	9,6	14,8	12,2	8,8
Doenças do sangue, dos órgãos hemat. e transtornos imunitários	0,2	0,2	-	-	-	-	0,3	1,2	0,2	0,3	-
Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	6,0	7,7	9,0	11,2	7,4	9,9	7,3	7,2	9,2	6,5	9,4
Transtornos mentais e comportamentais	0,6	0,5	-	-	-	-	0,7	-	0,2	-	-
Doenças do sistema nervoso	1,0	1,3	-	4,1	0,3	-	1,3	1,2	2,3	2,0	0,6
Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0,0	0,0	-	-	-	-	0,1	-	-	-	-
Doenças do aparelho circulatório	25,4	29,1	36,5	22,4	16,2	36,6	30,1	33,7	28,3	24,5	24,1
Doenças do aparelho respiratório	7,8	9,2	6,7	8,2	7,4	2,8	10,0	12,0	7,4	7,8	8,2
Doenças do aparelho digestivo	4,1	5,1	5,1	9,2	5,2	7,0	4,8	6,0	7,2	3,7	2,9
Doenças da pele e do tecido celular subcutâneo	0,4	0,7	0,3	1,0	1,3	1,4	0,7	3,6	0,4	0,3	0,6
Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0,1	0,1	-	-	-	-	0,2	-	-	0,3	-
Doenças do aparelho geniturinário	1,2	1,8	0,6	-	1,9	4,2	2,1	-	1,6	1,0	-
Gravidez, parto e puerpério	0,1	0,1	-	-	-	-	0,2	-	-	0,3	-
Algumas afecções originadas no período perinatal	3,9	3,7	1,9	2,0	2,3	1,4	3,8	3,6	6,2	3,1	4,7
Malformações congênitas, deformidas e anomalias	1,3	1,7	1,3	2,0	0,6	2,8	1,9	2,4	1,2	1,0	2,4
Sintomas e achados anormais não classificados	20,0	6,4	14,7	17,3	31,1	2,8	2,4	6,0	2,7	20,7	21,2
Causas externas de morbidade e de mortalidade	11,1	12,1	5,1	8,2	12,6	12,7	12,5	9,6	14,2	11,6	14,7

Município	1992			2002			Taxa anual de crescimento 1992/2002		
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
Rio Grande do Norte	1.146	71,3	28,7	1.446	68,3	31,7	2,4	1,9	3,4
Região Metropolitana de Natal	326	47,2	52,8	487	38,0	62,0	4,1	1,9	5,8
Ceará-Mirim	19	94,7	5,3	22	86,4	13,6	0,5	11,6	1,5
Extremoz	7	100,0	0,0	7	100,0	0,0	0,0	-	0,0
Macaíba	14	100,0	0,0	18	88,9	11,1	1,3	-	2,5
Monte Alegre	4	50,0	50,0	10	80,0	20,0	14,9	0,0	9,6
Natal	238	31,9	68,1	350	24,0	76,0	1,0	5,1	3,9
Nísia Floresta	6	83,3	16,7	9	77,8	22,2	3,4	7,2	4,1
Parnamirim	20	85,0	15,0	37	51,4	48,6	1,1	19,6	6,3
São Gonçalo do Amarante	13	84,6	15,4	19	68,4	31,6	1,7	11,6	3,9
São José de Mipibu	5	80,0	20,0	15	80,0	20,0	11,6	11,6	11,6

Tabela 108
Rio Grande do Norte e RMN: Estabelecimentos de saúde por esfera administrativa (1992/2002)

Fonte: Ministério da Saúde e IBGE - Pesquisa Médica Sanitária - AMS (www.datasus.gov.br).
Elaboração CEPLAN

213

Tabela 109
Rio Grande do Norte e RMN: leitos no sistema hospitalar público (1995-2002)

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) (www.datasus.gov.br).
Elaboração CEPLAN

Município	Leitos do sistema SUS de saúde				Taxa anual de cresc. do nº de leitos (%)	População em 2002	Nº de Leitos Ideal (A)	Nº de Leitos Real (B)	Defasagem B/A
	1995	1998	2000	2002					
RN	7.096	6.929	7.261	6.912	-0,4	2.852.784	11.411	6.912	39,4
RMN	2.824	2.491	2.662	2.563	-1,4	1.164.962	4.660	2.563	45,0
Ceará-Mirim	55	55	55	35	-6,3	64.584	258	35	86,5
Extremoz	-	13	13	4	-	20.546	82	4	95,1
Macaíba	33	33	33	33	0,0	57.289	229	33	85,6
Monte Alegre	24	24	24	15	-6,8	19.506	78	15	80,8
Natal	2.572	2.185	2.334	2.285	-1,7	734.505	2.938	2.285	22,2
Nísia Floresta	-	-	-	-	-	20.114	80	-	-
Parnamirim	74	87	87	59	-3,2	137.604	550	59	89,3
São Gonçalo do Amarante	38	28	50	66	8,2	74.479	298	66	77,8
São José de Mipibu	28	66	66	66	13,0	36.335	145	66	54,6

Pólos	% da população com Plano de Saúde Privado						Taxa de crescimento anual (%) 2000-2005
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Rio Grande do Norte	10,8	9,7	9,8	10,5	11,2	12,0	4,5
Região Metropolitana de Natal	22,8	19,9	20,1	21,5	22,4	23,7	4,2
Ceará-Mirim	3,0	3,1	3,0	3,1	3,2	3,5	3,4
Extremoz	2,3	2,9	3,3	3,4	3,7	4,4	16,5
Macaíba	3,4	2,9	2,7	2,8	3,8	4,5	11,1
Monte Alegre	1,0	0,8	0,7	0,8	1,0	1,1	5,6
Natal	31,6	27,9	28,2	30,4	31,9	33,6	3,4
Nísia Floresta	1,2	1,1	1,2	1,3	1,3	1,3	6,5
Parnamirim	10,5	8,8	9,8	11,0	12,1	13,7	16,6
São Gonçalo do Amarante	10,8	10,7	10,0	9,3	8,5	8,4	0,2
São José de Mipibu	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,5	2,0

Tabela 111
Rio Grande do Norte e RMN: % de beneficiários de Planos de Saúde (2000-2005)

Fonte: Ministério da Saúde - DATASUS (www.datasus.gov.br). Elaboração CEPLAN

Nota: Beneficiários: Média de beneficiados por ano (dados mensais)

214

Tabela 111
Brasil, Nordeste, Rio Grande do Norte e Natal
Metrópole: Domicílios por tipo de esgotamento sanitário 1991 / 2000

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (www.sidra.ibge.gov.br).

(*) Outras formas: fossa rudimentar, vala negra, escoadouro para rios, lagos e mar ou outros tipos.

Regiões	1991				2000			
	Total	Rede Geral ou fossa séptica	Outras formas*	Não tem instalação sanitária	Total	Rede Geral ou fossa séptica	Outras formas*	Não tem instalação sanitária
Brasil	34.734.715	18.198.762	11.437.559	5.098.394	44.795.101	27.860.450	13.229.343	3.705.308
Nordeste	9.014.003	2.160.382	3.456.244	3.397.377	11.401.385	4.326.744	4.388.170	2.686.471
Rio Grande do Norte	520.294	192.544	198.173	129.577	671.993	274.375	329.779	67.839
Natal Metrópole	192.673	131.773	41.382	19.518	273.966	167.482	98.937	7.547
Ceará - Mirim	10.126	5.484	2.279	2.363	13.339	3.666	8.395	1.278
Extremoz	3.115	1.990	255	870	4.577	2.454	1.661	462
Macaíba	9.353	1.982	5.373	1.998	13.106	1.628	10.507	971
Monte Alegre	3.351	87	2.072	1.192	4.339	310	3.563	466
Natal	134.486	109.488	17.088	7.930	177.783	127.795	47.994	1.994
Nísia Floresta	3.020	173	2.254	593	4.359	660	3.418	281
Parnamirim	13.846	11.893	635	1.318	31.790	22.974	8.256	560
São G. do Amarante	9.451	656	6.866	1.929	16.588	7.762	7.974	852
São José de Mipibu	5.925	40	4.560	1.325	8.085	233	7.169	683

Região	1991					2000						
	Total	Próprio	Alug.	Cedido	Outra forma	Total geral	Próprio			Alug.	Cedido	Outra forma
							Total	Quitado	Em Aquis.			
Rio Grande do Norte	520.294	72,7	12,7	13,8	0,8	671.993	76,7	69,7	6,9	12,2	10,2	0,9
Região Metropolitana	192.673	73,7	18,2	7,8	0,3	273.966	76,1	63,8	12,3	16,4	6,6	0,9
Ceará-Mirim	10.126	74,0	9,5	15,7	0,8	13.339	77,4	72,7	4,7	8,1	13,9	0,6
Extremoz	3.115	75,8	9,9	13,9	0,4	4.577	81,2	72,2	9,0	8,3	9,9	0,6
Macaíba	9.353	76,9	9,8	12,9	0,4	13.106	82,5	79,4	3,0	8,2	8,8	0,5
Monte Alegre	3.351	81,1	5,0	13,5	0,5	4.339	80,4	80,0	0,4	6,7	11,5	1,4
Natal	134.486	73,2	20,9	5,7	0,2	177.783	74,6	60,1	14,5	19,0	5,2	1,1
Nísia Floresta	3.020	72,1	4,0	22,8	1,1	4.359	77,6	76,7	0,9	5,5	15,5	1,5
Parnamirim	13.846	72,0	18,9	8,6	0,5	31.790	77,8	61,1	16,7	15,5	6,3	0,4
São Gonçalo do Amarante	9.451	76,6	13,5	9,6	0,3	16.588	78,5	72,0	6,5	13,9	7,3	0,3
São José do Mipibu	5.925	74,6	9,8	14,9	0,7	8.085	78,4	77,3	1,2	9,5	11,0	1,1

Tabela 112
Rio Grande do Norte e RMN: Condição de Ocupação (1991-2000)

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (www.sidra.ibge.gov.br). Elaboração CEPLAN

215

Tabela 113
Estimativa do Déficit Habitacional Básico (1), de Municípios Seleccionados da Região Metropolitana de Natal (2000).

Município	DÉFICIT HABITACIONAL BÁSICO (2)						DOMICÍLIOS VAGOS		
	ABSOLUTO			% DO TOTAL DOS DOMICÍLIOS			Total	urbana	rural
	Total	urbana	rural	Total	urbana	rural			
Ceará-Mirim	3.601	1.347	2.254	27,0	19,5	35,1	1.815	829	986
Macaíba	2.209	1.407	802	16,9	16,2	18,2	2.040	1.104	936
Natal	24.848	24.848	-	14,0	14,0	-	22.379	22.379	-
Parnamirim	3.324	2.853	471	10,5	10,2	12,6	6.409	5.181	1.228

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI)

Notas: (1) Déficit habitacional básico corresponde à soma da coabitação familiar, dos domicílios improvisados e dos rústicos.

(2) Para municípios o déficit habitacional básico não inclui as estimativas de domicílios rústicos inferiores a 50 unidades.

(3) O cálculo do déficit habitacional só pode ser feito para municípios com mais de 20 mil habitantes urbanos

Tabela 114

Rio Grande do Norte e Região Metropolitana de Natal: Domicílios Particulares Permanentes, Famílias em Domicílios Particulares, Coabitação* e Percentual da Coabitação em Relação ao Número de Domicílios Particulares Permanentes (1991-2000)

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (www.sidra.ibge.gov.br). Elaboração CEPLAN

*É considerada coabitação o número de domicílios particulares permanentes subtraído do número de famílias

Áreas selecionadas	1991				2000			
	Nº de Domicílios	Nº de Famílias	Coabitação	% Coabitação	Nº de Domicílios	Nº de Famílias	Coabitação	% Coabitação
Rio Grande do Norte	520.294	578.575	58.281	11,2	671.993	748.370	76.377	11,4
Região Metropolitana	192.673	218.664	25.991	13,5	273.966	307.962	33.996	12,4
Ceará-Mirim	10.126	11.717	1.591	13,6	13.339	15.706	2.367	15,1
Extremoz	3.115	3.486	371	10,6	4.577	4.980	403	8,1
Macaíba	9.353	10.486	1.135	10,8	13.106	14.612	1.506	10,3
Monte Alegre	3.351	3.604	253	7,0	4.339	4.648	309	6,6
Natal	134.486	153.258	18.772	12,2	177.783	200.920	23.137	11,5
Nísia Floresta	3.020	3.316	296	8,9	4.359	4.948	589	11,9
Parnamirim	13.846	15.287	1.441	9,4	31.790	34.556	2.766	8,0
São Gonçalo do Amarante	9.451	10.856	1.405	12,9	16.588	18.617	2.029	10,9
São José de Mipibu	5.925	6.652	727	10,9	8.085	8.975	890	9,9

BIBLIOGRAFIA

MARTINE, George; WONG, Laura R. Demografia. Versão Preliminar. Brasília: Projeto ÁRIDAS, 1994.

MOURA, Hélio Augusto de; SANTOS, Taís de Freitas (Coords.). Projeções de População do Nordeste por Microrregiões 1980/2005. Recife: Massangana, 1990.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde Brasil 2004 - Uma análise da situação de saúde. Brasília: Secretaria da Vigilância Sanitária, maio/2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Relatório de Situação do Rio Grande do Norte, Brasília, 2005.

SOUZA, Tanara Rosângela Vieira e MAIA, Sinézio Fernandes. Uma investigação dos determinantes da redução da taxa de mortalidade infantil nos estados da Região Nordeste do Brasil. I Congresso da Associação Latino Americana da População ALAPA, Minas Gerais, 2004.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. Espaço, políticas de turismo e competitividade. Natal: EDUFRN, 2005.

INFRAERO. Movimento de desembarque de passageiro internacional no Aeroporto de Natal, 2006.

RIO GRANDE DO NORTE. SETUR. Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte. Limites e Potencialidades turísticas, 2000. Disponível em: www.setur.gov.rn Acessado em: 02 de outubro de 2006.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN. Pesquisa turismo receptivo: perfil do turismo internacional, 2005.

MARTINE, George; WONG, Laura R. Demografia. Versão Preliminar. Brasília: Projeto ÁRIDAS, 1994.

MOURA, Hélio Augusto de; SANTOS, Taís de Freitas (Coords.). Projeções de População do Nordeste por Microrregiões 1980/2005. Recife: Massangana, 1990.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde Brasil 2004 - Uma análise da situação de saúde. Brasília: Secretaria da Vigilância Sanitária, maio/2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Relatório de Situação do Rio Grande do Norte, Brasília, 2005.

SOUZA, Tanara Rosângela Vieira e MAIA, Sinézio Fernandes. Uma investigação dos determinantes da redução da taxa de mortalidade infantil nos estados da Região Nordeste do Brasil. I Congresso da Associação Latino Americana da População ALAPA, Minas Gerais, 2004.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da. Espaço, políticas de turismo e competitividade. Natal: EDUFRN, 2005.

INFRAERO. Movimento de desembarque de passageiro internacional no Aeroporto de Natal, 2006.

RIO GRANDE DO NORTE. SETUR. Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte. Limites e Potencialidades turísticas, 2000. Disponível em: www.setur.gov.rn Acessado em: 02 de outubro de 2006.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RN. Pesquisa turismo receptivo: perfil do turismo internacional, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Censo demográfico. IBGE, 1991, 2000.

_____. Censo agropecuário. IBGE, 1970, 1980, 1995/96.

_____. Produção Agrícola Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.. Disponível em: www.ibge.gov.br Acessado de 15 ago a 15 out 2006.

_____. Produção da Pecuária Municipal, 1990, 1994, 1998, 2002 e 2004.. Disponível em: www.ibge.gov.br Acessado de 15 ago a 15 out 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. CENTRO DE PESQUISA E

EXTENSÃO PESQUEIRA DO NORDESTE - CEPENE. Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Estado do Rio Grande do Norte, 2004.

AQUINO, Maria Cecília C. Imigração na região metropolitana de Natal. Trabalho final apresentado ao Curso de Especialização em Demografia, Departamento de Estatística, Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2006.

BARBOSA, L. De M. e FRANÇA, M. A dinâmica populacional da região metropolitana de Natal. Departamento de Estatística da UFRN, s.d.

CLEMENTINO, M. L. M. (Coordenadora) Espaço Metropolitano de Natal. Natal, NAPP, 2005a.

_____. Como Anda Natal? Natal, NAPP, 2005b.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Aspectos demográficos da estruturação das regiões metropolitanas brasileiras. In.: HOGAN, Daniel J. (Org.). Migrações e ambiente nas aglomerações urbanas. Campinas, SP: UNICAMP, NEPO, 2001.

IBGE. Censo Demográfico 2000.

JANUZZI, Paulo de Martino. Migração e mobilidade social: migrantes no mercado de trabalho paulista. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Análise das Regiões Metropolitanas no Brasil: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Rio de Janeiro IPPUR/FASE/IPARDES, 2004.

PESSOA, Zoraide Souza. O movimento popular na região metropolitana de Natal. Trabalho final apresentado ao Curso de Especialização em Demografia, Departamento de Estatística, Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2006.

TRIGUEIRO, E. B. e GOMES, C. Implicações gerais da expansão urbana de Natal na Cidade Alta. Natal: UFRN, 2005, (inédito).

EQUIPE

COORDENAÇÃO GERAL

Tania Bacelar de Araújo

Maria do Livramento Miranda Clementino

CONSULTORES ESPECIAIS

Jan Bitoun

Norma Lacerda Gonçalves

221

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

Leonardo Guimarães Neto (Coordenador)

Anita Lemos Dubeux

Jurema R. a. Monteiro Rosa

Osmil Torres Galindo

Paulo Ferraz Guimarães

Valdeci Monteiro dos Santos